

Silvana Mota Barbosa Blanco

REPÚBLICA DAS LETRAS:  
DISCURSOS REPUBLICANOS NA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO  
(1870-1889)

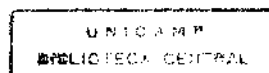
Dissertação de Mestrado apresentada ao Depto. de  
História do IFCH da UNICAMP.

Orientadora: Profa. Dra. Izabel Andrade Marson, *PhD*

Este exemplar corresponde à redação final da  
dissertação defendida e aprovada pela Comissão  
Julgadora em 23/03/95

*Marson - Orientadora*

Campinas, 1995



Para meu pai Paulo e minha mãe Zezé.

## Agradecimentos

Depois de um longo trabalho, chego finalmente ao momento de escrever estes agradecimentos, que não estão aqui por uma simples praxe acadêmica, mas como um reconhecimento da ajuda que recebi de inúmeras pessoas que cruzaram meu caminho nestes últimos anos. Em primeiro lugar, as "meninas" do Arquivo Edgard Leuenroth que nos meses em que praticamente morei naquelas salas me ofereceram mais que condições de pesquisas, mas principalmente um carinho especial e um cafezinho providencial. Além disso, pesquisei no Centro de Ciências Letras e Artes onde contei com a ajuda da bibliotecária Maria Luiza, sempre disposta a socorrer os pesquisadores.

Mas, socorro mesmo, recebi da família Blanco. Na última semana, meu computador resolveu tirar férias, cansado de tantas horas de trabalho. Assim, tive que, desesperadamente, recorrer aos meus cunhados, ao André, e principalmente à Carmem e às meninas, me ajudaram muito, cedendo sua casa, seu computador, sua impressora e muita liberdade para trabalhar. Mas é impossível esquecer a ajuda do Mário e da Bernadete que passaram longas horas comigo desvendando os mistérios de um computador e programa estranhos, e me fazendo companhia quando mais precisei. A vocês o meu carinho.

Faço um agradecimento especial também para meus irmãos. A Adriana sempre preocupada comigo e, mesmo à distância, me incentivou a terminar esta dissertação. E o Paulo Ricardo que, além de me socorrer quando eu precisava de carona, trabalhou comigo no arquivo, copiando artigos e mais artigos de jornais, numa disponibilidade e atenção difícil de expressar.

Mas algumas pessoas acompanharam de perto este trabalho e esta pesquisadora. O Emerson Mehri discutiu meus textos, leu meu projeto inicial e sempre tinha algum comentário interessante para me fazer, com um bom humor e uma erudição invejáveis. O Candido Grangeiro foi uma companhia constante neste trabalho, lendo partes do texto,

sugerindo caminhos e fontes. Mas, sem dúvida, é um grande amigo e companheiro, numa amizade que, como ele já disse, extrapola os muros da Universidade. Além deles, tive a sorte de encontrar o Jefferson Cano. Durante vários anos ele esteve ao meu lado, nos cafés, cantinas, salas de aula e bibliotecas. Mais que uma gostosa conversa nos intervalos de trabalho, ele discutiu cada parte deste texto, desde suas versões iniciais, dando sugestões, corrigindo meus erros de português e fazendo inúmeros comentários. Gastou comigo longas horas de seu dia, e espero retribuir em breve toda a atenção e carinho que ele me dedicou. A Maria Elena Bernardes, por sua vez, em vários momentos me salvou da solidão do trabalho acadêmico com telefonemas que me animavam e me traziam para o "mundo real".

Mas, como dizer para a Erminia Silva (Mina) e a Valéria Torres tudo o que elas representam para mim? É difícil contar em poucas palavras o que essas duas fizeram por esta pesquisadora: além de rirem muito das besteiras que eu falava e escrevia, me ajudaram a manter a lucidez e me deram "colo" e atenção. Agradeço por cada um dos momentos desta amizade e sem vocês eu não teria terminado este trabalho.

Quem acompanhou cada um dos meus passos desde que ingressei no mestrado foi a Izabel Marson, minha orientadora e amiga. Como orientadora foi de uma dedicação enorme, lendo várias vezes cada parte desta dissertação com muito rigor intelectual e passando horas em longas conversas sobre os "enigmas" do meu texto. Sem sua atenção esta dissertação não teria terminado no prazo estabelecido. Mas além disso, ela é também uma grande amiga, que soube entender os meus atrasos, as minhas falhas, as minhas teimosias, e com quem aprendi muito sobre assuntos que estão além dos temas desta pesquisa. Além disso, em nossas conversas sempre tínhamos a companhia de Adalberto Marson, que talvez sem saber, me ajudou em vários impasses .

Agradeço também aos professores do Departamento de História da UNICAMP, em especial aos membros da banca de qualificação: Sílvia Lara e José Roberto do Amaral Lapa,

que fizeram uma leitura criteriosa de meu texto, oferecendo sugestões para a redação final, mas que nem sempre pude incorporar. Meu muito obrigada também à Stella Bresciani que desde a graduação acompanhou meu trabalho e me incentivou a elaborar esta pesquisa. Finalmente agradeço ao CNPq, a agência financiadora desta pesquisa e sem a qual não poderia ter me dedicado integralmente ao mestrado.

Quem acompanhou cada momento e cada dia desta pesquisadora foi sem dúvida o João. Companheiro, amigo e principal incentivador, sem a sua presença e amor não teria feito nada do que fiz. Soube entender as minhas ausências, o meu mau humor, e me ofereceu todas as condições para continuar meus estudos. As horas de lazer e descanso que passei ao lado dele e também da Jezebel e da Morgana, que brincavam com meus papéis e fichas, fizeram as horas de trabalho mais prazerosas. Enquanto estou aqui, tentando acabar este agradecimento, que parece não ter fim, eles estão me esperando, numa ajuda silenciosa e, sem dúvida, o resultado deste trabalho deve muito a eles.

## SUMÁRIO

### ***Introdução***

|                                           |   |
|-------------------------------------------|---|
| Mania Redatorial: O Tema e as Fontes..... | 1 |
|-------------------------------------------|---|

### ***Capítulo I A Sphinge Monárquica*** .....29

|                                                             |    |
|-------------------------------------------------------------|----|
| 1. A centralização, a política, os partidos, as Câmras..... | 30 |
| 2. O sistema monárquico e a negação da liberdade.....       | 51 |
| 3. D. Pedro II e os caminhos do 3. Reinado.....             | 68 |
| 4. A tragi-cômica peça da monarquia.....                    | 82 |

### ***Capítulo II Republicanos em Busca de um Povo***.....91

|                                             |     |
|---------------------------------------------|-----|
| 1. Sua Majestade o Povo.....                | 94  |
| 2. O pupilo e seus tutores.....             | 102 |
| 3. Sucessos e desencantos republicanos..... | 109 |

### ***Capítulo III Imagens Da República***.....126

|                                                                                             |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. A República dos "Homens de Letras".....                                                  | 127 |
| 2. A "República Plebiscitária" do <u>Diário de Campinas</u> .....                           | 151 |
| 3. Dissonâncias e Convergências entre os projetos da <u>Gazeta</u> e do <u>Diário</u> ..... | 162 |
| 4. Desdobramentos dos discursos republicanos.....                                           | 185 |

|                                                          |     |
|----------------------------------------------------------|-----|
| Considerações Finais (Ou alguns pontos de reflexão)..... | 202 |
|----------------------------------------------------------|-----|

|                            |     |
|----------------------------|-----|
| Bibliografia e Fontes..... | 211 |
|----------------------------|-----|

## **INTRODUÇÃO**

### ***MANIA-REDATORIAL: O TEMA E AS FONTES***

Tic Tac...

"Grande movimento se opera no jornalismo campineiro,  
Quatro cotidianos!  
Os jornais em Campinas multiplicam-se como... ratos!  
Até parece epidemia. E redatores?... Uma chusma!  
De cada canto surge um redator!  
Há-os de todos os quilates: magros e gordos, líricos e realistas, sentenciosos e  
satíricos, inteligentes e... ininteligentes, à escolha, enfim!  
Mania-redatorial!  
Característico da época."<sup>1</sup>

Mania-redatorial... a expressão sintetiza o movimento que se operava na imprensa por volta dos anos de 1870/80, não apenas em Campinas, mas em toda a Província de São Paulo. Quase todos os dias noticiava-se a fundação de novas folhas ou a derrocada de outras tantas, que muitas vezes não passavam dos primeiros números. Sem dúvida, não era uma empresa fácil a manutenção de um periódico, mesmo os que não eram diários. A começar pelas exigências técnicas e materiais como o maquinário, papel e tinta, bastante dispendiosos mas, sobretudo, pela mão de obra, pois faltavam trabalhadores que soubessem o ofício de tipógrafo, principalmente no interior da Província.

Apesar das dificuldades, a quantidade de folhas que emergiram na província de São Paulo a partir da década de 70 denota que muitos homens acreditavam na importância da imprensa - para muitos sinônimo de progresso - e que havia disponibilidade financeira, técnica e política para o exercício da atividade. Além disso, o jornal se tornara um importante instrumento e espaço de luta política, sendo que muitos deles eram assumidamente órgãos de partidos políticos. Através das folhas os grupos partidários se enfrentavam criando, muitas vezes, verdadeiros campos de guerra entre os redatores. Daí decorre que muitos jornais eram literalmente destruídos por opositores políticos como aconteceu com O Paulista de Taubaté.<sup>2</sup>

O recurso ao jornal como veículo de discussão política foi também largamente utilizado pelos republicanos para criticar as instituições e propagandar a República. Por isso,

<sup>1</sup> *Diário de Campinas*, 11 de janeiro de 1880.

<sup>2</sup> *Gazeta de Campinas*, p.2, 5 de maio de 1872.

a imprensa republicana tem sido fonte recorrente para os historiadores que abordaram a história do movimento republicano em São Paulo. Mas, para esta pesquisa, a imprensa tem um significado especial, uma vez que ela se propõe apreender as fraturas internas ao movimento republicano paulista, ou seja, resgatar os divergentes projetos de República que afloraram na Província de São Paulo nos anos finais do Império. Para a concretização deste objetivo a imprensa constitui fonte privilegiada, pois possibilita surpreender, não apenas os debates entre os republicanos e os outros partidos monárquicos, a publicação dos documentos oficiais do PRP mas, principalmente, as diferentes concepções de República internas à fala republicana e as estratégias desenvolvidas por estes grupos políticos as quais levariam à queda do Império.

Neste sentido, uma das principais fontes deste trabalho é a Gazeta de Campinas. Fundada em 1869 por um grupo de liberais da ala radical, que pouco depois romperia com o partido e participaria da fundação do Partido Republicano, foi um dos primeiros periódicos a assumir uma postura republicana na Província de São Paulo. Propriedade de Francisco Quirino dos Santos e de seu sogro Joaquim Roberto de Azevedo Marques<sup>3</sup>, a Gazeta acolheria em suas páginas escritos dos mais expressivos políticos republicanos paulistas, dentre eles o próprio Francisco Quirino, poeta e advogado na cidade de Campinas, que foi redator chefe do jornal até 1876 e, mais tarde, em 1884, foi eleito pelo PRP para uma vaga na Assembléia Provincial. Além dele, foi redator da Gazeta Carlos Ferreira, que comprou o jornal em 1877<sup>4</sup>, e os também bacharéis em direito Campos Salles, Alberto Salles, Jorge Miranda e Américo Brasiliense, além de outros colaboradores esporádicos como Francisco Glicério que era um dos poucos que não havia passado pelo Largo do São Francisco.<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> Azevedo Marques vendeu sua parte na Gazeta para Francisco Quirino dos Santos em 1875. Constitucional, 18 de setembro de 1875.

<sup>4</sup> Gazeta de Campinas, 6 de maio de 1877.

<sup>5</sup> Coleção da Gazeta de Campinas, *Arquivo Edgard Leuenroth*, UNICAMP, Campinas.

O interesse pelo jornalismo que estes bacharéis demonstravam pode ter sido adquirido, inclusive, nos anos que passaram na *Faculdade de Direito*, quando a maioria deles redigiu e publicou pequenos jornais, revistas e semanários. Por exemplo, os jornais *O Lírio* (1860) elaborado por Rangel Pestana e Francisco Quirino, e *A Razão* (1862) redigido por Quirino, Campos Salles e Jorge Miranda<sup>6</sup>. A *Gazeta de Campinas*, assim, ficou conhecida como *jornal dos bacharéis* e era, em 1872, a principal folha republicana da província que, por sua vez, editava o maior número de jornais republicanos naquele momento.<sup>7</sup> Contava com seis periódicos, número significativo se comparado às demais províncias do Império e também ao Rio de Janeiro onde apenas duas folhas republicanas eram publicadas: uma na Corte e outra no interior.<sup>8</sup> E, além dos periódicos editados por profissionais, havia ainda aqueles elaborados pelos acadêmicos da *Faculdade de Direito de São Paulo*, muitos deles assumidamente republicanos.<sup>9</sup>

Em 1875, vários dos colaboradores da *Gazeta de Campinas* resolveram fundar na capital uma folha que fosse, assumidamente, órgão do Partido Republicano Paulista. Para evitar a concorrência de outro jornal tentaram, inicialmente, comprar o *Correio Paulistano*<sup>10</sup>, talvez por acreditarem que a cidade de São Paulo ainda não comportava dois periódicos, ou porque era mais fácil comprar toda a tipografia pronta e estabelecida. O proprietário do *Correio* em 1875 era Joaquim Roberto de Azevedo Marques que, no mesmo

<sup>6</sup> Cf. Almeida Nogueira, *A Academia de São Paulo: Tradições e Reminiscências*, São Paulo: Saraiva, 1977, Volumes IV, 3ª edição.

<sup>7</sup> São eles: *O Correio Paulistano*, *Gazeta de Campinas*, *Paulista*, *Comércio de Santos*, *Ypanema* e *Sorocabano*. *A Imprensa Republicana no Brasil*, do jornal *República* (Corte). Transcrição do *Correio Paulistano*, 10 de julho de 1872.

<sup>8</sup> Ao todo eram 22 jornais espalhados por 12 províncias mais o Município Neutro. *A Imprensa Republicana no Brasil*, do jornal *República* (Corte). Transcrição do *Correio Paulistano*, 10 de julho de 1872.

<sup>9</sup> Dentre os jornais republicanos publicados na Faculdade de Direito de São Paulo estavam *O Rebate* e o *Onze de Agosto*. Cf. Nelson Werneck Sodré, op.cit., pp.244-245.

<sup>10</sup> O *Correio Paulistano*, fundado em 1854 teve uma trajetória movimentada. Apoiou a Conciliação de 1850, mas em 1869 os liberais, então na oposição, sob a influência de Américo de Campos, dominaram a redação do jornal. De 1870 a 1872 assumiu uma posição republicana porém à partir de 1874, ao ser adquirido por Leôncio de Carvalho tornou-se monarquista. A partir de então, mudava sua cor política de acordo com o partido que estivesse no Governo. Ao que tudo indica, isto se deve aos contratos de publicação dos documentos oficiais, o que garantia ao jornal sua manutenção. Conf. SODRÉ, Nelson Werneck, op.cit., p.216.

ano, havia vendido sua parte na Gazeta para seu genro Francisco Quirino dos Santos. Contudo, Azevedo Marques permaneceu fiel ao Partido Liberal, recusando negociar também o Correio Paulistano com os companheiros de política de seu genro, entre eles, Rangel Pestana, Américo de Campos, Francisco Glicério e Campos Salles.<sup>11</sup>

Diante da recusa, o grupo republicano fundou, em janeiro de 1875, a Província de São Paulo, cuja direção foi entregue a Américo de Campos e Rangel Pestana e a administração a José Maria Lisboa, que já havia sido gerente da Gazeta de Campinas.<sup>12</sup> Como a maioria dos jornais, a Província de São Paulo vivia de anúncios e de assinaturas. Iniciou a venda avulsa em 1876, quando o ajudante de impressor Bernard Gregoire saiu às ruas anunciando o jornal através do toque de uma buzina, procedimento que, segundo Nelson Werneck Sodré, foi considerado pela população um "*grande dispaupério*" por levar à "*mercantilização da imprensa*". Na verdade, não se tratava de um recurso inédito no país, pois já vinha sendo praticado pela Gazeta de Notícias (jornal da Corte) desde 1874, com o intuito de aumentar a venda de exemplares, praticando inclusive um preço menor do que os concorrentes.<sup>13</sup>

Com o estabelecimento da Província de São Paulo a Gazeta de Campinas pode manter uma aparente fachada de autonomia, já que não era órgão oficial do PRP, apesar de ser pública e notória sua ligação com políticos republicanos. Assim como as demais folhas da Província, compunha-se de quatro páginas, organizadas da seguinte forma: as duas primeiras eram reservadas para editoriais, notícias e cartas dos leitores, ficando as outras páginas para os anunciantes. Seus exemplares eram vendidos apenas na tipografia ou para assinantes, não apenas da Província, como de outras regiões, sendo que inicialmente era publicada semanalmente passando a folha diária a partir de 1876. Suspendeu

<sup>11</sup> NOBRE, Freitas História da Imprensa de São Paulo São Paulo: Edições Leia, 1950. pp. 55-60.

<sup>12</sup> Faziam parte da Associação Comandataria Pestana, Campos & Cia: Francisco Rangel Pestana, Américo de Campos, Campos Salles, F. Glicério, Martinho Prado Jr., J. A. Cerqueira César, João Tibiriçá, J. V. Almeida Prado, João Tobias de Aguiar e Castro, Rafael de Barros. NOBRE, Freitas, op.cit., p.55.

<sup>13</sup> Cf. Nelson Werneck Sodré, op.cit., p.256-260.

temporariamente suas edições em maio de 1889, ano da República e da febre amarela que assolou a cidade, mas em novembro estava de volta e participou da comemoração da mudança do regime.<sup>14</sup>

Em 1875 um periódico veio fazer concorrência com a Gazeta: o Diário de Campinas.<sup>15</sup> Diferente dos bacharéis da Gazeta, os redatores do Diário formavam um grupo eclético e inusitado, relacionado ao comércio. Antônio Duarte de Moraes Sarmiento foi ajudante de guarda livros, antes de idealizar a fundação do jornal. Segundo Julio Mariano, aliou-se a Henrique de Barcellos, caixeiro de ferragista, José Gonçalves Pinheiro, aprendiz de alfaiate e finalmente, já com o jornal diário, a Joaquim de Toledo, aprendiz de padeiro.<sup>16</sup> Todavia, todos os redatores do Diário de Campinas, depois que ingressaram no jornalismo, passaram a se dedicar também ao magistério e compunham o corpo docente da Sociedade Luis de Camões e da Escola Ferreira Penteado, o que pressupunha, certamente, uma formação mais específica.<sup>17</sup>

Além desta formação de seus redatores, que não passaram pelo Largo do São Francisco, o jornal marcou outra diferença com relação à Gazeta: adotou uma postura e uma prática políticas críticas, diversas da orientação que os líderes do PRP costumavam fazer na imprensa, recusando, sobretudo, o recurso aos "*testas de ferro*".

"Todo o homem que se preza, todo homem que tem pudor, não discute a sua vida privada, nem intenta ação a mascarados, que lhe apresentam um testa de ferro, nem se expõe a novo insulto que a defesa deste lhe prepara.

<sup>14</sup> Julio Mariano, cronista da história da imprensa de Campinas, afirmou que a Gazeta de Campinas tinha encerrado suas publicações em maio de 1889 e só retornou no começo do século XX. Entretanto, esta informação está equivocada, pois durante os festejos da implantação da República, o Diário de Campinas comentou as comemorações na Gazeta. Não encontrei exemplares da Gazeta deste período, o que pode ter suscitado a conclusão de Mariano. Diário de Campinas, 20 de novembro de 1889. Julio Mariano História da Imprensa em Campinas, Campinas: Ind.Graf. Massaioli, 1872. p. 32.

<sup>15</sup> Antes de 1875, o mesmo grupo havia criado o periódico *A Mocidade* (1874) que depois recebeu o nome de *Actualidade* (1875) e finalmente tornou-se o primeiro jornal diário da cidade e assumiu o nome que lhe convinha. Coleção *Arquivo Edgard Leuenroth*, UNICAMP.

<sup>16</sup> MARIANO, Julio, op.cit. p. 31.

<sup>17</sup> Opinião Liberal, 1º de julho de 1881, 24 de dezembro de 1881.

Diário de Campinas, 8 de novembro de 1883, anúncio onde o ex-aprendiz de padeiro Joaquim de Toledo oferecia aulas particulares de aritmética.

O remédio é arrancar a máscara aos seus verdugos para que o público os julgue."<sup>18</sup>

Estampando em seu cabeçalho as palavras: "*Não admitimos testas de ferro*", o que naquelas circunstâncias significava não permitir que os grandes políticos locais manipulassem o jornal, negou-se a ser mero porta voz das cúpulas partidárias e a apresentar-se na disputa na imprensa servindo-se de "máscaras", subterfúgio muitas vezes utilizado pelos redatores da Gazeta para criticar os colaboradores do também republicano Diário<sup>19</sup>.

"Não podemos compreender o que seja e que utilidade tenha um jornal com as propriedades nativas da cobra, isto é, que roja-se e morde.

A imprensa periódica em tais condições é um grande mal. Longe de produzir os benefícios esperados, instruir, pugnar pela justiça, pelos direitos comuns, pela boa administração do país, (...) vive a elogiar o sr. fulano, que é amigo, a espezinhar sicrano, com quem antipatiza, ou então limita e consagra a sua existência a apreciar os acontecimentos de um modo banal, sem critério e sem convicção."<sup>20</sup>

O tom provocante destes e de outros artigos, dirigia-se aos "partidários" da Gazeta, com os quais o Diário tinha, certamente, mais do que significativas divergências políticas, pois logo em seguida o redator elencou os membros do que denominou "*aristocracia da inteligência, e cujo chefe é o ilustre colega das Estrelas Errantes, que por sinal não é astrônomo ainda.*" O autor das *Estrelas Errantes*, livro de poesias, era exatamente o redator da Gazeta de Campinas, Francisco Quirino dos Santos.<sup>21</sup> Segundo o Diário, esta *aristocracia da inteligência* formaria uma *associação de elogios mútuos*, tendo a seu serviço os jornais Correio Paulistano, Província de São Paulo e o Coaracy, e todos os seus redatores eram *doutores*, menos um: Luis Gama.<sup>22</sup>

<sup>18</sup> *Cousas da Política*, Diário de Campinas, 10 de maio de 1876. [grifos meus]

<sup>19</sup> A prática era comum na imprensa da época e apareceu dez anos depois na polêmica entre dois jornais da Corte: Gazeta de Notícias e Jornal do Comércio. O último foi acusado de "*inventor, propagador, promotor e causador da indecente sessão*" dos "*a pedidos*", onde os artigos são publicados sem assinatura e que propiciava um campo fecundo para os "*testas de ferro*". Ver a este respeito: Felindo d'Almeida, *Carta da Corte*, Correio de Campinas, 7 de fevereiro de 1885.

<sup>20</sup> Henrique de Barcellos, *Notas Quotidianas*, Diário de Campinas, 13 de fevereiro de 1879.

<sup>21</sup> Apesar de muito festejado por estes versos, a crítica de Machado de Assis não foi das mais animadoras.... Gazeta de Campinas, 20 de agosto de 1876.

<sup>22</sup> Entre os nomes elencados estão os de Campos Salles, Alberto Salles, Francisco Quirino dos Santos, Rangel Pestana, Luis Gama, *Notas Quotidianas*, Diário de Campinas, 13 de fevereiro de 1879.

Mas esta mistura onde as letras se uniram à farinha, linha, ferragens parece que deu certo, já que o Diário de Campinas assistiu a virada do século e fechou suas portas em 1901. Durante sua existência a redação se modificou um pouco, mas em todo o período da propaganda republicana, o Diário foi um ativo defensor da República e crítico dos políticos do PRP. Desta forma, instaurou um debate em torno da República, no interior mesmo do grupo republicano, debate extremamente instigante para se pensar as práticas políticas vivenciadas no final do século XIX no Brasil e os impasses da propaganda republicana em São Paulo. Tal debate não excluiu rompimentos, luta física e períodos de aliança. A propósito, lembro a escaramuça física que aconteceu no *Boulevard* de Campinas entre Francisco Quirino dos Santos e um dos redatores do Diário, Gaspar da Silva.<sup>23</sup> Em outra ocasião, Francisco Glicério, colaborador da Gazeta de Campinas, dirigiu, durante alguns dias, o Diário, quando Moraes Sarmento, o redator chefe, foi preso por causa de um de seus artigos.<sup>24</sup>

Em 1885 mais um jornal veio engrossar o debate republicano em Campinas: o Correio de Campinas, que tinha a sua frente Henrique de Barcellos como chefe da redação. O "*ex-rapaz do comércio*" já havia se popularizado em toda a Província por sua pena ferina no próprio Diário de Campinas, principalmente em sua coluna *Notas Quotidianas*.<sup>25</sup> Além deste redator, o Correio de Campinas tinha outros colaboradores como Carlos Escobar e Julio Ribeiro. O primeiro foi professor e jornalista em Campinas entre 1885 e 1887. Mais tarde, em 1895, já com a República instalada, fundou em Santos, com mais dois companheiros, um jornal socialista chamado Questão Social, que tinha como lema "*um por todos, todos por um*". Todavia estes mosqueteiros socialistas não pregavam a revolução, apenas a organização da classe trabalhadora para reivindicar seus direitos.<sup>26</sup>

<sup>23</sup> Diário de Campinas, 27 de dezembro de 1876.

<sup>24</sup> Diário de Campinas, 10 e 12 de outubro 1883.

<sup>25</sup> A expressão "*ex-rapaz do comércio*" foi utilizada pelo Diário Popular quando comentou a fundação do Correio de Campinas. Diário Popular, 02 de janeiro de 1885.

<sup>26</sup> Questão Social, Santos, 15 de setembro de 1895 (1º número) Os fundadores do jornal foram, além de Carlos Escobar, Silvério Fontes e Soter Araújo.

Julio Ribeiro, por sua vez, foi colaborador não apenas do Correio mas também do Diário de Campinas. Trabalhou como professor em diversos estabelecimentos de ensino nas Províncias de São Paulo e Minas Gerais, além de ser filólogo, romancista, panfletário político, grande polemista e republicano ferrenho.<sup>27</sup> Inicialmente integrou os quadros do PRP e em 1872 estava em Sorocaba arregimentando correligionários.<sup>28</sup> Porém, após diversos desentendimentos com os chefes republicanos, entre eles Campos Salles, abandonou a atuação partidária. As Cartas Sertanejas publicadas pelo Diário de Campinas de 1884-85, além da Procellária, jornal que fundou em São Paulo em 1887, são a principal marca desta cesura.<sup>29</sup> Mas manteve-se na propaganda, atuando muito mais como crítico feroz às lideranças do PRP.<sup>30</sup>

A análise dos artigos destas três folhas - Gazeta, o Diário e o Correio de Campinas, permitirá acompanhar o debate republicano em Campinas, apanhado por um lado no discurso do PRP, através da Gazeta, e por outro no discurso de republicanos que, de fora do partido, faziam questão de marcar outras possíveis opções de República.

Mas as vozes dissonantes no interior da fala republicana não se restringiam à cidade de Campinas e ao confronto do PRP com periódicos externos a ele. As mudanças no corpo de redatores na folha da capital, a Província de São Paulo, em 1884, sugere que as

---

NOBRE, Freitas História da Imprensa em São Paulo, São Paulo: IPE (Inst. Progresso Editorial), 1950. p.88

<sup>27</sup> Julio Ribeiro era filho de uma mineira de família conceituada, com um americano que veio para o Brasil com um circo de cavaleiros e que não reconheceu a paternidade. Estas, e outras informações sobre Julio Ribeiro, encontram-se na biografia elaborada por João Dornas Filho, Julio Ribeiro, Belo Horizonte: Livraria Cultura Brasileira, 1945.

<sup>28</sup> João Dornas Filho, op.cit., p.72.

<sup>29</sup> RIBEIRO, Julio Cartas Sertanejas, Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1908. (2ª edição). A primeira edição foi publicada em 1885, e os artigos saíram na imprensa entre 1884 e 1885. A Procellária, por sua vez, era o nome da folha que publicou em São Paulo em 1887 mas que não passou do 11º número. Os artigos foram depois reunidos em livro. RIBEIRO, Julio Procellárias, São Paulo: Edições Cultura Brasileira, 1935.

<sup>30</sup> Redigiu o Sorocabano (1870-1872) de que era proprietário, a Gazeta do Povo (São Paulo, 1880) e o O Rebate, também de São Paulo, em 1888. Plínio Mota, A Manhã, 4 de abril de 1943. Apud. João Dornas Fº, op.cit., p.97. Há também referências a Julio Ribeiro no Dicionário Bibliográfico Sacramento Blake, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898. Julio Ribeiro, juntamente com Brasília Machado, Afonso Celso Jr e outros, escrevem o jornal A República das Letras, publicado na capital paulista e que escolhi como título para esta dissertação. Gazeta de Campinas, 26 de outubro de 1877.

divergências não vinham apenas de fora do partido, mas também se instalavam entre os organizadores do PRP. Neste ano, quando a administração deste periódico estava a cargo de *Alberto Salles & Cia*, e o jornal passava por uma crise financeira (com uma tiragem pequena de apenas 4.000 exemplares), houve um rompimento no interior do grupo que colaborava com a Província<sup>31</sup>. Depois de uma série de impasses com Alberto Salles, principalmente devido a discordâncias com relação à proposta de abolição imediata da escravidão, Américo de Campos e José Maria Lisboa se separaram do grupo para criar um outro jornal: o Diário Popular.<sup>32</sup>

Julio Ribeiro comentou os acontecimentos que levaram à saída de Américo de Campos e José Maria Lisboa, afirmando que estes haviam se "*queixado com amargura em escrito impresso*" de que após dez anos de convivência na mesma "*tenda de guerra*", teriam sido postos à margem pela empresa da Província. Por sua vez, Rangel Pestana, outro membro deste jornal, nada teria respondido aos seus antigos companheiros de redação.<sup>33</sup> Este flagrante de que os desentendimentos entre os republicanos atingiam, naquele momento, também os membros do PRP, compromete a imagem de coesão projetada pela historiografia sobre o movimento republicano paulista em geral e sobre o PRP em particular.

Entre 1884 e 1889, durante a campanha republicana, o Diário Popular teve significativa importância para a divulgação da República, uma vez que manteve um estreito relacionamento com os correligionários do Rio de Janeiro, particularmente com Aristides Lobo, o "*velho lobo republicano*" da Corte. Em suas *Cartas do Rio*, Lobo comentava não apenas notícias sobre seu município, mas também a atuação do PRP nas eleições. Teceu críticas ao encaminhamento da propaganda feita pelos paulistas e, desta forma, esclarecia certas contradições e problemas internos do Partido. As *Cartas do Rio* suscitaram

<sup>31</sup> Três anos depois, em 1888, a tiragem praticamente dobrou, atingindo a marca de 7500 exemplares. Cf. Nelson Werneck Sodré, op.cit., p.262.

<sup>32</sup> Cf. Nelson Werneck Sodré, op.cit., p.262 e Freitas Nobre, op.cit., p.62.

<sup>33</sup> RIBEIRO, Julio Cartas Sertanejas, 24 de março de 1885. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1908. (2ª edição). A primeira edição foi publicada em 1885, meses depois de havê-las apresentado à imprensa.

enfrentamentos com outros periódicos republicanos, entre eles a Gazeta de Campinas, nos quais procurou-se manter um tom "civilizado", deixando as "letras ferozes" ou as críticas mais contundentes aos políticos monárquicos, à própria Monarquia e também ao Imperador e à família real.<sup>34</sup>

Sobre a situação do Diário Popular assim escreveu Henrique de Barcellos:

"Américo de Campos, único redator, passou do ridículo da crônica leve para a altura umbrosa do artigo de fundo, tais são as contingências destes jornais provincianos que a gente acaba de dar uma notícia de um turbulento e tem de redigir um período arredondado sobre a última *volata* de uma cantora gentil!"<sup>35</sup>

Por estes comentários somos informados sobre as dificuldades enfrentadas pelo jornal e sobre as práticas que incorporou em sua distribuição. Hendebar menciona, por exemplo, que Américo de Campos, sendo o único redator do Diário Popular, escrevia praticamente todo o jornal, ficando a José Maria Lisboa o trabalho de coordenar o serviço de impressão.<sup>36</sup> Além disso, comenta uma característica do Diário Popular que o tornou famoso em toda a província: o recurso aos *entregadores de corneta*.<sup>37</sup> Ao invés de manter o velho padrão de distribuição em que as vendas eram feitas somente na redação do jornal ou através de assinaturas, os jornalistas do Diário expandiram a prática já iniciada pela Província de São Paulo em 1876 e colocaram nas ruas sua folha, sendo vendida por diversos meninos em vários pontos da cidade, os chamados "*entregadores de corneta*".<sup>38</sup> Isto, sem dúvida, possibilitou uma maior circulação do jornal, maiores vendas e também é possível pensar que com esta vendagem avulsa nas ruas tenha atingido um outro tipo de leitor, aquele que não

<sup>34</sup> Veja, por exemplo, a polêmica entre os dois jornais em torno da situação dos republicanos de Campinas durante a viagem da comitiva do Imperador, aqui comentada nas páginas 99-101.

Diário Popular, 28 de outubro de 1886.

Gazeta de Campinas, 10 de dezembro de 1886.

<sup>35</sup> Hendebar, (pseudônimo de Henrique de Barcellos) Correio de Campinas, 8 de outubro de 1885.

<sup>36</sup> Esta era também a realidade de Hendebar, que escrevia estas crônicas até as notícias policiais no Correio de Campinas. Coleção Arquivo Edgard Leuenroth, UNICAMP.

<sup>37</sup> "Américo de Campos abraçou-se primeiro a Lisboa e de pareceria com Aristides Lobo vai atirando à publicidade fagueira seu diário, que tem popularizado boas idéias e *entregadores de corneta*". Hendebar, Correio de Campinas, 8 de outubro de 1885.

<sup>38</sup> Apesar de não utilizar este tipo de venda, o Diário de Campinas publicou um artigo em tom de comédia sobre estes meninos vendedores de jornal. *Tic-Tac*, Diário de Campinas, 21 de janeiro de 1880.

tinha posses para manter uma assinatura regular do jornal, ou mesmo que não poderia deslocar-se até a redação para comprá-lo.

É justamente esta intrincada teia que imbrica periódicos, jornalistas, posturas políticas e argumentos que minha pesquisa pretende abordar. Por estes jornais é possível perceber a agilidade da imprensa paulista entre 1870 e 1889, que se correspondia com outras províncias do Império, que publicava transcrições de artigos de outros jornais e também traduções de textos de políticos da Europa e Estados Unidos. Além disso, noticiava todos os acontecimentos significativos da Província e do país, seja a estréia de uma nova ópera, seja a morte de uma figura ilustre e estimada. Desde editoriais políticos aos artigos de variedades, os jornalistas republicanos foram tecendo suas críticas ao Império e suas propostas para a República, deixando transparecer que o republicanismo na Província e no Império foi gradativamente se desdobrando em múltiplos discursos, afastando-se cada vez mais da coesão e da unanimidade.

\* \* \* \* \*

O movimento republicano paulista é um tema tratado por uma historiografia já bastante consolidada. Alguns autores, a exemplo de Emília Viotti da Costa<sup>39</sup>, o relacionaram a uma prática republicana mais ampla, entendida como parte do processo que resultou no fim do Império no Brasil. Outros, por sua vez, privilegiaram exclusivamente a atuação do Partido Republicano Paulista como objeto de suas investigações, como é o caso de José Maria dos Santos.<sup>40</sup> Apesar de suas diferenças, destacaram uma questão

<sup>39</sup> COSTA, Emília Viotti da Da Monarquia à República: Momentos Decisivos São Paulo: Brasiliense, s.d 5ª edição (1ª edição, 1987). SODRÉ, Nelson Werneck Formação da Sociedade Brasileira, São Paulo: Liv. José Olympio Editora, 1944. (1ª edição). BASBAUM, Leôncio História Sincera da República das origens a 1889 São Paulo: Alfa-Omega, 1976 (4ª edição). CARVALHO, José Murilo de A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil São Paulo: Cia das Letras, 1990.

<sup>40</sup> SANTOS, José Maria dos Os Republicanos Paulistas e a Abolição São Paulo: Livraria Martins, 1942. ZIMMERMANN, M. Emília Marques O PRP e os Fazendeiros de Café Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.

fundamental: a coesão que teria caracterizado a formação e o desempenho do Partido Republicano Paulista entre 1873 e 1889.

A ênfase numa certa coesão de idéias presente no republicanismo paulista me pareceu fundada numa leitura unilateral da política, vista apenas pela versão oficial construída pelo próprio Partido Republicano Paulista, justamente para diferenciar o movimento de São Paulo das demais províncias do Império, ou em outras palavras, para acentuar sua individualidade e importância. Com o objetivo de ampliar o entendimento desta questão retornei à historiografia que tratou o tema, visando resgatar a presença do argumento da coesão. E constatei que ele fundamentou a maior parte das explicações sobre o republicanismo em São Paulo, e opacizou possíveis vestígios que indicassem nuances internas ao PRP e às falas republicanas emergentes na Província.

Em 1939, portanto em pleno Estado Novo, foi publicado o artigo de João Dornas Filho - *A Idéia Republicana em São Paulo*<sup>41</sup> na Revista do Arquivo Municipal, em edição comemorativa ao cinquentenário da implantação da República no Brasil. A tese central deste trabalho era de que o republicanismo floresceu em São Paulo a partir de 1873 com a realização da Convenção de Itú, particularmente em virtude da "tradição democrática" emanada da Faculdade de Direito do largo do São Francisco, que exerceu uma *irresistível* influência sobre seus alunos no sentido de lutarem pela transformação política do país:

"A maioria dos signatários do Manifesto de 1870 passou pelas bancas da tradicional escola que, por ser de Direito havia de ser também de Justiça, que é a própria essência da Democracia em toda sua beleza humana."<sup>42</sup>

O pressuposto principal era de que a idéia de República estaria associada diretamente à justiça e à democracia, contrapondo-se ao Império, que seria o autoritarismo

<sup>41</sup> DORNAS FILHO, João "A Idéia Republicana em São Paulo" In: Revista do Arquivo Municipal Ano VI, Vol. LXI, São Paulo: set-out. de 1939.

<sup>42</sup> Idem, ibidem. p.07. [grifos meus]

coroado<sup>43</sup>. Dornas F<sup>o</sup> afirmou que os republicanos paulistas, em virtude desta relação direta entre Direito, Justiça e Democracia que adquiriram nas cadeiras do Largo do São Francisco, lutaram pela abolição da escravidão, "*cujo corolário irrecusável seria a República*". A coesão e organização para lutarem por sua bandeira democrática só teria sido obtida pela consolidação do Partido Republicano Paulista na Convenção de Itú em 1873. Além disso, Campinas foi caracterizada como a "*capital da democracia*", local onde os grandes líderes republicanos se fixaram e de onde teriam hasteado a bandeira do abolicionismo, considerada a base de construção da República.

João Dornas Filho resgatou também o papel dos conservadores da Província nos anos finais do Império: eles teriam percebido que a intransigência liberal em promover mudanças colocava em risco o próprio regime e, assim, os conservadores lançaram um programa de reformas no qual "*só faltava a palavra republicano para integrá-los nas hostes de Quintino Bocayiva e Campos Salles*".<sup>44</sup>

A ênfase que o autor conferiu à "*democracia paulista*" e também à atuação dos conservadores tinha como intuito diferenciar São Paulo do resto do país, apresentá-la como uma província que viveu a mudança de regime de forma amena e "*sem convulsões sociais*" e que, pela descentralização proporcionada pelas novas instituições, adentrou um "*estado de riqueza e progresso que são o orgulho do Brasil e obra exclusiva da República*".<sup>45</sup> Desta forma, projetou uma imagem democrática para São Paulo que extrapolava os limites do republicanismo, porém, acentuou que somente pela República São Paulo pôde adentrar um estado de progresso invejável.

Partindo do mesmo objeto que João Dornas Filho - o movimento republicano em São Paulo - José Maria dos Santos publicou, em 1942, Os Republicanos Paulistas e a

<sup>43</sup> Idem, ibidem, p.08.

<sup>44</sup> Idem, ibidem, p.09.

<sup>45</sup> Idem, ibidem, p.22.

Abolição.<sup>46</sup> Abordou a relação entre os republicanos paulistas e a abolição, preocupando-se em explicar tal "*relação tão contraditória*", qual seja, a de manter-se escravocratas no PRP e, ao mesmo tempo, defender a República, considerada um regime democrático que excluía a possibilidade de manutenção da escravidão.

"Os primeiros republicanos paulistas podiam bem mostrar-se esquivos e desconfiados ante as inesperadas simpatias dos reacionários escravocratas pelas suas idéias. Ninguém diria entretanto que, na questão específica da mudança de regime, essas simpatias não pudessem chegar a ser percuciente e favoráveis."<sup>47</sup>

A presença de escravocratas nas fileiras republicanas, ainda que um problema para os "*radicais*" abolicionistas, representaria uma importante força política para o Partido nascente. De acordo com o autor, a maioria do Partido temia o esfacelamento do movimento republicano em virtude dos desentendimentos entre abolicionistas e escravocratas. O problema teria sido contornado com uma conciliação entre os dois grupos através da seguinte postura: a questão da escravidão deveria ser resolvida pelos responsáveis pela instituição, o governo imperial e os partidos que dele faziam parte, não cabendo, portanto, ao PRP nenhuma responsabilidade nesta polêmica.

Apesar de apontar esta única divergência interna ao partido, José Maria dos Santos não deixou de reafirmar a existência de coesão no Partido Republicano Paulista, uma vez que a questão da abolição foi contornada. Todavia, é preciso anotar que as discussões internas apontadas por Santos, ainda que remetidas apenas às discordâncias sobre a escravidão, sinalizam a existência de nuances nas falas republicanas.

Entre os trabalhos de José Maria dos Santos e João Dornas Filho existem alguns pontos de aproximação e outros de distanciamento. Os autores mantiveram o marco da Convenção de Itú em 1873 como fundamental para o desenvolvimento do republicanismo em São Paulo. Entretanto, para Dornas F<sup>o</sup>, só através do Partido Republicano Paulista,

<sup>46</sup> SANTOS, José Maria dos *Os Republicanos Paulistas e a Abolição*. São Paulo: Livraria Martins, 1942.

<sup>47</sup> Idem, *ibidem*. p.106.

organizado nesta Convenção, a coesão de idéias foi possível. Antes disso, a idéia de República teria sido difundida na Província através dos alunos que passaram pela Faculdade de Direito, foco da democracia e da agitação política. Na leitura de Dornas Fº não haveria nenhuma divergência interna no Partido, sendo que sequer considerou a existência de senhores de escravos nas fileiras do PRP.

Santos, por sua vez, se aproximou de Dornas Fº quando afirmou que o PRP surgiu para estabelecer a organização do movimento, mas a Convenção de Itú não seria o coroamento desta coesão. Pelo contrário, ela marcaria as divergências entre os republicanos abolicionistas e os fazendeiros escravocratas que se alistavam na campanha. A coesão só seria alcançada com a conciliação de idéias que Francisco Glicério soube manejar no jogo político.<sup>48</sup>

Os dois autores, entretanto, enfatizaram que a coesão foi uma das marcas desta campanha, ainda que obtida por diferentes caminhos, e também que o Partido foi o principal, senão único, agente responsável pelo republicanismo paulista. Esta idéia esteve presente ainda nos trabalhos que se seguiram, como a tese de George Boehrer e o artigo de Emília Viotti da Costa publicados simultaneamente em 1954.<sup>49</sup>

Em Da Monarquia à República: História do Partido Republicano do Brasil (1870-1889) George Boehrer estudou o partido republicano no Brasil, elaborando capítulos separados para tratar do partido em diversas províncias do Império. Para o autor, o poder pessoal de D. Pedro II, usado muitas vezes durante o Império para a alternância de Gabinetes, foi um dos fatores do crescimento do Partido Republicano. Explicou a adesão de um grande número de escravocratas ao republicanismo, principalmente após a Lei do Ventre Livre e a

<sup>48</sup> SANTOS, op.cit., p.151.

<sup>49</sup> COSTA, Emília Viotti da "*O Movimento Republicano em Itú, os fazendeiros do Oeste Paulista e os Pródomos do Movimento Republicano*" in: *Revista de História*, nº 20, São Paulo: USP, 1954.

BOEHRER, George C. A. Da Monarquia à República: História do Partido Republicano do Brasil (1870-1889) RJ: Ministério da Educação e Cultura, 1954.

Abolição da Escravidão em 1888, pelo seu descontentamento com a forte atuação do Imperador no processo da abolição que os levou a "*confundir o imperador com o trono*", e aderirem ao partido dos "*inimigos declarados do Imperador*" apenas por "*vingança*".<sup>50</sup> Para Boehrer, o Partido dirigia seus apelos a um país sem tradição política e o impulso que recebeu, com o passar dos anos, não esteve relacionado às proposições de seu programa, "*mas antes graças ao advento de uma situação política que lhe estimulava o crescimento*". Arrolou como fatores dessa conjuntura política, além do descontentamento dos fazendeiros, a controvérsia entre a Igreja e o Estado, os desentendimentos entre o exército e os políticos civis e finalmente, a "*falta de lealdade para com a monarquia*", causada pela desmoralização dos partidos monárquicos já no fim do regime.<sup>51</sup>

A Convenção Republicana de Itú em 1873, considerada por Boehrer como a primeira tentativa de organização de um partido a nível provincial, não seria o acontecimento mais importante da vida republicana em São Paulo, mas iniciaria uma campanha que, a seu ver, foi a mais organizada e produtiva de todo o Império. Para o autor, o ano de 1878 marcou mais acentuadamente a definição do perfil do republicanismo paulista, pois foi neste momento que passaram a fazer oposição sistemática à monarquia. Neste ano, os liberais subiram ao poder, e dentre eles estava Lafayette Rodrigues Pereira, um dos signatários do Manifesto de 1870. Após diversas reuniões, os republicanos paulistas deliberaram não apoiar o novo governo, apesar da presença de seu antigo correligionário Lafayette no Ministério. Para Boehrer, tal decisão marcou, definitivamente, o afastamento do PRP dos políticos liberais e uma maior aproximação com os conservadores, firmando assim o perfil político do Partido e estabelecendo sua estratégia de ação a partir de então: evitar os laços com o Partido Liberal, exatamente por apresentarem programas de governo próximos, o que seria

---

<sup>50</sup> Idem, *ibidem*, p. 27.

<sup>51</sup> Idem, *ibidem*, p. 29.

politicamente "perigoso" para a manutenção da força de oposição e da coesão do Partido Republicano Paulista.<sup>52</sup>

Emília Viotti da Costa, por sua vez, no artigo "*O Movimento Republicano em Itú: os fazendeiros do Oeste Paulista e os Pródromos do Movimento Republicano*"<sup>53</sup> tinha como objetivo principal estudar a relação entre os fazendeiros do Oeste Paulista e o movimento republicano. Discordando do historiador G. Boehrer, afirmou que os fazendeiros paulistas haviam se mostrado "indiferentes" à lei do Ventre Livre, o que poderia ser comprovado pela pequena repercussão da lei na imprensa local. Assim, invalidou a tese de que os fazendeiros paulistas aderiram ao PRP por desgosto com o encaminhamento que o Imperador vinha dando à questão servil. Segundo Viotti, a lavoura do Oeste Paulista não era tão escravocrata quanto a do Vale do Paraíba, impossibilitando a utilização da relação causal abolição-república<sup>54</sup>. Para a autora, os paulistas "*possuíam escravos e 'apesar' disso eram republicanos - mas é difícil dizer-se que em 1871 eram republicanos por serem escravocratas.*"<sup>55</sup>

Viotti polemizou ainda com Nelson Werneck Sodré, que relacionou a queda do Império ao desenvolvimento da burguesia, ao crescimento urbano e ao advento das profissões liberais. Para Sodré, esta burguesia seria abolicionista e republicana, opondo-se à aristocracia rural e escravocrata, baluarte das idéias monárquicas e estáveis.<sup>56</sup> Para Viotti, os confrontos que aconteciam em São Paulo não poderiam ser tributados a esta oposição rural-urbano. Segundo a autora, o Oeste Paulista seria uma zona pioneira tanto no sentido geográfico quanto social. Assim, os fazendeiros que ali se fixaram ocuparam uma região

<sup>52</sup> Idem, *ibidem*, p.89.

<sup>53</sup> COSTA, Emília Viotti da, *op.cit.*

<sup>54</sup> A discussão sobre o caráter do fazendeiro paulista e o do Vale do Paraíba é um tema presente na historiografia desde longa data, conforme demonstrou o trabalho de:

CANO, Jefferson *Escravidão, Alforrias e Projetos Políticos na Imprensa de Campinas (1870-1889)* Dissertação de Mestrado, Unicamp, 1993. Em especial o cap. I *De Barões Reais e Fictícios* (pp. 1-37).

<sup>55</sup> COSTA, Emília Viotti da, *op.cit.* p.385.

<sup>56</sup> SODRÉ, Nelson Werneck *Formação da Sociedade Brasileira*, São Paulo: Liv. José Olympio Editora, 1944. (1ª edição), p.316.

ainda inexplorada física e demograficamente, fato que propiciou uma certa promiscuidade social, possível de ser identificada na existência de uma maior mobilidade entre as classes, mobilidade esta que ocasionava uma mesclagem entre aristocracia e burguesia. Em sua análise isto se deve ao fato de os homens desta *zona pioneira* apresentarem uma "*característica psicológica*" peculiar:

"É o gosto pelas coisas novas: '*amor às tendências inovadoras*' de que nos fala Gilberto Freyre ao caracterizar o paulista. É a psicologia do bandeirante que permanece, '*o inovador, o renovador, o experimentador por excelência*'.<sup>57</sup>

Desta maneira afirmou que a receptividade às idéias republicanas estaria intimamente ligada a estas características sociais e psicológicas, a esse "*gosto pelas coisas novas*", aliado ao desenvolvimento da cultura cafeeira no Oeste Paulista. Seriam os "*tipos citadinos*", representantes das idéias liberais, homens abertos às inovações técnicas e às novas idéias, que se contrapunham às idéias conservadoras, da vida rural, ainda que vivida nas cidades.<sup>58</sup>

Segundo a autora, os chefes republicanos que organizaram a Convenção em Itú teriam encaminhado a reunião de forma a manter a simpatia dos lavradores, evitando que eles se afastassem atemorizados com a abolição.<sup>59</sup> O PRP havia direcionado sua propaganda para os lavradores, pela força política que estes representavam. A ausência de fazendeiros do Vale do Paraíba estaria justificada pela sua "*diferenciação psicológica*", pois seriam "*mais escravocratas*" que os do Oeste Paulista, partidários das idéias conservadoras e presos à vida rural, por isso não estariam abertos à proposta republicana.

<sup>57</sup> COSTA, Emilia Viotti da op.cit. p.397.

<sup>58</sup> Voltando a Jefferson Cano, é importante citar que ele demonstrou como Emilia Viotti da Costa, ao rejeitar o modelo histórico da separação entre rural e urbano, afirmando exatamente a interpenetração entre estes dois elementos no Oeste paulista, acabou por repor este modelo ao estabelecer diferentes características psicológicas "onde as idéias liberais correspondem aos tipos citadinos, ainda que fazendeiros, e as idéias conservadoras à vida rural, ainda que vivida nas cidades".

CANO, Jefferson, op.cit. p.06. (passim)

<sup>59</sup> COSTA, Emilia Viotti da op. cit. p.385.

Viotti tenta se opor a uma relação causal entre abolição e república, mas não a uma incompatibilidade natural entre escravidão e república. Ao justificar o caráter menos escravocrata dos fazendeiros do Oeste paulista, argumentou que aqueles fazendeiros que aderiram à República não o fizeram por vingança contra o Imperador, mas por um espírito inovador, discordando, assim, de G. Boehrer. Todavia ambos tem um ponto explicativo em comum: localizaram a adesão ao republicanismo em procedimentos psicológicos - vingança e ansiedade pelo novo são sentimentos diferentes, mas ainda assim não deixam de ser sentimentos...

Com relação ao problema da coesão do PRP apontada por Dornas Fº, Santos e Boehrer, Viotti não o abordou explicitamente mas, como estes autores, analisou o movimento republicano pelo ângulo do Partido, acrescentando a idéia da existência de uma mesma postura psicológica. Estes dois elementos - o Partido e o caráter psicológico - seriam responsáveis pela manutenção da unidade, arrefecendo as divergências internas entre abolicionistas e escravocratas. A análise de Viotti se circunscreveu aos fazendeiros presentes no partido, e estes seriam coesos em virtude das características psicológicas iguais, originadas no fato de serem fazendeiros de café numa área pioneira do Oeste paulista e suscetíveis às novas idéias.

Assim, o republicanismo foi sempre analisado em virtude do e pelo PRP. Mais marcante que a publicação do manifesto republicano de 1870, a Convenção de Itú em 1873 (na qual o PRP foi criado), aparece como o marco de fundação do republicanismo paulista, momento em que São Paulo, diferenciando-se muito das demais províncias do Império, teria estabelecido as bases de seu movimento. Desta forma, através do Partido, a oposição ao Império e o encaminhamento da mudança de regime teriam sido possíveis, pois ele representaria a coesão de idéias e a organização da ação política.

Tal leitura, entretanto, coloca um problema: a análise da política republicana paulista sempre abordada por intermédio do PRP, excluiu qualquer possibilidade de se pensar não apenas a existência de fraturas internas ao próprio partido como também outros grupos que extrapolaram este caráter partidário. Além disso, tal análise enfatizou uma diferenciação de São Paulo frente às demais regiões, acabando por recolocar um argumento muito recorrente nos discursos republicanos: a superioridade do "*caráter paulista*": empreendedor, democrático e progressista.

Em 1965 Emília Viotti da Costa retornou ao debate sobre o movimento republicano<sup>60</sup>, agora para discutir a proclamação da República e os agentes envolvidos neste processo. Reafirmou a coesão do republicanismo paulista quando considerou que o ideal de República apareceu antes de 1870 mas que vivia a fase do "*republicanismo utópico*", por não haver uma "*ação organizada, um Partido Republicano e muito menos um planejamento revolucionário*."<sup>61</sup> A partir de 1870 o movimento republicano teria entrado numa nova fase, pois organizara-se em partido político e a partir daí difundiu-se pelas províncias do Império, principalmente em São Paulo, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul.

De um modo geral, manteve a mesma abordagem de seu artigo de 1954, enfatizando a presença dos fazendeiros do Oeste Paulista no movimento republicano e dissertando sobre as características sociais e psicológicas desta "*zona pioneira*", que teriam propiciado o surto de republicanismo entre representantes do "*meio rural*",<sup>62</sup> o que significava destacar, mais uma vez, a diferenciação de São Paulo, ou do Oeste Paulista, frente aos seus contemporâneos.<sup>63</sup>

<sup>60</sup> COSTA, Emília Viotti da *A Proclamação da República* In: *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos* São Paulo: Brasiliense, s.d 5ª edição (1ª edição, 1987).

<sup>61</sup> Idem, *ibidem*, op.cit., p.350.

<sup>62</sup> Idem, *ibidem*, op.cit., pp.351-353.

<sup>63</sup> Além dos autores já comentados, pode-se elencar também os trabalhos de Nícia Vilela Luz, que procurou redefinir os termos "burguesia" e "classe média". Pela incipiência e heterogeneidade das camadas urbanas nos anos finais do Império, adotou o termo "classes médias" como melhor definição para o quadro social do país. Elegeu entre seus representantes os republicanos Anibal Flacão e Silva Jardim, e concluiu que, apesar de um papel pouco representativo destas "classes médias" no advento do novo regime, elas foram importantes no

O Partido Republicano Paulista ganhou, em 1986, um estudo monográfico elaborado por Maria Emília Marques Zimmermann,<sup>64</sup> que seguiu basicamente a mesma linha argumentativa dos demais autores. O objetivo principal da autora foi compreender o significado deste partido político na história do país como representante de interesses de um determinado grupo social - os fazendeiros de café do Oeste Paulista. Para tanto, elaborou uma exposição dos fundamentos do PRP, desde sua criação até a proclamação da República, buscando apresentar o programa político do partido e suas implicações no encaminhamento da propaganda republicana.

Mesmo baseando-se em diversas conclusões de Emília Viotti da Costa discordou da autora quando ela, ao privilegiar o estudo das relações entre os fazendeiros paulistas e o PRP, teria minimizado a atuação do Partido e valorizado somente a idéia de República.<sup>65</sup> Neste sentido, Zimmermann procurou resgatar a presença do partido e sua importância para o processo da mudança de regime. Elegeu entre os pontos mais significativos de debate para os republicanos a questão da mão de obra e da centralização monárquica, destacando no programa político do PRP os temas do trabalho livre e do federalismo.

A propósito da questão da coesão dos republicanos paulistas, Zimmermann concordou com a idéia de que em São Paulo a coesão e organização do partido foram sua marca. Entretanto, divergiu da colocação de José M. dos Santos de que quando da ameaça de fracionamento do Partido, em virtude das discordâncias sobre a questão do elemento servil, predominou a conciliação de idéias em nome da unidade partidária. Para a autora, a

---

jogo político e na estruturação da sociedade pós-1889. *O Papel das Classes Médias Brasileiras no Movimento Republicano*, *Revista de História*, vol. XXVIII, nº 57, 1964; Existe também o texto introdutório de Reynaldo Carneiro Pessoa à edição comemorativa do centenário da publicação do Manifesto Republicano de 1870. O autor procurou resgatar a importância política deste texto, e considerou-o uma "mensagem revolucionária" bem fundamentada num programa de reformas amplo baseado na liberal democracia. *O Primeiro Centenário do Manifesto Republicano de 1870*, *Revista de História*, vol. XLI, nº 84, 1970.

<sup>64</sup> ZIMMERMANN, M. Emília marques *O PRP e os Fazendeiros de Café* Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.

<sup>65</sup> Idem, *ibidem*, p. 17.

coesão era viável na medida em que o Partido concretizava a defesa dos interesses comuns daqueles que a ele se filiavam. Além disso, o programa do PRP não se restringia à questão da abolição ou não da escravidão. A coesão do partido se manteve na medida em que ele representava os demais interesses dos cafeicultores paulistas, entre eles uma maior autonomia provincial, a qual se consubstanciava no projeto federalista.<sup>66</sup> Para a autora a leitura que muitos autores fizeram do PRP levou-os a incorrer em uma simplificação, ao afirmar que o partido mantinha uma atitude esquiva diante da abolição na tentativa de angariar novas simpatias. Esta abordagem negava a existência de um programa republicano definido e, por isso, Zimmermann procurou justamente demonstrar a existência de um projeto político fundamentado que encaminhou a propaganda.<sup>67</sup>

A análise da autora defendeu, constantemente, a coesão do PRP. No Congresso de 1887 do partido quando o fracionamento ficou mais explícito pois os republicanos não conseguiram chegar a um posicionamento único à respeito do separatismo, Zimmermann não considerou que a divisão causada por este tema tenha se transformado em ruptura, porque "*outros problemas se impuseram com prioridade e sobre eles não havia divisões no partido*".<sup>68</sup> Desta forma, ao minimizar os momentos de discordâncias, cristalizou um único projeto para a República: aquele expresso pelo PRP, reiterando a propalada coesão do republicanismo paulista.

Porém, dez anos antes, esta interpretação já havia sido revista na tese de doutorado de M. Stella Martins Bresciani, defendida em 1976.<sup>69</sup> Como foi demonstrado, até então os historiadores abordavam o republicanismo apenas em seu viés de movimento político unifacetado, elencando os agentes sociais envolvidos - enfatizando a presença de fazendeiros de café do Oeste Paulista - discorrendo sobre os Manifestos publicados e sobre a

<sup>66</sup> Idem, *ibidem*, p. 19.

<sup>67</sup> Idem, *ibidem*, pp. 20-21.

<sup>68</sup> Idem, *ibidem*, pp. 132.

<sup>69</sup> BRESCIANI, Maria Stella Martins Liberalismo: Ideologia e Controle Social (Um estudo sobre São Paulo de 1850 a 1910) Tese de Doutorado, Dep. de História, FFLCH, USP, 1976.

participação dos republicanos na política Imperial. Utilizando técnicas da lingüística para análise do discurso, o trabalho de Bresciani criou outra leitura do republicanismo paulista que procurou apreender os fundamentos, a argumentação, assim como as contradições expressas pelas falas republicanas. A autora resgatou a prática política imbricada no projeto da classe dominante paulista alicerçada, sobretudo, no processo de institucionalização do trabalho livre, prática que teve como referência a ideologia desta classe, o liberalismo.

Fundamentou sua análise no estudo de dois segmentos desta classe dominante brasileira. De um lado, as falas daqueles que exerceram o poder no regime monárquico, inscritas nos Relatórios de Presidentes da Província.<sup>70</sup> De outro, as falas de crítica a esse poder, presentes no Manifesto Republicano de 1870, na *Gazeta de Campinas* e no *Catecismo Republicano* de Alberto Salles.<sup>71</sup> As duas falas - a monárquica e a republicana - teceram sua argumentação sobre os mesmos procedimentos metodológicos. Primeiro, descrevendo a realidade e organizando-a num discurso coerente; segundo, elaborando uma proposta para reformular a realidade vivida; e, terceiro, recorrendo à um saber cujas matrizes estavam fundadas no liberalismo. Por outro lado, a autora procurou também descobrir as nuances destes discursos, pois considerou que os mesmo procedimentos de método haviam dado origem a projetos políticos diferentes, chegando mesmo a falar em "*liberalismos*".

Desta forma, demonstrou como o debate político no correr do século XIX se desenvolveu tendo como matriz o pensamento liberal inglês e o pensamento ilustrado francês, pois havia um eixo comum às diferentes posturas políticas consubstanciado na idéia de civilização. Desta forma, tanto os republicanos quanto os partidos monárquicos compartilhavam dos mesmos referenciais teóricos liberais, os quais fundamentavam um mesmo projeto civilizador que previa a constituição de um mercado de trabalho livre. Porém, mesmo compartilhando uma mesma matriz discursiva, os republicanos não reconheciam

<sup>70</sup> Idem, *ibidem*, op.cit., p.XIV.

<sup>71</sup> Idem, *ibidem*, op.cit., p.169, *passim*.

parceiros políticos entre os partidos liberal e conservador.<sup>72</sup> Bresciani captou no campo conceitual do debate republicano uma questão fundamental: a noção de *ruptura*, presente na idéia de que através de determinadas estratégias se fundava "um outro lugar no campo da política", numa tentativa de distanciamento e legitimação dos próprios discursos republicanos.<sup>73</sup>

Tal noção de ruptura não se estabelecia somente em relação ao discurso monárquico, mas também no interior das falas republicanas. Isto porque a autora reconheceu dois projetos em disputa: um liberal democrático que defendia a República federativa, e outro autoritário de viés positivista e centralizador. Duas vertentes do projeto republicano que fundaram sua legitimidade, sua diferença e coerência política, no qual estavam em debate as noções de "*tempo histórico*" e de "*cidadão*".<sup>74</sup>

Bresciani acrescentou que a noção de "cidadão" presente nos discursos republicanos implicava, necessariamente, na utilização da categoria povo. Assim, demonstrou que havia entre os republicanos - que se reconheciam como uma elite que tinha por missão recuperar o saber da classe à qual pertenciam - e o *povo* uma relação pedagógica pautada no argumento de era necessário incentivar a instrução popular, que se configurava na "*dimensão maior da proposta republicana de politizar a relação do povo com o Estado*".<sup>75</sup>

O trabalho de Stella Bresciani - sua tese e os artigos que seguiram - se configura num importante referencial teórico-metodológico para esta dissertação pois rompe não apenas com a noção de coesão, como também demonstra a possibilidade de rastreamento das dissonâncias e convergências no interior dos discursos republicanos, principalmente com relação aos temas que privilegiei, como a crítica à realidade vivenciada (o

<sup>72</sup> Idem, *ibidem*, op.cit., p.5.

<sup>73</sup> M.Stella Martins Bresciani, *O Cidadão da República: Liberalismo versus Positivismo, Brasil 1870-1900*, *Revista USP*, n° 17, março/abril/maio de 1993. pp. 122-135.

<sup>74</sup> Idem, *ibidem*, p.122-125.

<sup>75</sup> BRESCIANI, M. Stella M. *Liberalismo: Ideologia e Controle Social*, op.cit., p.382-389 [grifos no original].

Império), a recorrência ao *povo*, e principalmente, a disputa entre discursos republicanos diferenciados.

Uma outra possibilidade de pensar a multiplicidade de falas sobre a República que rompe com a noção de um único projeto republicano, foi apresentada por José Murilo de Carvalho em A Formação das Almas<sup>76</sup>. Ainda que tenha centrado sua análise nas formas de legitimação do novo regime que extrapolaram o mundo da elite letrada e atingiram o todo da população, apontou a existência de "modelos de República" que estariam à disposição dos republicanos brasileiros. O modelo francês da Primeira República, que salientava os aspectos da participação popular; o modelo americano, com sua ênfase no federalismo; e o modelo positivista, inspirado na Terceira República Francesa.<sup>77</sup>

Esta concepção de que os republicanos brasileiros pensavam a República sempre em termos de "*modelos*" importados de outros países - leitura que singulariza sua interpretação com relação à de Bresciani<sup>78</sup> - foi justificada por José Murilo de Carvalho como um fenômeno universal de buscar modelos externos, que, uma vez adaptados, se tornam úteis e reveladores das "*forças políticas e dos valores que predominam na sociedade importadora*."<sup>79</sup>

Para o caso de São Paulo considerou que o PRP, organizado por proprietários rurais, tinha o modelo americano e a solução federativa como República ideal pois lhes convinha a definição individualista do pacto social: evitava a participação popular e fornecia a justificativa para seus interesses particulares de proprietários.<sup>80</sup>

<sup>76</sup> CARVALHO, José Murilo de A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil São Paulo: Cia das Letras, 1990.

<sup>77</sup> Idem, ibidem, pp.18-22.

<sup>78</sup> Stella Bresciani discorda da interpretação que explica a vivência do liberalismo no Brasil como resultado de um processo de importação de idéias, que aqui estariam "fora do lugar". Sobre este debate ver, principalmente, Roberto Schwarz, *As Idéias Fora do Lugar* in: Ao Vencedor as Batatas, São Paulo: Duas Cidades, 1981; Maria Silvia Carvalho Franco *As Idéias estão no Lugar*, Cadernos de Debate História do Brasil, nº1, São Paulo: Brasiliense, 1976. pp.61-64.

<sup>79</sup> Idem, ibidem, p.22.

<sup>80</sup> Idem, ibidem, pp.24-25.

Mas José Murilo de Carvalho ressaltou que o modelo americano não era a opção de todos os republicanos no Brasil e resgatou a participação de um setor da população urbana formada por pequenos proprietários, profissionais liberais, jornalistas, professores e estudantes na proclamação da República. Estes representavam a versão jacobina e tendiam a projetar para a Monarquia Brasileira os mesmos defeitos do Antigo Regime. Para o autor, este grupo caía em abstrações, como por exemplo, o apelo à "*liberdade, igualdade e fraternidade*" e também recorriam a um *povo* abstrato, com referências quase sempre simbólicas. Porém, para José Murilo de Carvalho, se estes republicanos tivessem tentado uma revolução como a Francesa, se decepcionariam porque, o *povo*, que em Paris tomou a Bastilha e guilhotinou os reis, não teria aparecido nas ruas do Brasil.<sup>81</sup>

Contudo, para todas as propostas republicanas emergentes, o Estado era o meio eficaz para atingir os objetivos perseguidos. Neste sentido a versão positivista para a República trouxe elementos ideais: a condenação da Monarquia pelas leis do progresso, a defesa da separação Igreja-Estado e a idéia de ditadura republicana. Além disso, os positivistas defendiam a incorporação do "*proletariado*" à sociedade moderna e, pelo apelo novamente a um *povo abstrato*, "*abria caminho entre o operariado*".<sup>82</sup>

Ainda que criando uma análise a partir de modelos, este trabalho de José Murilo de Carvalho apontou para uma importante questão: a participação de elementos do setor urbano na propaganda republicana, o que possibilita rever a constante referência ao movimento republicano de São Paulo como eminentemente formado por fazendeiros de café.

Tanto José Murilo de Carvalho quanto Stella Bresciani ampliaram o tema do republicanismo, resgatando (embora de forma muito diferenciada) suas mediações com experiências internacionais, seu imbricamento na luta política no presente e preocupando-se mais com os debates internos ao discurso republicano. Desta maneira, apontaram para a

---

<sup>81</sup> Idem, *ibidem*, p. 26.

<sup>82</sup> Idem, *ibidem*, p. 27.

possibilidade de rastreamento de diferentes projetos de República nos anos finais do Império e, também, para a abordagem do republicanismo como movimento que extrapolou os setores de proprietários, ainda que se trate de um "*elite letrada*" num Império praticamente analfabeto. E é por estas trilhas que esta reflexão pretende adentrar.

\* \* \* \* \*

Após este longo trajeto pelas fontes e pela historiografia que tratou do movimento republicano, finalmente apresento o caminho que trilharemos a partir de agora. No Capítulo I tratei basicamente das representações críticas que os republicanos moldaram para o Império e suas instituições: os partidos monárquicos, a centralização, a política imperial e também o próprio Imperador. Além disso, estava patente a contraposição entre Rei e Povo, categoria recorrente no discurso republicano. Assim, o Capítulo II é um encontro com as imagens criadas sobre o *povo* na argumentação republicana, que constantemente recorreu à esta categoria instrumentalizando-a de diferentes maneiras.

E finalmente, no Capítulo III procurei reconstruir o debate entre os discursos republicanos, de forma a apreender o movimento dos diferentes projetos, suas propostas, suas divergências e confluências, demonstrando como a idéia de República na Província de São Paulo não se restringiu à unanimidade e à fala do PRP.

## CAPÍTULO I

### A SPHINGE MONÁRQUICA

"Em um regime de compressão e de violência, conspirar seria o nosso direito. Mas no regime das ficções e da corrupção, em que vivemos, discutir é nosso dever."

Manifesto Republicano de 1870

## 1. A centralização, a política, os partidos, as Câmaras.

"A mitologia dá-nos a notícia da *Sphinge*, que apresentava um enigma aos viajantes e roubava-lhes as vidas quando não o decifravam.

Felizmente houve um Édipo, que deu cabo do *monstro*.

Em nosso país há também uma *Sphinge*, que diariamente oferece enigmas: é a política.

Mais afortunada que a outra, ainda não achou seu Édipo.

Ainda bem que entre nós não fica condenado à morte quem não compreende ou não descobre os segredos da *Sphinge*."<sup>1</sup>

Um conjunto de enigmas e ao mesmo tempo um mito personificou a política imperial e justificou a necessidade da análise e crítica sistemáticas de seus principais traços, de forma a desvendá-los: a centralização, a administração provincial, as Câmaras, os partidos. Muitas destas restrições não foram tema exclusivo dos republicanos paulistas e estiveram presentes também nas queixas de políticos de matizes diversos. Isto pode ser percebido, por exemplo, no artigo de Francisco Quirino dos Santos defendendo a autonomia local escrito em 1869, quando o redator ainda fazia parte do Club Liberal-radical.

"A primordial base de união é a família. Mas a família só, nômade, errante, não preenche o ideal do nosso destino. Surge a cidade: é o nosso asilo, o primeiro ponto de partida para o estabelecimento do povo."<sup>2</sup>

A necessidade de acentuar a importância da autonomia contra o centralismo levou o jornalista a tecer uma explicação político-filosófica para o municipalismo: fundamentava-se na existência da família, base primeira de união, que se expandira originando a Cidade e o "*povo*". Tal argumentação procurou remontar a origem da sociedade a uma espécie de pacto originário natural, que deveria ser preservado em todos os seus princípios básicos.<sup>3</sup> Entretanto, havia um grande impecilho para esta organização natural: a

<sup>1</sup> Américo Brasiliense, *A Verdade das Urnas*, *Gazeta de Campinas*, 29 de setembro de 1872.

<sup>2</sup> Francisco Quirino dos Santos, *A Cidade*, *Gazeta de Campinas*, 04 de novembro de 1869.

<sup>3</sup> Stella Bresciani demonstrou como os republicanos da *Gazeta* retomavam colocações dos teóricos do liberalismo, localizando "*o contrato fundador da sociedade civilizada na "associação espontânea de pais de família" de*

centralização administrativa do Império. Quirino ampliou ao máximo sua representação sobre a centralização administrativa chegando ao ponto de afirmar que uma organização arcaica como a feudal tinha maior capacidade de conceder liberdades que o sistema monárquico representativo.

"A rotina que preside a marcha de todas as coisas entre nós, tem deturpado e enfraquecido consideravelmente esta instituição [a câmara municipal], que não possui uma órbita própria de ação atualmente (...)

As nossas Câmaras por melhor intenção que guie o seu trabalho, são de ordinário mancadas diante dos obstáculos que as trazem manietadas pelo poder central e não podem vingar o fim que têm em mente.

E o municipalismo deve ser a cabeça, o braço, a direção da cidade. (...)

Os conselhos portugueses regiam-se, às vezes, com maior soma de garantias no meio da dominação feudal, do que as municipalidades do sistema monárquico representativo."<sup>4</sup>

Este confronto entre a administração municipal e a centralização foi tema recorrente na imagem projetada pela propaganda republicana em geral sobre o Império, e nos artigos da Gazeta em particular, imagem que procurou respaldar-se em ocorrências locais. Assim, no início de 1870, a Câmara Municipal enviou à Assembléia Provincial uma representação reclamando verba para a construção de uma estrada que ligasse Campinas e Amparo. Segundo Campos Salles, o "*governo julgou-se ofendido*" e respondeu que as providências necessárias já haviam sido tomadas em relação à referida estrada e que "*as Câmaras municipais não estavam autorizadas a censurarem os atos do governo*" sendo "repreensível o procedimento da mesma câmara".

De acordo com o relato do jornal, as plantas de construção da estrada estavam sendo arquivadas sem que nenhuma providência fosse tomada para iniciar as obras. Campos Salles considerou esta polêmica entre a administração provincial e local como uma "comédia de mau gosto". A centralização administrativa, a popularidade do regime e a cesura

---

*um localidade - o município*". Cf. Stella Bresciani, *O Cidadão da República: Liberalismo versus Positivismo, Brasil 1870-1900*, Revista USP, nº 17, março/abril/maio de 1993. pp. 126.

<sup>4</sup> Francisco Quirino dos Santos, *A Cidade*, Gazeta de Campinas, 04 de novembro de 1869. Stella Bresciani trabalhou a questão do municipalismo....

entre os interesses locais e a administração central se sustentavam na existência de um funcionalismo parasita e subserviente:

"Aqui, como em toda parte, o governo de alimenta desta popularidade artificial, que não vem do espírito público, mas do imenso funcionalismo assalariado e sem trabalho, a administração esquece a grandeza de sua missão (...) para dar mãos aos despachos de remoção, nomeação e demissão de certa ordem de funcionários que não são mais que sanguessugas do orçamento. Para nós não existe administração. O que com este nome voga não passa de uma comédia de mau gosto com que se escarnece do bom senso público."<sup>5</sup>

Concordando com o Correio Paulistano, denunciou, de forma contundente, em 1870, a relação de exploração que se estabelecia entre a Corte e a Província de São Paulo:

"A Província de São Paulo leva a palma as outras províncias do Império no aumento progressivo das suas rendas. O confronto é feito com os dados mais exatos, extraídos das peças oficiais. (...)

Portanto, é à Província de São Paulo que cabe a primazia no aumento progressivo desta fonte de rendas, que como a principal e mais fecunda, caracteriza sobretudo a riqueza pública. (...)

Haverá ainda algum crédulo que persista com a estóica firmeza em asseverar que vivemos no melhor dos mundos, sob a influência do mais salutar sistema administrativo?"<sup>6</sup>

As cifras não escondiam o fato de que São Paulo era a província que mais contribuía para o orçamento geral, e que acabava patrocinando as demais partes do Império, além da Corte. Também recorrendo à sátira, presente na frase voltairiana "*vivemos no melhor dos mundos*", porém para concretizar uma crítica séria, a exemplo do pensador francês, Campos Salles procurou desmistificar as crenças fanáticas no sistema monárquico, equiparando-o à Corte de Versalhes e a Luís XIV:

"As províncias contribuem e a corte esbanja.

As pompas da realeza, os esplendores do trono que fascinam o povo, o estrondo das festas oficiais na grande capital do Império, como outrora fazia Luís XIV, na sua Corte de Versalhes, (...) valem mais, muito mais na nossa pragmática política do que quantas necessidades possam sofrer as províncias. (...) São os encantos da centralização, dizem os áulicos. É a desgraça do Brasil - dirão um dia as províncias."<sup>7</sup>

<sup>5</sup> Campos Salles, A Nossa Administração, Gazeta de Campinas, 29 de maio de 1870.

<sup>6</sup> Campos Salles, *Província de São Paulo*, Gazeta de Campinas, 07 de julho de 1870.

<sup>7</sup> Campos Salles, *Província de São Paulo*, Gazeta de Campinas, 07 de julho de 1870.

O confronto de imagens foi estabelecido para que os leitores tivessem a dimensão do quanto haveria de similar entre o *governo monárquico representativo* de D. Pedro II e o absolutismo de Luís XIV. A mensagem desta representação estava na denúncia de que as províncias, ao pagarem os faustos da realeza, eram sugadas por um poder centralizador e acabavam sem recursos para prover suas próprias necessidades. Mais do que prejuízos exclusivos de cada província, o sistema administrativo monárquico estava acarretando a derrocada do país inteiro, pois as ostentações da realeza, apesar de seu fascínio, não promoviam o desenvolvimento da Nação; pelo contrário, tal desenvolvimento, quando ocorria, era decorrência exclusiva do trabalho das empresas provinciais.

A crítica ao sistema de arrecadação dos impostos foi retomada dois anos depois por Américo Brasiliense em uma série de artigos intitulada *O Governo e os Impostos*, publicada pela Gazeta de Campinas. No primeiro deles recriminou o Governo Imperial por preservar taxas aprovadas em 1867 para prover as despesas excepcionais da Guerra do Paraguay, as quais tinham sido aprovadas em caráter emergencial, ou seja, deveriam ser suprimidas quando a Guerra chegasse ao fim.

"Há mais de dois anos cessou a Guerra: o Império está gozando de uma situação pacífica, e entretanto, a nação continua sob o peso de contribuições, que perderam seu legítimo fundamento com a extinção das necessidades extraordinárias que as exigiram.

É verdade que há despesas, pendentes de liquidação e encargos nascidos daquele período excepcional. (...) Mas ninguém dirá que temos hoje altos dispêndios que consumiam (...) na manutenção das forças de céu e mar."<sup>8</sup>

Em seguida demonstrou sua discordância com um sistema de impostos injusto, que tributava mais as classes desfavorecidas, impedindo-as de melhorar. Tratava-se em primeiro lugar de redimensionar os chamados impostos pessoais, que desenhavam um quadro de desigualdade social no país:

---

<sup>8</sup> Américo Brasiliense, *O Governo e os Impostos*, Gazeta de Campinas, 09 de junho de 1872.

"O país acha-se em uma situação anômala. De um lado uma classe que, gozando de todos os proveitos de uma posição favorecida pela fortuna, ainda é aliviada da prestação de serviços públicos pesados, e sobre a qual as contribuições financeiras não exercem influência prejudicial; de outro lado as classes menos abastadas e as que para obterem poucos meios de subsistência necessitam trabalhar diariamente. Estas são votadas aos mais duros encargos, aos mais onerosos sacrifícios. Dizer-se que o país é regido por instituições livres, onde se acha consagrada a igualdade de direitos é proferir uma inverdade."<sup>10</sup>

Esta diferenciação entre "classes" se originava e se reproduzia devido ao regime monárquico, uma vez que era o responsável pela definição dos impostos. Além de projetar uma dada distribuição de renda - na qual quem mais tinha menos contribuía - considerava abusiva também a prestação de serviços públicos - sobretudo os encargos com a Guarda Nacional - que dificultava às classes menos abastadas o acesso ao tempo necessário para trabalhar por sua subsistência. Esta injustiça social era, portanto, alimentada por instituições que propagavam ainda mais a desigualdade e com ela os "violentos e lamentáveis movimentos sociais":

"Manter semelhante estado de coisas exigindo-se da maior parte dos cidadãos penosas contribuições e exonerando outros, é infringir os preceitos da justiça e alimentar ressentimentos, que de ordinário são germe de violentos e lamentáveis movimentos sociais, quando se gasta a paciência pública. É no intuito de evitá-los que desejamos e pedimos reformas profundas (...). Só assim a Nação, seguindo o caminho da Revolução Pacífica, a que somos sinceramente adesos, tocará o alvo de suas vistas."<sup>11</sup>

Além da denúncia da injustiça social inscrita no Império, pode-se inferir que Américo Brasiliense procurava difundir uma determinada concepção de justiça e pacifismo, garantindo aos leitores que o movimento republicano não pregava a violência e sim uma "*revolução pacífica*", baseada em reformas profundas e não no confronto de classes. Se acaso uma revolução violenta acontecesse, seria consequência da própria instituição monárquica, que alimentava a desigualdade e os ressentimentos.

O argumento de que deveria haver uma contribuição proporcionalmente justa de todos os cidadãos para atender as despesas do Estado, foi apropriado por Brasiliense aos

<sup>10</sup> Américo Brasiliense, *O Governo e os Impostos II*, *Gazeta de Campinas*, 13 de junho de 1872.

<sup>11</sup> Américo Brasiliense, *O Governo e os Impostos II*, *Gazeta de Campinas*, 13 de junho de 1872. [grifos do autor]

ensinamentos de Adam Smith. Este pensador inglês seria o autor desta proposição que se transformou em um dos princípios fundamentais da ciência moderna, e a qual "*ao Estadista não é lícito desprezar quando encarregado de dirigir os negócios públicos.*"<sup>12</sup> Seguindo esta orientação saiu em defesa dos "injustiçados" do Império. Utilizando-se dos pronunciamentos do Ministério de 1872 e do ex-ministro do Gabinete Itaboray - que afirmavam ser os agricultores a classe mais atingida pelos impostos - Brasiense discordou desta opinião, argumentando que os segmentos da população onerados pelas taxas imperiais eram muito mais amplos. Para acentuar a desigualdade do sistema considerou o serviço na Guarda Nacional também como mais imposto cobrado da população:

"(...) o serviço da guarda nacional não pesa unicamente sobre os agricultores. Os artistas, negociantes, operários e especialmente os que precisam de trabalho diário, não interrompido, com que provejam a sua subsistência, também sofrem os duros efeitos da má lei que temos, agravadas pela perseguição política. Digamos bem alto que entre nós os impostos quer pagos em dinheiro quer em serviços - estão estabelecidos de modo desfavorável às classes menos abastadas."<sup>13</sup>

Pode-se inferir que, ao tratar destes segmentos da sociedade, sua representação do sistema monárquico tornava-se muito atraente, visto que propunha uma redistribuição dos impostos, baseando-se no critério da proporcionalidade. Mas os impostos provinciais também foram alvo das críticas de Brasiense, que assim se manifestou contra a transferência de recursos de uma província para outra, ou para obras na Corte:

"De modo algum se pode sustentar que a obrigação de contribuir uma província com os meios pecunários de que depende a realização de obras e melhoramentos especialmente relativos a outra divisão administrativa do Império."<sup>14</sup>

Na verdade, o jornalista habilmente mesclou o argumento da desigualdade de tratamento das classes sociais com relação aos impostos para a desigualdade de redistribuição das rendas do Império com relação às províncias, acentuando a injustiça que atingia São Paulo. Este imbricamento se torna mais evidente com a continuidade do texto que, ao invés

<sup>12</sup> Américo Brasiense, *O Governo e os Impostos III*, *Gazeta de Campinas*, 29 de junho de 1872.

<sup>13</sup> Américo Brasiense, *O Governo e os Impostos III*, *Gazeta de Campinas*, 29 de junho de 1872.

<sup>14</sup> Américo Brasiense, *Supressão de Despesas*, *Gazeta de Campinas*, 07 de julho de 1872.

de manter sua discussão inicial em torno dos impostos provinciais, retomou o problema dos impostos pessoais decretados durante a Guerra do Paraguay e até então em vigor.<sup>15</sup>

A questão da centralização como crítica ao desperdício do potencial das províncias apareceu também na Seção Particular da Gazeta de Campinas, na qual um escritor anônimo, utilizando a alcunha de *O'Oeste*, traçou uma outra imagem da relação província - Corte. Em suas palavras, as províncias viam seu potencial de riqueza desperdiçado não apenas pelos "fastos da Corte" mas também pela falta de liberdade de ação e o esquecimento ao qual a Corte relegava as províncias, particularmente São Paulo. Para ele governo imperial deixava:

"de levar remédio pronto e eficaz às províncias, que transbordando de seiva e riqueza, atrofiam-se contudo no meio da abundância por falta de liberdade de ação. Enquanto a corte do Império sobrenada a todas as preocupações e alça-se aos prazeres e regalias que o suor quente e gotejante do povo lhe proporciona,(...) a província, os municípios dela contrastam aquela vida ruidosa, arrostando uma existência mísera como se fossem verdadeiros mendigos. (...)

A Província de São Paulo é assim, e os municípios também, concorrendo abundantemente para os fastos da Corte e engrandecimento do orçamento geral, ficam no entanto em perpétuo esquecimento..."<sup>16</sup>

Campos Salles apresentou a questão centralização/desperdício/abandono das necessidades provinciais sob outro prisma. Eram decorrência do comportamento do Imperador e dos políticos que mantinham em completo segredo os atos do governo.

"Contente-se com a irresponsabilidade de dispendir anualmente centenas de contos de réis em puro desperdício, sem que o paciente povo tenha conhecimento dos serviços a que se destina o fruto do seu trabalho muitas vezes pesado, cheio de dificuldades e privações."<sup>17</sup>

A imagem projetada pelo artigo de Campos Salles de todo um *povo* que labutava num trabalho pesado, não deixa de ser dissonante numa sociedade em que este trabalho "*pesado, cheio de privações e de dificuldades*" era efetivamente realizado pela grande massa escrava, que não pagava impostos e também não podia comprar a Gazeta de

<sup>15</sup> Américo Brasiliense, *Supressão de Despesas*, Gazeta de Campinas, 07 de julho de 1872.

<sup>16</sup> O'Oeste, *Seção Particular*, Gazeta de Campinas, 11 de julho de 1872.

<sup>17</sup> Campos Salles, *Segredo e Sempre Segredo*, Gazeta de Campinas, 13 de outubro de 1872.

Campinas. Sem dúvida, o *povo* de Campos Salles se confundia com contribuintes, aqueles cidadãos paulistas prejudicados pelo desperdício do dinheiro público que, portanto, deveriam cobrar uma maior transparência dos atos governamentais. Ironizando, comentou que a transparência das instituições não passava de mera ficção. A própria existência e as denúncias feitas pelo partido republicano era testemunho da opacidade dos atos governamentais:

"Dizem que vivemos sob o Império de instituições muito liberais: que somos regidos pelo *sistema representativo*, que habitamos a terra da liberdade de imprensa e da *publicidade*.

O que mais nos falta? O que poderemos desejar?

Os fanáticos apóstolos da *sabedoria* de nossas leis nem compreendem como ainda possa viver um partido - o democrata - queixando-se todos os dias do mau estado do país, pedindo reformas radicais e continuando na propaganda de suas doutrinas.

Não há dúvida - será tudo muito bom ... aos olhos destes felizes *patriotas*, que apregoam ser o Brasil governado pelas mais sábias das instituições e pelo mais ilustrado dos monarcas que o mundo conhece.

Mas o que sabe o povo brasileiro do que acontece pelas *altas regiões*?

Que contas dá o governo dos seus atos?"<sup>18</sup>

A denúncia constante que estes "democratas" faziam dos problemas do país e da falta de liberdade, era sintomática de que havia uma "*falsa propaganda*" do Império, empreendida pelos defensores do regime que viviam a ficção do sistema representativo: uma falsa liberdade de imprensa e também a falta de transparência dos atos do governo. Na origem desta ficção estavam instituições políticas viciadas e ultrapassadas e um monarca incapaz de exercer sua função de chefe de Estado.

"Convençam-se os homens do poder de que... tudo se deve fazer a plena luz."<sup>19</sup>

Mas esta transparência não era cobrada apenas do governo central. Estendia-se também à Assembléia Provincial e a seu empenho de exercer, ou não, o papel de poder descentralizado. A esta Casa Campos Salles dedicou um artigo que iniciava com as seguintes palavras.

"A esterilidade da Assembléia Provincial em suas sessões periódicas é um fato que de há muito começou a imprecionar o espírito público.(...)"

<sup>18</sup> Campos Salles, *Segredo e Sempre Segredo*, Gazeta de Campinas, 13 de outubro de 1872.

<sup>19</sup> Campos Salles, *Segredo e Sempre Segredo*, Gazeta de Campinas, 13 de outubro de 1872.

O triste e calamitoso espetáculo de todos os anos é sempre o mesmo. Camminhamos de decadência em decadência para a ruína completa de uma das mais belas e mais salutares conquistas da descentralização."<sup>20</sup>

A Assembléia Provincial era o espaço por excelência onde dever-se-iam exprimir as conquistas da descentralização. Contudo, não estaria cumprindo a função que lhe fora conferida, demonstrando-se improdutiva e oferecendo, ano após ano, um espetáculo contristador. Resgatando a história do Império para explicar a origem deste desvirtuamento, afirmou que este estado seria fruto das "*antigas contendias*" travadas entre os dois partidos monárquicos e que desembocaram na Lei de Interpretação ao Ato Adicional de 1840. Nesta ocasião, depararam-se, de um lado, a "*benéfica influência das idéias liberais*" que reclamavam uma maior amplitude nas atribuições das Assembléias Provinciais, e de outro, o pensamento centralizador que forçava uma diminuição da esfera de ação destas Casas. E a conclusão do redator era de que deste embate nasceu:

"este estado de confusão que tornou desconhecida a importância daquela instituição, perturbando os limites de sua competência."<sup>21</sup>

Desta forma, Campos Salles traçava uma determinada representação do sistema monárquico: ele acabara se estruturando no Brasil sob o signo de uma confusão política, fruto do confronto entre princípios antagônicos, da qual resultaram este mau traçado plano de ação de uma instituição eminentemente descentralizadora num Império regido pela centralização. O resultado eram Assembléias nas quais o interesse individual se antepunha ao público:

"Um só partido político, (...), logo subdividido em grupos que não se distinguem entre si, debate-se em vãs contendias, nas quais o interesse individual está sempre anteposto ao bem público."<sup>22</sup>

Tal opinião sobre a atuação da Assembléia era compartilhada por outro redator da Gazeta, Francisco Quirino dos Santos:

<sup>20</sup> Campos Salles, *A Assembléia Provincial*, Gazeta de Campinas, 02 de abril de 1874.

<sup>21</sup> Campos Salles, *A Assembléia Provincial*, Gazeta de Campinas, 02 de abril de 1874.

<sup>22</sup> Campos Salles, *A Assembléia Provincial*, Gazeta de Campinas, 02 de abril de 1874.

"As Camaras - feitas ao sabor e aprazimento do partido dominante, acham-se divididas em grupos que se estão a degladiar não tanto pelos princípios como pelas paixões e interesses calculados. (...) Os mesmos hábitos, os mesmos erros, as mesmas coisas. Só o que não há de surgir do caos informe é a luz!"<sup>23</sup>

Para os dois republicanos - companheiros de jornalismo e de partido - haveria um embate interno na Assembléia que se manifestava em disputas nas quais imperavam o interesse individual. Além disso, ambos afirmavam que este *status quo* era algo permanente, e o que Campos Salles denominou como a repetição do mesmo "*triste e calamitoso espetáculo*", Quirino interpretou como o "*caos informe*" que nunca poderia originar a luz.

Note-se que estas representações da Assembléia Provincial estavam também sempre acompanhadas de uma crítica aos partidos monárquicos, que foram responsabilizados pelas discussões estéreis. Campos Salles e Quirino não faziam distinção entre liberais e conservadores, nem de princípios, de programas ou de estratégia política. Por esta razão, as disputas pessoais imperavam.

Em outro jornal republicano - o Diário de Campinas - encontra-se uma concepção da política monárquica diversa daquela presente nos textos da Gazeta. Preocupado em atacar o "*jesuitismo*" e projetar uma imagem mais original e contundente do Partido Republicano, o Diário usou de uma artimanha peculiar: as diferenças de princípios inscrita nos partidos:

"O Partido Conservador, por exemplo, entende que a autoridade deve estar investida de tanta força quanto baste para conter os vãos populares: que o povo deve girar em pequena esfera de ação e que as liberdades públicas devem ser concedidas pausadamente..."

O Partido Liberal já não pensa assim: entende que as teorias conservadoras acanham o progresso e retardam a civilização dos povos e pretende restringir o princípio da autoridade, dando tanta liberdade ao povo quanta baste para conter o governo nas raias de suas atribuições legais."<sup>24</sup>

<sup>23</sup> Francisco Quirino dos Santos, *Política Interna*, Gazeta de Campinas, 04 de junho de 1874.

<sup>24</sup> *O Partido Ultramontano*, Diário de Campinas, 11 de janeiro de 1876.

A orientação do partido conservador estava alicerçada nos princípios da autoridade, do controle da ação popular e da liberdade concedida. O partido liberal, por sua vez, baseava-se no progresso da civilização, na ampliação da liberdade popular e no legalismo governamental. Note-se que tais definições procuravam destacar a coerência e especificidade de princípios de cada um, de forma a projetar a singularidade do Partido Republicano.

"O Partido Republicano vai mais além, reconhece o povo como o único soberano das nações, não admite a alienação da soberania popular e por isso a não divide. Seu governo exerce as funções de um simples procurador do povo e disto resulta a morte dos privilégios residentes naquele que monopoliza o governo das heranças e das perpetuidades."<sup>25</sup>

O princípio básico do Partido Republicano confundia-se com a defesa da soberania popular sem restrições. Neste sentido, o governo nada mais seria do que um *"procurador do povo"* que anulava os privilégios presentes no sistema monárquico, particularmente os direitos de hereditariedade e vitaliciedade (*heranças e perpetuidades*). O redator completou sua argumentação afirmando que estes três partidos *"são claros e positivos e cada um deles tem sua política precisamente discriminada."* Além disso seriam *"francos quando doutrinam"* e *"fiéis quando desempenham sua política"*. Tal polidez diante dos três partidos não era gratuita. Tinha por objetivo marcar uma igualdade de conduta - a transparência no fazer da política - contra o Partido Ultramontano<sup>26</sup>, alvo maior do redator naquele momento:

"O Partido Ultramontano quer o reinado das trevas, quer o cortejo dos crimes, quer ensanguentar o mundo (...). Quer retrogaradar aos tempos de suas maldades, quer a servidão dos homens, os horrores da morte, o sofrimento do martírio, a vergonha da desonra, o rebaixamento do homem..."<sup>27</sup>

<sup>25</sup> O Partido Ultramontano, *Diário de Campinas*, 11 de janeiro de 1876.

<sup>26</sup> O Ultramontanismo, que muitas vezes recebeu a alcunha de Partido Ultramontano, era formado por políticos de diversos matizes ligados à Igreja Católica que exigiam a concentração de poderes em Roma. A expressão doutrinária desta proposta estava baseada e consubstanciada no *Syllabus* do Papa Pio IX (1846-1878), que condenava, entre outras coisas, o racionalismo, o naturalismo, a separação Igreja/Estado, o primado do poder civil, o liberalismo. Enfim, o *Syllabus* retornava a luta pela preponderância da autoridade espiritual da Igreja sobre a sociedade civil. Cf. Sérgio Buarque de Holanda, *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, vol. 4. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971. pp.317-337.

<sup>27</sup> O Partido Ultramontano, *Diário de Campinas*, 11 de janeiro de 1876.

Diante do descalabro de tal representação, os "*partidos seculares*" recebiam foros de franqueza e pacifismo políticos. O jornal republicano tornava-se, pois, porta-voz da Maçonaria - inimiga declarada do Ultramontanismo - e da qual faziam parte políticos de diferentes matizes. Explicava-se, assim, a definição simpática a cada um dos partidos, mas que sem dúvida era mais enfática com relação aos princípios republicanos.

O ano de 1876 inaugurou a participação dos republicanos paulistas nas disputas eleitorais. No início deste ano foi colocada em discussão uma reforma no processo eleitoral visando instituir a eleição direta, projeto que Campos Salles considerou ser uma bandeira dos liberais cujo significado era limitado, pois a existência da lei, por si só, não garantiria a liberdade nela inscrita:

"A organização política do país está constituída de tal forma, que o governo tem em suas mãos todas as armas que oportunamente irão sendo empregadas, como o tem sido até hoje, para impedir a livre manifestação da opinião nacional por meio da compressão do voto e da fraude. (...)

A lei não é boa só porque ela promete a liberdade; a lei é boa, sim, quando ela garante a liberdade prometida.

Ela prometerá demais, é certo, ao cidadão a escolha por si mesmo, e sem delegação, do seu representante no parlamento brasileiro; mas ela nunca poderá só por si, assegurar o livre exercício desse importantíssimo direito nos comícios eleitorais."<sup>28</sup>

Para Campos Salles a nova lei proposta pelos liberais tinha a característica de prometer a liberdade sem, contudo, prover os meios para garantir este direito. A simples eleição direta não era capaz de conquistar a liberdade do voto porque não atingia o ponto onde se congregavam todas as forças: o governo. Assim, o governo poderia continuar manejando as eleições e mantendo sua prática de comprimir e fraudar o processo eleitoral. Além disso, aproveitando-se de uma máxima dos próprios liberais de que "*a instituição para eleição direta não basta para garantir o direito do voto*"<sup>29</sup> considerou o que deveria ser o papel do Partido Liberal no âmbito da política monárquica, para assegurar a eleição livre: preparar com franqueza e lealdade um completo sistema de reformas.

<sup>28</sup> Campos Salles, *Bandeira de Combate*, *Gazeta de Campinas*, 20 de janeiro de 1876.

<sup>29</sup> Campos Salles, *Bandeira de Combate* (continuação), *Gazeta de Campinas*, 25 de janeiro de 1876.

"O que lhe cumpre, como propugnador sincero das idéias adiantadas, é preparar com franqueza e lealdade (...) um sistema completo de reformas que possam garantir eficazmente o livre exercício do direito de voto, desmontando o maquinismo governamental do atual regime (...). A eleição direta só por si, adia, mas não resolve, o problema do voto livre."<sup>30</sup>

E Campos Salles indagou: por quais razões os liberais não encaminhavam logo este conjunto de reformas necessárias para o livre exercício do voto? A sentença foi direta: o partido era "reticente"...

"Há *uma coisa qualquer* que embaraça este partido e tira-lhe a liberdade necessária para a exposição leal e franca da sua doutrina política. E digamos com franqueza, são essas *reticências do programa liberal* que tem principalmente dado terreno aos adversários da democracia."<sup>31</sup>

Criticava a falta de transparência e direção do programa liberal, suas reticências diante dos adversários da democracia e sua subserviência ao Rei visando garantir a participação no poder. A posição de Campos Salles, enquanto republicano, era cômoda pois seu Partido não participava do governo. Assim, podia cobrar dos partidos monárquicos, em especial dos liberais, as reformas necessárias as quais, muitas vezes, eram bandeira dos próprios republicanos. Na verdade, suas restrições ao projeto liberal de eleição direta tinha como origem a necessidade de marcar diferenças entre liberais e republicanos, os quais tinham projetos muito próximos. Daí a ênfase na desqualificação da conduta do Partido Liberal. Tal distinção tornou-se mais importante durante este ano de 1876, quando os republicanos estavam pretendendo entrar na disputa eleitoral, visando incentivar o processo de alterações do "maquinismo governamental".

Neste ano, uma pequena reforma foi elaborada no sistema eleitoral, insuficiente na opinião dos redatores da Gazeta.<sup>32</sup> Para Francisco Quirino dos Santos, o voto,

<sup>30</sup> Campos Salles, *Bandeira de Combate*, Gazeta de Campinas, 20 de janeiro de 1876.

<sup>31</sup> Campos Salles, *Bandeira de Combate* (continuação), Gazeta de Campinas, 25 de janeiro de 1876. [grifos do autor]

<sup>32</sup> Basicamente a mudança eleitoral de 1876 pretendia evitar a fraude presente no resultado das eleições que geralmente davam a unânime vitória do partido do governo. Para tanto, foi estabelecido que se fizesse a qualificação permanente dos votantes, que não houvesse exclusão dos alistados e que as eleições fossem por província. Tal discussão vinha desde a década de 60 e muitos defendiam uma reforma completa que estabelecesse a eleição direta, entre eles o próprio Imperador, fato que só se efetivou na reforma de 1881. Cf.

naquele momento, "se não podia significar uma esperança, representa todavia um protesto."<sup>33</sup> Compartilhou com Campos Salles a idéia de que uma única reforma na lei eleitoral não era capaz de modificar todo o maquinismo governamental. Todavia, diante do tímido desempenho republicano nesta primeira eleição - apenas o 11º lugar para Américo Brasiliense<sup>34</sup> que concorrera à Assembleia Geral - o "voto de protesto" talvez tenha sido a única saída honrosa possível. Neste poema de Generino dos Santos publicado na Província de São Paulo encontra-se uma explicação para a derrota republicana nas urnas: o domínio da força policial nas disputas eleitorais.

"A José Bonifácio, Saldanha Marinho e Américo Brasiliense, Vencidos na Luta eleitoral

Ele é cego e fatal, faccioso e apaixonado,  
Ama a força e o mistério, é um deus, mas parasita  
Lisonjeia a choupana e ao pé do trono habita  
Chamou-se baioneta e é hoje eleitorado

· virtude e ao sabor, da pátria ao amor sagrado,  
Antepõe um sandêo, um cogumelo, um gaita,  
Proscreeve a idéia nova e elege um jesuíta  
Foi quem proclamou deus o papa-rei-soldado

Foi quem venceu Paris, foi ele - o plebiscito  
E esmagou a Comuna, e fez o direito escrito  
Que ainda hoje nos junte ao carro imperial

Foi quem nos fez rodar, sublimes celeratos  
Pois bem! Deixai que os cães disputem-se os mandatos  
Erguei a média humana, ao nível do ideal!"<sup>35</sup>

O eleitorado vacilante, que oscilava entre o trono e a choupana e se ligava à força (bayoneta-soldado) fora responsável pelo fortalecimento do Império. Tal imagem destruiu a legitimidade do resultado das urnas e propôs uma saída ativa para os três políticos derrotados: "deixai que os cães disputem-se os mandatos". Todavia, considerou que a

---

Sérgio Buarque de Holanda, O Brasil Monárquico Tomo II, Vol. 5º Do Império à República, São Paulo: DIFEL, 1985 (4ª edição). p. 176-184.

<sup>33</sup> Francisco Quirino dos Santos, Eleições, Gazeta de Campinas, 01 de outubro de 1876.

<sup>34</sup> Apud. BOEHRER, George C. A. Da Monarquia à República: História do Partido Republicano do Brasil (1870-1889) RJ: Ministério da Educação e Cultura, 1954, p.83-85.

<sup>35</sup> Generino dos Santos, O Deus Número, Província de São Paulo, (Transcrição da Gazeta de Campinas, 28 de novembro de 1876.

concorrência nas eleições era saudável porque deveria ser um meio de formar a consciência nacional e transformar o processo eleitoral.

Carlos Ferreira comentou que "*o povo brasileiro tivera uma decepção com o resultado da nova lei eleitoral*."<sup>36</sup> A influência do poder pessoal tornara-a uma "*comédia ridícula*":

"o novo sistema de eleições adotado pelo atual governo para *felicitar* o país, dera em resultado a *comédia ridícula* que hoje todos nós conhecemos. (...) E especialmente acentuamos esta triste verdade - a prejudicialíssima influência do poder pessoal suplantando, a despeito de toda e qualquer reação, a liberdade e soberania popular."<sup>37</sup>

Para comprovar sua afirmação, o redator citou os escândalos presenciados nas Províncias do Império os quais atestavam o caráter fraudulento da escolha dos chamados representantes da Nação. Tais acontecimentos dispensavam comentários mais amplos:

"visto que a tarefa costuma ser perfeitamente desempenhada pelo bom senso do povo."<sup>38</sup>

As denúncias de Carlos Ferreira contestavam as usurpações do Poder Pessoal, e as transformava em "*fato*" que não precisaria ser comprovado, pois não passava despercebido aos "*olhos do povo*". Este era capaz de reconhecer a ficção do processo eleitoral e o papel do Imperador nestas contendas.

Acompanhando-se os artigos da Gazeta de Campinas pode-se notar uma determinada sequência de temas. Durante o período eleitoral os alvos escolhidos são os partidos, as Assembléias e o Imperador. Passado o período de eleições, retorna-se à crítica das práticas políticas, particularmente a centralização dos impostos e a asfixia do poder local. Um tema era comum a todos os momentos: o Imperador e sua atuação política centralizadora, questão que se sobressai quando da ocorrência da Fala do Trono na abertura

<sup>36</sup> Carlos Ferreira, *Depoimento Surpreendente*, Gazeta de Campinas, 16 de janeiro de 1877.

<sup>37</sup> Carlos Ferreira, *Depoimento Surpreendente*, Gazeta de Campinas, 16 de janeiro de 1877.

<sup>38</sup> Carlos Ferreira, *Depoimento Surpreendente*, Gazeta de Campinas, 16 de janeiro de 1877.

e fechamento das Assembléias. Qualquer que seja o assunto principal deste pronunciamento, ele se transformava em argumento de repúdio ao regime monárquico.

Na Fala do Trono de 1877, o tema atacado foi, mais uma vez a centralização, aqui mediada pela questão da instrução nacional. Eis o comentário de Alberto Salles sobre a fala do Imperador.

"É a experiência que vem nos dizer que no Brasil só imperam a mistificação e o embuste.

É o próprio governo que vem dar testemunho desta verdade em seu discurso dirigido aos representantes desta infeliz Nação.(...)

Julga o governo que limitar sua *solicitude* pela instrução nacional tão somente ao município neutro, deduza-se daí que os habitantes deste vasto império, do Amazonas ao Prata, recebam igualmente os benefícios da instrução, tendo cada aldeia sua escola e cada provincia ao menos uma academia de ensino superior e profissional?

Julga o governo que com esta centralização fatídica, que tudo aniquila e destrói, há de conseguir salvar este povo das garras da ignorância e chamá-lo ao gozo de seus direitos e deveres?(...)

O progresso é inimigo da centralização e só marcha com a liberdade."<sup>39</sup>

A partir de um dado concreto - a construção de novas escolas na Corte - Alberto Salles estendeu suas restrições a todo o Império. A orientação educacional do governo apresentada na Fala do Trono foi instrumentalizada para exemplificar como a política centralizadora atrasava o desenvolvimento de todo o país - ou seja, as provincias - comprovando que na Corte concentravam-se todos os interesses e empenhos do Governo. Tornou uma medida valorizadora do Monarca, que era a construção de escolas e o incentivo à instrução pública - uma das principais necessidades reclamadas neste país eminentemente analfabeto - uma crítica ao Imperador e ao regime monárquico, considerados como inimigos do progresso e da liberdade. Tal representação do Império passava, assim, por uma oposição entre centralização e progresso.

Mas a centralização não era uma questão problemática apenas para os republicanos da Gazeta de Campinas. No início de 1879, o Correio atrazou em 5 dias a

<sup>39</sup> Alberto Salles, *A Fala do Trono e a Instrução Pública*, Gazeta de Campinas, 11 de fevereiro de 1877.

entrega dos jornais da Corte. O redator do Diário de Campinas, Henrique de Barcellos, fez do fato uma reflexão satírica para a relação Corte-Província.

"Depois de 5 dias de interrupção, chegaram-nos finalmente os jornais da Corte, prenhes de notícias.

Já era tempo. A Corte é tudo para as províncias e em nos segregando dela, falta-nos um não sei que, uma coisa qualquer necessária de que não se pode prescindir.(...)

É a centralização completa e absoluta.

O governo por um lado faz da Corte a chave do relógio político, e nós, o povo, acompanha-mo-lo, centralizando também na Corte a nossa curiosidade, o nosso pensamento, quase todo o nosso eu."<sup>40</sup>

Recorrendo à sátira como recurso na construção de seu argumento, Barcellos ridicularizou a centralização que comandava os "espíritos", como se a existência da Corte fosse imprescindível para a vida nas províncias. O sistema político centralizador teria transformado a Corte no "*coração do país*" mas, lembrava o redator, todos sabiam "*como é melindrosa e sensível esta parte do corpo*". Então, essa força que a centralização conferia à Corte era uma aparência, já que embora o "coração" fosse uma parte vital do corpo imperial era também a mais sensível e suscetível. E contrapôs:

"Nós, os provincianos, é que por mais que falemos de nosso adiantamento, nunca havemos de valer o dedo de um fluminense. E se é verdade que *pelo dedo se conhece o gigante*, forçoso nos é reconhecer a nossa pequenez."<sup>41</sup>

O estilo irônico de Henrique de Barcellos no Diário de Campinas contrasta com a linguagem dos artigos da Gazeta. Embora os dois jornais concebessem a vivência monárquica como comédia, seus discursos tinham tons diversos e projetavam duas formas de crítica que revelam também uma dissonância entre republicanos. Enquanto o Diário é jocoso, irreverente e demolidor, a Gazeta, folha que se considerava como "porta-voz" do partido, tece um discurso austero, equilibrado e trágico. Não seria este discurso austero, pautado por uma racionalidade que não permite o riso, uma maneira de impor-se no campo da disputa política? Com ele, o PRP procurava lançar-se no cenário nacional como uma agremiação séria e competente, muito semelhante aos partidos existentes e que não pretendia anarquizar

<sup>40</sup> Henrique de Barcellos, *Notas Cotidianas*, Diário de Campinas, 14 de janeiro de 1879.

<sup>41</sup> Henrique de Barcellos, *Notas Cotidianas*, Diário de Campinas, 14 de janeiro de 1879.

o país mas, como diziam, elevar suas instituições ao nível do progresso idealizado. O Diário de Campinas, por sua vez, sem compromissos com o PRP, despreocupado com alianças, tinha mais liberdade para manifestar suas críticas no estilo que julgasse mais agradável para seus leitores.

O constante enfrentamento entre os redatores da Gazeta e os demais partidos monárquicos permite ampliar a discussão do lugar dos discursos republicanos ligados ao PRP na política monárquica. Uma ocasião significativa para a percepção deste lugar se apresentou durante os conflitos que acompanharam a Revolta do Vintém na Corte em 1880. A população havia se revoltado - atacando motorneiros e condutores e arrancando trilhos - contra a taxa de vinte réis (um vintém) imposta pelo governo às passagens de bonde da Corte, a qual passaria a vigorar a partir de 1º de janeiro de 1880.<sup>42</sup>

Comentando o uso da violência contra os manifestantes, Campos Salles censurou o procedimento dos liberais que, então no poder, perdiam de vista seus princípios. Denunciou também seu comportamento oportunista: defensores da liberdade quando na oposição e negadores dela quando no poder.

"Destituídos de recursos sérios para explicar o surpreendente contraste que ressalta no paralelo entre os atos e as palavras dos liberais de hoje, no governo, e o seu procedimento de outras épocas, quando em oposição, os órgãos da situação desvairam, insultam, caluniam e levam a sua audácia ao ponto de negarem a verdadeira história.

Assim, não aceitam o confronto de conduta que os seus parciais tiveram em 42 nas províncias de S. Paulo e Minas, com o movimento popular da Corte nos primeiros dias de janeiro."<sup>43</sup>

O contraste que Campos Salles apontou entre um momento histórico e outro, estava diretamente relacionado ao lugar institucional que os liberais ocupavam: em 1842 eram oposição, em 1880, governo. Lembrou que em 1842 os liberais se revoltaram contra a lei e afirmaram que tal procedimento "*era um direito*". Da mesma forma, na Revolta do

<sup>42</sup> Apud. BOEHRER, George C. A. op.cit. p.54.

<sup>43</sup> Campos Salles, *O Paralelo Histórico*, Gazeta de Campinas, 13 de janeiro de 1880.

Vintém a população fluminense se rebelou contra uma lei do Império, contudo os antigos defensores dos direitos e da liberdade aceitaram que os manifestantes fossem reprimidos com violência.

Confrontando dois contextos diferentes, Campos Salles cobrou dos liberais do presente a coerência de princípios com aqueles que haviam participado do levante em 1842. O redator fundamentou sua crítica na própria história do partido e sentenciou: "*os liberais são sempre os mesmos em todos os tempos: agitadores na oposição e tiranos no poder... Foram os rebeldes de 42 e são os legalistas de hoje.*" Esta forma de representar a atuação liberal, como um movimento oscilante e sem princípios políticos efetivos, foi utilizada por outro articulista da Gazeta - Sampaio Ferraz - que acusou os políticos liberais de atores da "*comédia imperial*", na qual desempenhavam o papel que fosse necessário no momento:

"A comédia é sempre a mesma - os comparsas diversos.  
Ontem o gladiador sincero do anfiteatro, (...), hoje o grupo solene de trovadores da liberdade, assassinando como clowns imbecis, a honra e a dignidade de um povo inteiro."<sup>44</sup>

Rebeldes/gladiadores, legalistas/clowns: os republicanos da Gazeta pareciam não poupar adjetivos e imagens para denunciar a tragédia liberal que se transfigurara em farsa. Mas, às vezes, a crítica ao partido se amenizava, apenas para acentuar a desconsideração para com a Monarquia. O regime inviabilizaria qualquer vida partidária saudável porque corrompia todos os políticos:

"O ser liberal e estar no poder e querer reformas, são coisas que nada valem, desde que o *circulo de ferro* do sistema monárquico restringe toda e qualquer atividade um pouco contrária aos planos do mesmo sistema..."<sup>45</sup>

Este editorial sem assinatura discutia a possibilidade, ou não, de que a Reforma Eleitoral proposta por Saraiva se efetivasse.<sup>46</sup> Demonstrava que toda e qualquer

<sup>44</sup> Sampaio Ferraz, *Crônica Política, Gazeta de Campinas*, 07 de abril de 1880.

<sup>45</sup> *Novo Ministério, Gazeta de Campinas*, 10 de março de 1880.

<sup>46</sup> O projeto de Saraiva, que se tornou lei ordinária em 1881, estabelecia várias mudanças sendo que as mais significativas era a eleição em um turno, a exigência de saber ler e escrever para os alistados após 1882, a comprovação de renda mínima, que passava para 200\$00 réis e também a redivisão das províncias em

mudança encaminhada pelos liberais encontraria como obstáculo o sistema de governo monárquico, o qual num ato de auto-conservação, impediria transformações que colocassem em risco o *status quo*.

Mas, tal discussão em torno dos partidos monárquicos, e em especial do liberal, também implicava numa reflexão sobre o próprio Partido Republicano e suas divisões internas, conforme destacou o Diário de Campinas, chamando a atenção de seus leitores para um artigo que transcrevia da Gazeta de Notícias da Corte.

"No Brasil pode-se dizer, não há partidos. Os dois partidos constitucionais, o liberal e o conservador, são agregações de homens filhos de conveniências e circunstâncias de ocasião, mas a que não presidem idéias. (...)

O Partido Republicano não está organizado; não tem chefe, não tem programa. De alguns republicanos que se tem adiantado na propaganda, o Imperador, de vez em quando, lança mão, seduzindo-os com pastas, com a Senadoria, com o Conselho de Estado.

Parece que isto enfraquece o partido, que o desmantela; a verdade, porém, é que esta deserção dos fracos robustece os puros..."<sup>47</sup>

Se já não havia diferenças significativas entre liberais e conservadores, a monstruosa monarquia conseguia corromper até mesmo os republicanos. E o Imperador tinha um trabalho importante neste processo de sedução e tudo isto porque faltava liderança ao partido.

"No dia em que surgir o chefe, talvez se organize um partido mais forte do que hoje se prevê. Daqui até então, a política continuará a ser o que estamos vendo..."<sup>48</sup>

Mais importante que a definição de um programa, estava a aclamação de um chefe que fosse capaz de congregar as forças e organizar o partido. É importante notar que esta colocação desqualificava as lideranças republicanas existentes, entre elas Saldanha

---

círculos de um deputado que deveria ser eleito pela maioria. Cf. Decreto nº3.029 de 9 de janeiro de 1881; Decreto nº7.981 de 20 de janeiro de 1881 e Decreto nº8.213 de 13 de agosto de 1881. Apud. Francisco Belisário Soares de Souza, O Sistema Eleitoral no Império. (Com apêndice contendo a legislação eleitoral no período de 1821-1889) Brasília: Senado Federal, 1979.

<sup>47</sup> *Coisas da Política*, Diário de Campinas, 03 de maio de 1883.

<sup>48</sup> *Coisas da Política*, Diário de Campinas, 03 de maio de 1883.

Marinho, Quintino Bocayúva, Aristides Lobo, assim como sua atuação no sentido de aglutinar os simpatizantes espalhados pelo território nacional em *clubs* e partidos locais.<sup>49</sup>

A contundência do Diário nas restrições à organização do Partido testemunha suas divergências e liberdade com relação ao PRP e, mais, a amplitude da causa republicana que, neste momento, superava os limites partidários. As diferentes leituras sobre a política e os partidos monárquicos são uma das manifestações das diferenças internas ao republicanismo, fruto muitas vezes do posicionamento que cada redator tinha diante (e no interior) do partido.

A linguagem comedida de Aristides Lobo sobre os partidos monárquicos é mais um indício da diversidade republicana. Comentando no Diário Popular as eleições de 1884, argumentou sobre a importância do Partido Republicano enquanto agente pedagogo e transformador da política imperial e, sobretudo, dos vícios da monarquia.

"Os dois velhos partidos manifestam-se na mais plena e lamentável discórdia. O que há de acentuado em tudo isso, é ainda e sempre a triste, a desprestigiada, a lamentável ambição do poder.

Eu penso que estes dois velhos servidores do rei, só hão de respirar um pouco, quando o Partido Republicano penetrar com certa imponência no seio do Parlamento.

Quando a monarquia sentir a realidade do novo partido e apalpar-lhe a pujança, há de tratar de outro modo os seus servidores."<sup>50</sup>

Em sua análise, a ambição do poder era característica apenas dos partidos monárquicos. Os republicanos que, finalmente, haviam eleito dois deputados para a Assembléia Geral - Campos Salles e Prudente de Moraes - eram radicalmente diferentes e imunes à sedução do monarca. Pelo contrário, seriam agentes transformadores do comportamento do próprio Imperador. Seriam os regeneradores dos outros partidos. A presença republicana nas Camaras viabilizaria "*o habeas corpus desses dois prisioneiros que se vigiam mutuamente.*"

<sup>49</sup> Veja a respeito dos chefes republicanos da Corte e das diferentes províncias a Nota do Club Republicano Rio Grandense à 3ª edição de BRAZIL, Assis A República Federal São Paulo: Typografia King, 1887.

<sup>50</sup> Aristides Lobo, *Cartas do Rio, Diário de Campinas*, 05 de dezembro de 1884.

Os contrastes de linguagem e de imagens, todas concernetes a uma ampla propaganda republicana, são significativas de que os redatores tinham entendimentos diversos sobre a situação e principalmente sobre a atuação do Partido. Aqueles ligados ao PRP faziam uma crítica mais comedida das instituições centrando-a nas figuras e atuações do Imperador e do Partido Liberal, exatamente porque tinham com este último muitas afinidades programáticas e com ele disputavam os mesmos eleitores. Por outro lado, aqueles republicanos desvinculados do PRP e que escreviam no Diário de Campinas apresentavam maior liberdade de linguagem e também apreciações mais amplas, o que lhes permitiu confrontar não apenas as instituições monárquicas mas também o papel do Partido Republicano no debate político.

Entre eles havia um ponto de aproximação: a crítica e a proposta de superação do regime monárquico. Isto não significava que os interpretassem da mesma forma. Também neste tema comum a diversidade pode ser reconhecida.

## 2. O sistema monárquico e negação da liberdade

Em uma série de artigos intitulada "*Fale a História*" publicada pela Gazeta de Campinas em 1872, Campos Salles traçou um paralelo entre alguns fatos da história da França e do Brasil, e afirmou que o povo francês havia cometido um grande equívoco ao permitir que, depois da Revolução Francesa, um novo Rei assumisse o poder:

"Mais uma vez tentou-se reconciliar a monarquia com a liberdade. Impossível. Erro fatal que em todos os tempos há comprometido a causa democrática. Dia virá em que o povo, instruído pelas lições da experiência, há de compreender que a troca de um rei por outro, não é mais do que uma mudança de atores. O cenário é o mesmo, os tipos não variam."<sup>51</sup>

---

<sup>51</sup> Campos Salles, *Fale a História I*, Gazeta de Campinas, 21 de abril de 1872.

O redator apresentou uma idéia fundamental da argumentação republicana contra o Império: a impossibilidade de aliar Monarquia e Liberdade. O problema não estaria na pessoa presente no trono, mas no próprio regime monárquico: uma peça teatral, uma perpetuação cênica com o mesmo enredo e personagens, independente do tempo e do lugar em que estivesse estabelecido.

"Os reis são pois como árvores esterilizadoras que tiram toda a seiva e fecundidade da terra onde se estendem suas raízes.

É, portanto, que a história da realeza é sempre a mesma. Um rei decaído é um déspota de menos, um rei que sobe é um déspota de mais. (...)

E a história da realeza na França, ninguém ousaria negá-lo, é a mesma para todos os povos. Será necessário mostrar que o Brasil não tem saído da regra geral? Está na consciência pública o reconhecimento desta verdade. Os dois reinados já o tem demonstrado."<sup>52</sup>

Assim, desfazia-se das diferenças que poderiam existir entre Luís XVI e Napoleão, e mesmo entre Pedro I e Pedro II. A fundamentação para esta apreciação estaria no que Campos Salles denominou - o *programa dos reis de todos os tempos* - qual seja: "*anular a soberania popular e adquirir para si a maior soma, senão a totalidade dos poderes*."<sup>53</sup> Passando da história da França para a da América, começou a narrar o enredo da peça monárquica no Brasil apontando o que haveria de comum entre as duas experiências (a francesa e a brasileira), assim como o significado da Monarquia: a luta contra a liberdade e a negação das aspirações populares.

"A história política do Brasil, embora em um período mais breve [que da França], demonstra a toda a evidência que, como em toda parte, a monarquia americana se levanta em luta constante, traiçoeira e renhida contra a liberdade.

Contrariar abertamente as aspirações do povo, quando ele é fraco, ou fingir acariciá-las na primeira oportunidade, eis o que tem sido entre nós o mister da monarquia."<sup>54</sup>

A incompatibilidade entre a monarquia e a liberdade foi reconhecida na atitude dos dois Imperadores que constantemente manipularam o *povo*, ignorando seus reclames e ludibriando-o com falsas promessas. Desta forma, Campos Salles estabeleceu o

<sup>52</sup> Campos Salles, *Fale a História II*, Gazeta de Campinas, 25 de abril de 1872. [grifos meus]

<sup>53</sup> Campos Salles, *Fale a História II*, Gazeta de Campinas, 25 de abril de 1872. [grifos meus]

<sup>54</sup> Campos Salles, *Fale a História III*, Gazeta de Campinas, 28 de abril de 1872.

embate entre a monarquia e o povo, conferindo aos dois Imperadores todas as culpas pela lamentável situação do país. Os anos de monarquia brasileira não seriam resultado da aspiração popular mas da habilidade dos monarcas em ludibriar as potencialidades da população de reagir ao regime.

Na verdade, a traição das aspirações populares, e consequentemente o sucesso da monarquia, eram fruto de uma grande conspiração que envolveu a Abdicação, o Imperador, os políticos e o regime monárquico. O Sete de Abril poderia ter significado não apenas a saída de Pedro I mas também a destruição do regime estabelecido, que naquele momento poderia ter sido substituído por outro *"mais de harmonia com as tendências e a índole de um povo americano"*. Porém, manipulado por *"moderados"* que assumiram o curso da *"revolução"*, terminou por fazer com que a *"nação se contentasse com uma simples mudança de soberano."*<sup>55</sup>

Continuando sua leitura sobre o passado, argumento essencial na definição do presente, afirmou que a maioria de Pedro II, a princípio pensada como uma forma de evitar que as *"oligarquias"* aumentassem seu poder, acabou significando um novo golpe. A criação inconstitucional do Conselho de Estado em 1841 teria sido o *"sinal precursor da tremenda tempestade que se formava no horizonte político"*.<sup>56</sup> Desta forma, traçou o *"programa de governo de todo o Segundo Reinado"*:

*"Enfraquecer os partidos pelos golpes de mão e cansar o país em lutas estéreis, para adquirir forças e governar só."*<sup>57</sup>

Neste sentido, D. Pedro II fora muito além dos ensinamentos herdados de seu pai. Mais astuto que este, compreendeu toda a amplitude de seu poder e durante o processo da maioria traçou o que seria seu *"programa de governo"*, dispondo de todos os recursos para anular a atuação dos partidos e, assim, governar só.

<sup>55</sup> Campos Salles, *Fale a História IV*, Gazeta de Campinas, 09 de maio de 1872.

<sup>56</sup> Campos Salles, *Fale a História IV*, Gazeta de Campinas, 09 de maio de 1872.

<sup>57</sup> Campos Salles, *Fale a História IV*, Gazeta de Campinas, 09 de maio de 1872.

"O Imperador [D. Pedro II] tem sabido manter em rara pertinácia o programa erguido à face do país na época de sua maioridade. A verdade deste acerto está na consciência pública, e todos os dias se revela na imprensa e na tribuna pelas explosões coléricas, e não obstante sinceras, dos ministros decaídos.

Há entretanto um povo, que depois de haver atravessado tão longo período de amargas experiências, espera pela regeneração da monarquia! Fatal esperança!"<sup>58</sup>

O autor encontrou a fundamentação para sua crítica a D. Pedro II nas palavras dos ministros e partidos decaídos que reclamavam da arbitrariedade do Imperador. Após demonstrar como a monarquia e a liberdade eram incompatíveis, dado este que seria comprovável não apenas pela história da França mas também, e principalmente, pela do Brasil, acentou a ilusão daqueles que acreditavam na possibilidade de uma regeneração do regime. Para ele, não havendo a alternativa de mudanças dentro da monarquia, a única saída seria, portanto, a sua substituição, que não é difícil imaginar, tratar-se-ia da República. Os artigos de Campos Salles escritos logo nos primeiros anos do movimento republicano (1872), demonstram a importância em se construir uma determinada interpretação-enredo da história do Brasil, de forma a torná-la um convincente argumento na justificativa da necessidade de mudar a forma de governo.

Um ano depois, o redator da *Gazeta* retornou ao tema da monarquia brasileira mas, desta vez, para apresentar uma crítica contundente a duas instituições essenciais do regime: a Constituição e o Poder Moderador. Preocupou-se especialmente em desfazer sua imagem de "perfeição".

"A nossa carta constitucional, modelo das organizações monárquicas, criou um poder supremo e absorvente, diante do qual a soberania popular e a independência dos outros poderes são meras ficções, eles [os áulicos] respondem que o defeito é do homem e não das instituições.

E como o homem é um ser finito e amovível, deste para outro mundo, espere-se, acrescentam, que ele seja removido pela morte, mas conserve-se a lei orgânica, tal qual é, porque ela é perfeita, e um homem bom poderá fazer-nos com ela muitos e grandes benefícios."<sup>59</sup>

<sup>58</sup> Campos Salles, *Fale a História IV*, *Gazeta de Campinas*, 09 de maio de 1872.

<sup>59</sup> Campos Salles, *Esperanças*, *Gazeta de Campinas*, 25 de maio de 1873.

Reiterando uma mesma proposta presente em artigos anteriores - o defeito não era do homem, mas das instituições - Campos Salles insistiu na necessidade de substituir a Constituição. Assim como a troca de um rei por outro não transformaria a situação do país, (já que a origem de seus problemas estava na essência do sistema, o Poder Moderador, que dava ao monarca a chance de exercer um poder pessoal), também não se obteria resultados significativos apenas com a reforma da Constituição.

O tema da similitude entre os dois reinados e da traição da soberania popular e da centralização monárquica foi retomado por Américo Brasiliense alguns meses depois:

"Parece que a fatalidade leva o 2º Império a ter ponto de contato com o primeiro, na quebra da dignidade da representação nacional. (...) Embora manifestada por modos diferentes - a paciência servil dos chamados representantes do povo é sempre uma dor para o país e um sinal evidente da decadência das instituições." <sup>60</sup>

Construiu sua crítica ao Império através de uma repreensão da conduta dos chamados "representantes do povo" que deixavam-se levar pelo servilismo, o qual poderia ser presenciado tanto no primeiro quanto no segundo reinado. A postura servil dos representantes da Nação foi entendida como um sinal do estado de decadência das instituições, decadência que se manifestava também da Fala do Trono. Segundo o redator, o discurso imperial tentava iludir a nação, retratando de forma amena o estado do país e encobrindo todos os problemas vivenciados; porém complementou: o "*mal estar é geralmente sentido, e nem se encobre diante das conveniências políticas.*" <sup>61</sup>

Para Américo Brasiliense as falas proferidas pelo monarca estavam carregadas de dissimulação, de promessas falaces e de "*falsos pregões da felicidade pública*". Apenas uma delas fora verdadeiramente sincera e direta.

"Essa fala do trono, única verdadeira, é a do sr. D. Pedro I quando em 1829 encerrou o parlamento dizendo:

<sup>60</sup> Américo Brasiliense, *O Discurso da Coroa*, Gazeta de Campinas, 25 de setembro de 1873.

<sup>61</sup> Américo Brasiliense, *O Discurso da Coroa*, Gazeta de Campinas, 25 de setembro de 1873.

"Augustos e digníssimos srs. representantes da Nação. Está fechada a sessão."<sup>62</sup>

No dia 25 de março do ano seguinte, Campos Salles voltou à imprensa para conjecturar a respeito desta data nacional: dia da outorga da Constituição Imperial de 1824. As celebrações que aconteciam nesta data fazem parte da estratégia de ludíbrio popular perpetuado pela monarquia. Para o redator, o cidadão que olhasse para este fato deveria lançar um olhar expressivo de:

"dores e angústias patrióticas para o quadro punjente desenhado na véspera pelas mãos fatídicas da monarquia. (...)

Mas as festas oficiais celebradas todos os anos com ruidosa pompa pelos cortejos, as hosanas e os hinos triunfais entoados em honra do rei magnânimo, os aparatos panegíricos endereçados pela imprensa áulica (...) tem de alguma sorte atingido ao seu fim, envolvendo o espírito popular numa espessa nuvem de enganos e ilusões, para melhor inocular-lhe uma falsa crença."<sup>63</sup>

A seu modo, realizou uma celebração invertida do evento, utilizando-o como recurso de combate ao regime. Para isto, procurou reavivar na memória pública os fatos que antecederam a outorga da Carta Constitucional, particularmente a dissolução da Assembléia Constituinte, procurando dissipar a "*nuvem de enganos e ilusões*" e explicitar o que considerava esta "*falsa crença*" que envolvia os festejos anuais do *Vinte e Cinco de Março*.

Buscou na história da Inglaterra os primeiros indícios de que era possível controlar o poder real. Eles estariam gravados na Magna Carta do século XIII, que "*não foi um brinde devido à magnanimidade do rei, mas antes fruto laborioso de uma longa e porfiada luta entre o trono e a nação.*"<sup>64</sup> Por sua vez, no Brasil:

"Quando o cidadão brasileiro quizer bem apreciar o merecimento deste presente grego, deve antes de tudo passar em revista os acontecimentos que precederam à *espontaneidade* de D. Pedro I, detendo sua atenção sobretudo no aspecto constituidor que apresentava a constituinte na célebre *noite da agonia*, cercada da força armada, que, obedecendo às ordens imperiais, ameaçava a todo instante arremessar-se sobre os enviados do povo. E da ameaça passou-se à agressão."<sup>65</sup>

<sup>62</sup> Américo Brasiliense, *O Discurso da Coroa*, *Gazeta de Campinas*, 25 de setembro de 1873.

<sup>63</sup> Campos Salles, *Vinte e Cinco de Março*, *Gazeta de Campinas*, 25 de março de 1874.

<sup>64</sup> Campos Salles, *Vinte e Cinco de Março*, *Gazeta de Campinas*, 25 de março de 1874.

<sup>65</sup> Campos Salles, *Vinte e Cinco de Março*, *Gazeta de Campinas*, 25 de março de 1874.

Para comprovar suas acusações contra o primeiro Imperador recorreu a informações históricas demonstrando como, nas páginas do Diário das sessões da Constituinte, encontrar-se-ia a comprovação do procedimento violento de D. Pedro I : "*suas discussões seladas com o cunho da gravidade política e do patriotismo ahi subsistem e atestarão ao futuro a verdade até hoje desconhecida.*" Que razões teriam levado o Imperador a invadir uma Assembléia na qual as discussões eram marcadas pela seriedade e patriotismo? A resposta era clara:

"O projeto de constituição apresentado pela constituinte, entre outros princípios, não reconhecia a necessidade de um Poder Moderador, essa clava formidável, que ferindo todos os direitos e absorvendo todos os demais poderes do Estado, tem criado entre nós, de fato e de direito, o monstruoso governo pessoal. (...) E, não obstante, a data de 25 de Março marca um dia nacional! Não, contra a mentira oficial, protesta a verdade histórica."<sup>66</sup>

Em protesto, contrapôs uma alteração dos marcos comemorativos do 25 de Março de 1824 para o lamentável 12 de Novembro de 1823, quando foi fechada a Assembléia Constituinte. Ou seja, tudo estava por ser revisto: a verdade histórica, os marcos, a legitimidade de um regime fundamentado na mentira, no embuste, na violência. Instrumentalizou o passado para conferir legitimidade ao seu discurso do presente, tecendo, desta forma, uma representação do Império: autoritário desde sua origem e com um autoritarismo perpetuado pela própria Carta Constitucional.

Disposto a negar todos os marcos históricos que consagravam a legitimidade do regime monárquico, voltou à carga no *Vinte e Três de Julho*. Foi neste dia, no ano de 1840, que Sua Majestade Pedro II, aos quinze anos, assumiu a Maioridade e o Poder. Antes de apreciar este acontecimento, o redator retornou ao Sete de Abril de 1831 e ao período regencial para acompanhar a ascensão do Imperador ao trono. Com a abdicação de D. Pedro I, o país entrava numa nova fase:

"A forma monárquica continuou, é certo, a subsistir, mas, em respeito para com os princípios adiantados e já em grande voga, o partido moderado, apoderando-se dos

<sup>66</sup> Campos Salles, *Vinte e Cinco de Março*, Gazeta de Campinas, 25 de março de 1874.

destinos da revolução, havia contraído o compromisso solene de firmar, por meio de medidas adequadas - a verdade prática do consórcio da monarquia com a liberdade."<sup>67</sup>

Este compromisso que o partido moderado firmou entre a monarquia e a liberdade não tardou a demonstrar-se inviável, pois conforme Campos Salles já comentara em outros artigos, tratava-se de uma aliança impossível. A única exceção deste período regencial teria sido o desempenho político do regente Feijó que, tendo uma pronunciada tendência para as idéias democráticas e uma conduta de completa abnegação e austeridade de carácter, logo se indispôs com os "*defensores do absolutismo*". O resultado deste período foi a ascensão dos absolutistas ao poder e a mutilação do Ato Adicional:

"todas as garantias tinham, pois, desaparecido do corpo da legislação da pátria. A vontade do governo era a lei suprema."<sup>68</sup>

Interpretou a Maioridade como mais um grande equívoco liberal que dava sequência a todos os enganos anteriores: "*os liberais, crentes do dogma do - consórcio da monarquia com a liberdade - voltaram os olhos para o jovem monarca, como arcanjo salvador para conduzi-los à terra da promessa*."<sup>69</sup>

O que se viu, a partir de então, foi uma uníssona aclamação do jovem Monarca que, assumindo o poder, pareceu colocar o país na "*idade de ouro*", ou seja, nos trilhos do progresso, da liberdade e da legalidade. Porém a credulidade liberal rapidamente se demonstrou mais um logro pois em menos de dois anos o "*arcanjo da ordem e da liberdade (...) arrojou o país aos horrores da guerra civil*" ou na Revolução Liberal de 1842 que envolveu as províncias de Minas Gerais e São Paulo "*onde preponderavam as idéias democráticas*". Neste episódio, D. Pedro II teria mostrado a paulistas e mineiros "*como sabia usar os poderes majestáticos que lhe tinham sido prematuramente conferidos*,"<sup>70</sup> e que a união entre monarquia e liberdade era um projeto inexecutável. A violenta reação de D.

<sup>67</sup> Campos Salles, *Vinte e Três de Julho*, *Gazeta de Campinas*, 23 de julho de 1876.

<sup>68</sup> Campos Salles, *Vinte e Três de Julho*, *Gazeta de Campinas*, 23 de julho de 1876.

<sup>69</sup> Campos Salles, *Vinte e Três de Julho*, *Gazeta de Campinas*, 23 de julho de 1876.

<sup>70</sup> Campos Salles, *Vinte e Três de Julho*, *Gazeta de Campinas*, 23 de julho de 1876.

Pedro II aos liberais de 1842 seria uma prova contundente desta tese, que os monarquistas em geral insistiam em ignorar. Neste sentido o 23 de Julho, assim como o 25 de Março, era um grande engodo. Os dois reinados tiveram em sua origem os mesmos pressupostos: despotismo e violência, ou a negação da liberdade.

"E a história do segundo reinado, hoje como ontem, apresenta sempre a mesma face! Sempre a luta do despotismo contra a liberdade! Sempre o trono em antagonismo com o povo. Em que, pois, consiste o consórcio da monarquia com a liberdade?"<sup>71</sup>

A crítica à Constituição, ao Poder Moderador e à Fala do trono foi retomada também por Francisco Quirino dos Santos em texto de 1877. Denunciou primeiramente a opacidade e o hermetismo deste discurso:

"Queremos saber simplesmente o que se faz; lá o modo como se faz, isto para nós é como se fosse o grego que Sua Majestade em consigo e leva na mala quando se vai de viagem."<sup>72</sup>

A Fala real nunca correspondia e se revelava aos anseios curiosos do país. Mas como deveria ser este ato?

"Os discursos da Coroa nos governos chamados representativos, devem não somente refletir as idéias do poder executivo sobre a política interna, mas ainda e principalmente devem dar conta do movimento da opinião com respeito a estas idéias e de todo o pensamento novo que se agitar sobre qualquer ponto interessante para todos os ramos da harmonia social e das relações que ela deve estabelecer entre os homens... O chefe do executivo não é mais que porta voz dos seus ministros, para transmiti-la aos cidadãos.

Com ser concisa ela pode e deve apontar todas as medidas que o gabinete tenha em vista realizar ou que estejam amadurecendo no ânimo coletivo dos deputados para serem discutidas.

Entre nós não se vê nada disso."<sup>73</sup>

Enquanto os demais artigos até aqui apresentados elaboravam a crítica ao Império, demonstrando muitas vezes a impossibilidade de mudanças na sociedade caso esta continuasse regida pelo sistema monárquico de governo, este texto de Francisco Quirino dos Santos tinha uma particularidade importante: propunha uma pedagogia restauradora da Fala

<sup>71</sup> Campos Sales, *Vinte e Três de Julho*, *Gazeta de Campinas*, 23 de julho de 1876.

<sup>72</sup> Francisco Quirino dos Santos, *A Fala do Trono*, *Gazeta de Campinas*, 07 de fevereiro de 1877.

<sup>73</sup> Francisco Quirino dos Santos, *A Fala do Trono*, *Gazeta de Campinas*, 07 de fevereiro de 1877.

do Trono. Assim, o Imperador deveria esboçar as idéias do poder executivo mas, também, ter como parâmetro as discussões em torno destas idéias, o movimento da opinião que de alguma maneira fosse importante para o bem da Nação. Além disso, sistematizaria as medidas que o governo pretendia realizar. Desta forma, o redator demonstrava que a fala do Trono poderia ser um momento importante para a resolução dos problemas nacionais. Entretanto, o Imperador optava por uma Fala vazia de significados e repletas de obviedades:

"São coisas que todo mundo diz e a toda hora. Hoje qualquer jornalista de aldeia está a bater nestes lugares comuns e a estirar artigos sobre artigos para contar-nos histórias do mesmo alcance."<sup>74</sup>

No dia Sete de Setembro do mesmo ano, nova chance de discutir o carácter da Monarquia Brasileira aproveitando o ensejo das comemorações imperiais. Um redator anônimo da Gazeta de Campinas (não seria o próprio Campos Salles, aficcionado pelas datas nacionais?) afirmou que:

"Completam-se hoje onze lustros que o Brasil declarou sua emancipação política (...). Completam-se, portanto, cinquenta e cinco anos do exercício do governo monárquico sob os auspícios da família de Bragança que, como então, ainda hoje rege os nossos e os destinos da mãe pátria."<sup>75</sup>

Aqui, o sujeito da declaração de Independência era o Brasil e não D. Pedro I. O redator mencionou a figura do Imperador apenas para lembrar seu vínculo com a família de Bragança assim como o domínio sempre igual desta família sobre o Império: a mesma família estava há 55 anos dirigindo os destinos do país, escolhendo os caminhos que a Nação deveria trilhar. Repetindo o procedimento de outros redatores - a homogeneização do tempo - sutilmente anulou as possíveis diferenças entre o 1º e o 2º reinado, descaracterizando inclusive os anos do período regencial.

"Conseguem atrofiá-lo, empecê-lo na trilha brilhante que o destino lhe fadou; embaraçá-lo, demorá-lo na consecução do seu glorioso escopo, mas confiamos em

<sup>74</sup> Francisco Quirino dos Santos, *A Fala do Trono*, Gazeta de Campinas, 07 de fevereiro de 1877.

<sup>75</sup> Sem assinatura, *Sete de Setembro*, Gazeta de Campinas, 07 de setembro de 1877.

que o Brasil ainda há de ser digno de si, alcançando a meta que o libertará do caminho errado que o forçaram a seguir."<sup>76</sup>

A cultura, os meios de transporte, a educação, a imigração, foram alguns dos pontos arrolados pelo redator para constatar que a família monárquica havia, nestes 55 anos de poder, conseguido colocar todos os impecilhos para a execução de planos que atendessem às necessidades do país. O Monarca apenas freara os avanços que o próprio destino havia reservado para o Brasil. Esta questão do atraso do país foi retomada por Alberto Salles em 1878. Localizando na Carta Constitucional a origem do sistema que impedia o desenvolvimento necessário das instituições, o redator assim analisou a situação política:

"Dispostos de uma maneira peculiaríssima e aparentando entre si a mais perfeita harmonia, as peças de nosso mecanismo político constituem um poderoso instrumento de opressão nas mãos de um hábil e ambicioso monarca.(...)  
A Carta Constitucional, obra do rei, não podia cogitar de outro fim que não fosse devolver ao chefe de estado toda a força que deveria residir na nação."<sup>77</sup>

Discutiu a forma como foi elaborada a Constituição: obra do Rei, só poderia ter como resultado uma concentração de poderes nas mãos do monarca. Havia construído uma engrenagem na qual as partes projetavam uma falsa imagem de harmonia e transparência, pois permaneciam, com o Poder Moderador, sob o controle do Soberano que usurpava os poderes da Nação. Desta forma, a Carta Constitucional *"tornou-se por isso mesmo um verdadeiro instrumento de opressão e também a causa da desmoralização em que tem caído os partidos."* Considerou ainda que o exercício do Poder Moderador transformava todos os partidos em meros instrumentos nas mãos do monarca: *"é a vontade do rei que se faz"*.<sup>78</sup> Havia assim, latente na sociedade, uma tensão entre o poder real e a soberania popular. Comparou a Monarquia Constitucional ao período feudal, quando os senhores usurpavam os direitos de seus servos:

<sup>76</sup> Sem assinatura, *Sete de Setembro*, Gazeta de Campinas, 07 de setembro de 1877.

<sup>77</sup> João Alberto de Salles, *O Poder Pessoal e os Partidos Políticos*, Gazeta de Campinas, 08 de março de 1878.

<sup>78</sup> João Alberto de Salles, *O Poder Pessoal e os Partidos Políticos*, Gazeta de Campinas, 08 de março de 1878.

"De há muito que travou-se esta luta desesperadora entre a soberania do povo e a autoridade ilimitada do monarca; mas em época alguma se manifestou tão claramente como agora a superioridade incontestável do segundo sobre o primeiro - é o triste espetáculo do senhor a zombar dos direitos de seus servos."<sup>79</sup>

A imagem de continuidade entre os dois reinados foi instrumentalizada também no artigo que inaugurou o jornal A Propaganda, de São Carlos do Pinhal.<sup>80</sup> Os redatores deste jornal estavam modificando seu programa para se adaptarem ao que denominaram - "*o tempo de luta*", de que poderá resultar a vitória do princípio democrático "*único compatível com a liberdade popular*". Para eles, se esta luta fosse vencida pela monarquia, o resultado seria a "*morte da pátria*".

"Se desgraçadamente não se quebra a haste negra da bandeira da monarquia, plantada na consciência do povo pelo ardil do 1º imperador, e habilmente sustentada pelo 2º, que no vasto laboratório constitucional manipula sem descanso a fim de alcançar o grande resultado - a petrificação da consciência nacional que serve de pedestal para sua bandeira."<sup>81</sup>

D. Pedro II aparecia caracterizado como herdeiro não apenas do Trono mas também do ardil de Pedro I, perpetuando a "*haste negra da Monarquia*". Mas o 2º Imperador demonstrava ainda dotes e habilidades políticas próprias:

"A velha máxima - dividir para governar, tem sido magnificamente compreendida por ele que modificou-a para melhor, achando mais conveniente em vez de dividir - baralhar para governar. Como se vê, o princípio político inspirador de tão degradante máxima é um jogo em que se empenham os caracteres políticos pela maior parte corrompidos pelas fascinações da fortuna."<sup>82</sup>

Além de atingir a referência máxima da Monarquia, o empenho dos redatores em denegrir a origem e o texto da Constituição talvez possa ser explicado pelo fato dela regulamentar um sistema representativo. O Título II da Constituição Política do Império do Brasil dos "*Poderes e Representação Nacional*" definia os quatro poderes e também que os

<sup>79</sup> João Alberto de Salles, *O Poder Pessoal e os Partidos Políticos*, Gazeta de Campinas, 08 de março de 1878.

<sup>80</sup> Este jornal seguia a linha republicana mas em 1878 assumiu uma postura mais incisiva na luta pela República, daí este artigo, transcrito pela Gazeta com o novo programa do jornal. A Propaganda, Gazeta de Campinas, 23 de junho de 1878.

<sup>81</sup> A Propaganda, Gazeta de Campinas, 23 de junho de 1878.

<sup>82</sup> A Propaganda, Gazeta de Campinas, 23 de junho de 1878.

representantes da nação brasileira eram o Imperador e a Assembléia Geral Legislativa.<sup>83</sup> Se por um lado este parágrafo indicava uma certa soberania do Imperador, é inegável que o fato de haver um processo eleitoral para a escolha dos membros da Assembléia Geral, representantes também da Nação, conferia ao regime um carácter de representatividade que talvez incomodasse os republicanos, porque concorria com dois de seus mais importantes princípios: a representação da nação e o constitucionalismo.

A Constituição definia limites para o Poder Moderador e também para o Imperador quando decidisse exercê-lo. Deveria consultar o Conselho de Estado, exceto para os casos em que fosse demitir ou nomear os Ministros. Este jogo montado pela Constituição do Império e pelas leis subsequentes, acabou permitindo que o Imperador, em todos os seus atos, inclusive na prática da dissolução dos Ministérios, estivesse estritamente dentro dos termos previstos em lei. Ou seja, mesmo quando exercendo o Poder Pessoal o Imperador agia como um constitucionalista.<sup>84</sup>

Desta forma, o engendramento da especificidade republicana passava pela desqualificação da Constituição em sua origem (daí a importância da história como argumento) e da maneira como era instrumentalizada. Assim, para atingir o regime monárquico era imprescindível denegrir a imagem da Constituição que o fundamentava. O redator do Diário de Campinas também recorreu a este procedimento quando projetou sua representação do Império. Tratava-se de uma ficção, um simulacro de governo popular:

"A experiência tem demonstrado que o constitucionalismo não passa de uma mentira, de uma ficção que tem consigo a desvantagem de corromper os cidadãos, pouco lhes concedendo dos seus legítimos direitos e concentrando o poder do eterno inimigo do povo - o Rei. (...)

<sup>83</sup> Constituição do Império, Título III "*Das Poderes e Representação Nacional*", art. 10 e 11.

<sup>84</sup> Ver a Constituição do Império, Título V, Cap. I *Do Poder Moderador*, art. 101 sobre o exercício do quarto poder.

E a Lei nº 234 de 23 de Novembro de 1841, criando o Conselho de Estado, e o Art. 7º, *parágrafo 1º* da mesma Lei sobre a consulta ao Conselho de Estado quando o Imperador fosse exercer quaisquer das funções do Poder Moderador.

Um simulacro apenas de governo popular, uma teia de aranha que hoje já não consegue impedir de serem vistos os erros e vícios do sistema e não ilude sequer as medianas perspicácias - eis o que são as monarquias constitucionais. (...)

Realmente o defeito não está no sistema, que pode ser ótimo com bons governantes, que cuidem do interesse do seu povo, mas basta que ele dependa das boas ou más intenções do soberano, para que o povo venha cedo ou tarde queixar-se e a sentir a influência perniciosa do sistema governativo."<sup>85</sup>

O redator frisou que não estava atacando o constitucionalismo, um bom sistema quando o governo assumia o compromisso de garantir os interesses do povo. O problema estava em aliar o contitucionalismo à Monarquia, já que esta anulava os efeitos benéficos daquele, pois estava ordenada pela vontade de um só homem - o Rei - o único soberano. Haveria, portanto, uma incompatibilidade entre os dois princípios, e o resultado era a ficção de que o Brasil vivenciava um regime constitucional. Apesar deste bem montado esquema de simulação de um governo popular, a Monarquia não conseguia impedir que os *erros e vícios* do sistema fossem percebidos pelo *povo*.

Prosseguiu procurando justificar as razões da eficácia e da perenidade da Monarquia Constitucional frente ao regime democrático. Diferentemente da Europa, aqui não havia uma tradição absolutista que incentivasse uma ansiedade pela democracia. "*Nos reinos europeus, onde as tradições do absolutismo estão mais vivamente arraigadas na memória do povo*" o movimento democrático estava conseguindo atingir largas proporções. No Brasil, entretanto, com uma tradição menor de governo absoluto, ainda não se presenciava grandes clamores contra o autoritarismo. A consideração teve por objetivo atribuir aos republicanos a tarefa de incentivar as queixas da Nação contra o Regime Monárquico para instituir o regime democrático: a República.

A discussão em torno da Monarquia Constitucional criou também uma determinada imagem da sociedade sob a Monarquia. O tema apareceu no Correio de Campinas, que comentou em editorial a apreciação de Quintino Bocayurva: ela combinou centralização, fetichismo monárquico e escravidão.

---

<sup>85</sup> *Assuntos Diversos*, Diário de Campinas, 22 de dezembro de 1882.

"Nós, em mais largo período de vida constitucional, (...) marchamos mais lentamente, adormecemos politicamente no servilismo atrofiante da centralização governamental e do fetichismo monárquico, e socialmente e economicamente adormecemos no regime da escravidão, aviltando ao mesmo tempo nosso caráter e trabalho."<sup>86</sup>

Estas três características do sistema monárquico eram reponsáveis pela manutenção do país num estado de dormência política, econômica e social. A escravidão e a centralização eram duas facetas do regime que poderiam ser desfeitas através de reformas encaminhadas pelo governo. Entretanto, o fetichismo monárquico, este culto que se prestava à monarquia só poderia ser contornado mudando-se a forma de governo.

"E no momento atual, em que a transformação social se impõe pela fatalidade dos erros passados e da falsa organização em que todos repousamos, como a superstição do muçulmano que tudo espera do profeta, ou a do chin que aguarda os ditames do filho do sol, a perplexidade em que laboram os espíritos da classe dirigente nada mais é do que o reflexo da incerteza e da vacilação em que se acaba o espírito geral da nação."<sup>87</sup>

Quintino Bocayúva projetou a figura de uma Nação dominada por inteiro pela fetiche monárquico que a paralisava. Hesitava, insegura diante da necessidade de transformar a ordem vigente, hesitação que se refletia, inclusive, nos indivíduos responsáveis pelo poder. Semelhança dos povos fanáticos - chineses e muçulmanos - os brasileiros estavam envolvidos por uma névoa supersticiosa que os colocava à mercê e na dependência dos atos do Imperador, de quem tudo esperavam. Ressaltou que os erros passados e presentes faziam com que a transformação social e política se tornasse indispensável para o país: defendeu a necessidade de um projeto para a República que pusesse fim à escravidão e à centralização.

Alguns meses depois, em dezembro de 1885, o correspondente do Correio de Campinas na Corte, M. Feitosa, analisou a sociedade monárquica por um prisma muito próximo àquele de Quintino Bocayúva, porém considerou o fetiche monárquico forte apenas na aparência. Na realidade, consistia na exteriorização de um poder arruinado:

<sup>86</sup> *Justa Apreciação*, Correio de Campinas, 05 de julho de 1885.

<sup>87</sup> *Justa Apreciação*, Correio de Campinas, 05 de julho de 1885.

"Tudo é vacilante, indefinível, fugitivo. O próprio poder único, arruinado, onipotente, exclusivo ator da vida pública, denunciado em todos os períodos da nossa existência política, não passa de uma negação - é um monstro que vive da astúcia e velhacaria de uns e da hipocrisia e servilismo de muitos."<sup>88</sup>

A desorganização política atingia até mesmo o Poder Pessoal. Neste sentido, o redator projetou um poder real fundamentado apenas na astúcia e hipocrisia de muitos. Vivia-se um *"estado transitório, que há de desaparecer pela transformação lenta, penosa, mas inevitável, das condições da vida nacional"*.<sup>89</sup>

"... enquanto não nos empenhamos sinceramente na faina decisiva da nossa transformação social, o que somos nós? O País das reformas... inúteis por excelência. Das altíssimas regiões do poder rojam cada dia sobre a cabeça do povo, quais bençãos celestes, leis que reformam, resoluções que anulam - ensinamentos sábios, em que as coisas se concatenam e se harmonizam com inexcedível engenho e patriótico dispêndio de papelório...

No entanto, este legiferar contínuo, esse reformar implacável, jamais produz o bem estar da Nação brasileira, porque em geral as nossas reformas encerram o vício orgânico da sua origem, que as torna incapazes de abrir larga e franca válvula à expansão da atividade popular (...)"<sup>90</sup>

Como acima das reformas estava o *"não-poder"* do Imperador, que se mantinha às custas da astúcia e do servilismo dos que os cercava, todas as mudanças - tidas como panacéia salvadora pelos liberais - carregavam em si este vício de origem, fazendo com que pouco significassem para a Nação brasileira. O texto também apontou para uma distância entre o governo - *"as altas regiões do poder"* e o povo: as reformas não eram pensadas para ampliar a atividade popular, mas apenas para manter o *status quo*. Valendo-se do mesmo conceito de transformação social empregado por Quintino Bocayúva, Feitosa procurou demonstrar que as mudanças significativas não viriam de reformas, mas de uma ampla e completa transformação chamada República.

Os redatores do Correio de Campinas tinham como objetivo central comprovar as impossibilidades de reformar o Sistema Monárquico. Neste sentido, dois anos depois em 1887, transcreveram livremente a conferência de Alberto Salles no *Club*

<sup>88</sup> M. Feitosa, *As Nossas Reformas*, Correio de Campinas, 8 de dezembro de 1885.

<sup>89</sup> M. Feitosa, *As Nossas Reformas*, Correio de Campinas, 8 de dezembro de 1885.

<sup>90</sup> M. Feitosa, *As Nossas Reformas*, Correio de Campinas, 8 de dezembro de 1885.

*Republicano de Campinas*, apesar deste redator manter fortes vínculos com o PRP, do qual o Correio de Campinas era crítico constante. Mas, neste momento e neste tema, o jornal concordou com as apreciações de Alberto Salles a respeito do sistema Monárquico de governo.

Num estudo sobre a Constituição Imperial, Alberto Salles destacou elementos que comprovavam o caráter autoritário da Carta em seu próprio texto, ressaltando a questão da divisão dos quatro poderes e da representação política:

"A primeira vista parecerá que por este ato da constituição a liberdade e a garantia dos direitos do cidadão ficam fora do arbitrio e prepotência de qualquer monarca, mas após um pequeno exame vê-se que a carta não passa de uma burla com que procura-se iludir o povo, apenas servindo para fortalecer o Imperador que com ele pode aniquilar o pouco espírito de independência que ainda se observa."<sup>91</sup>

Em termos diferentes daqueles do Diário de Campinas, a argumentação de Alberto Salles seguiu o mesmo princípio de considerar a Constituição uma fraude que tentava enganar o povo com falazes promessas de liberdade e de garantias dos direitos do cidadão. Em sua essência tais direitos continuavam presos à vontade de um único homem - o Monarca - que tinha na Constituição um instrumento que lhe assegurava a manutenção de seu livre arbitrio sobre os destinos da Nação. Para ele, cada um dos poderes sofria a intervenção perniciosa do poder do Imperador:

"Começou pelo poder legislativo, que tem entre muitos outros direitos, o de promulgar ou suspender uma lei qualquer.

Mas este direito que parece ser único e exclusivo dos representantes da nação, é ainda um engano, pois aprovada uma lei pelo corpo legislativo, ainda é necessário a sanção imperial.

Se se der um conflito entre o poder executivo e legislativo, quem leva a palma da vitória é o Imperador, porquanto ainda a constituição confere-lhe o poder de negar a sua sanção à mesma lei que foi aprovada parágrafo por parágrafo, em três assembleias consecutivas.(...)

No poder judiciário encontra-se ainda o mesmo ludíbrio feito à boa fé popular. A escolha dos seus representantes é também feita pelo Imperador, que pode ao seu bel prazer removê-los e mesmo comutar as penas."<sup>92</sup>

<sup>91</sup> Gazetilha, *Club Republicano*, Correio de Campinas, 25 de janeiro de 1887.

<sup>92</sup> Gazetilha, *Club Republicano*, Correio de Campinas, 25 de janeiro de 1887.

Alberto Salles localizou a intervenção do Imperador em cada um dos poderes apontando suas prerrogativas. Através do Poder Moderador a Constituição do Império previa o trânsito do Monarca pelos quatro poderes: era o Chefe do Poder Executivo, e exercia este poder através de seus Ministros de Estado,<sup>93</sup> escolhia e suspendia magistrados, comutava penas, sancionava leis. O Poder Moderador era *"a chave dessa descoberta infernal que pode converter uma nação de homens livres, em uma nação de escravos ou bestas de carga."*<sup>94</sup> O Poder Moderador conferia inimagináveis poderes a um só homem e acabava por transformar todos os demais em escravos. Reiterou a impossibilidade de aliar a liberdade ao regime monárquico, ao menos tal qual estava estruturado no Brasil.

Portanto, a oposição soberania real *versus* soberania popular perpassava os artigos do Correio, do Diário e da Gazeta, denotando que o discurso republicano, em seus mais diferentes matizes, apoiava-se neste princípio comum. Conjuntamente, negavam ao Imperador o estatuto de representante da Nação previsto pela Constituição<sup>95</sup>, refutando com argumentos históricos e jurídicos tal direito. O Imperador ocupava, assim, lugar de destaque nas críticas republicanas à legitimidade do sistema monárquico. .

### 3. D. Pedro II e os Caminhos do 3º Reinado:

"Certos políticos deste país, ainda esperam ver no futuro o trono ocupado por alguém que seja mais propenso a satisfazer as aspirações liberais, que por toda a parte se manifestam e se desenvolvem. (...)

Daqui passam ao confronto do atual imperante com o que há de vir, e que já se sabe quem há de ser independentemente de prévia escolha, porque isto é caso previsto na sábia constituição. (...)

E daqui concluem que é preciso esperar, guardando-se entretanto, como sagrado depósito, o sistema das ficções."<sup>96</sup>

<sup>93</sup> Constituição Brasileira: Título V, Do Imperador, Capítulo II Do Poder Executivo, Art. 102.

<sup>94</sup> Gazetilha, *Club Republicano*, Correio de Campinas, 25 de janeiro de 1887.

<sup>95</sup> Constituição Brasileira: Título III, Dos Poderes e Representação Nacional, Art. 11.

<sup>96</sup> Campos Salles, *Esperanças*, Gazeta de Campinas, 25 de maio de 1873.

Com estas palavras Campos Salles atacou seus opositores políticos que, a despeito do previsível futuro do sistema monárquico - uma vez que a hereditariedade tornava a sucessão real uma troca simbólica de poder - esperavam que as idéias liberais fossem melhor acolhidas pelo 3º Reinado. A Carta Constitucional não concedia à Nação o direito de escolher o novo ocupante do trono que, no caso, já se sabia, seria ocupado pela princesa Izabel e seu marido francês, o Conde D'Eu.

Assim, a crença num futuro melhor através da sucessão real era sinal de inocência política, pois a própria história do país testemunhava que a troca de um rei por outro não havia sido garantia de uma mudança na sociedade. A sucessão real era uma prática enganosa já vivenciada duas vezes:

"Foi com olhos fitos no futuro e cheios de esperanças nos bons resultados de uma sucessão, que os nossos avós trocaram D. João IV por Pedro I; pois que em boa fé e bem liquidadas as contas, não se pode encontrar no fato do sete de setembro mais que a troca de um soberano por outro soberano."<sup>97</sup>

Campos Salles interpretou a Independência como um evento que não trouxera nenhuma experiência inovadora para o país. Portanto, as esperanças depositadas no 3º Reinado - mais um ato de sucessão - eram enganosas, visto que os mesmos "nossos avós" que colocaram Pedro I no trono, foram responsáveis por colocá-lo "barra fora", e com os olhos novamente fitos no futuro, haviam esperado que o jovem monarca quando assumisse o trono correspondesse aos seus desejos. Terminou seu artigo afirmando que "*dai em diante a marcha política e administrativa tem sido tão semelhante que hoje ainda há um partido dos crentes que depositam suas esperanças numa sucessão.*"<sup>98</sup>

As críticas à sucessão do trono feitas em 1873 tinham mais o objetivo de discutir os fundamentos da Monarquia do que avaliar os sucessores de Pedro II, uma vez que a sucessão era, naquele momento, um problema a ser resolvido a médio prazo. A questão

<sup>97</sup> Campos Salles, *Esperanças*, Gazeta de Campinas, 25 de maio de 1873.

<sup>98</sup> Campos Salles, *Esperanças*, Gazeta de Campinas, 25 de maio de 1873.

imediate estava na divulgação da República, projeto que começava a se delinear. Tratava-se de se ganhar adeptos e, neste sentido, as imagens criadas para o Império e suas instituições resguardavam um caráter eminentemente político. O futuro deveria ser a República e não a sucessão real que reiteraria o regime monárquico.

Além dos atos do Imperador no exercício do Poder Moderador, alguns republicanos colocaram em dúvida a conduta de D. Pedro II diante das questões nacionais. Foi o caso da anistia concedida aos bispos de Olinda e do Pará, atitude que provocou grande celeuma:

"O perdão, a princípio proposto, foi a expressão mais viva e eloquente da admissão do crime e do criminoso; a anistia, mais tarde realizada, é o reconhecimento cabal da inocência deste mesmo criminoso!

E, pois, se o perdão admite a existência do crime e do criminoso, é lógico que quem perdoa não anistia."<sup>99</sup>

O redator do Diário de Campinas colocou em dúvida a atuação do Imperador na "*questão dos bispos*", demonstrando como, ao nível da discussão de princípios políticos do Estado, o monarca havia tido uma conduta contraditória, já "*que quem perdoa, não anistia*".

"O individuo inviolável e sagrado que por si só representa a soberania de um povo, e que a despeito do aviltamento feito a essa mesma soberania assim procede; ou revela impotência de espírito, incerteza e perturbação de consciência, ou obedece cegamente a uma força oculta, a um poder superior e talvez misterioso... Essa força, este poder, seja-nos lícito dizer, emana do Vaticano, é o triunfo do jesuitismo."<sup>100</sup>

O desenrolar da celeuma, que contou com a intervenção do próprio Papa, se transformou, aos olhos deste republicano, numa questão muito perigosa para o Império, já que a autoridade real e a autoridade eclesiástica haviam entrado em confronto. As duas "opções" explicativas para a conduta contraditória do Monarca - impotência de espírito ou obediência cega a um poder maior - eram degradantes para a imagem de um chefe de

<sup>99</sup> R, *O Futuro*, Diário de Campinas, 9 de outubro de 1875.

<sup>100</sup> R, *O Futuro*, Diário de Campinas, 9 de outubro de 1875.

Estado. Tratava-se de tecer uma caricatura do Imperador<sup>101</sup>, colocando-o como um Rei que exercia um poder supremo dentro do país, mas que se sujeitava a seguir as ordens de outro soberano, o Papa. Além disso, o episódio dava margem para a discussão de uma das bandeiras mais caras ao republicanismo, também compartilhada por alguns liberais - a necessidade de separar a Igreja do Estado.<sup>102</sup>

Passado o impacto causado pela questão dos bispos, D. Pedro saiu em viagem pela Europa e Estados Unidos. Os cronistas da Gazeta de Notícias<sup>103</sup>, a postos, publicaram pormenores da viagem do Imperador que os republicanos da Gazeta de Campinas se incumbiram de comentar. Nos Estados Unidos, D. Pedro II deu uma entrevista sobre o Brasil para o jornalista americano O'Kelly. Francisco Quirino dos Santos relatou criticamente esta conversa: alegou que o entrevistado tergiversou nas respostas e denegriu a província de São Paulo, acusando sua pujança de conivência com a escravidão.

"Por exemplo: o sr. O'Kelly observa que a província de Pernambuco não tem tanta iniciativa como a de São Paulo. Sua Majestade contrapõe-lhe esta sentença: *"É por causa da escravatura; o Ceará que não tem tanto elemento servil desenvolve mais ânimo no caminho do progresso. (...)*

"Vejam: e nós que supunhamos que o nosso São Paulo apesar dos seus milhares de escravos, ou antes, passando por cima deste obstáculo, avantajava-se às suas irmãs pela pujança de suas empresas."<sup>104</sup>

Discordando do Imperador, Francisco Quirino dos Santos enfatizou que São Paulo não estaria sofrendo um atraso em suas empresas, pois "passava por cima do obstáculo" representado pela escravidão. Em seguida, transcreveu na íntegra a entrevista e procurou ganhar a opinião dos paulistas neste posicionamento crítico ao Imperador,

<sup>101</sup> Contudo, era fora de dúvida que a questão envolvia muito mais personagens que apenas o Imperador e os Bispos, pois havia também um ministério que, segundo Sérgio Buarque de Holanda, reclamava pela anistia. Sérgio Buarque de Holanda, História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II, vol. 4. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971. pp. 174-175.

<sup>102</sup> A este respeito Saldanha Marinho, sob o pseudônimo de Ganganelli, teceu pesadas críticas em artigos que foram transcritos pela Gazeta de Campinas, e que procuravam alimentar a celeuma causada pela Anistia aos Bispos. Sobre o confronto Igreja/estado ver Roberto Romano, Brasil: Igreja contra Estado - críticas ao populismo católico, São Paulo: Kairós, 1979.

<sup>104</sup> Francisco Quirino dos Santos, *S.M. em Viagem*, Gazeta de Campinas, 06 de junho de 1876.

ressaltando que este não concedera à Província de São Paulo o lugar que lhe era de direito no cenário nacional e pior, projetara uma imagem negativa dos paulistas no exterior.

"Se os estrangeiros falando com um cidadão altamente colocado, podem colher informações mais ou menos significativas com relação ao povo de que ele faz parte; este mesmo povo, por sua vez, deve conhecer-se no espelho em que procura refletir-lhe as feições e o porte diante do mundo inteiro."<sup>105</sup>

Alguns meses depois, nas páginas da Gazeta de Campinas encontramos uma demonstração de regozijo republicano pelo fato do "*Imperador Itinerante*" ter sido detido na Dinamarca por não ter pago o imposto ao *Sund*. Na *Crônica Fluminense*, o correspondente na Corte comentou:

"Correm grande riso os bons monarquistas desta terra; trata-se nada mais, nada menos, que a perda do nosso excelso viajante incógnito, o ilustre monarca itinerante. Não julguem os leitores que zombo, pois basta ler as últimas notícias da Europa. Os dinamarqueses querem por força aprisionar o sr. D. Pedro II e guardá-lo como refem até que o sr. Cotegipe resolva a questão do pagamento do nosso imposto, como todas as nações civilizadas, ao *Sund*. Que o conservem por lá muito tempo em companhia de toda a família, é o que pode lhe desejar todo o brasileiro amante de seu país."<sup>106</sup>

O tom satisfeito do artigo esclarece o quanto agradava a este republicano a possibilidade de ver o "excelso viajante" preso na Dinamarca. Além disso, o motivo do sequestro era testemunho que o chefe de Estado não cumpria uma de suas obrigações básicas: pagar suas dívidas como toda pessoa e "*Nação civilizada*". Falso lamento e regozijo se mesclam no comentário do correspondente uma vez que os "*brasileiros amantes de seu país*" (ou seja, os oponentes da monarquia) desejavam ver-se livres, ao menos por um tempo, do Monarca e da família real.

Mas, não foi desta vez que estes republicanos se desvencilharam do Imperador e, por isso, as críticas ao monarca itinerante continuaram. Ainda durante a ausência de D. Pedro II, Campos Salles publicou um artigo no qual denunciava a "*desgraça*" em que caía um povo quando do "*enfraquecimento dos partidos diante do Chefe de*

<sup>105</sup> Francisco Quirino dos Santos, *S.M. em Viagem*, Gazeta de Campinas, 06 de junho de 1876.

<sup>106</sup> *Crônica Fluminense*, Gazeta de Campinas, 24 de setembro de 1876.

*Estado*", consequência da inversão da ordem lógica do mecanismo governamental: o despotismo de um rei que desdenhava a opinião pública.

"Substituindo-se a soberania popular, única legítima, pela vontade despótica dos usurpadores, sempre propensos a invasão dos domínios do direito."<sup>107</sup>

Uma maneira de se reverter este quadro seria a constante vigília dos órgãos de oposição, "*fiscais da administração pública*" que deveriam dar o alarme todas as vezes que um direito ou interesse social fosse preterido. Mas, para o redator, o Brasil vivenciava uma situação absurda pois os partidos, envolvidos pelo poder, acatavam as ordens do Monarca e assim, "*ao passo que os partidos se enfraquecem, pela ausência absoluta de crenças, o Poder Pessoal cada vez mais se robustece.*" A única prerrogativa que restava ao país era:

"Denunciar pela imprensa as usurpações do trono; mas o Rei impassível diante do clamor da opinião que ele desdenha, vai sempre o seu caminho."<sup>108</sup>

Considerou o Imperador como um verdadeiro rei absoluto e jocosamente comparou a atuação de Pedro II com a de Frederico, O Grande, rei da Prússia:

"Um dia Frederico o Grande viu uma multidão de gente que se ocupava em ler alguma coisa escrita em uma parede. Aproximou-se e viu que o que excitava a curiosidade era um cartaz injurioso à sua pessoa. O cartaz estava pregado tão alto que mal podia ser lido.

Frederico ordenou às pessoas de seu séquito que o pusessem mais baixo.

"*Meu povo e eu, disse ele, fizemos um ajuste que nos satisfaz a todos. Ele pode dizer tudo que quiser de mim e eu posso fazer dele tudo o que me parecer.*"

Da mesma sorte o povo brasileiro tem a faculdade de dizer tudo quanto queira a respeito do atual imperante, ao passo que ele - reina, governa, administra."<sup>109</sup>

Com o retorno do Rei ao Brasil os republicanos da *Gazeta* não amenizaram seu julgamento afinal, a exemplo dos prussianos da anedota, tudo podiam dizer contra o Monarca, pois a liberdade de imprensa no Império era um fato que não podiam negar. A figura do Imperador errante, viajando pelos continentes, deu lugar ao Soberano indisposto que se ausentava da Corte no verão, refugiando-se nas montanhas de Petrópolis. Mas, que

<sup>107</sup> Campos Salles, *O Estado é o Rei*, *Gazeta de Campinas*, 18 de junho de 1876.

<sup>108</sup> Campos Salles, *O Estado é o Rei*, *Gazeta de Campinas*, 18 de junho de 1876.

<sup>109</sup> Campos Salles, *O Estado é o Rei*, *Gazeta de Campinas*, 18 de junho de 1876.

não se mantinha completamente afastado dos negócios públicos pois, em passeios pela cidade, visitou escolas públicas e particulares. Baseando-se em relatos de algumas folhas fluminenses, o redator da Gazeta recriminou em editorial a primazia que D. Pedro II, nestas visitas, conferiu aos estudos religiosos:

"O sr. D. Pedro II arguindo os meninos dos diversos colégios, insistia (dizem os jornais) principalmente sobre instrução religiosa - *"exigindo deles explicações que demonstrassem conhecer bem todo o sentido da doutrina e declarando que fazia questão principalmente desse parte do ensino.*

(...) aquela declaração peremptória de que quer principalmente saber do estudo religioso dos meninos, o que é o mesmo que dizer que quanto à outra instrução, a profana, a filosofia, a que desenvolve propriamente a razão, dispensa o adiantamento."<sup>110</sup>

Chega-se, assim, à questão central do artigo. A simples visita imperial aos colégios tornou-se ocasião para confundir a imagem que os monarquistas divulgavam sobre o Imperador: um rei culto, preocupado com os mais diversos campos do saber, que lia muito, atendo aos novos conhecimentos, frequentador das exposições técnicas internacionais e um empenhado estudioso de línguas. O texto da Gazeta procurou inverter esta imagem, contrapondo a de um monarca que privilegiava o catecismo ao saber laico e, portanto, se demonstrava comprometido com um projeto de educação que desqualificava a razão e valorizava mistificações próprias da educação religiosa.

"O que há de real em tal caso é que o Imperador quer a todo o transe que os colégios saibam muito de catecismo (...), embora não saibam coisa alguma de gramática portuguesa!

Ora, eis aí uma coisa que não nos parece justa: estudar-se só o catecismo nas escolas!

Que este sistema não pegue nas escolas de cá é o que desejamos!"<sup>111</sup>

Mas também outros "itinerantes" foram alvo das críticas republicanas, como demonstrou o artigo de Aristides Lobo no Diário Popular, sobre a viagem do Conde D'Eu às províncias do Sul. Nesta ocasião, o marido da princesa herdeira do trono representou o Imperador no trabalho de levantamento da situação militar das províncias, diante de um

<sup>110</sup> *O Imperador e a Instrução*, Gazeta de Campinas, 30 de março de 1880.

<sup>111</sup> *O Imperador e a Instrução*, Gazeta de Campinas, 30 de março de 1880.

possível novo conflito armado na região.<sup>112</sup> A atitude do Imperador de se fazer representar pelo genro foi entendida como um gesto inaceitável e inadequado para um Soberano experiente, dada a delicadeza da situação. Também foi interpretada como um ato entronizador do futuro monarca:

"Nesta hora em que dorme um povo inteiro, esvoaça talvez sobre ele um pensamento de morte!

Um só homem, tendo em mãos todos os direitos e todos os interesses, não é somente absurdo, é monstruoso. Entretanto é isto um preceito constitucional, um dogma da lei. (...)

A vontade de César é que prevalece.

(...) O sr. D. Pedro II não quiz mostrar-se apercebido das insolências da república e por isso o herói de Peribebuy faz essa imensa escala até as campinas rio-grandenses.

(...)

O 3º Reinado precisa ilustrar-se nos campos de batalha, carece do cimento da glória militar e tanto assim é que se deu a esa excursão particular todo o aparato de inauguraçãozinha."<sup>113</sup>

A tal "inauguraçãozinha" a que se referiu Aristides Lobo nada mais era que um prévio lançamento do 3º Reinado, o que poderia ser comprovado pelo fato da *"reportagem oficial e oficiosa empregar com propósito ou sem ele, a expressão - Comitativa Imperial - como si se tratasse do próprio rei."* Assim, Aristides Lobo montou uma representação do Imperador e do 3º Reinado: tratava-se de um César que fazia prevalecer sua vontade lançando o país na guerra, preparando e inaugurando a sua sucessão nos campos de batalha. Um quadro, sem dúvida, nefasto da situação do país e também uma imagem do futuro reinado como sedimentado na violência e na destruição que as guerras causavam.

Dias depois outro redator do Diário Popular comentou os mesmos fatos:

"O prudente e experimentado sr. D. Pedro II estará de tal modo enfraquecido que assim se deixe embalar pelas idéias de militarismo e aspirações napoleônicas que, segundo se diz, germinam e florescem nos pródomos do 3º Reinado?"<sup>114</sup>

<sup>112</sup> Tratava-se de um possível confronto armado com a Argentina, ameaça que já havia aparecido em 1875. Tais suspeitas levavam os militares a reclamarem constantemente um maior estímulo do governo, pois sentiam-se despreparados para um confronto armado. Além disso, havia a proposta do Conde d'Eu e de outros políticos de construir uma estrada de ferro ligando o Rio de Janeiro ao Rio Grande do Sul, argumentando que sem ela as províncias do Sul tornavam-se indefensáveis. Cf. Sérgio Buarque de Holanda, História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II, vol. 4. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971. p.254.

<sup>113</sup> Aristides Lobo, Cartas do Rio, Diário Popular, 14 de novembro de 1884.

<sup>114</sup> J. Junior, Comentários, Diário Popular, 25 de novembro de 1884.

E concluiu pedindo cautela ao Imperador, pois as guerras para "*cimentar dinastias anda provando mal no último quartel deste século que pertence ao positivismo*".

Mas as restrições ao Imperador e à Monarquia apareceram também em comentários sobre outros monarcas. Este recurso foi utilizado por Henrique de Barcellos no Correio de Campinas que, ao relatar a morte do Rei da Espanha Afonso XII, afirmou que "*na história das nações um rei de menos conta-se por um progresso a mais*".<sup>115</sup> Depois de uma longa exposição da vida pessoal e política de Afonso XII, caracterizado como um Soberano "*devasso, que não valia um caracol*" e que manteve a imprensa amordaçada durante todo seu reinado, o redator sentenciou que chegara ao fim o tempo da soberania dos reis:

"... democracia moderna cabe esta conquista: pondo os rei autoritários em face das liberdades populares, mostra-os tais quais elles são - ferozes, egoistas, sem alma, corrompidos, completamente segregados dos povos que governam *in nomine* (...) sempre desconfiados e por isso inclinados a todas as tiranias quando lhes cheira a liberdade. (...)

Foi-se o tempo em que as nações tomavam luto quando um monstrengo destes desce à cova, coberto de crimes e por vezes coberto igualmente de chagas.

No nosso tempo, em que o povo é de fato o verdadeiro soberano, um rei que se vai é a promessa risonha de bens futuros.

Há muito que os caixões dos Reis são pregados pela raiva popular."<sup>116</sup>

Ao tecer a imagem do rei na cova coberto de chagas, Henrique de Barcellos tornou os reis meros mortais como qualquer um de seus súditos, acometidos pelas mesmas doenças que lhes deformavam o corpo. Este ser - o Rei - que se pretendia supremo, não era especial nem no físico, nem na posição, já que haviam perdido seu estatuto especial diante do único soberano legítimo: o *povo*. A soberania popular ainda não fora devidamente reconhecida devido à existência de muitos reis que, todavia, mais cedo ou mais tarde deveriam perecer.

As palavras diretas e pouco simpáticas de Henrique de Barcellos para com os reis causaram incômodo e polêmica na imprensa republicana de Campinas. Carlos Ferreira,

<sup>115</sup> Henrique de Barcellos, *No Túmulo...*, Correio de Campinas, 27 de novembro de 1885.

<sup>116</sup> Henrique de Barcellos, *No Túmulo...*, Correio de Campinas, 27 de novembro de 1885.

redator da Gazeta, fez uma crítica indireta ao artigo do Correio elogiando um texto d'O Paiz, folha da Corte.

"O Paiz, da corte, trouxe o judicioso editorial que abaixo damos (...). É digna de nota a maneira delicada, refletida e justa com que aquele colega, como nós republicano, aprecia a pessoa e o reinado do desditoso monarca que sucumbiu na flor dos anos. Respeitando mais a majestade sagrada do túmulo do que a transitória majestade de um homem, O Paiz diz em singelas palavras o que foi exatamente esse rei e esse homem."<sup>117</sup>

O contraste entre os termos de Carlos Ferreira e Henrique de Barcellos é demonstrativo de que na imprensa republicana haviam diferentes percepções da realeza; e o respeito de Ferreira com relação à morte de um Rei e à transitória majestade de um homem se contrapõe marcadamente à irreverência de Barcellos.

A opinião de Carlos Ferreira não passou em branco para os redatores do Correio. Na seção chamada *Carnaval da Vida* o redator que assinava apenas como *Mascarado* ironizou a dubiedade inscrita nas palavras de Carlos Ferreira:

"As razões da minha máscara já a dei: todos giram em desordenado carnaval, e as opiniões políticas do meu amigo Carlos têm tido a propriedade de se mascararem tão bem que não há meio de saber se são republicanas ou monarquistas (...). Vejo as opiniões de meu amigo vestidas de *pierrot*, com um capacete na cabeça e boa dose de guizos a tilintarem. Ainda há pouco morreu um rei e o amigo Carlos achou bom que tratassem o rei com delicadeza, para dar a entender (eu tenho estômago cada vez mais frio!) que o sr. Barcellos fora malcreado com Afonso XII como ele deveras foi, isto é, devasso e infame."<sup>118</sup>

A imagem que o *Mascarado* teceu de Carlos Ferreira foi categórica: um *pierrot* com guizos a tilintarem nada mais era que a figura do "bobo da corte". A sua máscara significava, assim, uma crítica àqueles que se escondiam entre princípios contraditórios. A Gazeta podia, alguns anos antes, ter se regozijado com o sequestro de D. Pedro II e sua família na Dinamarca. Contudo, não tratavam a morte de um rei como o redator do Correio de Campinas. A defesa que Carlos Ferreira fez de um tratamento

<sup>117</sup> Carlos Ferreira, *A Morte do Rei da Espanha*, Gazeta de Campinas, 29 de novembro de 1885.

<sup>118</sup> *Mascarado*, *Carnaval da Vida*, Correio de Campinas, 02 de dezembro de 1885.

respeitoso para com Afonso XII, acabava levando seus adversários do Correio a colocarem em dúvida sua filiação republicana, exatamente porque, com a morte de Afonso XII abria-se a possibilidade para restaurar o regime republicano na Espanha.<sup>119</sup>

No final de 1886, D. Pedro II passou por São Paulo com destino ao Rio Grande do Sul. Avaliando a conduta do Monarca visitante na Província, Aristides Lobo, da Corte, também denunciou a hipocrisia do Imperador ao visitar cadeias, proibir castigos e comutar penas de escravos:

"Ninguém poderá dizer (...) que o sr. D. Pedro II seja a mesma individualidade que aqui vimos e que daqui partiu. (...)

Ninguém ignora que a Casa de Correção da Corte é uma vasta presiganga de escravos, assim como é sabido que os pobres pretos recolhidos à mesma detenção são barbaramente tratados. Tudo isto se faz e se tem feito por ordem do chefe de polícia, funcionário da confiança privada do Rei.

A imprensa tem denunciado estes fatos (...) e até individualizado as brutais violências praticadas contra pobres escravos tirados da detenção para serem remetidos a seus senhores.

(...) Si o sr. D. Pedro sabia tudo isso (...) se conhecendo essas coisas nunca se dignou a ir a sua imperial Bastilha, nem providenciou no sentido de fazer cessar tais abusos, como anda agora a percorrer as cadeias de São Paulo como uma espécie de *habeas corpus* régio e ambulante?"<sup>120</sup>

O Pedro II "*emancipacionista*" e moralizador em São Paulo contradizia o "*senhor*" fluminense. O fiscal severo de São Paulo contrastava com o administrador da Corte que ignorava os abusos da casa de Correção frequentemente denunciados pela imprensa. Como explicar esta conduta contraditória do Monarca? Aristides Lobo indagou se o escravo de São Paulo era mais escravo e digno de compaixão que o da Corte ou se, na verdade, o Imperador se valia de uma comédia para ganhar o apoio dos paulistas:

"É que o rei já conhece esta parte de seu rebanho (...); que ele pode fazer o que quizer, como há de adquirir a mesma tranquilidade e confiança sobre o valor do povo paulista quando regressar. (...) Sempre a comédia!

Mas, dirão, é vontade de mal dizer. O rei não está preocupado em conquistar a opinião dos paulistas, porque o que ele faz não agrada aos fazendeiros, elemento predominante na Província (...). Digamos a verdade inteira - esses fazendeiros agastar-se-iam com qualquer outro que fizesse o que o sr. D. Pedro está fazendo,

<sup>119</sup> *República Espanhola, Gazeta de Campinas*, 30 de novembro de 1885.

<sup>120</sup> Aristides Lobo, *Cartas do Rio, Diário Popular*, 05 de fevereiro de 1887.

mas com ele não. Aham graça, reputam magnânimo, grandioso, nobilíssimo este procedimento.

O virus monárquico, está me parecendo, não respeitou uma só das fibras do caracter nacional!"<sup>121</sup>

Na imagem criada por Aristides Lobo o Rei aparece como um ser maquiavélico, instrumentalizando seu poder para conquistar a popularidade e controlar seus súditos. Libertar escravos, comutar penas, diminuir castigos, não era sinal da benevolência do Imperador mas do aparato que montava para estabelecer uma relação de confiança para com os paulistas. A quietude dos fazendeiros frente à comédia imperial testemunhava que o "*virus monárquico*" era eficaz e atingia a todos indiscriminadamente. Tal eficácia comprovava também a habilidade da propaganda monarquista e da positividade da auto-imagem do Imperador.

Ao regressar à Corte D. Pedro II adoeceu. Aristides Lobo, em sua condição de comentarista dos acontecimentos do Rio de Janeiro, não deixou de tratar do episódio. Considerando que a moléstia não inspirava cuidados, concluiu que ainda não era desta vez que o Monarca iria abandonar seu posto de "*anjo tutelar deste ingrátissimo povo*", mas também aproveitou a ocasião para expor sua opinião pessoal sobre o significado da morte do Monarca:

"Na minha qualidade de republicano, não desejo semelhante coisa. Se o meu país só espera obter a sua carta de alforria das mãos da morte, quando mesmo tal pudesse acontecer, ele é indigno de tamanho benefício.

Um povo que não sabe resgatar-se, só é digno de cativeiro.

Dito isto paro aqui, pois não vamos a matar. Demais estou hoje regularmente indisposto."<sup>122</sup>

O gracejo do redator, ao fazer o trocadilho da doença do Imperador com sua própria "*indisposição*", perpassava os significados possíveis da morte de Pedro II: poderia trazer a República mas também o 3º Reinado. Para o redator, se o país esperava atingir o

<sup>121</sup> Aristides Lobo, *Cartas do Rio, Diário Popular*, 05 de fevereiro de 1887.

<sup>122</sup> Aristides Lobo, *Cartas do Rio, Diário Popular*, 26 de fevereiro de 1887.

regime democrático com a morte de D. Pedro II, era indigno de tal benefício. Aristides Lobo parece sugerir que a República deveria ser instituída antes que o monarca falecesse.

Sua opinião foi criticada pelo redator do Correio de Campinas. Este jornal considerou que "*o velho lobo republicano escreve teatralmente para surtir efeito*" e era certo que a moléstia do Imperador havia sobressaltado a todos e em Petrólis "*gente graúda e gente humilde, áulicos e obscuros cidadãos, encheram o paço a visitar o velho monarca.*"<sup>123</sup> Além disso avaliou a apreciação de Aristides Lobo como mera banalidade, proferidas diariamente na imprensa e na tribuna: "*que o povo não sabe libertar-se e os nossos homens em evidência deixam-se corromper.*" Em seguida expôs uma opinião pouco condescendente, mas séria e complexa sobre as decorrências da morte de D. Pedro II para o país: eram imprevisíveis e poderiam tanto levar ao retrocesso quanto à democracia, mais provavelmente ao retrocesso, se dependesse da atuação a herança corrompida do Monarca.

"Os sábios previram já qual seria a consequência resultante de parar o globo terráqueo repentinamente; ele tornaria a ser o que foi no princípio da criação; de sólido passava a gás e tudo desapareceria para dar lugar à primitiva nebulosa. Terminado repentinamente o 2º Reinado, viria iluminar o país a forma democrática? É possível que sim. E não seria impossível que o país retrocedesse, repressão violenta que traria, tarde e bem tarde a desejada implantação do regime da pura democracia."<sup>124</sup>

A análise do Correio utilizava-se das ciências naturais para tecer uma imagem do que aconteceria ao país com a morte de D. Pedro II. Assim, o redator considerou ingênua a possibilidade de que a democracia se fortalecesse com a morte do Monarca, caso permanecesse o terreno propício à corrupção, afinal os fenômenos políticos não tinham necessariamente o mesmo desfecho que os físicos. Por esta análise pode-se supor que o redator do Correio pretendia transformar a sociedade, a base onde as idéias democráticas deveriam frutificar, ocupando o lugar da corrupção imperial.

<sup>123</sup> *A Moléstia Imperial, Correio de Campinas*, 05 de março de 1887.

<sup>124</sup> *A Moléstia Imperial, Correio de Campinas*, 05 de março de 1887.

Mais de um ano depois, passada a libertação dos escravos pelas mãos da Princesa Imperial, os republicanos do Diário Popular concentraram seu ataque nos atos da princesa, interpretando-os como exteriorizações e continuidade da vontade do Imperador, e pior, de sua subserviência à Igreja Católica. Em outubro de 1888 o telégrafo trouxe a notícia de que o governo estava concedendo pensões eclesiásticas para diversos vigários, somas que giravam em torno de 50\$000 mensais. J.Junior, redator do Diário, comentou:

"O que quer dizer tudo isso é que a nossa santa e devota princesa continua a governar através do papai.  
O sr. D. Pedro reina e a sra. princesa governa! Eis a nossa moderna fórmula de governo."<sup>125</sup>

As pensões eclesiásticas seriam prova comprobatória, não só do caráter religioso da princesa, mas também de que ela estava efetivamente governando subserviente à Igreja Católica, ao passo que seu pai apenas reinava. Qual o papel do Imperador nessa polêmica? O redator foi direto: D. Pedro II havia se transformado em "*simples testa de ferro do 3º Reinado... Pobre Brasil.*"<sup>126</sup>

Dias depois o mesmo jornal comparou o reinado de D. Pedro II e Carlos II da Espanha para destacar a "*imbecilidade*" do Imperador e da hereditariedade da Monarquia:

"Estamos positivamente na desgraçada e humilhante situação da Espanha de Carlos II.

A imbecilidade do rei Espanhol, que espalhava o ridículo em sua Corte e em toda a parte onde apresentava o seu físico desprezível e a sua fisionomia repulsiva, chegava ao ponto de não conhecer ele sequer os nomes da cidade importantes, nem mesmo os nomes das províncias de seu reino. Idiota como era, e de uma impotência física quase total, ele reinava sobre o povo que mais se há assinalado na história pelo seu caráter nobre, aventureiro e bravo.(...)

A fatal intransigência do princípio monárquico tinha prevalecido sobre os destinos do povo.

Carlos II, o imbecil, era senhor do trono da Espanha, dizia o código bárbaro da realeza, e tanto bastava para que devesse reinar o rei idiota. (...)

Bem ponderados os testemunhos trazidos ao tribunal da opinião, ora pelos ministros, ora pelos confidentes do paço imperial, seria impossível assinalar diferença característica entre a última fase do governo de Pedro II e o reinado de Carlos II na Espanha.

<sup>125</sup> J. Junior, *Comentários*, Diário Popular, 20 de outubro de 1888.

<sup>126</sup> J. Junior, *Comentários*, Diário Popular, 20 de outubro de 1888.

O direito de perpetuidade, inflexível e inabalável em sua origem teocrática, não cede nunca, nem mesmo ante a grandeza e ante a majestade dos interesses da pátria. Para não suprimir um direito da realeza, entrega-se ao monarca imbecil o futuro de um povo."<sup>127</sup>

O tom forte da crítica tinha sua origem e ressonância no contexto político (o Império abalado pelas repercussões da lei Áurea) e nas condições físicas do Imperador, velho e combalido pela diabetes. D. Pedro II aparece como uma figura decrépita e que se mantinha no poder por um dos princípios básicos da monarquia: a *vitaliciedade*. Aproveitando-se das circunstâncias, o redator colocou em confronto o direito real e os interesses do país, ressaltando suas incompatibilidades. Dramatizou o desfecho trágico destes embates para a democracia, que quase sempre significava a vitória dos princípios monárquicos. No Brasil, seria a reposição de uma monarquia já decrépita, o 3º Reinado:

"Depois virá o governo da ignorância, da leviandade desrespeitosa, da superstição e do fanatismo. O convento e o confessionário eraguendo a supremacia do clericalismo, estabelecerão o seu funesto domínio sobre a consciência nacional. É a inflexibilidade do direito de herança, o chamado direito dinástico. (...) Destruí-la antes que ela possa produzir os seus calamitosos efeitos, é a missão dos republicanos, quer dizer a missão dos patriotas."<sup>128</sup>

Assim, se o presente demonstrava o reinado do Imperador imbecil, que não deixava seu posto pelo direito dinástico de perpetuidade, da mesma forma o futuro estava atado a outro destes direitos - o de herança - que colocaria no trono uma Princesa responsável por instaurar o reinado da ignorância, da superstição e do fanatismo, pois governava com estreitas ligações com a Igreja. Diante de tal representação, que pretendia minar as bases de aceitação popular do 3º Reinado, o redator concluiu seu discurso reconhecendo a missão "salvacionista" republicana - destruir o trono antes que ele pudesse se instaurar.

#### 4. A Tragi-cômica peça da Monarquia:

<sup>127</sup> C. A Missão Republicana, Diário Popular, 29 de outubro de 1888.

<sup>128</sup> C. A Missão Republicana, Diário Popular, 29 de outubro de 1888.

"Dizem-nos os foliões deste país que hoje é dia de Carnaval! Como se nós não soubéssemos que por aqui não há dia nenhum do ano que não seja um perfeito dia de Carnaval!

De uns tempos a esta parte tem-se-nos tomado de tal modo insuportável a saturnal do bando carnavalesco-político-eleitoral à frente do qual anda o governo de chapéu de Cabrion e divindana em punho que uma e a mesma coisa é ouvir-lhe a celeurna e suspirar por uma doce quarta feira de cinzas que nunca chega!

E dizem que hoje é que há de representar a estafada comédia do Deus Momo! (...)"<sup>129</sup>

Os leitores da Gazeta de Campinas que em fevereiro de 1877 procuraram uma crônica sobre o Carnaval encontraram um artigo, sob a forma de folhetim, no qual a política monárquica foi tratada como tema carnavalesco. Ao apreciar a comédia do *Deus Momo* em todos os 365 dias do ano, o redator ironizou e considerou insuportável o fato de presenciar, diariamente, um perfeito espetáculo. Esta idéia foi retomada dois anos depois, em 1879, pelo Diário de Campinas que em sua crônica carnavalesca reiterou a desnecessária diferenciação entre os dias de loucura do Carnaval e os demais dias do ano.

"Dizem que ao nosso espinto é necessário, depois de qualquer trabalho pesado, o descanso ou a distração (...).

Agora o que não sei é porque para estes dias permitidos à loucura necessitamos d'uma máscara? Para quê, quando neste vale de... lágrimas todos andamos mascarados?"<sup>130</sup>

Em meio aos artigos comentando os dias de entrudo, de molhadela com "laranjinhas", das sociedades carnavalescas, os redatores aproveitaram a oportunidade para ridicularizar o governo, os políticos e o processo eleitoral e que, no caso deste artigo do Diário de Campinas contrapôs à alegria do carnaval um "vale de lágrimas", dando assim à comédia um sentido trágico.

Tais textos, publicados em seções de variedades, confirmam a linha editorial destes jornais de teatralizar a política e as instituições vigentes através da ironia e mesmo do escracho. Compuseram imagens simplistas, caricatas e desabonadoras do Império, apresentado ora como comédia, ora como uma "tragédia antiga", e da sociedade que o

<sup>129</sup> C, *Carnavais* (Folhetim), Gazeta de Campinas, 11 de fevereiro de 1877. [grifos meus]

<sup>130</sup> *Seção Carnavalesca*, Diário de Campinas, 25 de fevereiro de 1879. [grifos meus]

sustentava, intenção explícita neste artigo da Gazeta de Campinas de outubro de 1880 no qual o redator comparava a solenidade de abertura e fechamento das Câmaras a uma comédia "velha e burlesca":

"É uma comédia completa, e que tem tanto de burlesca como tem de velha. A decrepita praxe do calção de veludo e do sapatinho de seda, mantem-se em todo o seu esplendor carnavalesco na pessoa do Imperador, que a falar a verdade perde muito da sua gravidade de chefe de família e homem velho, quando despe a sua sisuda casaca para enfeitar-se com aquelas coisas, assim a modo de herói de tragédia antiga.<sup>131</sup>"

Neste caso a reprovação era mais contundente, uma vez que o texto fazia parte do editorial e não teve o Carnaval como justificativa. Além disso, nesta circunstância a própria pessoa do Imperador foi instrumentalizada. O objetivo do redator foi, sem dúvida, atingir um dos símbolos criados para engrandecer o Império, no caso, a figura do Imperador em trajes especiais para a cerimônia de abertura e encerramento da Assembléia Geral: um longo manto adornado com papos de tucano e flores, o cetro em punho, calças brancas justas e sapatinhos de seda, imagem esta que foi eternizada numa tela de Pedro Américo.

Reprovava o chefe de Estado, o "*Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil*", personagem que, juntamente com outros políticos como José Bonifácio, símbolos da monarquia, partilhavam costumeiramente das salas de jantar, gabinetes pessoais e repartições públicas em fotografias e telas.<sup>132</sup> Mas a imagem do rei tal qual retratado na tela de Pedro Américo presidindo a Assembléia Geral não era a única divulgada, pois em vários momentos D. Pedro II foi fotografado trajando sua austera e recatada casaca escura de "*pai de família*" e "*homem de estado*", ou seja, despido da fantasia de "*herói de tragédia antiga*".<sup>133</sup>

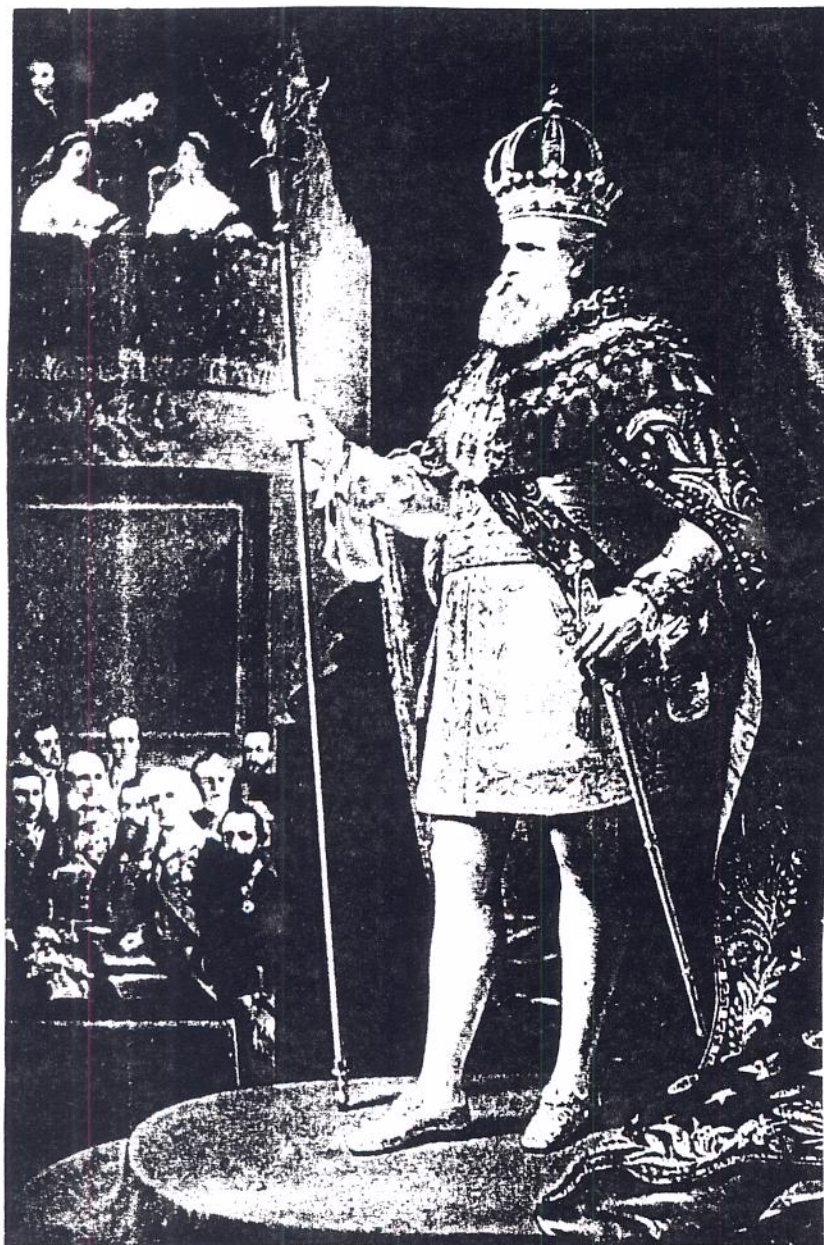
<sup>131</sup> *A Comédia*, Gazeta de Campinas, 16 de outubro de 1880.

<sup>132</sup> Para uma discussão sobre a comercialização de retratos de pessoas ilustres ver: GRANGEIRO, Candido Domingues, As Artes de Um Negócio: A Febre Fotográfica São Paulo 1862-1886, Dissertação de Mestrado, Dep. de História, IFCH, UNICAMP, 1993, especialmente pp.72-75.

<sup>133</sup> O auto retrato do Imperador D. Pedro II e outras fotos do monarca e da família real estão em: FERREZ, Gilberto A Fotografia no Brasil (1840-1900), Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte, Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

Tela de Pedro Américo "Pedro II na abertura da Assembléia Geral" (Original do Museu Imperial de Petrópolis).

Marc Ferrez, Foto Informal de D. Pedro II no Paço de São Cristóvão, 1875.



Sérgio Buarque de Holanda, tratando da figura de D. Pedro II, comentou o que haveria de contrastante num rei que pautava pelos hábitos de retraimento e nas ocasiões solenes vestia a indumentária de gala e deixava visível, na voz e no físico, os traços emblemáticos de sua figura real.

"E como não sentir que aquela voz aflautada, como de falsete, parecia calhar mal num rei, filho de reis, nascido para mandar? E que aquelas pernas finas demais destoavam do seu físico avantajado? Era nas ocasiões mais solenes que estes contrastes se tornavam particularmente visíveis, quando Sua Majestade, empunhando o cetro, se apresentava em indumentária de gala ... [e com a] alta e pesada coroa, que circundava toda a cabeça, a infalível "*cabeça de caju*" dos caricaturistas, e encobria a saliência pronunciada da fronte."<sup>134</sup>

O confronto entre o monarca trajando a casaca escura e vestido em traje de gala sem dúvida era enorme. Um lembrava a figura do Rei burguês, comedido, ilustrado, afinado com as grandes descobertas técnicas do século, o outro, o Rei absoluto, uma excrescência do passado, descendente dos Habsburgos, origem austríaca denunciada pelos olhos claros e cabelos alourados, feições europeias num rei que, nas palavras do Conde francês e amigo do Imperador, Arthur de Gobineau, governava "*uma gente trigueira ou mestiça*".<sup>135</sup>

No caso do editorial da Gazeta a preocupação maior parece ter sido atingir a monarquia (uma tragédia antiga) através da figura do monarca e de um ritual deslocado no tempo tanto em sua forma quanto em conteúdo.

"Pois bem, o ridículo da comédia não está só ali, nas roupas à fantasia: está também e em grande dose, n'aqueles estafados dizeres do Imperador e do parlamento, quando entendem que devem abrir ou fechar o mesmo. (...)"<sup>136</sup>

A desqualificação do ritual no discurso republicano tinha um profundo sentido político: atingir as prerrogativas do poder moderador e os fundamentos da Monarquia

<sup>134</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de O Brasil Monárquico Tomo II, Vol. 5º Do Império à República, São Paulo: DIFEL, 1985 (4ª edição), p.17.

<sup>135</sup> Apud. HOLANDA, Sérgio Buarque de, op.cit. pp.15-16.

<sup>136</sup> A Comédia, Gazeta de Campinas, 16 de outubro de 1880. [grifos meus].

inscritos na Constituição outorgada de 1824. Tanto a abertura, quanto o encerramento da Assembléia Geral, onde se reuniam ambas as Câmaras - a dos deputados com mandato temporário e a dos senadores vitalícios - obedeciam a um cerimonial regulado por dispositivos de um regimento interno, que foi normatizado por um decreto de D. Pedro I, a 5 de maio de 1826.<sup>137</sup> Faziam parte, assim, de um conjunto de cerimônias tradicionais do Império nas quais se destacava a prerrogativa do Imperador de indicar à Assembléia Geral os assuntos que deveriam ser analisados e discutidos. Este ato, que poderia traduzir-se numa mera formalidade conferia ao Monarca uma posição de supervisor das decisões do Parlamento, posição que os republicanos contestavam veementemente.

Para completar sua crítica à *comédia* de abertura e encerramento da Assembléia, o redator da Gazeta acentuou o esvaziamento a que se resumira tal ritual, e consequentemente, o regime:

"No dia aprazado o Imperador, vestido como na velha tragédia da *Nova Castro*, comparecerá perante o senado e dirá apenas:

- *Então como vão estas bizarrrias? Eu e os lá de casa estamos de saúde, quer chova, quer faça bom tempo. Que o país veja em nós um exemplo, e no mais - vivam!*

E o parlamento fará simplesmente uma mesura cortes, para mudar de chapa e irá para casa viver, e gozar as delícias do subsídio, enquanto o país espera... e rende graças à Providência pela cessação da seca!"<sup>138</sup>

O redator desvalorizou o conteúdo das falas do Trono e também os discursos do Parlamento, apresentando o Imperador como um completo alienado dos problemas nacionais e o Parlamento como um aglomerado de homens interessados apenas em seus subsídios. Esta representação do Monarca e do Parlamento também apareceu, anos mais tarde, nas páginas do Correio de Campinas, quando o correspondente do jornal na corte, Felinto d'Almeida, designou *tramóia* às manobras que proporcionaram férias remuneradas

<sup>137</sup> Apud: TAUNAY, Affonso de E. O Senado do Império Brasília: Senado Federal/Ed.UnB, 1978. (1ª edição de 1941). pp. 41-43.

<sup>138</sup> *A Comédia*, Gazeta de Campinas, 16 de outubro de 1880.

aos parlamentares e ao poder do "*maquinista do teatro*" de subir e baixar o pano para um espetáculo sem nenhuma sensação ou ato novo na comédia:

"Pois o maquinista do teatro das *Folies Politiques* deu ontem por finda a tramóia e permitiu que subisse o pano. As galerias receberam friamente a peça, esta bela farsa representada pela plateia...  
E o mais é que tenho de lhes declarar peremptoriamente que não houve cena alguma de sensação no novo ato da comédia!"<sup>139</sup>

Apresentar repetitivamente o Império, instituições e sua memória como uma farsa moralista e sem nuances foi um dos recursos que os redatores da Gazeta e do Correio de Campinas utilizaram exclusivamente para justificar a necessidade de sua superação e o resgate da política enquanto uma prática séria e consequente. Tais representações do Império, do monarca, da Assembléia Geral, eram utilizadas para que contrastassem com uma certa a "seriedade" da proposta republicana, supostamente preocupada exclusivamente com os problemas vivenciados pelo país.

A estratégia farsesca retornou com mais agressividade dois anos depois, em 1887, quando alguns republicanos já defendiam abertamente o separatismo paulista, propondo que a província - sustentáculo de unidades decaídas ou simplesmente "*sangue-sugas*" - se desanexasse do resto do Império e proclamasse sozinha a sua República. A 28 de fevereiro de 1887, o Diário Popular publicou uma comédia com os seguintes personagens:

"O Casamento do Mano"  
(Comédia Bragantina 2º Ato)

Autor: Nemo

Personagens:

Amazonas e Pará: negociantes de borracha  
Ceará: filante de refrescos  
Piauí: fazendeiro endividado por sistema  
Rio Grande do Norte: empresário, garantido sem renda  
Sergipe: pedinte crônico  
Pernambuco: leão sem juba  
Paraíba: ilustre desconhecido. Usa vestido de cauda  
Alagoas: namorada do tesouro público

<sup>139</sup> Filinto D'Almeida, *Carta da Corte*, Correio de Campinas, 28 de março de 1885.

Espírito Santo: hoteleiro de empregados  
 Rio de Janeiro: velho feitor  
 Município Neutro: bilontra e capoeira  
 Paraná: trabalhador de braços atados  
 Santa Catarina: moça que promete  
 Rio Grande do Sul: curatelado de farda  
 Goiás: inutilidade modesta  
 Minas Gerais: mulher séria e devota  
 Mato Grosso: assalariado sem serviço  
 PAULO: pagador geral  
 Império: pai da tribo. Magnífico recebedor  
 Bahia: mãe paralítica  
 Época: atualidade  
 Lugar: a costa oriental da América do Sul"<sup>140</sup>

A origem da crítica e da proposta separatista estava na antiga questão dos altos impostos absorvidos pela Corte devido à centralização administrativa e à falta de verba para a resolução das necessidades provinciais. Quais razões explicariam o recurso à "*crítica através do riso*"? Henrique de Barcellos proporcionou, alguns anos antes, algum esclarecimento no Diário de Campinas ao comentar o surgimento de um jornal na capital paulista que tinha o sugestivo título de A Comédia.

"Nisso que se chama a maioria, predomina o sentimento da desconfiança. A gargalhada assusta-a. A sátira aterra-a. Ela não compreende que se tratem os assuntos mais sérios com o sorriso nos lábios. Não lhe cabe na cabeça que um dito mordaz envolvido em flocos de algodão produza mais efeito, vá tocar diretamente o alvo, consiga mais eficazmente dirigir as opiniões e levar a todos os espíritos, do que trezentas linhas graves, profundas e pedantes.(...)"<sup>141</sup>

O redator não apenas defendeu a instrumentalização da sátira como recurso político, considerando que a comédia tinha a capacidade de produzir mais efeitos que *trezentas linhas graves, profundas e pedantes*, como também considerou-o um procedimento ilustrado e, sobretudo, saudável e eficaz para a propaganda republicana. Desta forma, recorreu a um texto de Eça de Queirós para fundamentar sua apreciação:

<sup>140</sup> *Variedade*, Diário Popular, 28 de fevereiro de 1887. Notemos que este é o segundo ato da Comédia. Onde estaria o 1º Ato? Nas páginas da imprensa republicana de São Paulo não há nenhuma menção ou indício de que ele tenha existido. Talvez o autor da peça (anônimo) pensasse que a história do Brasil, até 1887, resumiria as possíveis cenas anteriores a abertura deste segundo ato.

<sup>141</sup> *Notas Cotidianas*, Diário de Campinas, 06 de fevereiro de 1881.  
Os redatores do novo jornal eram Silva Jardim e Valentim Magalhães..

"... através das exterioridades convencionais, e as formas consagradas, achar o cômico numa má instituição ou num mau costume (...) é pôlos em contradição com o bom senso e com o bom gosto, é anulá-los. Um ato de espírito pode ser assim um ato de grande justiça social. (...)"

É a crítica pelo riso, é o raciocínio pela ironia. Quem são os grandes precursores da Revolução, na literatura? Os grandes escarnecedores: Rabelais, Cervantes, Lerage, Voltaire. De Gargantua ao casamento de Figaro, por quem é conduzida a campanha social e revolucionária? (...) Os que riem: Pantagruel, D. Quixote, Gil Braz, Candide."<sup>141</sup>

Assim, nas palavras de Eça de Queirós, a comédia estava definida como a forma clássica através da qual se colocava em confronto as *más instituições* e o bom senso, conduzindo a mudanças nas instituições criticadas. A idéia de que os grandes escarnecedores foram responsáveis diretos pelas revoluções, sem dúvida, era lisonjeira para os redatores do novo jornal, e Henrique de Barcellos completaria as palavras do literato português com o seguinte prognóstico:

"Valentim Magalhães e Silva Jardim ao que nos parece, estão no caso de porem em prática o que acaba de nos dizer Eça de Queiroz."<sup>142</sup>

Alternando falas cômicas e artigos sisudos, os republicanos talvez conseguissem atingir um público maior, com interesses e, também, estilos diferentes, ampliando o campo de atuação do republicanismo. Mas, sem dúvida, no complexo geral da imprensa, o estilo teatral, trágico ou cômico, foi recorrente no dissecamento e desqualificação do regime monárquico e de suas instituições e na elaboração de, mais que uma cuidadosa análise, um grande julgamento.

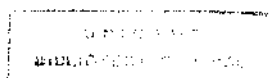
<sup>141</sup> Notas Cotidianas, *Diário de Campinas*, 06 de fevereiro de 1881.

<sup>142</sup> Notas Cotidianas, *Diário de Campinas*, 06 de fevereiro de 1881.

## CAPÍTULO II

### REPUBLICANOS EM BUSCA DE UM POVO

"Só a opinião nacional cumpre acolher ou repudiar essa aspiração. Não reconhecemos nós outra soberania mais do que a soberania do povo, para ela apelamos. Nenhum outro tribunal pode julgar-nos: nenhuma outra autoridade pode interpor-se entre ela e nós." Manifesto Republicano de 1870



### **Filho de Rei e Filho do Povo<sup>1</sup>**

*Estamos em um país qualquer, em uma suntuosa habitação, na qual a riqueza dos adornos altera com uma penumbra suave e perfumada.*

*E porque esta luz amortecida? Para não ferir os olhos de uma mulher jovem, pálida, languida, cuja cabeça descansa em um travesseiro de rendas e cetim. Aqui e acolá, sobre os trastes arrumados ao longo das paredes ou espalhados pela cama, vêem-se objetos estranhos. Ossos em caixinhas de seda, maxilares amarelentos, uma camisinha suja... são pequenas relíquias, destinadas a proteger a doente. · cabeceira da cama estavam os médicos mais ilustres que se puderam encontrar.*

*De quando em quando um deles toma o pulso da enferma, e virando-se para um personagem que a consulta com um olhar inquieto, lhe diz:*

*- Pode ter confiança, senhor, o parto de sua majestade há de ser feliz!*

*A jovem na cama é uma rainha e a criança que vai nascer é esperada com a ansiedade submissa porque, se for varão, há de ser rei!...*

*Estamos em uma água furtada de Paris, pobre mas asseada, como o são geralmente as habitações dos operários. Entra uma mulher jovem e robusta. Caminha arquejando e se arrima nos trastes para não cair. O ventre indica uma gravidez adiantada. Deita-se e batendo no tabique, grita:*

*- Vizinha! Vizinha! Com a vizinha chegam mais três ou quatro.*

*- É hoje?*

*- Creio que sim! É preciso prevenir a parteira e sobretudo meu homem.*

*Minutos depois, o homem chega, com sua blusa cheia de gesso. É um pedreiro. Atira-se à mulher com os olhos arrasados de lágrimas, beija-a e lhe diz: "Nimo! Ela lhe responde: Ora, não há de ser nada, não é o primeiro!*

*Vem a parteira e declara que tudo vai bem!*

*Os vizinhos rodeiam o marido e lhe perguntam o que fará da criança se for homem!*

*- É boa, um obreiro como eu, responde o pedreiro com alegria.*

*Passaram-se vinte e cinco anos.*

*Quantos acontecimentos deram-se neste tempo! Tronos caíram-se no pó, repúblicas substituíram as monarquias. As oficinas estão cheias de operários e nas ruas já se vêem poucos padres e soldados.*

*Uma manhã, o filho do pedreiro, moço robusto e forte, sai de sua água furtada, onde tem sua mulher e seu filho. Vai cantando com sua ferramenta ao ombro. Chega na casa onde trabalha com os companheiros; é um dos melhores hotéis de Paris, onde se reúnem os mais ricos viajantes. Tem de limpar a frente da casa, sobe pela corda e senta-se na tabuinha na altura do 1º andar e principia a obra cantando. De repente para com seu trabalho e olha por uma janela entre-aberta. Que contempla com tanta atenção! Em um quarto de hotel estão sentados em um sofá um homem e uma mulher. Esta está chorando; o homem traz no rosto os vestígios do sofrimento; apesar de ter só vinte e poucos anos, está abatido, calvo, e mostra ter vivido uma existência de inquietações.*

*- Oh, camaradas, diz o pedreiro aos que com ele trabalham, sabem quem são estes dois fregueses?*

*- Esta é boa, responde o aprendiz, não lê pois, os jornais, que não sabe quem são um rei e uma rainha, que chegaram ontem a Paris?*

*- Pois não parecem muito divertidos.*

*- É tem razão, porque o povo os obrigou a passar a fronteira.*

*E o pedreiro continua a estender o seu gesso, entoando de novo a sua canção e pensando no bom humor de sua mulher, com que depois do trabalho, lhe serve a sopa."*

<sup>1</sup> *Filho de Rei e Filho do Povo, Diário de Campinas, 05 de novembro de 1880.*

Idealizando a condição dos trabalhadores urbanos em Paris, esta crônica mostra o nascimento de um filho do Povo em contraposição ao de um filho de Rei. Mais ainda, contrapõe a vida feliz do filho do pedreiro, com a vida triste do filho do Rei. Um é jovem, forte, robusto e bem humorado, o outro está envelhecido, calvo, abatido e preocupado. Um nasceu em berço nobre, o outro numa água-furtada.

Simple e direta, a crônica é de autoria desconhecida e provavelmente foi transcrita de algum jornal francês. Mas, é significativo que tenha sido estampada nas páginas do Diário de Campinas, a folha que reuniu as "*letras à linha, à farinha e ferragens*", e, para além do interesse literário (que não é dos maiores), é possível especular que existia um outro objetivo pedagógico e propagandístico em publicá-la. Uma crônica como esta era, sem dúvida, mais atraente para a maioria dos leitores do Diário do que um editorial ou uma crônica política, por trazer uma mensagem mais direta: cumpria de forma exemplar a tarefa de transmitir a idéia de que o mundo passara por transformações e as monarquias, doentias e despreparadas, vinham sendo substituídas por saudáveis repúblicas, regimes conduzidos pelos povos fortalecidos, como aquele rapaz descendente de operários e nascido numa água furtada.

Não seria este um ensinamento sob medida para os leitores do Diário de Campinas? A estória adiantava uma possível história futura do Brasil, já que também aqui se assistia cenas de filhos de reis e do *povo* nascendo, que poderiam ter o mesmo destino que os personagens de Paris. O objetivo do jornal não era apenas tratar das experiências francesas, mas principalmente trazer aos leitores a idéia de que seria possível vislumbrar para o país um futuro diferente, no qual a mudança de regime significaria uma vida melhor para o *povo*. Neste caso, em particular, a categoria *povo* aparece no título com uma conotação genérica; contudo, ao longo da crônica, o *povo* vai sendo definido enquanto trabalhador: pedreiro, obreiro, operário.

Esta crônica é apenas um dos muitos exemplos onde o *povo* aparece como objeto e interlocutor do discurso, denotando que tal personagem tem uma importância estratégica na montagem das falas e propostas republicanas. Na verdade ele marca a originalidade do regime, pois os republicanos dos mais diferentes matizes enquanto definiam a Monarquia como o "*governo de todos por um*", apresentavam a República como o "*governo do povo pelo povo*".<sup>2</sup> Todavia tal categoria, embora presente em todos os textos e folhas republicanas, se caracterizava pelo fato de aparecer com performances distintas, testemunho significativo do nuançamento presente nestas falas e da tensão existente entre elas e os episódios históricos vivenciados.

### 1. Sua Majestade o Povo

"O partido do rei manterá à custa de golpes de Estado o princípio monárquico: o poder moderador, absorvidos todos os outros poderes, virá a ser para os monarquistas o único poder do Estado.

O partido do povo, pelo trabalho lento e pacífico de propaganda, por-lhe-á em frente o princípio democrático: a soberania nacional, plena e inteira, constituirá para a democracia federal a majestade única do país."<sup>3</sup>

Esta passagem pertence a um artigo que foi publicado pelo jornal A República (da Corte) e transcrito pelo Correio Paulistano, e é demonstrativo de como, logo no início da campanha em 1872, os republicanos se apropriaram da categoria *povo* para compor seu discurso. Contrapondo-se ao partido do rei e o poder moderador, o partido do *povo* - o republicano - e o princípio democrático deveriam não só substituí-los mas constituir uma "*soberania nacional plena e inteira, majestade única no país*." Assim, é possível pensar que, neste discurso, os republicanos se confundiam com o próprio *povo* e se consideravam os únicos indivíduos capazes de restituir a soberania popular expressa pela democracia.

<sup>2</sup> Esta definição foi recorrente em diversos momentos da propaganda republicana. Como exemplo: Campos Salles, *Nós e Eles*, Gazeta de Campinas, 02 de março de 1878 e Assis Brazil A República Federal São Paulo: Leroy Bookwalter, 1887, 3ª edição (1ª edição de 1881), p.2 e p.245.

<sup>3</sup> *A Imprensa Republicana no Brasil*, do jornal República (Corte). Transcrição do Correio Paulistano, 10 de julho de 1872. [grifos meus]

Julio Ribeiro conferiu especial atenção à definição histórica, cultural e racial do "*povo brasileiro*". Em 7 de setembro de 1880, escrevendo no Diário de Campinas sobre as comemorações da Independência, afirmou que o *povo brasileiro* estava separado de sua metade - os portugueses:

"Brasileiros e portugueses são um povo só. Separa-os unicamente a diversidade de interesses criada pela diferença de necessidades(...).  
[Pedro I] deu liberdade aos brasileiros, constituiu um povo, criou um Império? Não. (...) fez nascer e cimentou uma rivalidade odiosa entre filhos da mesma raça, entre membros do mesmo povo, entre irmãos, entre portugueses da América e portugueses da Europa."<sup>4</sup>

Nesta definição o *povo brasileiro* era o "*português da América*". A responsabilidade pela separação foi atribuída inteiramente a Pedro I que, festejado no 7 de Setembro como grande herói da Independência, foi tratado pelo republicano como causador da rivalidade entre os dois "*irmãos*", que formariam um só *povo*. Para comprovar sua tese, Ribeiro aproveitou os festejos do Tricentenário de morte de Camões, acontecido em 10 de junho do mesmo ano de 1880, quando o poeta foi saudado nos dois lados do Atlântico: "*no Porto, em Lisboa, no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Campinas*". A despeito da rivalidade criada pelo Imperador, a identidade dos brasileiros com o "*povo português*" estaria assegurada pelos laços culturais, traduzidos no fato de que os dois países "*proclamaram a glória da nacionalidade*" celebrando com entusiasmo o poeta "*cantor dos altos feitos de sua raça*".<sup>5</sup> Desta forma, não haveria o que comemorar no Sete de Setembro. Preocupado em resgatar a identidade originária entre brasileiros e portugueses, Julio Ribeiro negou o marco que separaria as duas nacionalidades e deslocou os traços da identidade nacional, a qual não seria definida pelo território, mas pelo vínculo cultural e racial que traçou entre os "*portugueses da América e portugueses da Europa*."

Para um leitor apressado esta conceituação poderia se identificar com a defesa da monarquia, ou mesmo, com a restauração do Império Português. Porém, em outros

<sup>4</sup> Julio Ribeiro, *Notas Cotidianas*, Diário de Campinas, 07 de Setembro de 1880.

<sup>5</sup> Julio Ribeiro, *Notas Cotidianas*, Diário de Campinas, 07 de Setembro de 1880.

artigos Julio Ribeiro - em meio à sua defesa da República e suas críticas ferinas aos republicanos do PRP - voltou a recorrer ao paralelo com Portugal, por exemplo, sete anos depois:

"... entendemos que a crítica e a luta são as duas forças que podem levantar países decadentes e corruptos como presentemente é Portugal, como presentemente é o Brasil."<sup>6</sup>

Se no primeiro caso, tratava-se de demonstrar o absurdo da Independência, que separou os dois "*povos portugueses*", desta vez Julio Ribeiro comparava as duas monarquias, do Brasil e Portugal, países "*decadentes e corruptos*", incapazes de manter unido o *povo*. Na verdade, Julio Ribeiro inspirava-se nos acontecimentos portugueses daquele ano de 1880 para criar uma identidade comum entre o *povo luso-brasileiro* e a República. Foi o momento em que os republicanos portugueses aproveitavam as comemorações do Tricentenário de Morte de Camões para realizar uma grande festa em defesa da República e que assinalou o ápice do movimento republicano em Portugal.<sup>7</sup> Desta forma, Julio Ribeiro estaria se remetendo exatamente ao ideal republicano, quando transferiu uma data significativa de inauguração do Império - a Independência - para outra data que marcou as reivindicações pela República.

Por outro lado, Alberto Salles, redator dos órgãos oficiais do PRP - a Gazeta de Campinas e a Província de São Paulo - apresentou outro tipo de definição para o *povo brasileiro*, que se fundamentava nas teorias de Spencer, Comte e Darwim<sup>8</sup>. A constante recorrência a estes pensadores e a consequente sofisticação de seus textos, faziam com que fosse censurado por outros republicanos que consideravam seu texto "elitista" e difíceis de

<sup>6</sup> Julio Ribeiro, Procellárias, São Paulo: Edições Cultura Brasileira, 1935 p.44. (publicado no jornal de mesmo nome em 1887).

<sup>7</sup> SERRÇO, Joel Do Sebastianismo ao Socialismo em Portugal, Lisboa: Livros Horizonte, 1969. p.77.

<sup>8</sup> Entre outros artigos de Alberto Salles, em que o autor fazia referência a estes pensadores, estavam: O Proletariado, Província de São Paulo, 05 de novembro de 1885, O Poder Pessoal e os Partidos, Gazeta de Campinas, 08 de março de 1878.

serem lidos pela maioria da população letrada.<sup>9</sup> Alberto Salles preocupou-se em construir uma definição sociológica para o *povo* na qual acentuou a crítica à miscigenação:

"Já dissemos que uma das coisas de que mais precisamos é uma renovação de sangue;(...)

A mistura que se operou do elemento português com o indígena e o africano foi um verdadeiro desastre para a formação do caráter brasileiro.(...)

Povo forte, enérgico e progressivo, os italianos só poderão concorrer para a reabilitação de nossa nacionalidade, perante os grandes intuits da civilização moderna."<sup>10</sup>

Para ele, a mistura de raças só aconteceu no Brasil porque os portugueses já tinham em seu sangue uma outra mistura, com os mouros, que lhes possibilitou esta "inclinação" para a miscigenação, "*quando povos do Norte da Europa sentiriam por isso uma invencível repugnância*". Engajado num projeto de defesa da imigração européia, particularmente a italiana, pregando a mistura com outro *povo enérgico e progressivo*, criticou a "nacionalidade brasileira", e procurou indicar um caminho para a sua reabilitação através da miscigenação com os italianos. Além de utilizar o argumento da inferioridade inerente ao africano e ao indígena, "*tanto em inteligência quanto em costumes e aptidões sociais*", Alberto Salles apontou na origem moura dos portugueses mais um agravante na formação da nacionalidade do *povo* brasileiro.<sup>11</sup>

As falas de Julio Ribeiro e Alberto Salles são demonstrativas do multifacetamento da categoria *povo* no interior das falas republicanas, que suscitou várias interpretações e, (por que não?) projetos políticos diferentes. Como um cristal que reflete cores diferentes em virtude do ângulo em que a luz lhe incide, o *povo* vai ganhando outras "colorações", outros significados em cada um dos discursos. Os propagandistas da República

<sup>9</sup> Para um exemplo de crítica "suave" ao estilo de Alberto Salles, ver: "*Se Alberto Salles perdesse um pouco de sabedoria e ganhasse mais facilidade no dizer e mais transparência de frase, perdia-se um estudioso pouco lido, mas lucrava-se um jornalista estimado.*" Henrique de Barcellos, *Imprensa na Capital, Correio de Campinas*, 8 de outubro de 1885.

<sup>10</sup> Alberto Salles, *Do que precisamos*, *Província de São Paulo*, 14 de novembro de 1884.

<sup>11</sup> Alberto Salles, *Do que precisamos*, *Província de São Paulo*, 14 de novembro de 1884.

tinham sobre o *povo*, enquanto categoria de seu discurso, um domínio quase absoluto e dele se utilizavam de acordo com seus objetivos.

Esta mesma linha de conduta encontra-se num artigo de 1872 sobre a inauguração da Estrada de Ferro Campinas-Jundiá:

"Mas quando um povo, como hoje o paulista, leva a efeito no decurso de poucos anos, um cometimento de tanta magnitude, como é a construção da referida linha [da estrada de ferro], que embora de mais imediato alcance para a província - prestará grandes proveitos e inensas vantagens ao país, tem justos motivos para encher-se de orgulho - vendo realizada a empresa a custa de seus recursos e esforços..."<sup>12</sup>

Na citação acima, utilizado para propagandear os feitos do paulistas, o *povo* apareceu como uma categoria abrangente e homogênea, que deslocou suas caracterizações de uma questão de classe - os acionistas da ferrovia e seus recursos - para uma questão regional - os paulistas e sua iniciativa.

No mesmo ano de 1872, a categoria *povo* também apareceu no discurso de Campos Salles quando criticou o procedimento eleitoral do governo.

"O povo está cansado de ouvir promessas de liberdade: o que ele quer, o que ele pede a brados é garantia sólida e eficaz para o livre exercício de seus direitos... porque de há muito que o povo está acostumado a dar de encontro às bayonetas do governo ao aproximar-se das urnas..."<sup>13</sup>

A figura do *povo* ativo e consciente, exigindo a garantia de seus direitos traduzia o posicionamento do próprio redator, que criticava o partido liberal pelo seu programa de reformas "*frouxo*" e por suas promessas de liberdade. Este era um caso típico em que o autor se colocava como porta-voz do *povo*, e porta-voz dotado de legitimidade na medida em que haveria uma identificação entre ele (redator) e o *povo*. Além disso, Campos Salles projetava para o futuro esta imagem de um *povo* empreendedor:

<sup>12</sup> Américo Brasiliense, *A Propósito da Estrada de Ferro*, Gazeta de Campinas, 04 de agosto de 1872. [grifos meus]

<sup>13</sup> Campos Salles, *A Eleição*, Gazeta de Campinas, 29 de agosto de 1872. [grifos meus]

"... o povo irá de novo ao campo dos combatentes, mas em sua bandeira vitoriosa estará escrita esta legenda: *é livre a alma, deve-o ser a vida. Não são os chefes do governo mais que magistrados, depositários de uma poder limitado.*"<sup>14</sup>

Desta forma, para Campos Salles haveria de chegar o dia em que o *povo* sairia vitorioso do campo de luta, pois teria garantido seu direito à liberdade. Esta idéia muito se assemelhava a uma República, na qual os chefes do governo seriam os representantes do *povo*, e não detentores de um poder arbitrário.

Nesta época - 1872 - os republicanos paulistas ainda não participavam das eleições, sendo que o PRP só seria fundado um ano mais tarde. O engajamento no processo eleitoral só se efetivou em 1876, quando concorreram nos pleitos municipais, conseguindo eleger Prudente de Moraes para o Conselho Municipal de Piracicaba, entre outras vitórias locais,<sup>15</sup> e no final do ano quando lançaram a candidatura de Américo Brasiliense para concorrer à Câmara dos Deputados, porém ele obteve apenas o 11º lugar.<sup>16</sup> Como o resultado destas eleições não correspondeu às expectativas do partido, o *povo* passou a assumir no discurso da *Gazeta*, a posição de "*pobre povo*", tímido frente à ameaça, indiferente, sem opinião. Uma categoria ainda por se formar:

"O povo brasileiro mostra-se fraquíssimo ainda no seu modo de encarar de frente as questões de interesse geral, de sorte que nas ocasiões supremas de julgar e deliberar, vacila, intenta, avança a meio caminho, recua e deixa-se paralisar... qualquer simples ameaça por parte dos homens do poder, é bastante para aquietá-lo e infundir-lhe uma paciência verdadeiramente evangélica.

Dai esta profunda indiferença com que o pobre povo acompanha as evoluções políticas de seu país...

A opinião do povo não está ainda formada... eis tudo."<sup>17</sup>

Ora, em apenas quatro anos o *povo* da *Gazeta de Campinas* deixou de ser ativo, aquele que pedia a brados a garantia de seus direitos, para se transformar neste *povo* paralisado, indeciso, indiferente. Ao contrário da imagem projetada por Campos Salles anos

<sup>14</sup> Campos Salles, *A Eleição*, *Gazeta de Campinas*, 29 de agosto de 1872. [grifos no original]

<sup>15</sup> Apud. BOEHRER, George C. A. *Da Monarquia à República: História do Partido Republicano do Brasil (1870-1889)* RJ: Ministério da Educação e Cultura, 1954, p.83.

<sup>16</sup> Idem, *ibidem*, pp.84-85

<sup>17</sup> Carlos Ferreira, *A Opinião Pública*, *Gazeta de Campinas*, 15 de novembro de 1876. [grifos meus]

antes, tratava-se agora de um personagem a ser formado enquanto sujeito político pela campanha da Gazeta.

Na década seguinte o *povo* ganha outro significado na pena de Henrique de Barcellos no Correio de Campinas:

"O povo o que quer é ganhar a vida e pouco se importa com os reis e adjacências, gente do paço e bispos e cardeais que, Zé Povo bem o sabe, tem as suas horas de exigências materiais, e põem coroas e tiaras a um canto para se sentarem comodamente em suas cadeiras-furadas!..."

Já se vê que nós somos o povo, o grande anônimo, o terrível leão rugidor(...). Somos tudo isso. Não acreditamos na divindade dos reis; e até nos é difícil engolir a existência divina, porém sempre a mastigamos aos bocados, *em virtude do ilustre código criminal que é amigo de Deus*, da alma, de sua majestade e de outras coisas não menos saudáveis..."<sup>18</sup>

Diferentemente de Carlos Ferreira, nove anos depois, Hendebar se identificava com o *povo*, que se autodenominava *Zé Povo* e se traduzia numa massa anônima e combativa. Este *povo* não estava preocupado com a política imperial mas com o seu sustento diário e assim, mais uma vez, a definição do *povo* dava-se pela caracterização enquanto trabalhador. Desenvolvendo um discurso onde repudiava as autoridades reais e religiosas, Henrique de Barcellos acentuava que o *povo* não se intimidava mais diante da Monarquia. Pelo contrário, escarnecia dela, equiparando-a a uma "*opera bufa*":

"Um monarca é um exótico; desde que o povo aprendeu a ler as coroas reluziam menos e os mantos, dantes majestosos, fazem mais vista quando o arrasta um cômico gravemente ridículo nas operetas bufas..."<sup>19</sup>

Entre as conceituações para o *povo* até aqui apresentadas, constata-se uma diversidade de significados. Mas, nem tudo são divergências nestas significações, pois em todas elas consolidou-se a prática de definir o *povo* como antítese da Monarquia, postura necessária à crítica ao regime monárquico. Este recurso é percebido tanto no texto de Henrique de Barcellos no Correio, que trabalhou o monarca de um lado, e o *Zé Povo* de outro, quanto nos artigos de Campos Salles e Carlos Ferreira na Gazeta de Campinas, alguns

<sup>18</sup> Hendebar, *Em Paz! Correio de Campinas*, 24 de novembro de 1885. [grifos meus]

<sup>19</sup> Hendebar, *Em Paz!* (Editorial) Correio de Campinas, 24 de novembro de 1885.

anos antes. Emergiu também nos artigos anônimos publicados na sessão particular da Gazeta de Campinas, onde o autor, sob o pseudônimo de *Conde de Oeiras*, criticou a Monarquia Constitucional.<sup>20</sup>

"... de um lado o povo defende legítimos e incontestáveis direitos, de outro a realeza ataca em nome das prerrogativas usurpadas pela força ao verdadeiro soberano... e o povo não ataca, defende-se."<sup>21</sup>

Em qualquer uma das falas, o *povo* era sempre o reverso da realeza: soberano, tinha direitos legítimos e se defendia, na medida do possível sem violência, das investidas imperiais. Ao projetar esta imagem pacífica o autor pretendeu, neste caso, responder a uma das objeções mais frequentes feita pelos defensores da Monarquia aos republicanos: a violência presenciada na implantação das repúblicas francesa de 1871, espanhola de 1873 e, sobretudo, platinas (desde o início do século). O autor mensurou a violência nos dois regimes - o monárquico e o republicano - para concluir que a Monarquia recorria mais à violência do que a República. Citou então o caso da França, lembrando que Napoleão III, na tentativa de assegurar seu trono, havia envolvido o país numa guerra muito mais sangrenta do que a população de Paris em 1871. A reação popular era interpretada como legítima defesa, pois o *povo* francês viu "*jorrar seu sangue*", e simplesmente defendeu seus direitos e sua soberania usurpada por Napoleão, valendo-se de uma violência menos *cruel e mais legítima*, já que se contrapunha a uma violência primeira.<sup>22</sup>

A prática de usar a categoria *povo* como um marco distanciador entre a república e a monarquia, estava presente também nos discursos do Diário de Campinas:

"O povo brasileiro enfraquece o seu corpo no trabalho e derrama o seu suor para satisfazer os caprichos imperiais!.... Longe vão os tempos em que o povo curvava-se aos caprichos das testas coroadas; sim, porque depois que o século XIX subiu à tribuna e pediu a palavra para dizer às nações que o rei da terra é a opinião pública e

<sup>20</sup> Este artigo atacava publicamente um outro periódico, o Constitucional, que defendia a Monarquia e era órgão do partido conservador. O *Conde de Oeiras* publicou uma série de artigos nesta sessão, aproximadamente entre março e junho de 1874. *Conde de Oeiras* era um dos títulos do Marquês de Pombal, conhecido por sua perseguição aos jesuítas.

<sup>21</sup> Conde de Oeiras, *Monarquia Constitucional*, Gazeta de Campinas, 30 de abril de 1874. (Seção Particular).

<sup>22</sup> Conde de Oeiras, *Monarquia Constitucional*, Gazeta de Campinas, 30 de abril de 1874. (Seção Particular).

que os princípios da igualdade, fraternidade e liberdade, o respeito às leis e a moralidade, são as únicas bases sólidas dos governos; já o mundo não dorme!"<sup>23</sup>

O redator, que assinou o artigo apenas como "R", resgatava dois elementos já presentes em discursos republicanos analisados anteriormente. Em primeiro lugar, a identificação do *povo* enquanto trabalhador e, em segundo lugar, a experiência de outras repúblicas. Foram citados os exemplos dos Estados Unidos, da Espanha e da França, para comprovar os princípios da igualdade, liberdade e fraternidade, ou seja, os princípios da República, fariam parte de um movimento mundial. Reforçava-se a idéia de República como *governo do povo pelo povo* e único de acordo com os "*progressos da humanidade*".<sup>24</sup>

## 2. O Pupilo e seus Tutores

Definido em contraposição à monarquia, o *povo* apareceu nos textos do Diário, do Correio e da Gazeta, como uma entidade soberana, autônoma, que podia decidir seu próprio destino, independente da vontade do monarca. Entretanto, ao precisar o significado da categoria *povo*, delimitando os espaços onde ele podia e devia atuar, os redatores dos jornais, sobretudo da Gazeta, se posicionaram como tutores deste *povo*, responsáveis por sua educação, transformação e moldagem nos padrões do barrete frígio. Muitas vezes tal tarefa traduziu-se no argumento de que era necessário formar a "*opinião pública*". É isto que se encontra no artigo de Carlos Ferreira, comentado anteriormente, e em sua crítica à apatia e indecisão do *povo*. Nele, o redator também apresentava os instrumentos para a resolução dos males que afligiam a nação:

"Para combater este estado de indecisão em que se acham os espíritos, há um meio - é a franqueza rude, porém absolutamente necessária da imprensa, que sabe compreender esta grande verdade.

Sem a opinião pública firme e definida que julgue dos homens e dos acontecimentos políticos de uma nação, esta permanecerá, mau grado seu, em completo estado

<sup>23</sup> R (Colaborador), *Amnistia*, Diário de Campinas, 2 de outubro de 1875.

<sup>24</sup> R (Colaborador), *Amnistia*, Diário de Campinas, 2 de outubro de 1875.

anômalo, e será apenas um mero instrumento em vez de ser uma entidade soberana."<sup>25</sup>

Este discurso explicitava o duplo papel da imprensa, enquanto reflexo e formador da opinião pública. Mas, qual opinião? Aquela que fosse crítica da situação, que julgasse homens e acontecimentos, sobretudo a Monarquia, o que dito em outras palavras poderia significar ser adepta do republicanismo e, particularmente, do Partido Republicano. E junto com a imprensa, o partido político também participaria da confecção do *povo* republicano ideal.

Em 1877, uma série de artigos denominados "*A Igreja e o Estado*" assinados por *Ganganelli*, foram publicados na Corte e transcritos em diversos jornais da Província de São Paulo. Sabemos que o autor dos artigos foi Saldanha Marinho, um dos signatários do Manifesto de 1870 e também chefe do Partido Republicano nacional.<sup>26</sup> Estes artigos também trazem a referência à formação do *povo*. O ponto central de sua argumentação situa-se na necessidade de educar o *povo*, ilustrá-lo, para construir o campo de atuação dos republicanos. Sim, porque o grande partido nacional não é outro senão o republicano.

"Na atualidade não são os protestos de monarquismo que nos hão de salvar, ninguém se lembra da instituição; o que se quer é manter a nação no seu mais perfeito equilíbrio; o que se quer é que seja o povo ilustrado e compreenda seus direitos e deveres. (...) Organize-se o grande partido nacional, o único e legitimamente político, e do qual depende a salvação nacional."<sup>27</sup>

Inúmeros artigos estampados nos jornais poderiam ser arrolados, os quais reiteravam esta postura republicana de defesa da tutela da imprensa e do Partido.<sup>28</sup> O tema foi tratado também por M. Stella Bresciani em sua tese de doutorado *Liberalismo: Ideologia e Controle Social*,<sup>29</sup> na qual demonstrava como o discurso republicano se preocupou em

<sup>25</sup> Carlos Ferreira, *A Opinião Pública, Gazeta de Campinas*, 15 de novembro de 1876.

<sup>26</sup> Ganganelli era o nome civil do papa Clemente XIV, que mandou fechar, em 1772, os colégios de jesuítas, daí a instrumentalização que Saldanha Marinho fez do nome para melhor expor sua defesa da separação Igreja - Estado. *Gazeta de Campinas*, 19 de julho de 1876 (Segue a Bula de Clemente XIV)

<sup>27</sup> Ganganelli (Saldanha Marinho), *A Igreja e o Estado, Gazeta de Campinas*, 26 de Maio de 1877.

<sup>28</sup> Por exemplo: Francisco Quirino dos Santos, *A Opinião e o Despotismo, Gazeta de Campinas*, 3 de dezembro de 1876 e *A Verdade Ainda uma Vez, (D'A República), Gazeta de Campinas*, 11 de dezembro de 1877.

<sup>29</sup> BRESCIANI, Maria Stella Martins *Liberalismo: Ideologia e Controle Social (Um estudo sobre São Paulo de 1850 a 1910)* Tese de Doutorado, Dep. de História, FFLCH, USP, 1976.

instruir o *povo*, despreparado para o exercício da política. Um *povo* educado não aceitaria mais ser governado pelo sistema monárquico, onde a vontade de um só homem imperava, legitimado por uma pretensa aprovação divina. Porém, reconhecendo as dificuldades de instruir e conscientizar rapidamente todos os brasileiros sobre seus direitos e deveres, o discurso republicano optou por uma estratégia política mais abrangente: emancipar primeiro o país e seus cidadãos das amarras do regime monárquico instituindo a República, o que facilitaria um posterior projeto de educação. Desta forma, afirmou Stella Bresciani, "*atinge-se o ponto extremo da proposta republicana nos limiares da democracia projetada para o futuro indeterminado.*"<sup>30</sup>

Quando se instrumentaliza apenas as falas advindas dos círculos do PRP, expressas pelos artigos da Gazeta de Campinas e da Província de São Paulo, é possível apreender um projeto e uma estratégia republicanas dotados de coerência, alicerçados especialmente no propósito de mudar a forma de governo. Porém, neste final do século XIX, poder-se-ia atrelar a vivência da política republicana apenas ao campo partidário, conforme projetavam as lideranças do PRP, a Gazeta e a Província? A dúvida cresce à medida em que o pesquisador se depara com artigos que destoavam das proposições do Partido, como por exemplo os escritos de Julio Ribeiro e dos redatores do Diário de Campinas e do Correio de Campinas, os quais nuançam as proposições perrepistas.

A preocupação dos republicanos com a educação do *povo* foi compartilhada também por Julio Ribeiro, que, entretanto, criticava a conduta dos políticos do PRP diante do *povo*. Porém, o *professor* entendia que era tarefa dos republicanos, e não do partido, a educação política do *povo* para "*fazer do homem Homem e não archanjo decahído*"<sup>31</sup>. Para ele, o PRP não daria ao *povo* liberdade plena, pois não o faria compreender o alcance do direito de voto. Formaria "*viveiros de votantes*", nos quais os eleitores receberiam "*comidas*

<sup>30</sup> Idem, *ibidem*, p.389.

<sup>31</sup> Julio Ribeiro, Procellárias, São Paulo: Edições Cultura Brasileira, s.d. p.34. (30 de janeiro de 1887)

*gordas*", "*bebidas baratas*", roupas e pequenas quantias em dinheiro. Com este raciocínio, igualou monarquistas e republicanos e para ilustrar sua crítica à conduta do PRP afirmou ter ouvido de um votante, durante uma das reuniões com o "*viveiro*":

"A gravata eu quero vermelha, porque eu sou republicano (sic)."<sup>32</sup>

Com esta frase, Ribeiro escancarou os absurdos que considerava presentes na política empreendida pelo Partido, que não cumpria sua obrigação na educação do *povo*. Tal negação da verdadeira tarefa educativa podia ser reconhecida não apenas na pouca instrução revelada pelo eleitor em seu vocabulário, mas principalmente no fato dele confundir a prática republicana com o ato de possuir uma *gravata vermelha*. Sobre a irresponsabilidade do PRP, comentou:

"Pouco importa que o eleitor se desmoralize perante si próprio e perante o seu candidato; o que se quer é que ele vote."<sup>33</sup>

Para Julio Ribeiro instruir o *povo* significava contribuir para que ele reconhecesse e professasse princípios políticos, e não apenas instrumentalizá-lo para ganhar eleições, conforme praticavam os chefes republicanos - Rangel Pestana, Francisco Glicério, Quirino dos Santos, Saldanha Marinho - e seus jornais<sup>34</sup>. Os princípios teriam sido deixados de lado, a coerência das idéias perdidas, unicamente com fins eleitorais: assim, somente um eleitor como o da "*gravata vermelha*" manter-se-ia ligado ao partido. No raciocínio de Julio Ribeiro, um eleitor instruído, que conhecesse a sociologia moderna, preocupar-se-ia em votar em princípios e não em homens.<sup>35</sup>

Ainda que o propósito de Julio Ribeiro talvez não seja de tutela, mantendo a fala recorrente dos demais republicanos de instruir o *povo* e formar a opinião pública, sua proposta se diferenciava dos demais na medida em que tratou do *povo* definido enquanto

<sup>32</sup> Idem, *ibidem*. p.36

<sup>33</sup> Idem, *ibidem*. p.37

<sup>34</sup> Idem, *ibidem*, p.38 e p.60.

<sup>35</sup> Idem, *ibidem*. op.cit. p.37

eleitor. Além disso, denunciou um procedimento do PRP que não estaria condizente com a missão republicana de se encarregar da instrução do *povo*, denúncia esta significativa da multiplicidade de falas a favor da República.

Outro discurso crítico em relação ao PRP encontrava-se no Correio de Campinas, e um dos seus redatores, Carlos Escobar, também se utilizava da categoria *povo* para compor seu discurso. Inspirando-se na obra do filósofo A.Comte, recorreu à metáfora orgânica para definir os espaços de atuação do *povo* no Brasil:

"Representando o Congresso o cérebro de uma Nação e o povo o seu corpo, um deve reagir sobre o outro reciprocamente."<sup>36</sup>

Esta concepção conferiu ao *povo* a capacidade de escolher seus representantes e fazer respeitar a Constituição, pois para ele "*o povo pode ser solidário ao governo e responsável pelos atos da administração pública*". Entretanto, o *dogma da soberania* comportava um corretivo, a relatividade:

"Soberano enquanto trata de escolher os homens de sua confiança, e de fazer respeitar a constituição, o povo deixa de sê-lo nos casos exclusivamente da alçada dos competentes."<sup>37</sup>

Sendo assim, ainda que delimitando o *povo* como o *corpo* da nação, corpo por sua vez submetido ao cérebro, Escobar não esclareceu os limites efetivos da *soberania popular*, mais uma categoria no discurso político. Mas, ao que parece, propunha uma maior participação do popular nos negócios públicos, e nesta proposição se distanciou da fala do PRP, lançando seu projeto que pressupõe uma sociedade fundamentada na representatividade do sistema eleitoral.

Esta proposta de autonomia que antepõe a soberania popular aos negócios públicos, destoava significativamente das demais falas tutelares na medida que conferia maior autonomia ao povo. E as diferenças entre os discursos vão aumentando à medida em que se

<sup>36</sup> Carlos de Escobar, *Soberania Popular*, Correio de Campinas, 27 de janeiro de 1887.

<sup>37</sup> Carlos de Escobar, *Soberania Popular*, Correio de Campinas, 27 de janeiro de 1887.

penetra no emaranhado de proposições republicanas. Desta forma descobrimos que não só o olhar do historiador do século XX é capaz de perceber a atitude tutelar dos republicanos frente ao *povo*. Tanto as diferenças de princípios quanto as maneiras de encaminhar a propaganda eram apreendidas com clareza dentro do convencionalmente chamado "republicanismo paulista", no qual o tutelamento dos eleitores foi objeto de debate e oposições. Neste sentido, o Diário de Campinas tornou-se exemplar. Desde sua fundação ofereceu ostensiva crítica aos "doutores" da imprensa republicana, que em sua *associação de elogios mútuos* formada pelos jornais Gazeta de Campinas e Província de São Paulo (lembre-se que eram dirigidos por políticos ligados ao PRP), mantinham uma relação com o *povo* pautada na tutela absoluta.<sup>38</sup> Esta discordância era significativa de que republicanos passaram a enfrentar outros republicanos, disputando entre si a apropriação da categoria *povo* em seus discursos. Esta tensão pode ser testemunhada neste artigo do Diário de Campinas, em que o redator duvidou do direito de tutela conferido aos partidos:

"Todos os partidos tem uma só aspiração, um só fim: serem tutores deste querido Pupilo - o Povo. Ilustrá-lo, moralizá-lo, enriquecê-lo, fazê-lo feliz. Mas disse a estes desinteressados patriotas que o que se deve fazer antes de tudo é suprimir o lugar de tutor do povo, que só aproveita a eles em prejuízo do seu tutelato, e todos vos responderão em coro: 'Impossível! Isto só daria em anarquia, só se fosse um povo de anjos. Os povos são maus, é preciso antes de tudo moralizá-los...' Eles sempre tem mil razões para não se suprimir da tutela..."<sup>39</sup>

O conteúdo crítico deste texto denota uma mudança de interlocutor para o discurso, pois não se dirigia especificamente ao *povo*, mas aos seus tutores: os políticos de todos os partidos, e particularmente aos republicanos do PRP. Ao invés de propor a transformação do próprio *povo*, cobrava a mudança de postura dos políticos, em especial o abandono do tutelato, e exemplificava didaticamente com a experiência da Suíça, onde o *povo* governava a si mesmo, vivendo na completa democracia e observando as leis feitas por

<sup>38</sup> *Cousas da Política*, Diário de Campinas, 10 de maio de 1876.

<sup>39</sup> *Uma Lição de Democracia V*, Diário de Campinas, 13 de junho de 1876.

ele mesmo. Num ataque muito claro aos bacharéis afirmou ainda que os habitantes daquele país:

*"querem o governo de todos os cidadãos, e não dos advogados somente, e a experiência lhes tem mostrado que o cidadão analfabeto governa melhor a sua casa do que o homem de estado ou o bacharel com o seu direito romano."*<sup>40</sup>

Se por um lado esta fala construiu uma imagem idealizada da Suíça, por outro, também contestou a idéia de que somente um *povo* instruído era capaz de se auto-governar. Censurou os partidários da República que encaminhavam a mudança de regime de forma a deixar o *povo* à parte das decisões dos negócios públicos, visando formar, na verdade, uma *república dos bacharéis*.<sup>41</sup>

Tendo ligações muito próximas com profissões relacionadas com o comércio, embora também exercessem o magistério, os redatores do Diário de Campinas sem dúvida tinham divergências com os *doutores* da Gazeta, da Provincia e do partido, particularmente com relação ao monopólio do saber.<sup>42</sup> Por isso consideravam que "*fora dos partidos, que não são mais do que estados maiores sem exércitos, está a verdadeira potência soberana que há de conquistar o seu trono: É o povo!*"<sup>43</sup> Mas estes redatores faziam ainda uma ressalva, lembrando que:

"Não o confundamos com o partido republicano, que diz querer o governo do povo depois de passado pelas suas mãos...

Por hora o povo fica simples espectador dos gladiadores que se disputam o seu domínio... Lá se foi o tempo em que se acreditava que com a mudança ia ser livre.

Agora é mais ladino que os seus pretenciosos tutores, aos quais poderia dar bons conselhos, se eles aceitassem outros que não fossem os que favorecem a sua ambição."<sup>44</sup>

<sup>40</sup> *Uma Lição de Democracia V*, Diário de Campinas, 13 de junho de 1876, [grifos no original]

<sup>41</sup> A expressão cunhada pelo próprio Diário de Campinas e utilizada em varios momentos da propaganda, por exemplo: Diário de Campinas, 20 de janeiro de 1880.

<sup>42</sup> Stella Bresciani já demonstrou que os republicanos do PRP realmente se consideravam detentores do verdadeiro saber, tanto em relação ao *povo* quanto em relação aos políticos monarquicos, chegando mesmo a se colocarem numa condição de "*verdadeiros sujeitos da história*". BRESCIANI, Maria Stella Martins Liberalismo: Ideologia e Controle Social, op.cit, p.379.

<sup>43</sup> *Cousas da Política*, Diário de Campinas, 10 de maio de 1876.

<sup>44</sup> *Cousas da Política*, Diário de Campinas, 10 de maio de 1876.

Quando chama a atenção do leitor para não confundir o *povo* com o partido republicano, os redatores do Diário denunciavam a prática republicana de tentar se misturar ao *povo*, fazendo do seu grupo o *partido do povo*, falando em seu nome e assim seguindo o princípio de que a república é o *governo do povo pelo povo*. E sua crítica vai mais fundo: ao defender o direito de tutela e primazia do PRP, os republicanos do partido seriam exatamente iguais aos seus opositores, os liberais e os conservadores.

O artigo do Diário procurou comprovar, ainda, que a indiferença e apatia do *povo* frente ao pleito eleitoral não era prova do despreparo, conforme queriam os políticos do PRP, e sim da astúcia que ele havia adquirido no cerco cotidiano, pois "*sabe perfeitamente que a sua intervenção na luta partidária sancionaria a legalidade de uma farsa ridícula*."<sup>45</sup>

Mesmo construindo definições diferentes para o *povo*, personagem cujo comportamento poderia ser lido, dependendo dos interesse do redator, ao mesmo tempo, como timidez ou astúcia, percebe-se que os discursos republicanos, até mesmo o do Diário criticando a tutela, disputavam a identidade com o *povo* e o direito de falar em seu nome, emergindo entre os discursos um conflito em torno da legitimidade desta posição de porta-voz do *povo*.

### 3. Desencantos e sucessos republicanos

Em 1876 as discussões em torno da separação da Igreja/Estado estavam na ordem do dia, debate que tinha, para a grande maioria dos republicanos, o propósito principal de defender a liberdade de cultos. defesa esta que esteve presente na propaganda republicana em seus diversos momentos.<sup>46</sup> Entretanto, para desapontamento dos republicanos, aconteceu

<sup>45</sup> *Cousas da Política*, Diário de Campinas, 10 de maio de 1876. [grifos meus]

<sup>46</sup> Veja por exemplo: Diário de Campinas, 30 de julho de 1880.

na capital paulista uma manifestação com participação de cerca de mil pessoas, que hipotecou apoio aos defensores da união Igreja/Estado. Os integrantes deste ato realizaram uma manifestação em frente à residência do redator do jornal ultramontano O Sentinella, e ao "som de música e ao estrugir dos foguetes dirigiram diversas saudações ao deputado [João Mendes] que é um dos melhores e mais denotados sustentáculos do Syllabus".<sup>47</sup> João Mendes havia sido professor da Faculdade de Direito e deputado conservador por São Paulo em três legislaturas, de 1869 a 1878, e era considerado um dos maiores defensores do ultramontanismo.<sup>48</sup>

Este acontecimento foi abordado por Carlos Ferreira na Gazeta de Campinas que iniciava seu artigo tratando da questão do povo:

"... o povo deixa de dia em dia enfraquecer a sua opinião, e quando não usa de indiferente seriedade, ri-se e diverte-se à custa de uma vitória pessoal sem ao menos procurar conhecer se ela é a favor ou contra as suas aspirações de felicidade. Para exemplo do que dissermos ali está a ovação de que foi alvo (...) o redator do órgão ultramontano - *A Sentinella*."<sup>49</sup>

Carlos Ferreira justificava a atuação do povo nas ruas em defesa do ultramontanismo, através do argumento de que este povo não tinha discernimento político, vacilando entre o indiferentismo e a inconsequência de seus atos.

"Não está formada por enquanto a opinião pública neste país e isto é causa sem dúvida da confusão política que atualmente nele se observa. (...) Estas mil e tantas pessoas que levantaram vivas ao ilustre Sr. dr. João Mendes, leram talvez e talvez aplaudiram com entusiasmo as palavras enérgicas e verdadeiras de Ganganelli em prol das liberdades de consciência! Diga-se a verdade: sob um ponto de vista rigorosamente filosófico, não existe senão muitíssimo fraca e vacilante a capacidade da iniciativa e reação de nosso povo, e isto é por certo uma infelicidade grave."<sup>50</sup>

<sup>47</sup> Carlos Ferreira, *A Opinião Pública*, Gazeta de Campinas, 15 de novembro de 1876. O *Syllabus* foi a encíclica do Papa Pio IX defendendo a autoridade espiritual sobre a sociedade civil, e que os ultramontanos tinham como expressão doutrinária de seu movimento.

<sup>48</sup> Dicionário Bibliográfico Sacramento Blake, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

<sup>49</sup> Carlos Ferreira, *A Opinião Pública*, Gazeta de Campinas, 15 de novembro de 1876.

<sup>50</sup> Carlos Ferreira, *A Opinião Pública*, Gazeta de Campinas, 15 de novembro de 1876.

O redator utilizava a categoria *povo* de forma ampla desenhando um quadro de confusão política e idealizando uma "opinião pública" que fosse única e, talvez, republicana. Voltou outras vezes à imprensa para justificar atitudes deste *povo* que não eram condizentes com uma *educação política* nos moldes do que considerava correto, isto porque por mais conflituoso e tenso que seja o discurso republicano sobre o *povo*, este discurso não podia abdicar desta categoria pois ela era definidora do próprio regime republicano.

A 11 de março de 1877 comentou ocorrências vivenciadas na Assembléia Geral. Neste ano, a Câmara anulou as eleições de dois candidatos liberais pelo Paraná, impedindo-os de assumir os mandatos para os quais tinham sido eleitos. O público presente na sessão protestou atirando moedas sobre a mesa e sobre os deputados conservadores eleitos, quando estes prestavam juramento. Esta forma de protesto era usada nos espetáculos teatrais para discriminar os artistas ruins, e foi reproduzida pelo público da Câmara para expressar seu descontentamento com a atitude dos conservadores e também seu apoio aos dois candidatos liberais. Carlos Ferreira instrumentalizou o episódio para, uma vez mais, fazer a crítica a liberais e conservadores e, ao mesmo tempo, desqualificar a manifestação e ressaltar o despreparo popular para os "*negócios políticos*":

"... a acre manifestação do povo nas galerias derivou por conseguinte do quase nenhum conhecimento que ele tem dos negócios políticos do seu país. Conservadores e liberais são ao fim de contas meros instrumentos nas mãos da entidade que põe e dispõe ao seu talante dos destinos desta nação. Isto é o que eles fingem não compreender."<sup>51</sup>

Carlos Ferreira aproveitou ainda para atacar a Monarquia, concluindo que a origem do problema estaria na "*entidade*" (o Imperador!) que faria dos dois partidos meros *instrumentos* para que ele continuasse decidindo os destinos da nação. Ou seja, direcionou a responsabilidade da "*ignorância popular*" para o regime, o monarca e para os políticos, pois "*o povo quando muito, devia limitar-se a dar palmas e a rir-se, como se estivesse diante de*

<sup>51</sup> Carlos Ferreira, *Comédia Política*, *Gazeta de Campinas*, 11 de março de 1877.

*um grotesco espetáculo de circo.*" Mas não era exatamente isto que esperava do *povo*, pois em seguida afirmou que:

"Se fora de outra têmpera o povo deste país e preferisse, nas ocasiões supremas de sua vida política o rasgo de severidade   tolerância e   risada; se em vez de considerar um espetáculo grotesco, considerasse antes caso de suma gravidade o que estão fazendo nesta terra os dois partidos indicados, mais enérgico seria o seu procedimento, ... mais decisivo e lançaria mão de corretivos mais radicais."<sup>52</sup>

Carlos Ferreira novamente idealizava a atuação do *povo*. Na verdade, o redator provavelmente gostaria que este *povo* recusasse a monarquia e os partidos monárquicos, e não manifestasse apoio aos liberais. A severidade, sisudez e desencanto do artigo, terminou com um prognóstico pessimista:

"... e o poder pessoal continuará a divertir-se com a triste comédia que lhe é proporcionada pelos dois partidos."<sup>53</sup>

O que os dois artigos do redator da Gazeta de Campinas demonstram   que, apesar do esforço do jornal no sentido de formar uma "*opinião pública*" favorável   República, existia o problema concreto de enfrentar as manifestações deste *povo* em favor dos partidos monárquicos. A leitura dos jornais sugere que havia uma tensão entre o que os republicanos esperavam do *povo* e o que este lhes oferecia, tensão que nos textos se transfigura em desencanto e desprezo pelos comportamentos do *povo*.

Em outubro de 1879 o governo impôs uma taxa de vinte réis (um vintém)  s passagens de bonde da Corte que vigoraria a partir de 1  de janeiro de 1880. Lopes Trovão, republicano e diretor da Gazeta da Noite, fez um comício na noite de Ano Novo aconselhando a população a não pagar a nova taxa. Porém, ela foi mais longe: revoltou-se, atacou motorneiros e condutores e arrancou trilhos. As violências continuaram até 4 de janeiro e ficaram conhecidas como *Revolta do Vintém*.<sup>54</sup> Dias depois, organizou-se na cidade de São Paulo um movimento em apoio aos cariocas:

<sup>52</sup> Carlos Ferreira, *Comédia Política*, Gazeta de Campinas, 11 de março de 1877.

<sup>53</sup> Carlos Ferreira, *Comédia Política*, Gazeta de Campinas, 11 de março de 1877. [grifos meus]

<sup>54</sup> Apud. BOEHRER, George C. A. op.cit. p.54.

"Reunião convocada para saudar o povo fluminense por seu procedimento à respeito do imposto do vintém."<sup>55</sup>

Durante o ato, bastante concorrido, falaram os republicanos Martinho Prado Júnior e Luiz Gama. Este último propôs a criação de uma comissão para redigir um manifesto em saudação ao "*povo fluminense*", tarefa delegada a Américo Brasiliense, Rangel Pestana e Martinho Prado Júnior, e concluiu convidando o "*povo à ir cumprimentar as redações da imprensa livre e independente*" representada pelos jornais Gazeta do Povo, Província de São Paulo e Correio Paulistano.

"Aceitas estas propostas, dirigiu-se o povo reunido às tipografias dos jornais referidos, cujas redações agradeceram..."<sup>56</sup>

Neste acontecimento foi atribuído ao *povo* um caráter diferente daquele que Carlos Ferreira havia retratado quatro anos antes. Se em 1876 o *povo* tinha como característica básica a falta de discernimento político, o *povo fluminense* que participou da Revolta do Vintém mereceu dos republicanos paulistas uma manifestação de apoio ao seu procedimento. Em quatro anos, portanto, esta categoria passou da *confusão política* para a atuação correta.

A manifestação dos republicanos paulistas ao "*povo fluminense*" pode ser entendida por dois ângulos: de um lado, a presença de Lopes Trovão, conhecido republicano da Corte, entre os incentivadores da revolta. De outro, a atuação dos liberais no poder que, segundo os republicanos, aceitaram que o governo usasse de violência contra os manifestantes.<sup>57</sup> Por estes dois motivos podemos entender porque o *povo* mudou de imagem

<sup>55</sup> Noticiário Geral, *Reunião Popular*, Correio Paulistano, 08 de janeiro de 1880. Diário de Campinas, 10 de janeiro 1880.

<sup>56</sup> Noticiário Geral, *Reunião Popular*, Correio Paulistano, 08 de janeiro de 1880. Diário de Campinas, 10 de janeiro 1880.

<sup>57</sup> A crítica republicana ao comportamento dos liberais durante a Revolta do Vintém já foi analisada no capítulo anterior, quando Campos Salles contrapunha a atuação liberal de 1842, na oposição, à de 1880 quando no governo. Campos Salles, *O Paralelo Histórico*, Gazeta de Campinas, 13 de janeiro de 1880. Capítulo I - *A Sphinge Monárquica*.

em quatro anos - em virtude do momento vivenciado, das figuras envolvidas e do debate com os outros partidos, no caso, o liberal.

Manifestações em que se mencionava a República ou os republicanos foram assim divulgadas e instrumentalizadas mas quase nunca desqualificadas. Foi o que ocorreu alguns meses depois, em novembro de 1880, quando o republicano Luís Gama voltou às páginas da imprensa para relatar uma ocorrência na Prisão de um quartel:

"A 19 de novembro, deu-se em São Paulo uma das cenas mais estranhas que tem visto este Império essencialmente agrícola. Trinta e tantos presos, torturados, aborrecidos, desesperados, irromperam em brados à liberdade e proclamaram a república dentro do quartel, dentro da prisão, sob as grades do xadrez! A república do desespero sob as grades do cárcere! É verdade que a liberdade é mais cara a quem a perde, e fora da luz que se morre por ela."<sup>58</sup>

A notícia acima era o pronunciamento de um republicano e abolicionista, que usava do episódio como um meio para propagandear a República e a luta pela liberdade. Afinal, o cárcere, situação extrema de ausência de liberdade, constituía-se no contraponto ideal para se destacar os dotes específicos da República. A atitude dos prisioneiros também possibilitou a Luiz Gama a apropriação do evento para demonstrar a viabilidade da experiência republicana: desde que os homens decidissem por ela, poderia instituir-se à qualquer momento. Portanto, não se tratava de um sonho distante, poderia surgir como contrapartida à opressão vivenciada no Império.

Contudo, esta oposição entre República e opressão ganhava uma interpretação contrária quando, na noite de 23 para 24 de outubro de 1882, aconteceu uma revolta de escravos numa fazenda da região de Campinas. O Correio Paulistano<sup>59</sup> publicou uma nota narrando o acontecimento e afirmando que os escravos, depois de atacarem o feitor e sua família, saíram da fazenda dando "*Vivas à República*". O artigo causou um grande mal estar entre os republicanos da Gazeta de Campinas, que acusaram o Correio de estar

<sup>58</sup> Luiz Gama, *A República em Prisão de Quartel*, Gazeta de Campinas, 28 de novembro de 1880.

<sup>59</sup> O Correio Paulistano em 1882 era de filiação liberal. SODRÉ, Nelson Werneck, História da Imprensa no Brasil, Rio de Janeiro: Graal, 1977 (2ª edição), p.258.

querendo incriminar o Partido Republicano pelos atos daqueles escravos violentos.<sup>60</sup> O responsável pela informação, que estava em Campinas naquela noite, e que transmitiu o relato para o jornal da capital, era o Barão de Parnayba, que acabou publicando uma carta na Gazeta de Campinas explicando a notícia, e eximindo-se do *erro de apreciação*.<sup>61</sup>

Este acontecimento foi demonstrativo da postura destes republicanos em distanciarem-se de movimentos que de alguma maneira comprometiam o caráter de pacífico do republicanismo: era preciso marcar a distância entre república e violência, e conferir ao movimento republicano um perfil ordeiro e de serenidade política.

Esta noção do movimento republicano enquanto propugnador da "ordem" fazia parte de um tema mais amplo - o "*carater paulista*" - que foi abordado em 1884 quando o PRP elegeu dois candidatos para a Assembléia Geral - Campos Salles e Prudente de Moraes. Segundo Américo de Campos, redator chefe e proprietário do Diário Popular, o desempenho eleitoral em 1884, era testemunho de união, disciplina e, sobretudo, pacifismo:

"... é São Paulo justamente a província inquinada de mais republicana, aquela na qual efetivamente os republicanos mantem certa organização e disciplina, tomando parte ativa e direta na eleição..<sup>62</sup>

Concorrendo às urnas, sustentando candidatos em quase todos os distritos, e conseguindo eleger os dois bacharéis para deputados na Assembléia Geral, parte dos republicanos paulistas parecia estar satisfeita com a atuação do PRP.<sup>63</sup> Na verdade, a preocupação em acentuar o clima de tranqüilidade na província "*mais republicana do Império*" desvinculava república e violência e difundia a imagem de "*organização e disciplina*" e coesão do partido, qualidades expressas na vivência de eleições tranqüilas.

<sup>60</sup> Gazeta de Campinas, 5 de novembro de 1882.

<sup>61</sup> Gazeta de Campinas, 7 de novembro de 1882.

<sup>62</sup> Américo de Campos, *Eleições*, Diário Popular, 06 de dezembro de 1884.

<sup>63</sup> Julio Ribeiro escreveu uma série de artigos publicados na imprensa paulista, principalmente pelo Correio de Campinas, criticando os dois deputados, a seu ver "*pouco preparados*" e a atuação do PRP na campanha que levou os dois a Assembléia Geral. Julio Ribeiro Cartas Sertanejas, Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1908. (2ª edição). A primeira edição foi publicada em 1885, meses depois de havê-las apresentado à imprensa.

"... no fundo o caso exprime o caráter paulista e um certo grau de educação social, que não está isento dos graves defeitos ingênitos à nacionalidade, porém que, entretanto, já se presta a colocar a província em certa relação de superioridade."<sup>64</sup>

A constatação de Américo de Campos exprimia uma concepção difundida entre os republicanos de que o *caráter do povo paulista* seria superior, porque fazia eleições em tranqüilidade e, talvez, por ser capaz de eleger candidatos republicanos. Chegava mesmo a afirmar que:

"não há exagero em considerar como elementos harmônicos e coerentes a independência, seriedade, republicanismo e tranqüila siseudez com que os paulistas procedem..."<sup>65</sup>

Desta forma, legitimava o movimento republicano enquanto propugnador da "ordem", visto que traçava uma certa coerência entre seriedade e republicanismo. Mas superioridade só se estabelece se um objeto é colocado em comparação com outro, no caso a atuação da população da Corte.<sup>66</sup> Os redatores do Diário Popular aproveitavam o tema da comparação para tecer significativas restrições a estratégia dos fluminenses, particularmente quanto à postura passiva diante dos recrutamentos arbitrários feitos pelo governo para a Guarda Nacional<sup>67</sup>, a submissão às determinações do governo imperial e a desorganização política:

"É a prova do nada que vale politicamente o orgulhoso Rio de Janeiro. Tudo aceita aquela Babilônia, desde que venha do governo."<sup>68</sup>

Neste raciocínio, os paulistas se destacavam frente à *Babilônia* ou desordem que caracterizava as eleições na Corte e em todo o Império. Todavia, a tão decantada ordem e disciplina apregoada por Américo de Campos não conseguiu manter por muito tempo a fachada de serenidade política. No ano de 1884 a propagada tranqüilidade eleitoral foi abalada por um acontecimento na região de Botucatu. Segundo o relato do próprio Diário

<sup>64</sup> Américo de Campos, *Eleições*, Diário Popular, 06 de dezembro de 1884. [grifos meus]

<sup>65</sup> Américo de Campos, *Eleições*, Diário Popular, 06 de dezembro de 1884.

<sup>66</sup> Veja por exemplo a discussão sobre o provincialismo apresentada por Américo de Campos, onde comparava o Rio de Janeiro e São Paulo: Diário Popular, 26 de dezembro de 1884.

<sup>67</sup> Aristides Lobo, *Cartas do Rio*, Diário Popular, 05 de dezembro de 1884.

<sup>68</sup> Américo de Campos, *A Mashorca*, Diário Popular, 09 de dezembro de 1884. [grifos no original]

Popular, que colheu o depoimento do vigário da paróquia, rev. Paschoal Blotta, "*pessoa de todo em todo fidedigna*", depois de feita a apuração dos votos, um homem entrou armado na Igreja e arrebatou os papéis e livros eleitorais, inclusive as atas da eleição. O criminoso era um tal Bueno capanga do capitão Laurindo que estava perdendo as eleições, mas este infrator não fazia parte das hostes republicanas.<sup>69</sup>

A notícia, muito preocupante em virtude da denúncia de arbitrariedades, leva o colaborador do Diário Popular a exigir das autoridades, e principalmente do presidente da Província, a devida apuração dos fatos e uma atitude enérgica pois, "*vai nisso a dignidade da Província e certamente a esperança dos que prezam a lei e o decoro governamental*".<sup>70</sup>

O tão propalado *caráter paulista* não conseguia eliminar de todo a transgressão da "ordem", surgindo novamente uma tensão no discurso dos republicanos, entre o que eles esperavam do *caráter paulista* e o que este lhes oferecia. No entanto, este *caráter* podia ser resgatado através da punição do transgressor, no caso, um monarquista.

Mas outros argumentos também foram utilizados para defender a superioridade paulista: o resultado da eleição que confirmou candidatos de vários matizes políticos seria testemunho da plenitude do sistema eleitoral que permitia o exercício da pluralidade de idéias e o debate político, comprovando a índole democrática do *caráter paulista*.

"Ao invés do que se sabe das outras províncias São Paulo fez as suas eleições em plena liberdade... sendo representados todos os elementos ativos da política, inclusive o Partido Republicano.

O confronto de tudo isso entre São Paulo e as outras províncias é sem dúvida lisonjeiro para a nossa província e uma vez mais confirma a apregoada superioridade do caráter paulista(...).

Por-se-ia em dúvida a veracidade do escrutínio paulista, se ele fosse a unânime afirmativa da república, da abolição da escravidão ou do *status-quo*.

No complexo das respostas proferidas pelas urnas, está a síntese do que deseja a província."<sup>71</sup>

<sup>69</sup> J.JOF, *Comentários - Violência Eleitoral*, Diário Popular, 11 de dezembro de 1884.

<sup>70</sup> J.JOF, *Comentários - Violência Eleitoral*, Diário Popular, 11 de dezembro de 1884.

<sup>71</sup> Américo de Campos, Diário Popular, 26 de dezembro de 1884. [grifos meus]

Américo de Campos afirmava a legalidade e legitimidade da prática política em São Paulo, que seria contrastante com a de outras províncias. O resultado das eleições, se deixava claro que os republicanos não eram maioria em São Paulo, podia também demonstrar que o *paulista* tinha um carácter superior aos demais, pois desejava a pluralidade e a liberdade política.

Mas o momento sublime em que os republicanos paulistas (dos mais diversos matizes) pudessem testar a eficácia de seus argumentos e sobretudo a pertinência das imagens projetadas sobre o *povo*, se apresentou numa circunstância em que tiveram que enfrentar pessoalmente seus grandes adversários: o Imperador e a família real. Personificação simbólica do próprio Império, a comitiva real encabeçada pelo Conde D'Eu e a Princesa Izabel, visitou a província de São Paulo em 1884, e deu ensejo a um significativo embate entre a imprensa monarquista e a republicana, no qual foi colocado em dúvida o carácter da "*mais republicana das províncias*."<sup>72</sup>

O jornal da corte *O Paiz* publicou um artigo no qual afirmou que os príncipes estavam sendo muito bem recepcionados pelos republicanos de São Paulo<sup>73</sup>. Américo de Campos tomou para si a incumbência de responder ao redator, interpretando os comentários d'*O Paiz* como críticas a São Paulo e considerando que elas revelavam um completo desconhecimento da "*província, do carácter, costumes, temperamento e grau de educação social e política de seus habitantes*."<sup>74</sup> Argumentou que o governo provincial não havia conferido nenhuma conotação especial ao episódio, tanto que não teve que fazer despesas ou conceder verba especial para receber os príncipes, pois estes haviam sido recebidos e hospedados por particulares, "*como simples mortais, embora ilustres mortais*". Tudo isso para demonstrar que os reis já não inspiravam aos paulistas nem admiração, nem medo, nem ódio, sendo recebidos "*a frio... sem notáveis zumbaías da parte dos amigos e sem injúrias e*

<sup>72</sup> Aristides Lobo, *Cartas do Rio*, *Diário Popular*, 14 de novembro de 1884.

<sup>73</sup> *O Paiz*, 26 de novembro de 1884.

<sup>74</sup> Américo de Campos, *Os Príncipes em São Paulo*, *Diário Popular*, 28 de novembro de 1884.

*afronta da parte dos adversários.*"<sup>75</sup> A conduta dos paulistas frente aos príncipes seria uma prova de que:

"... o propalado republicanismo da província deixou há muito a fase da retórica e do sentimentalismo, afirmando-se na consciência popular como serena e clara convicção do direito e tendo a calma necessária para compreender que a cortesia e discordância de idéias são coisas que podem viver juntas."<sup>76</sup>

Projetando uma imagem de serenidade política, de amadurecimento da idéia republicana que permitia a convivência pacífica de elementos discordantes, Américo de Campos procurou explicar, assim, a presença da população nas ruas para ver a passagem da comitiva. Contudo, um colaborador do Diário Popular, que assinava com o pseudônimo de *Voltaire* uma coluna semanal, criou uma outra justificação, desvinculando os manifestantes do "*verdadeiro povo paulista*":

"São Paulo - que não é o titular, o alto coturno, o gravata lavada. São Paulo - o povo - por seu movimento, por sua indústria, o comércio, a Academia, a imprensa, todas as classes laboriosas - isto que é São Paulo, não se moveu de seus hábitos com tal aparição.

(...) Apesar de tudo isso muitos olhos se arregalaram, muito beijo caiu... daqueles que nunca tendo visto um príncipe qualquer, cuidam que eles caem do céu. Para tais gentes vê-los é ver uma preciosidade do Museu Sertório!"<sup>77</sup>

A constatação de que realmente houve a presença da população para aclamar a comitiva real nas ruas, aquele *povo* que deveria ter enraizado em sua consciência o republicanismo, era um fato a ser enfrentado e explicado. Assim, é significativa a mudança na definição: o *povo* eram as classes laboriosas, enquanto que quem foi às ruas saudar a Comitiva Imperial eram estas "*tais gentes*" - pessoas que estavam lá por um ato de curiosidade e admiração, similar àquele que os homens têm com os objetos antigos, com os objetos de Museu. Assim, os príncipes eram concebidos como peças de um museu, objetos do passado que se olha, respeita, admira, mas que não teriam mais *utilidade* no presente.

<sup>75</sup> Américo de Campos, *Os Príncipes em São Paulo*, Diário Popular, 28 de novembro de 1884.

<sup>76</sup> Américo de Campos, *Os Príncipes em São Paulo*, Diário Popular, 28 de novembro de 1884. [grifos meus]

<sup>77</sup> Voltaire, *Crônica - A Semana*, Diário Popular, 15 de novembro de 1884.

É possível imaginar que a comitiva real, o Conde d'Eu e a Princesa Izabel, tinham lá o seu charme, por isso a população foi às ruas para conhecê-los, e presenciar a pompa e circunstância da ocasião. Em 1886, dois anos depois da visita dos príncipes, chegou à província de São Paulo o próprio Imperador que após anos de ausência fez questão de visitar o reduto republicano: a capital, e as cidades do interior, em especial, Campinas. A vinda de D. Pedro II a São Paulo tinha como provável objetivo a comprovação de sua popularidade e o enfrentamento dos republicanos em seu maior reduto para, possivelmente, minar suas bases. Mas sua passagem pela "*republicana Campinas*" causou uma série de decepções para os chefes do PRP na cidade.

O Diário Popular noticiou informação de seu correspondente em Campinas, o qual afirmou que, ao assistir a passagem do *espetáculo imperial* de dentro de um carro de praça junto a um áulico, este lhe disse que "*na republicana Campinas ainda há muito monarquista*",<sup>78</sup> ao que teria retrucado:

"- Não há dúvida, respondi-lhe, na massa geral a maioria de Campinas, como de todo país, é monárquica, ou pelo menos não faz timbre de ser republicana. Mas o que é bem certo no caso vertente, é que esta multidão que aqui se acotovela, antes de ser monárquica ou republicana, é curiosa e como todas as multidões, ávida de espetáculo e reboliço."<sup>79</sup>

Espetáculo! A isso se resumiu a presença da população nas ruas na passagem do Imperador, segundo o Diário Popular. Entretanto, é significativa a mudança de termos, pois o correspondente criou outra explicação para a presença da população nas ruas: tratava-se da massa, multidão despolitizada, hávida de espetáculo e reboliço. Mais uma categoria - a multidão - emergia para dar conta da tensão latente no discurso republicano sobre o *povo* e o público prestigiador da família real.

<sup>78</sup> Notícias - *Os Imperantes em viagem*, Do Correspondente em Campinas, Diário Popular, 28 de outubro de 1886.[grifos no original]

<sup>79</sup> Notícias - *Os Imperantes em viagem*, Do Correspondente em Campinas, Diário Popular, 28 de outubro de 1886.[grifos no original]

Mas, além disso, o Diário Popular publicou alguns comentários de Aristides Lobo, seu correspondente na Corte, sobre a atuação dos campineiros durante as festas em homenagem ao Imperador. Contariando os comentários do correspondente do próprio jornal, afirmou que "*ouviu de um amigo*" que estivera na cidade durante a passagem da comitiva real, que os republicanos de Campinas fizeram a "*cauda do Imperador*".

A maior repercussão deste comentário de Aristides Lobo aconteceu no interior mesmo da imprensa republicana. Inconformados com a publicação de notícias tão desabonadoras, a Gazeta de Campinas, em artigo de Francisco Glicério falando em nome do PRP, refutou e procurou reverter as informações do Diário retrucando habilmente que:

"O boato referido por um paulista ao dr. Aristides Lobo é totalmente inverídico. Desde 1875, que tal é a data da 1ª viagem imperial à esta província, depois da formação do Partido Republicano, a nossa conduta tem sido invariavelmente a da mais completa abstenção de qualquer manifestação hostil ao chefe de Estado."<sup>80</sup>

Porém, também, era preciso justificar quem estava na rua e porque. Francisco Glicério admitiu que a maioria da província era monárquica, mas as manifestações tinham sido obra dos conservadores que, numerosos e arregimentados, e então no poder, haviam organizado as honras ao Chefe de Estado. Por sua vez, o entusiasmo das manifestações não deveria ser explicado pela adesão ao princípio monárquico, pois ele não seria "*aceito como forma definitiva de governo*". O entusiasmo e a presença da população nas ruas foram atribuídos ao espírito abolicionista que "*vive comprimido sob as conveniências agrícolas*". Ao aclamar o Imperador, o povo estaria aclamando a medida recente de D. Pedro II de abolir a pena de açoites, resolução pela qual teria sido responsável direto. Além disso, outra postura do Imperador teria agradado a população, adversária da seita jesuítica: a recusa em visitar o colégio São Luiz, de Itu, que seria um reduto de jesuítas.<sup>81</sup>

<sup>80</sup> Francisco Glicério, *Resposta-Manifesto*, Gazeta de Campinas, 10 de dezembro de 1886.

<sup>81</sup> Francisco Glicério, *Resposta-Manifesto*, Gazeta de Campinas, 10 de dezembro de 1886.

"Realmente, na vida dos povos nada há mais correto que o entusiasmo popular saudando o chefe de estado que concorreu por sua iniciativa e preponderância para a superação da pena aviltante de açoite..."<sup>82</sup>

Francisco Glicério terminou sua *Resposta-Manifesto*, afirmando que a "*tolerância política é a primeira virtude republicana*" e que nem ele nem nenhum de seus correligionários fez a *cauda* do Imperador pelo mesmo motivo que formaram "*alas à passagem do futuro chefe da República Brasileira* [Saldanha Marinho].<sup>83</sup> É importante anotar que as justificativas de Francisco Glicério conferiam um novo significado ao *povo*. Sua presença nas ruas em saudação ao Imperador, testemunhava seu caráter de *sujeito político* dotado de discernimento político, espírito democrático e conhecimento da situação política, pois saudou o Chefe de Estado por suas medidas e posturas políticas.

Tais debates suscitam uma questão: porque os republicanos do Diário Popular publicaram estas notícias *críticas* contra os republicanos de Campinas? Aristides Lobo respondeu ao *Manifesto* de Francisco Glicério, mas, não desmentiu a informação sobre a atuação dos republicanos campineiros.<sup>84</sup> Que razões estariam na origem desta verdadeira "*crítica-denúncia*" entre republicanos? A gravidade das denúncias se acentua quando verificamos que o Diário não apenas relatou a confecção da "*cauda*" ao Imperador, mas responsabilizou os correligionários de Campinas pelos festejos de recepção ao monarca, fato este *gravíssimo* para os políticos do PRP.

Mas, da mesma maneira que a visita do Imperador ao reduto republicano suscitou polêmicas e constrangimentos, a chegada de um líder republicano na Corte - Lopes Trovão - também gerou impasses, ainda que de outra natureza. Segundo Aristides Lobo, correspondente do Diário Popular naquela cidade, corria o boato de que Lopes Trovão seria

<sup>82</sup> Francisco Glicério, *Resposta-Manifesto*, Gazeta de Campinas, 10 de dezembro de 1886.

<sup>83</sup> Francisco Glicério, *Resposta-Manifesto*, Gazeta de Campinas, 10 de dezembro de 1886.

<sup>84</sup> A resposta de Aristides Lobo ao manifesto de Francisco Glicério foi publicada n' O Paiz e transcrita pela Gazeta de Campinas, *Entre Republicanos*, Aristides Lobo, 19 de dezembro de 1886.

recebido "a pancadas" pela Guarda Negra. Para o velho Lobo republicano, todavia, na Guarda Negra:

"exceto algum capanga assalariado, tudo o mais acompanha a lenda principesca muito platonicamente para que se consiga a empreitada que se diz projetada.(...)  
A população operária de cor, acredite, não anda nisso, preocupa-se do seu trabalho, porque toda ela tem família e ocupações sérias."<sup>85</sup>

Com esta afirmação Aristides Lobo marcou a diferença entre a população operária de cor e a Guarda Negra, esta última composta apenas por capoeiras e capangas contratados pelo governo, sustentada pela própria monarquia que incentivava estas "*legiões anônimas recrutadas nos domínios dos vícios e de todos os crimes*."<sup>86</sup> Desta forma, acreditava que esta *legião de capangas* do governo não seria capaz de frear as manifestações que certamente seriam dirigidas a Lopes Trovão, que desembarcaria em "*sua pátria sob as aclamações populares*".<sup>87</sup> Mas também, havia no artigo de Aristides Lobo a oposição entre trabalho e crime, serenidade e violência: a equiparação entre a população séria com o trabalhador, e a desqualificação dos integrantes da Guarda Negra enquanto criminosos.

Os conflitos entre os republicanos e a Guarda Negra não aconteciam apenas na Corte, já que na Província de São Paulo também foram organizadas diversos grupos dela. Em nota publicada no Diário de Campinas, encontra-se a informação de que em Piracicaba foram intimados pela polícia algumas pessoas acusadas de estarem organizando uma guarda negra chamada *Izabel a Redemptora*, à qual estariam "*filiados muitos artistas, alguns negociantes e outras pessoas*".<sup>88</sup> Poucos dias depois o próprio jornal publicou um

<sup>85</sup> Aristides Lobo, *Cartas do Rio*, Diário Popular, 25 de outubro de 1888.

<sup>86</sup> O historiador Flávio dos Santos Gomes, analisando a Guarda Negra na Corte, demonstrou como o movimento era visto, tanto por monarquistas, quanto por republicanos, muito mais como uma gratidão dos negros para com a princesa, "*do que dotado de um significado político autônomo*."

GOMES, Flávio dos Santos *No Meio das Águas Turvas (Racismo e cidadania no alvorecer da República: a Guarda Negra na Corte - 1888-1889)*, Estudos Afro-Asiáticos, (21): 75:96, dezembro de 1991.

<sup>87</sup> Aristides Lobo, *Cartas do Rio*, Diário Popular, 25 de outubro de 1888.

<sup>88</sup> *Nova Guarda Negra*, Diário de Campinas, 8 de janeiro de 1889.

desmentido enviado pela Gazeta de Piracicaba, que afirmava que "*nem ali se fala em semelhante instituição*."<sup>89</sup>

Este acontecimento revelava, novamente, a tensão entre um discurso que se pautava na "ordem" e movimentos que, de alguma maneira, poderiam significar, para os republicanos, um abalo neste mesma ordem. No dia 17 de fevereiro de 1889, durante a festa em comemoração ao padroeiro dos negros, São Benedito, alguns libertos se organizaram para protestar contra a formação da Guarda Negra e o recrutamento forçado e lançaram um manifesto que foi prontamente instrumentalizado pela imprensa republicana, talvez como testemunho do desprestígio da Monarquia.

"Protesto: Os libertos aqui reunidos em assembléia popular para tratarem dos interesses de sua classe, vem declarar que de modo algum concordam com a organização da chamada guarda negra, com o fim de defender o trono da princesa A emancipação foi feita pelo povo e pelo exército brasileiro, e nós devemos gratidão a todos os abolicionistas sem distinção de cor política. Não nos julgamos obrigados a defender o trono da sra Princesa Izabel a quem votamos respeito igual ao que tributamos a todos quantos nacionais ou estrangeiros, se empenharam na luta abolicionista. Somos gratos a todos, mas somos brasileiros também e não queremos ódios de raças.

Aproveitamos a ocasião para protestarmos contra o recrutamento com todas as nossas forças e estamos dispostos a fazer aliança com os patriotas para reagirmos contra a laçada de homens livres que faz lembrar os pengos dos antigos escravos. Somos brasileiros, saímos do cativeiro, e queremos viver como homens livres."<sup>90</sup>

Estampado nas páginas da imprensa republicana este protesto poderia ser significativo de que, se alguma desordem estava acontecendo em São Paulo, era fruto unicamente de pessoas ligadas ao império, e não dos "ordeiros" republicanos. O mesmo procedimento foi repetido com um protesto de *homens de cor* também publicado pelo Diário de Campinas:

"Os homens de cor, residentes nesta capital [paulista] reunidos em comício, reconhecendo que a abolição do elemento servil no Brasil fez-se unicamente em virtude dos esforços populares, não estão dispostos a auxiliar a quem quer que seja no plano de dividir o país em castas, plantando ódios de raças no solo de nossa pátria.

Declaram, portanto, que em qualquer emergência estarão ao lado do povo."<sup>91</sup>

<sup>89</sup> Diário de Campinas, 11 de janeiro de 1889.

<sup>90</sup> *Protesto dos Homens de Cor*, Diário de Campinas, 19 de fevereiro de 1889. [grifos meus]

O que se pode ressaltar é a instrumentalização que a imprensa republicana fazia de tais protestos: significativos repudios à Guarda Negra, reconhecida organização que defendia o Império. Além disso, era interessante para o discurso republicano a presença de tais protestos na imprensa, pois estes libertos referendavam o uso que os republicanos faziam da categoria *povo*, seja opondo-o à monarquia, ou tratando-o de forma homogênea e, principalmente, colocando a categoria *povo* numa posição de exterioridade, que não pedia a definição de sua composição.

Todos os discursos republicanos que utilizaram a categoria *povo* estavam marcados por uma tensão entre o que se esperava do *povo* e o que este lhes oferecia, mas, por mais conflituoso e tenso que seja o discurso republicano sobre o *povo*, este discurso não podia abdicar desta categoria pois ela era definidora do próprio regime republicano, ou seja, o *governo do povo pelo povo*. Isto porque além de ser uma categoria do discurso o *povo* era também parte dos projetos de república, pois seria o *sujeito político* no novo regime e, assim como os republicanos disputavam a identidade com o *povo*, disputavam também o projeto de República mais legítimo com o que consideravam as aspirações e necessidades deste *povo brasileiro*.

---

<sup>91</sup> *Reunião de Pretos, Diário de Campinas*, 09 de janeiro de 1889.

### CAPÍTULO III

#### IMAGENS DA REPÚBLICA

"As reformas que aspiramos são complexas e abrangem todo o nosso mecanismo social.

Negá-las absolutamente, fora uma obra ímpia porque provocaria a resistência.

Aprazá-las indefinitivamente, fora um artifício grosseiro e perigoso.

Fortalecidos, pois, pelo nosso direito e pela nossa consciência, apresentamo-nos perante os nossos concidadãos, arvorando resolutamente a bandeira do partido republicano federativo.

Somos da América e queremos ser americanos.

A nossa forma de governo é, em sua essência e em sua prática, antinômica e hostil ao direito e aos interesses dos Estados Americanos."

Manifesto Republicano de 1870.

## 1. A República dos "*Homens de Letras*"

"Aristocrata é aquele que acredita que a virtude emana do trono e daí desce por degraus até chegar ao povo.

Democrata é aquele que acredita que a verdade vem de Deus, que a põe no coração de todos, e que ali se desenvolve se acha educação e terreno próprio.

O Aristocrata sabe a história até 1793.

O Democrata não quer sabê-la senão daí em diante...

O Democrata pensa que ainda que seja um lenhador, tendo qualidades de Lincoln, pode ser presidente da República.

Na Europa há nobreza, clero e povo. No Brasil não tem lugar essas divisões. Eu sou democrata e aborreço a aristocracia, não tanto porque oprime mas porque corrompe. Desigualando a vida social, torna viciosa a privada. Criando injustiças faz nascer vícios. Estragando o indivíduo, estraga o Estado."<sup>1</sup>

Antes da publicação na Corte do Manifesto Republicano de 3 de Dezembro de 1870, que inaugurou oficialmente a campanha pela República, a propaganda das idéias republicanas já se fazia notar nas páginas da imprensa paulista. Este perfil do democrata em contraposição ao do aristocrata demonstra como, naquele momento, a palavra democracia se confundia com a República, com igualdade de nascimento, de oportunidade e de ascensão social, sendo até possível a qualquer cidadão a pretensão ao cargo de presidente, a exemplo de Lincoln, em sua origem, um humilde lenhador.

Por outro lado, a "aristocracia" era sinônimo de corrupção e de sua perpetuidade. Era o germe da destruição do indivíduo e do Estado pois, reproduzindo a desigualdade social, originava a injustiça e os vícios da sociedade. O cronista continuou seu texto afirmando que a "aristocracia", além de todos estes vícios de origem, era "*muito cara*", e ponderava que se um barão custava muito aos cofres do Estado, "*quantos milhões não custa um rei?*" Entretanto, fez a ressalva de que os brasileiros tinham a felicidade de ter um "*imperante honesto, escrupuloso, esmoler, e não um Luiz Napoleão.*" O objetivo da crônica era resgatar o projeto de igualdade social e de oportunidade entre os homens, inscrito num imaginado princípio dos tempos e argumentar que a desigualdade, portanto, não acontecia no

<sup>1</sup> S, *Perfis Paulistas III*, Gazeta de Campinas, 27 de novembro de 1870.

estado natural, mas fora uma imposição dos aristocratas, através da sustentação vergonhosa dos reis.

"Deveras, vou me envergonhando do papel dos reis, e se m'o dessem, talvez o enjeitasse...

Terminarei perguntando ao aristocrata, com J. Ball:

Quando Adão lavrava e Eva fiava,  
a Aristocracia onde é que estava?"<sup>2</sup>

A emergência do tema da República nos jornais do Império acompanhou particularmente a proclamação da Terceira República na França, a prisão de Napoleão III pelos alemães e o retorno de Vitor Hugo, exilado durante o III Império. Campos Salles, apesar de reconhecer que os assinantes da Gazeta de Campinas provavelmente já haviam lido as notícias e os discursos de Vitor Hugo nos jornais da Corte e da Capital, decidiu estampar também nas páginas do periódico campineiro estes textos:

"Queremos por nossas vez registrar as palavras inspiradas que neste momento profundamente solene para a França, um de seus filhos mais diletos, a glória saliente deste século, cuja luz começa a ser embaçada pelo fumo dos canhões, dirigiu aos seus concidadãos e inimigos da Pátria."<sup>3</sup>

O objetivo do redator, assim, não se restringia a noticiar os fatos franceses, mas destacar nas páginas da Gazeta um acontecimento significativo: a queda do Império de Napoleão e a reorganização dos republicanos franceses. Neste sentido, Vitor Hugo se transformava no porta-voz de um princípio político - a democracia - que se configurava também como uma bandeira do jornal campineiro.

"Vitor Hugo ... é a democracia que, exilada da França pelo crime triunfante de 2 de dezembro, crime odioso e inaudito, principalmente no século em que foi cometido, volta agora a postos para condenar o Império. (...)

Vitor Hugo fala pela humanidade; sua voz é a voz do século... É o oráculo da civilização, inspirado nos ardores do mais santo patriotismo, que dirige a palavra ao mundo. Sua causa é a civilização. Combate por ela."<sup>4</sup>

<sup>2</sup> S. *Perfis Paulistas III*, Gazeta de Campinas, 27 de novembro de 1870.

<sup>3</sup> Campos Salles, *Guerra Européia*, Gazeta de Campinas, 13 de outubro de 1870.

<sup>4</sup> Campos Salles, *Guerra Européia*, Gazeta de Campinas, 13 de outubro de 1870.

Vitor Hugo e a França materializavam a voz da humanidade na luta da democracia contra o Império. Novamente acompanhamos a prática do jornal de opor a democracia ao Império, como opunha o democrata ao aristocrata. Ao transcrever o discurso, Campos Salles deu publicidade aos princípios democráticos que se confundiam com os republicanos. A propaganda republicana em São Paulo se iniciava, portanto, tendo os marcos e episódios franceses como referente ideal: os democratas deveriam saber a história somente a partir de 1793, ano da instalação da República Jacobina na França.

Todavia, quando os republicanos paulistas instrumentalizaram a história francesa, tiveram que incorporar e explicar não apenas a queda das monarquias e os "progressos" da democracia mas também, e particularmente, outras ocorrências atreladas à emergência das Repúblicas: as cenas de tumultos e violências as quais vulnerabilizavam os republicanos frente aos seus "ordeiros" leitores. Os redatores da Gazeta, principalmente Campos Salles e Francisco Quirino dos Santos, tentaram tranquilizar o público diante das ameaças que a vivência republicana pressupunha, quando transcreveram um artigo do *Corrier de l'Europe*, intitulado *A República e as Insurreições*. Para o autor deste artigo os "tumultos populares", que raras vezes deixavam de rebentar sob o regime da democracia, eram "invariavelmente o resultado do mal estar e da decomposição social devido ao despotismo." Desta forma, deslocava-se o problema da prática republicana para os governos monárquicos:

"As monarquias e os impérios semearam o mal a mãos largas; a miséria, os sofrimentos e o desespero arrastam-as à revolta; uma repressão feroz faz recuar momentaneamente o espírito de resistência mas a propaganda subterrânea solapa a sociedade.(...)"

No meio do desbarato geral, o regime democrático se acha momentaneamente impotente; ser-lhe-ia preciso tempo e reflexão para tentar as reformas requeridas."<sup>5</sup>

Esta explicação não era nova, pois vinha fazendo parte de todas as Revoluções Burguesas desde 1789. Eric Hobsbawm destacou sua presença nas falas da

---

<sup>5</sup> *A República e as Insurreições* (Transcrição), Courrier de l'Europe, Gazeta de Campinas, 16 de julho de 1871.

burguesia na década de 1830-40 na Europa, quando os trabalhadores responsabilizaram o desenvolvimento material encaminhado pela Revolução Industrial pela precariedade de suas condições de vida. Em contrapartida, *"os baluartes do progresso tentavam rechaçá-la com o argumento de que isto não se devia às operações da nova sociedade burguesa, mas, pelo contrário, aos obstáculos que o velho feudalismo, a monarquia e a aristocracia ainda colocavam no caminho da perfeita iniciativa livre."*<sup>6</sup>

Relacionando esta afirmação de Eric Hobsbawm sobre as decorrências da Revolução Industrial, e o texto do *Courrier de l'Europe*, percebe-se que tornara-se recorrente, na argumentação burguesa, responsabilizar a monarquia, a aristocracia ou os impérios por todos os entraves que as sociedades passavam, tanto o problema da miséria dos trabalhadores, quanto as rebeliões populares que eclodiam nos movimentos instauradores das repúblicas. Portanto, não foi por acaso que os republicanos paulistas também recorreram a ele em sua crítica ao regime imperial.

Mas os redatores da *Gazeta* não se preocuparam apenas com os rumos das repúblicas européias. Em 1871, com a assinatura da Lei do Ventre Livre destacaram o problema da "falta de braços" para a lavoura no Brasil. Dirigindo-se aos fazendeiros, Campos Salles procurou desfazer as objeções que comumente eram feitas à implantação do trabalho livre na lavoura, sobretudo as alegações de que os trabalhadores livres não iriam se sujeitar aos rigores que a cultura do café exigia. Citou o exemplo do sucesso da utilização do trabalho livre numa fazenda de café da Guatemala.

"E no entanto a Guatemala é uma *republiqueta* onde a cultura se faz com o trabalho livre.

É que o trabalho livre, no seu ponto de vista econômico, é mais barato do que aquele que empregamos "<sup>7</sup>

<sup>6</sup> HOBBSAWM, Eric *A Era das Revoluções 1789-1848* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989 (7ª edição). p. 323.

<sup>7</sup> Campos Salles, *Questão do Dia*, *Gazeta de Campinas*, 05 de novembro de 1871.

Desta forma, propunha a utilização do trabalho livre como a saída economicamente mais lucrativa para a questão da mão de obra, tão eficiente que fazia sucesso mesmo numa *republiqueta* como era o caso da Guatemala; fez também a associação entre trabalho livre e república. Contudo, tal associação não significava necessariamente uma defesa do fim imediato da escravidão. Alguns dias depois, em outro artigo, interpretou a Lei do Ventre Livre como o início de uma grande reforma que estava se gestando lentamente no governo para atingir o emprego da mão de obra escrava. Ao mesmo tempo, Campos Salles aproveitou a oportunidade para desqualificar a monarquia e atribuiu a efetivação da Lei de 28 de setembro apenas a uma vaidade imperial:

"De resto, a vaidade é um sentimento por demais caprichoso e o sr. D. Pedro II não se satisfaz de certo com os primeiros cumprimentos que lhe apresentaram os enviados das Cortes da Europa."<sup>8</sup>

Tendo habilmente deixado claro que não se contrapunha aos planos de emancipação, argumentou que a necessidade de "*substituir os braços*" na lavoura era real, porém, ao contrário da forma como vinha acontecendo, deveria se dar de uma maneira condizente com a "*vontade nacional*", ou seja, a do *Club da Lavoura e do Comércio*, ou, em outras palavras, dos fazendeiros de café.

"Nunca se viu levantar tão alto a energia do servilismo. O Rei ordenou, o ministro obedeceu e cumpriu à risca a ordem do augusto amo, embora para isso houvesse de arcar com a opinião do país. (...) E a vontade do país estava amplamente consubstanciada nos planos traçados pelo *Club da Lavoura e do Comércio*."<sup>9</sup>

Nas duas citações encontramos uma associação entre república e racionalidade. A primeira ressaltou a racionalidade econômica existente até mesmo na *republiqueta* da Guatemala; a segunda, contrapôs a eficiência da república à irracionalidade política de um "grandioso" Império que se movia pela vaidade do Imperador. Este promovia

<sup>8</sup> Campos Salles, *Agricultura*, *Gazeta de Campinas*, 03 de dezembro de 1871.

<sup>9</sup> Campos Salles, *Agricultura*, *Gazeta de Campinas*, 03 de dezembro de 1871.

reformas inspirado apenas em seus interesses pessoais, sem consultar os cidadãos diretamente interessados na questão da mão de obra.

"O segundo golpe e talvez mais bruscamente decisivo virá como o primeiro, quando assim aprouver à fantasia do rei ou quando for oportuno à filantropia do estrangeiro inspirá-lo ao governo do Brasil."<sup>10</sup>

Campos Salles acentuou o despropósito das motivações - a fantasia do rei e a filantropia do estrangeiro - que encaminhavam uma questão tão significativa para o Império como era o problema do trabalho, desconsiderando completamente os maiores interessados, ou seja, os fazendeiros. Para o redator, a lei do Ventre Livre causaria uma maior escassez de trabalhadores, pois a mão de obra escrava já havia diminuído muito com o fim do tráfico em 1850. Preocupado com a questão, propôs aos fazendeiros a introdução paulatina de trabalhadores livres em suas fazendas:

"Mas isto que parece uma simples mudança de braços trará como consequência uma alteração profunda no sistema de trabalho."<sup>11</sup>

A utilização do trabalho livre significaria uma mudança não apenas no sistema de trabalho, mas na própria empresa agrícola. A rotina presente na "*forma de cultivo*" e no "*trato do trabalhador*" desapareceria dando lugar aos "*melhoramentos que o trabalho livre exige*", de maneira que os fazendeiros poderiam então receber o *segundo golpe* que o Imperador, cedo ou tarde, daria na lavoura cafeeira, ou seja, a abolição da escravatura. Campos Salles, portanto, falava para e pelo fazendeiro, elaborando um discurso que, ao mesmo tempo, criticava o regime e o Monarca e sustentava um projeto de alteração no sistema de trabalho e, também, fazia a propaganda para a superação do regime monárquico.

Estava-se no início da campanha eleitoral de 1872 e os republicanos da província de São Paulo se preparavam para enfrentar as primeiras eleições desde que havia

<sup>10</sup> Campos Salles, *Agricultura*, *Gazeta de Campinas*, 03 de dezembro de 1871. [grifos no original]

<sup>11</sup> Campos Salles, *Agricultura*, *Gazeta de Campinas*, 03 de dezembro de 1871.

sido lançado o Manifesto de 1870. O Correio Paulistano<sup>12</sup> publicava as decisões que o *Club Republicano de São Paulo* tomava sobre as eleições.

"Em tese o Partido Republicano Brasileiro não tem na atualidade outra missão além da propaganda de suas idéias, abrindo os olhos do povo amortecido e enervado pelo regime corruptor da monarquia, e mostrando-lhe o aviltamento político e passividade social em que foi educado e continua a viver."<sup>13</sup>

A proposta desta folha era de congregar todos os republicanos da Província de São Paulo para a completa abstenção eleitoral - salvo em "*circunstâncias mui peculiares e locais*", circunstâncias estas que, nem o jornal, nem a circular republicana chegaram a explicitar. Mas, além disso, a reunião do *Club Republicano de São Paulo* deliberou organizar duas comissões, sendo uma delas para responder a uma Circular Liberal<sup>14</sup> e outra para reunir e organizar dados estatísticos sobre as qualificações eleitorais e listas de votantes das paróquias da Capital, uma maneira de fiscalizar o processo eleitoral e de mapear o terreno visando futuras atuações republicanas nas eleições.

O mesmo número do Correio Paulistano incluiu ainda uma notícia sobre os comentários dos conservadores acerca da Circular Liberal e, sobretudo, uma crítica à semelhança de princípios e de estratégia entre liberais e republicanos, principalmente no tocante à abstenção eleitoral. Assim se manifestaram os conservadores:

"Resta saber se o Correio Paulistano, órgão e diretor do grupo republicano, tem influencia suficiente para manter na proclamada abstenção os seus amigos. Parece-nos que não. O novo centro liberal vai demonstrar que não existem republicanos em S. Paulo; ou aliás, não conduzirá às urnas senão falanges da república. Coisas destes tempos! Um republicano é sempre um bom liberal; o liberal por sua vez pode ser um bom republicano, se não ocultar um nobre de fina têmpera..."<sup>15</sup>

<sup>12</sup> O Correio Paulistano em 1872 era de filiação republicana, orientação que preservou até 1874 quando foi comprado por Leôncio de Carvalho e adotou a linha reformista liberal. Cf. Nelson Werneck Sodré, História da Imprensa no Brasil, op.cit., pp. 258-59.

<sup>13</sup> *Reunião Republicana*, Correio Paulistano, 27 de julho de 1872.

<sup>14</sup> Esta Circular Liberal, assinada por uma facção do partido, propunha que os liberais participassem ativamente da disputa eleitoral, contrariando a deliberação dos chefes liberais em manter a abstenção.

<sup>15</sup> A "*Opinião Conservadora*" e a Circular Liberal, Correio Paulistano, 27 de julho de 1872.

Desta forma, o artigo conservador criticou liberais e republicanos, aproximando-os em termos de conduta política e também de princípios, descaracterizando, portanto, as especificidades do discurso republicano. Os republicanos não conseguiriam sustentar a abstenção e se confundiriam nas urnas com os liberais afinal, a recente filiação liberal de diversos republicanos era por todos conhecida, já que ainda não se completara dois anos desde o Manifesto de 1870.

Mas, a atuação republicana não se restringiu à disputa eleitoral, agilizando outras frentes significativas de propaganda, como por exemplo, ainda em 1872, a inauguração da primeira estrada de ferro de Campinas, a *Campinas-Jundiá*.

"A Câmara Municipal [de Campinas] (...) deliberou convidar a todos os municipais a iluminar e embandeirar [as ruas] por três dias, a contar do dia da inauguração da estrada de ferro, por [ser] este dia memorável e de regosijo para a população da cidade."<sup>16</sup>

Através de notas como esta publicadas pela imprensa local, a população de Campinas foi chamada a participar da festa de inauguração da Estrada de Ferro Campinas-Jundiá. Se olharmos a festa como um grande momento pelo seu carácter de inovação para a cidade, a análise pode estancar agora. Entretanto, a ênfase com que tal acontecimento foi noticiado na imprensa induz a um outro sentido para a festa. Os redatores da *Gazeta* aproveitaram a circunstância para fazer dela também um evento republicano. Entre discursos os republicanos campineiros homenagearam o líder Saldanha Marinho, idealizador da estrada, a quem foi ofertado um retrato à óleo, e também Falcão Filho, engenheiro responsável pela estrada:

"Campos Salles (...) em nome dos homens de letras de Campinas oferecia a Saldanha Marinho o seu retrato à óleo (...). Sucedeu-lhe o redator desta folha, Francisco Quirino dos Santos não só a comemorar o fato que prendia todas as atenções, mas igualmente a oferecer a Falcão Filho o seu retrato à óleo, também por comissão dos mesmos homens de letras."<sup>17</sup>

<sup>16</sup> *Gazeta de Campinas*, 14 de julho de 1872.

<sup>17</sup> Francisco Quirino dos Santos, *Gazeta de Campinas*, 18 de agosto de 1872.

Mas, além deste episódio, foi oferecido a Saldanha Marinho um jantar em casa do bacharel e também republicano Jorge Miranda, evento noticiado pela Gazeta como um ato comemorativo em virtude da inauguração da estrada de ferro, que desta maneira tornou-se também uma festa republicana. O fato de Saldanha Marinho, um reconhecido republicano radicado na Corte, ter sido o idealizador da obra, foi amplamente explorado. E, prolongando o paralelo, temos que o progresso representado pela via férrea incorporava-se ao discurso e à prática republicana, imbricando fortemente República e Progresso. A estrada tornava-se um testemunho da mediação República - progresso, e também cooperação social - pátria:

"Ali estava presente o lavrador encanecido ao pé do moço literato; o advogado em face do comerciante; o médico junto ao industrial (...): a amizade traçando parentesco para todos em torno desse centro ideal e sempre estremecido dos caracteres bem formados: a pátria. (...) Havia este brilho irradiado no foco imenso da alma popular em seus primeiros impetos, quando a exma. sra. dona Francisca Saldanha, digna filha do sr. Saldanha Marinho, propôs o último brinde: à República Federativa. Uma explosão de bravos e de palmas encheu o recinto."<sup>18</sup>

Através da narrativa do jantar, o discurso da Gazeta de Campinas procurou estabelecer uma certa homogeneidade social que superava a diversidade de personagens presentes, e que se baseava nos laços de parentesco, de amizade e de caráter, fundadores da pátria. Assim, a nação se apresentava com harmonia e homogeneidade, numa espécie de mosaico no qual as diferenças eram realçadas para fortalecer a representação da sociedade una. Não por acaso, o brinde à República Federativa foi erguido por uma mulher, a filha do líder republicano, sem dúvida numa analogia com as ocorrências francesas. A imagem de dona Francisca erguendo um brinde à República remete a uma outra imagem alegórica, a de Marie Dechamps, do famoso quadro de Delacroix "*A liberdade guiando o povo*", o que leva novamente ao imaginário republicano francês e ao uso da alegoria feminina para representar a República<sup>19</sup>.

<sup>18</sup> *Jantar Político*, Gazeta de Campinas, 22 de agosto de 1872.

<sup>19</sup> CARVALHO, José Murilo de "A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil" São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Ver especialmente Cap. IV "*República-Mulher: entre Maria e Marianne*", onde o autor desenvolve detidamente o uso da simbologia feminina na República Brasileira. Cf. também

Além da apologia ao progresso técnico representado pelas estradas de ferro, a propaganda republicana na imprensa destacou o tema da instrução pública, afinal os mais eminentes representantes da causa republicana em Campinas primavam por ser "*homens de letras*" e educadores do *povo*:

"Porque educar o povo é elevar o nível da sociedade, dar aos seus destinos uma marcha segura e brilhante, extirpar-lhes os vícios e guiá-la à prática salutar da liberdade; à imprensa cumpre tratar dela."<sup>20</sup>

Aqui encontra-se a idéia que foi abordada no capítulo anterior, da concepção de *povo* enquanto sujeito a ser educado também através da imprensa, entendida enquanto instrumento transformador da sociedade. Tratava-se de um grande projeto de instrução pública, condizente com a proposta do *Club Republicano de São Paulo*, apresentada alguns meses antes, visando abrir "*os olhos do povo amortecido*"<sup>21</sup>.

"Podem os partidos divergir em um outro ponto; mas todos nós queremos, antes de tudo, a liberdade e instrução do cidadão, porque o cidadão analfabeto não tem da personalidade senão a forma humana, não pode exercer nenhuma das prerrogativas que a lei lhe concede."<sup>22</sup>

O artigo informava que a aspiração de educação ou de formação do cidadão era compartilhada por "*homens de letras*" de diversos matizes políticos. A instrução seria o veículo para atingir a plena liberdade, pois o analfabeto não dispunha da racionalidade necessária para exercer plenamente sua condição de homem e cidadão. Cabia ao Estado a tarefa de incentivar a instrução, que deveria "*ser obrigatória*" mas também livre: "*com educação livre, ensino livre, discussão livre de todos os princípios, (...) o que será o primeiro passo na liberdade de um povo.*"<sup>23</sup>

---

SCHAMA, Simon. "Cidadãos: uma crônica da Revolução Francesa" São Paulo: Companhia das Letras, 1989. Em especial as diversas figuras representativas da simbologia feminina.

<sup>20</sup> A Instrução Pública, (*Transcrição do Echo Americano*), Gazeta de Campinas, 01 de setembro de 1872.

<sup>21</sup> *Reunião Republicana*, Correio Paulistano, 27 de julho de 1872.

<sup>22</sup> A Instrução Pública, (*Transcrição do Echo Americano*), Gazeta de Campinas, 01 de setembro de 1872.

<sup>23</sup> A Instrução Pública, (*Transcrição do Echo Americano*), Gazeta de Campinas, 01 de setembro de 1872.

Assim, o projeto da Gazeta de Campinas para a formação do cidadão da República fundamentava-se em dois princípios aparentemente contraditórios: liberdade e obrigatoriedade. Somente através de um ato autoritário do governo, de obrigar todas as pessoas a adquirir a educação, se poderia alcançar a liberdade geral. O princípio norteador deste projeto de ensino oficial obrigatório era, contudo, a educação livre, entendendo-se por este termo que o ensino poderia ser ministrado por leigos, de forma a superar o monopólio da educação exercido então pela Igreja, particularmente pelas Ordens Religiosas. Além disso, o redator ironizou aqueles que condenavam o ensino público obrigatório:

"Não se quer obrigar, mas dá-se a quem pedir o pão da alma. É este o pregão que vem de cima."<sup>24</sup>

E incentivou toda forma de instrução: *"venham as luzes; cheguem elas por qualquer forma: o que importa é que possam (...) abater o caos. O resto, que é o dia, chegará por sua vez."* Também cobrou do governo mais verbas para a educação pública, sobretudo para as províncias, aproveitando o tema da educação para mais uma vez expressar as restrições republicanas à centralização monárquica:

"Porque tanto afam na Corte, e nas províncias um abandono vergonhoso e imenso por parte da administração? (...) As cidades e vilas centrais - não falemos das aldeias e vilas insignificantes, essas deserdadas do orçamento - vivem para tudo e por tudo à mercê dos próprios recursos cerceados sempre pelas exigências da contribuição geral."<sup>25</sup>

Os redatores da Gazeta tinham, portanto, um propósito a seguir: incentivar a instrução pública para melhor propagandear o republicanismo, visto que quanto maior o número de alfabetizados, maior o número de leitores para os jornais republicanos. Neste sentido, Campos Salles, Francisco Quirino dos Santos e Américo Brasiliense (os três principais redatores da Gazeta neste período) estavam de acordo com a proposta apresentada pelo Correio Paulistano e pelo *Club Republicano de São Paulo* para se encaminhar, naquele momento, a propaganda através da transformação do povo pela educação.

<sup>24</sup> Francisco Quirino dos Santos, *Instrução Pública*, Gazeta de Campinas, 22 de setembro de 1872.

<sup>25</sup> Francisco Quirino dos Santos, *Instrução Pública*, Gazeta de Campinas, 22 de setembro de 1872.

Estes jornalistas faziam parte da comissão responsável pela organização do Partido Republicano no município de Campinas, missão que os levou a convidar as "*pessoas que professam idéias republicanas para uma reunião*" na casa de Campos Salles,<sup>26</sup> e a formar uma comissão de cinco membros que, além dos três redatores da *Gazeta*, contou também com Jorge Miranda e Elias do Amaral e Souza. Entre as atribuições desta comissão estava a tarefa de manter contato com os diversos núcleos e clubs republicanos espalhados pelo Brasil e levantar recursos para a fundação de um jornal republicano que fosse órgão do partido. Além disso, a reunião na casa de Campos Salles definiu Itú como o melhor lugar para o primeiro Congresso republicano de São Paulo.<sup>27</sup> Assim é possível perceber a importância da *Gazeta* na aglutinação de simpatizantes da região, na divulgação das idéias e resoluções republicanas em toda a província, na programação de atividades e mesmo na formação do próprio Partido Republicano Paulista.

Ainda em 1872, o jornal transcreveu "lições" de dois importantes políticos republicanos europeus do momento: Gambeta, da França<sup>28</sup> e Castelar, da Espanha.<sup>29</sup> Américo Brasiliense, responsável por estas traduções, afirmou que na impossibilidade de publicar os textos na íntegra, escolheu-se, no caso de Gambeta, a parte na qual expunha seus "*principios, cuja observância o eminente estadista aconselha a seus correligionários.*" A parte transcrita tratava da conduta dos republicanos na sociedade, sobretudo depois da

<sup>26</sup> *Reunião Republicana, Gazeta de Campinas*, 31 de outubro de 1872.

<sup>27</sup> *Reunião Republicana, Gazeta de Campinas*, 7 de novembro de 1872.

<sup>28</sup> Léon Gambetta: advogado e político francês, foi várias vezes deputado e detinha a República Francesa contra a monarquia de Luis Felipe. Em 1869 formulou o chamado "*programa de Belle-ville*" que reivindicava, junto com a liberdade individual e de imprensa, a separação Igreja/Estado e a instrução primária laica, gratuita e obrigatória. Depois da guerra com a Alemanha se negou a assinar o tratado de paz e deixou a Câmara quando a França cedeu a Alsácia-Lorena para a Alemanha, sendo reeleito depois em julho de 1871. Encyclopédia Britannica, The University of Chicago, 1947; Enciclopédia Universal Ilustrada Europeo-Americana, Madrid, Espasa-Calpe, s.d.

<sup>29</sup> Emilio Castelar: professor e político espanhol, cursou direito, filosofia e letras. Apoiava o republicanismo individualista, opondo-se a outra proposta em voga de um republicanismo federalista e socializante. Conspirou contra Isabel II e teve que exilar-se na França até a revolução de setembro de 1868, pois, naquele momento, defendeu a luta legal no Parlamento e desautorizou a sublevação republicano-federal de 1869. Enciclopédia Universal Europeo-Americana, Madrid, Espasa-Calpe, s.d.

Guerra Civil que marcara a emergência da República Francesa. A violência era uma prática que deveria ser creditada à monarquia; aos republicanos aconselhava moderação e prudência:

"Gambeta considera a moderação como o mais seguro elemento de triunfo para as idéias republicanas, e diz que a responsabilidade pelos meios violentos deve caber aos partidos monárquicos. (...)

Aqueles que reprovam as opiniões de Gambeta, antes de conhecê-las, o que dirão depois de lerem o discurso do ilustre democrata aconselhando a prudência, os meios pacíficos e legais para a organização definitiva da República?"<sup>30</sup>

Segundo Américo Brasiliense, muitas das idéias de Gambeta foram aplaudidas pela imprensa da Inglaterra - monárquica - sendo que a *Saturday Review* teria inclusive afirmado que o "*discurso de Gambeta não foi nada mais violento do que tem sido alguns dos melhores discursos de Bright...*"<sup>31</sup> Desta forma, recorreu aos ensinamentos do democrata francês para legitimar a propaganda republicana no Brasil. Como as idéias de Gambeta não chocavam nem mesmo a monárquica Inglaterra, estaria comprovado que eram ponderadas e pacíficas; sendo assim, os leitores da *Gazeta* não se atemorizariam com a proposta de uma República para o Brasil. Concluiu o artigo com as palavras de Gambeta explicando o significado da prudência no republicanismo:

"A prudência consiste em dizer que nós tudo esperamos da razão, do tempo, da persuasão, da força das coisas, da impotência a que estão reduzidos os partidos monárquicos, da sua esterilidade e, desde que é preciso dizer as coisas pelo nome, da sua covardia!

Cabe-lhes, agora, se lhes apraz, recorrer aos meios violentos. Quanto a nós, nenhuma necessidade temos deles!"<sup>32</sup>

Contudo, a imagem que Gambeta tecia dos partidos monárquicos - impotentes, estéreis, covardes - talvez não se aplicasse exatamente à situação efetiva do Império Brasileiro, pois enquanto na França a República já era uma realidade, no Brasil não passava de uma proposta em formação. Esta foi a razão porque Américo Brasiliense transcreveu, dias depois, as "lições" de Castelar, também pautadas na moderação política. Se

<sup>30</sup> Américo Brasiliense, *O Discurso de Gambeta*, *Gazeta de Campinas*, 10 de novembro de 1872 [grifos no original].

<sup>31</sup> John Bright foi um estadista britânico que atuou ativamente no Parlamento. Na década de 1860 foi um dos principais propugnadores da reforma parlamentar inglesa, sendo muito admirado por sua atuação e vitalidade, principalmente na oratória. *Encyclopedia Britannica*, The University of Chicago, 1947.

<sup>32</sup> Américo Brasiliense, *O Discurso de Gambeta*, *Gazeta de Campinas*, 10 de novembro de 1872 [grifos no original].

as palavras de Gambeta poderiam ser importantes para a campanha republicana, o discurso de Castelar se aplicava com mais propriedade à situação do Império, pois Brasil e Espanha ainda eram monarquias:

"Na Espanha, como no Brasil, a monarquia ainda tem forças com que combater seus adversários: ali como aqui o trabalho dos democratas sinceramente empenhados na vitória de suas idéias não pode se limitar à mudança das instituições; é preciso também estabelecer bases seguras para a consolidação da República Federal desde que for proclamada.

Assim, pois o terreno em que Castelar deseja ver concentrados os esforços de seus amigos é o da moderação.

Esse é também o caminho que seguimos."<sup>33</sup>

Américo Brasiliense preocupou-se em explicitar a instrumentalização que fazia das palavras de Castelar: deveriam servir de exemplo para a própria conduta dos republicanos paulistas. Encerrou seu artigo citando um trecho do Manifesto que os republicanos (leia-se, a Comissão formada por Campos Salles, Américo de Campos e o próprio Américo Brasiliense) haviam redigido no início de 1872.

"Não queremos o emprego de violências, na carreira que trilhamos, certos de que as instituições de um povo consolidam-se unicamente por sua conformidade com o sentimento nacional e nunca pela exageração e excessos dos reformadores. É nesta crença que julgamos de maximo alcance a educação pública, germe de regeneração do pais e sólida base onde se firmará uma nova ordem de coisas nascidas do progresso e consciência da Nação, quando convencida da esterilidade do 1º e 2º Império."<sup>34</sup>

A linha de conduta traçada estava em conformidade com os discursos de Castelar e Gambeta - moderação. A campanha republicana tinha, portanto, como propósito, convencer toda a sociedade de que o Império nada havia produzido nem haveria de produzir. Assim compreendemos a abrangência do significado de todas as representações que foram tecidas sobre o primeiro e o segundo reinados.

O espelhamento nos ensinamentos apropriados a Gambetta e Castelar esclarece que o projeto republicano gestado nas páginas da Gazeta de Campinas por Américo

<sup>33</sup> Américo Brasiliense, *O Discurso de E. Castelar*, Gazeta de Campinas, 14 de novembro de 1872

<sup>34</sup> Américo Brasiliense, *O Discurso de E. Castelar*, Gazeta de Campinas, 14 de novembro de 1872. [grifos no original].

Brasiliense, Campos Salles e Francisco Quirino dos Santos desde 1870, propunha uma república federativa pautada pela moderação e prudência e, no sentido de preservar estes princípios, a campanha republicana deveria priorizar o preparo das condições para a instauração do novo regime. Faziam parte deste preparo a crítica à centralização e as exigências para que o governo central destinasse às províncias os recursos necessários à instrução pública. Tais medidas visavam educar o futuro cidadão da República nos moldes da prudência e na vivência, ainda no Império, de uma administração mais descentralizada, semelhante à que ele experimentaria no regime federalista.

No início do ano de 1873, a Espanha tornou-se uma República.<sup>35</sup> Tal ocorrência, levou um "*português democrata monarquista*" a escrever um artigo para a Gazeta de Campinas defendendo a forma monárquica representativa e problematizando a ligação imediata entre República e democracia, reiterada constantemente nas páginas do jornal. Atacou, portanto, a correlação direta que o discurso republicano tecia, opondo democracia/república a autoritarismo/monarquia.

O "*português*" articulista julgou importante transportar para as páginas desta folha o debate que havia travado pessoalmente com um dos redatores da Gazeta, e para tanto recorreu a um artigo publicado pela *Correspondência de Portugal* que tratava da monarquia e da república. A Gazeta de Campinas, por sua vez, aceitou publicar o artigo e também a carta do polemista, e deu aos seus leitores a seguinte explicação:

"Consentindo em tal publicação, damos a maior prova de cordura e tolerância ainda vistas neste país: deixar que em nossa própria folha se fale francamente contra os princípios políticos por nós professados."<sup>36</sup>

<sup>35</sup> Em 11 de fevereiro de 1873 a Assembléa Nacional, por iniciativa de Pi y Margall, declarou o regime republicano na Espanha, mas que na verdade, foi um regime de convenção. A população cobrava uma declaração definitiva de federalismo, que não era atendida pelo governo pois as Cortes estavam divididas entre alguns poucos federalistas, entre eles, Pi y Margall, chefe do poder executivo, e muitos unitaristas, como Castellar. Ainda que a declaração pela República tenha se dado de forma pacífica na Assembléa Nacional, os acontecimentos que se seguiram - como a revolta Cantoneira - marcaram um período turbulento até o início de 1874 com a restauração monárquica. Cf. Miguel Artola, La Burguesía Revolucionaria (1808-1874), Madrid: Alianza Universidad, 1987 (1ªed. 1973), pp.393-397.

<sup>36</sup> *Noticias, Gazeta de Campinas*, 03 de abril de 1873

O procedimento do jornal sugere duas possibilidades de entendimento. Por um lado, os redatores estariam instigando um debate que poderia ser muito profícuo para a campanha republicana. Por outro, utilizaram o fato para demonstrar uma postura política tolerante com as diferenças, que talvez pudesse ser vista como uma postura democrática. Além disso, o artigo da *Correspondência de Portugal* corroborava a possibilidade de uma passagem não traumática da monarquia para a República e isto admitido por um monarquista:

"Os últimos acontecimentos da Espanha, que não têm imagem na história, pela solenidade e cortesia com que n'um momento se passou da monarquia para a república, bem revelam a energia da corrente republicana que hoje atravessa a Europa latina."<sup>37</sup>

Os episódios espanhóis comentados por um monarquista comprovavam que o Brasil poderia repetir a experiência espanhola: chegar pacífica e moderadamente à República. Todavia, a constatação de que a instauração da República poderia ser um processo sem traumas não impediu que o "*português*" elaborasse severas críticas à República: era anti-natural, pois as igualdades democráticas ignoravam as diferenças inscritas na própria natureza e, no fundo, vinha fundar a forçada igualdade socialista anuladora das liberdades e sustentadora da compressão:

"A que virá, pois, acudir em matéria de igualdade a constituição republicana? - desigualdade das inteligências e aptidões? Então não vem para revogar a constituição monárquica, vem para revogar a constituição da natureza; não vem para aperfeiçoar a igualdade democrática, vem para fundar a igualdade socialista, não vem para dilatar as liberdades, vem para esmagar com a compressão."<sup>38</sup>

Uma semana depois foi possível descobrir que o "*excelente amigo*" incógnito do "*português democrata monarquista*" era Campos Salles, pois foi ele quem redigiu um editorial da *Gazeta* para responder às críticas à forma republicana de governo. Afirmou que os argumentos da *Correspondência de Portugal* não foram capazes de abalar, nem de leve,

<sup>37</sup> República e Monarquia. (Transcrição da *Correspondência de Portugal*), *Gazeta de Campinas*, 03 de abril de 1873.

<sup>38</sup> República e Monarquia. (Transcrição da *Correspondência de Portugal*), *Gazeta de Campinas*, 03 de abril de 1873.

suas convicções e princípios republicanos e os considerava uma "*amostra sedutora*" do "*magnífico estilo*" peculiar aos escritores portugueses:

"O fundo da questão foi habilmente desviado pelas belezas da frase, o raciocínio substituído pela imaginação."<sup>39</sup>

Mais uma vez, a oposição república/monarquia se traduzia no contraponto razão/desrazão, raciocínio/imaginação. A partir disso, o redator discutiu dois temas presentes no texto: o significado da coroa e da sucessão. Para o escritor português a coroa, enquanto ornato, não era um objeto "*feio*" e, enquanto símbolo, não exprimia a majestade de um indivíduo em particular pois, depositada na frente do chefe de estado, representava a "*majestade da nação*". Campos Salles refutou a proposição:

"a matéria é de gosto, visto que este é relativo, eu diria que minha vista se impressionaria mais agradavelmente com um barrete frigio. Como símbolo colocado sobre a cabeça de cada cidadão, a soberania da nação consubstanciada na autonomia individual, a liberdade apoiada e garantida pela igualdade. Isto é mais simples e também mais de acordo com as naturais aspirações do ente racional e livre."<sup>40</sup>

Era, portanto, uma batalha de símbolos que estava em pauta. O símbolo de cada regime seria capaz de condensar os princípios que professava. Enquanto a coroa levava a soberania do indivíduo para a coletividade, o barrete frigio, depositado sobre a cabeça de cada cidadão, garantia na coletividade a soberania de cada indivíduo em particular. Campos Salles não aceitava a soberania real porque ela marcava a desigualdade na sociedade e, desta forma, acreditava que a autoridade suprema deveria estar condensada em cada cidadão, através da autonomia, liberdade e igualdade.

"Que o chefe de estado possa simbolizar o Estado é muito justo; mas daí não se infira que só a ele pertence semelhante direito. Cada cidadão é, por sua vez, a imagem da pátria."<sup>41</sup>

O direito e a capacidade de representar o Estado deveriam estar depositados em cada cidadão, e não apenas na figura de um Rei soberano. Tal postura estava relacionada

<sup>39</sup> Campos Salles, *A República e a Monarquia*, *Gazeta de Campinas*, 10 de abril de 1873.

<sup>40</sup> Campos Salles, *A República e a Monarquia*, *Gazeta de Campinas*, 10 de abril de 1873. [grifos no original].

<sup>41</sup> Campos Salles, *A República e a Monarquia*, *Gazeta de Campinas*, 10 de abril de 1873

também à possibilidade de que cada cidadão assumisse o cargo de chefe de estado, o que levava ao confronto entre eleição e sucessão. O argumento presente no jornal português, e muito recorrente entre os defensores da monarquia, era que o chefe eletivo não seria o chefe da nação, mas de um partido, enquanto que o chefe hereditário presidiria *"imparcialmente com a serenidade da sua alta posição a todos os movimentos do país."* A periodicidade das eleições, inflamando as ambições, atrapalhariam o andamento normal da sociedade, ao passo que a continuidade da sucessão real, previsivelmente, conferia ao país um chefe educado para reinar.

Campos Salles negou estes argumentos considerando que a eletividade do cargo de chefe de estado era o *"principio substancial e base da organização democrática da República"*, pois tornava a cadeira presidencial acessível a todos os cidadãos. Desta forma, aquele que se dispusesse a disputar o cargo teria um forte estímulo para estudar acuradamente os negócios públicos *"despertando-lhe nobres ambições e fazendo-os bons estadistas."*

"Aqueles que por tal caminho chegam a colocar-se na cadeira presidencial, por certo que tem adquirido mais experiência e mais prática das coisas do seu país do que aquele que, depois de uma vida recreativa e ociosa, possuindo apenas alguns conhecimentos abstratos, recebe a coroa por herança. É nas lutas, no contato imediato com o povo, e não nas regiões olímpicas reinantes, que o homem prova o seu mérito e a sua capacidade para o governo do estado."<sup>42</sup>

A educação para o chefe de estado se faria, portanto, nos embates e disputas presidenciais: o candidato deveria conhecer os problemas de seu país para se tornar um bom governante. Campos Salles descaracterizou o princípio de que os reis era *"educados para reinar"*, pois estes recebiam um conhecimento abstrato, viviam no alto do Olimpo e levavam uma vida *recreativa e ociosa*. O chefe de estado eleito, representaria, por oposição, o *"triunfo de principios"*, pois foi necessária a sanção da maioria da nação para que ele assumisse o posto. Ele seria, pois, *"chefe legitimo do estado"*.

---

<sup>42</sup> Campos Salles, *A República e a Monarquia*, Gazeta de Campinas, 10 de abril de 1873.

Para fundamentar suas proposições o redator recorreu ao exemplo dos Estados Unidos e da Inglaterra. A história americana demonstrava que independente de quem ocupasse a cadeira presidencial, as instituições e o progresso eram mantidos intactos:

"o povo é sempre o mesmo, nobre, ativo e empreendedor, porque a liberdade e os direitos do cidadão não estão sujeitos às vicissitudes do carácter de um homem, mas têm a sua melhor garantia na índole das instituições."<sup>43</sup>

A sucessão presidencial não era uma prática desestabilizadora das instituições e a experiência americana era um testemunho e exemplo disso e deveria ser seguida pelo Brasil, afinal os dois países tinham em comum a grande extensão territorial, elemento essencial para o sucesso dos princípios federalistas. A Inglaterra, por sua vez, a cada pequeno abalo na saúde da Rainha Vitória entrava em sobressalto. Isto seria prova de que os ingleses não tinham "*confiança no futuro sucessor da coroa*".

"Tal é a garantia que oferecem as instituições monárquicas com o seu principio de sucessão."<sup>44</sup>

Campos Salles, assim, se desfazia de um dado peculiar às monarquias: a relação de admiração, respeito e afetividade que os súditos tinham para com a família real. Esta popularidade e respeitabilidade que os monarcas muitas vezes demonstravam era, sem dúvida, um fato a ser enfrentado pelo discurso republicano, mas Campos Salles optou por ignorá-lo.

A resposta do "*português democrata monarquista*" também se fundamentou em três exemplos. Primeiro, na experiência das repúblicas da América Espanhola, onde a "*liberdade do cidadão tem sido trocada pelo ferrenho despotismo militar*", e a paz da nação tem sido substituída pela "*mais revoltante anarquia*." O segundo exemplo seria a instabilidade da própria Espanha que, recentemente sob o regime republicano, já tinha feito em três meses três ministérios. O último caso enfocado pelo escritor foi o da república

<sup>43</sup> Campos Salles, *A República e a Monarquia*, Gazeta de Campinas, 10 de abril de 1873.

<sup>44</sup> Campos Salles, *A República e a Monarquia*, Gazeta de Campinas, 10 de abril de 1873.

americana que, apesar do progresso e engrandecimento apregoado, mostrava no reverso da medalha uma moralidade duvidosa, pois o Congresso havia expulsado dois de seus membros e o vice-presidente Colfax fora acusado de altas prevaricações.

O monarquista, portanto, rebateu nos mesmos termos que Campos Salles. Não deixou de lembrar que nas monarquias também se poderiam encontrar exemplos de imoralidades entre os homens públicos, mas alertou que no caso do Brasil a monarquia representativa era o tipo de governo que ainda oferecia "*mais segurança, mais paz e ordem e que mais se acomoda aos nossos hábitos e tradições.*" Concluiu dizendo que as vantagens do governo republicano eram as "*belezas teóricas apregoadas pelos seus sectários*". Desta forma, contrapunha uma experiência efetiva de regime monárquico no Brasil, à incerteza de uma república que, teoricamente, podia ser bela mas que na prática lançava a insegurança quanto ao futuro.<sup>45</sup>

O debate continuou e a cada novo artigo, novas acusações, como a que Campos Salles dirigiu ao seu interlocutor por haver enfocado o exemplo das repúblicas hispano-americanas:

"É o lugar comum, o argumento sedição, o recurso desesperado a que se atiram os monarquistas quando a lógica do raciocínio os abandona em meio aos debates."<sup>46</sup>

Sem dúvida o exemplo tão próximo das repúblicas do Prata era oportuno e tornava-se um importante trunfo para os defensores da monarquia. Para desqualificá-lo, Campos Salles precisou considerar que as nações eram como os indivíduos: todas estão aptas para a liberdade, porém dependem de sua índole. No caso das nações a questão era, portanto, da "*índole das instituições*". Quando estas fossem boas, "*o nível moral do povo se elevava*", aumentando a esfera de sua capacidade intelectual "*de tal modo que cada cidadão tenha consciência de seus direitos e deveres.*" Quanto às críticas ao governo republicano da

<sup>45</sup> "Um Português democrata-monarquista", *A República e a Monarquia* (Comunicado), *Gazeta de Campinas*, 20 de abril de 1873.

<sup>46</sup> Campos Salles, *A República e a Monarquia*, *Gazeta de Campinas*, 01 de Maio de 1873.

Espanha, alegou que nada se podia cobrar de um governo que estava se organizando e que ainda não tinha sequer elaborado um projeto de constituição definidor de suas novas instituições.

Campos Salles não se eximiu de discutir o estado d'as repúblicas do Prata, visto que significavam um importante argumento contra a República. Assim, em outro artigo, afirmou que os monarquistas haviam se habituado a pensar que os estados do Prata se achavam em atraso devido exclusivamente ao seu sistema de governo, desconsiderando completamente o exemplo de sucesso da República Argentina quanto ao desenvolvimento da instrução e prosperidade da indústria, entre outros pontos.

Lembrou que nas contendas diplomáticas travadas entre os dois países, o sr. Rio Branco, *"atual favorito da coroa"*, capitulou diante das habilidades diplomáticas dos estadistas do Prata, em especial do general Mitre, e citou um artigo publicado na Europa que teceu as seguintes considerações sobre a República Argentina:

"De anos a esta parte, desde que subiu ao poder o signatario das ultimas negociações com o Brasil, o general Mitre, porventura um dos homens mais notáveis, não só do seu país como também da América, pelos seus conhecimentos, sua intelligencia e suas qualidades pessoais, a nação tem progredido ao extremo de não poder se acompanhar nem ter precedentes em nenhuma outra nação o seu adiantamento, e tem dedicado toda a sua energia, sua virilidade e seus imensos recursos no desenvolvimento de seus interesses materiais e morais."<sup>47</sup>

Segundo Campos Salles, a informação, por ser dada por um escritor europeu, teria legitimidade suficiente para tornar-se incontestável. Além disso o artigo trouxe as cifras do desenvolvimento argentino, as quais foram comparadas com as brasileiras retiradas aos relatórios ministeriais. Assim, enquanto na Argentina 40.000 imigrantes chegavam anualmente ao país, o total de imigrantes introduzidos no Império Brasileiro no ano de 1872 chegava ao *"fabuloso algarismo de 7.118"*, portanto, *"32.882 imigrantes de menos em relação à República Argentina."*<sup>48</sup>

<sup>47</sup> Campos Salles, *A República e a Monarquia*, *Gazeta de Campinas*, 8 de Maio de 1873.

<sup>48</sup> Campos Salles, *A República e a Monarquia*, *Gazeta de Campinas*, 8 de Maio de 1873.

Mas a batalha de cifras não terminou neste item. A Argentina contava com 1600 escolas públicas, atendendo 80 mil alunos, ao passo que o Brasil tinha 2648 escolas, frequentadas por apenas 34.425. Comparando a extensão do território e a população de cada país, ver-se-ia a *"enorme distancia que ficamos dos argentinos no tocante a instrução, que já Carlos III dizia ser o mais importante de todos os ramos do serviço público."*

"Entretanto, no dizer dos apologistas da monarquia, os estados do Prata, sem exceção, se desfazem dia a dia nas contínuas desordens que suscita a sua forma de governo, enquanto o império americano trilha desassombrado e no doce remanso da paz a senda do progresso."

O redator selava a discussão com o português democrata monarquista utilizando, portanto, de um recurso científico e racional: a comparação de dados quantitativos. Assim, pretendia demonstrar a superioridade qualitativa de uma das repúblicas do Prata - tão execradas pelos monarquistas - frente ao Império brasileiro.<sup>49</sup>

Mas Campos Salles não estava sozinho no resgate da imagem dos países republicanos. Francisco Quirino dos Santos veio auxiliá-lo no caso dos escândalos envolvendo os dois senadores norte-americanos. Muitos escritores, afirmou o redator, utilizavam estes eventos para insistir que num país monárquico como o Brasil não se via semelhante alarido político.

"Porque deveríamos supor que a Pátria de Washington era povoada inteirinha de anjos (...)? Ficamos sabendo que aquela parte do globo é terra tanto como a nossa, e que os seus habitantes são homens como todos os mais."<sup>50</sup>

Argumentou que no Brasil eram vulgares os casos de fraudes e desrespeito à lei por parte dos políticos e funcionários de diversos escalões. A imprensa de todo o Império denunciava estes abusos, contudo, nada era feito no sentido de apurar os fatos e punir os

<sup>49</sup> Onze anos depois, foi publicado no Rio de Janeiro o estudo de Louis Couty que comparava as províncias de São Paulo e Buenos Aires e concluía com a "inegável" superioridade paulista em todos os seus aspectos. Cf. Louis Couty, *O Brasil em 1884 - Esboços Sociológicos*, Brasília, Senado Federal, Rio de Janeiro, Fund. Casa de Rui Barbosa, 1984.

<sup>50</sup> Francisco Quirino dos Santos, *Vilões Nós: Ruins Vós*, *Gazeta de Campinas*, 29 de maio de 1873.

culpados. Haveria entre o Brasil e os Estados Unidos uma proximidade, pois aqui como lá se cometiam falhas.

"Mas esta que é a única face pela qual nos aproximamos deles, é, ao mesmo tempo, aquela por onde se revelam as qualidades inerentes às leis, ao seu regime interno, (...) onde o povo se eleva pelo instinto ao governo de si mesmo. Os crimes e as falhas dão-se; porém são ali prontamente reprimidos. O castigo segue imediato, sem demora, à infração, quer moral ou quer jurídica. E a punição vai procurar a culpa onde quer que ela se ache.(...)  
Nisto que consiste a igualdade perante o direito."<sup>51</sup>

Habilmente, Francisco Quirino transformou os escândalos do Congresso Americano em um exemplo para a comprovação da eficácia das instituições republicanas frente às monárquicas, particularmente a igualdade que permeava toda a sociedade civil. Qualquer cidadão tinha os mesmos direitos e deveres perante a lei, e esta igualdade jurídica seria a demonstração de que no governo republicano o *povo* governava a si mesmo e punia seus infratores. O redator insinuava que no Império Brasileiro, por melhores que fossem as leis, haveria sempre a figura real intangível, que nunca seria julgada por seus atos e aproveitou para reafirmar uma faceta de seu projeto de república, no qual a igualdade jurídica era um princípio, ainda que não significasse a igualdade social.

Quais razões estariam na origem do intenso debate emergente na imprensa em torno de repúblicas como a Espanha, os Estados Unidos ou a Argentina? Por um lado, tais experiências foram utilizadas para exemplificar para os leitores como poderia ser eventualmente a República no Brasil. Por outro, constituíam argumentos convincentes nas respostas às críticas monarquistas à República, em geral, e a estas vivências republicanas em particular.

Porém, o alvo de toda discussão estava nas soluções para as questões locais e na idealização do regime republicano específico para o Brasil. E na construção deste projeto São Paulo apareceu com um papel especial: o de entronizador da República.

---

<sup>51</sup> Francisco Quirino dos Santos, *Vilões Nós: Ruins Vós*, Gazeta de Campinas, 29 de maio de 1873.

"E tú São Paulo iluminas,  
De rastros d'ouro o caminho  
És sempre o mártir ardente,  
Sem manto, sem ter arminho,  
És o apóstolo hebreu,  
Gigante qual Briareu  
Voas, propagas transmites  
As doutrinas de Jesus  
Que à República conduz  
Sem nunca teres limites

Sejamos os girondinos  
Neste berço dos heróis  
Estas lavas do Ipyranga  
Hão de ser nossos faróis  
Hão de ser, que o novo dia  
Precipite a Monarquia  
E o Brasil ressurgirá  
Nesta medonha estação  
Emancipada a Nação,  
A República virá!"<sup>52</sup>

O poema de autoria de Barros Junior (poeta de Brotas) publicado na seção literária, apoia-se em múltiplas imagens alegóricas de São Paulo. A província de São Paulo era caracterizada como a pioneira, que vai à frente das demais, iluminando e abrindo o caminho. Tal imagem lembraria outra muito recorrente naquele momento - a do bandeirante - que rompia as fronteiras e abria a passagem para terras desconhecidas. Entretanto, o autor preferiu relacioná-la à imagem de São Paulo - o apóstolo - que pregava pelo mundo as doutrinas cristãs, unindo, assim, religião e política. São Paulo - o apóstolo - em longas peregrinações levou a várias partes do mundo o cristianismo. O outro São Paulo - a província - era a responsável por propagar a doutrina republicana.

Além disso, o autor refutava a imagem violenta do republicanismo jacobino, preferindo que os republicanos paulistas fossem interpretados como girondinos brasileiros, políticos com capacidade para emancipar não apenas a província, mas a Nação como um todo. A República aqui pensada era, portanto, uma república unificada e não apenas uma república paulista.

---

<sup>52</sup> J.A. Barros Junior, *A Província de São Paulo* (Literatura). *Gazeta de Campinas*, 19 de junho de 1873.

A República como sinônimo de progresso emergiu com força no texto de um outro redator-personagem o *Conde de Oeiras*, pseudônimo que escondia um escritor republicano que, através da *Seção Particular*, polemizou com o jornal conservador O Constitucional, também de Campinas. Oeiras escreveu uma carta endereçada *Aos Retrógrados* convidando-os a pensar sobre a "*marcha do progresso*" enquanto sucessão de gerações e de idéias. A República seria a idéia do presente e a promessa de liberdade, ao passo que a Monarquia era o passado preso à tradição e ao despotismo.

"Quem há que possa deter a marcha do progresso? (...) De cada canto do mundo surgem operários do progresso que armados de fé e esperança vêm reclamar o seu lugar de honra nesta luta gigantesca em que se debatem a liberdade e o despotismo, a idéia e a tradição, o presente e o passado, a República e a monarquia."<sup>53</sup>

Os redatores e colaboradores da Gazeta, assim, se esforçavam por demonstrar que a República era a forma de governo que mais se harmonizava com o progresso.<sup>54</sup>

## 2. A "República Plebiscitária" do Diário de Campinas

A partir de janeiro de 1875 a Gazeta deixou de estar sozinha na campanha republicana em Campinas. Nesta data apareceu o Diário de Campinas, um defensor singular da causa republicana, dada a especificidade da forma e do conteúdo de sua linguagem, e sobretudo o matizamento de seus interlocutores, uma vez que enfrentavam a monarquia mas também os republicanos ligados ao Partido Republicano Paulista.

"Em uma disputa que tiveram os deputados na República de Genebra com o cavalheiro de Bouteville, embaixador de Luis XIV, exaltou-se um deles de forma que o cavalheiro disse-lhe orgulhosamente:

- Não sabe que eu sou o representante del-rei meu amo?

- E o sr. não sabe, redarguiu-lhe o genebrez no mesmo tom, que eu sou o representante dos meus iguais?

Nunca foi melhor castigado o estulto orgulho dessa aristocracia que toda ufanava ao mesmo tempo de ser o humilde servo de um homem."<sup>55</sup>

<sup>53</sup> Conde de Oeiras, *Aos Retrógrados* (Seção Particular), Gazeta de Campinas, 14 de maio de 1874.

<sup>54</sup> Veja por exemplo a notícia sobre o lançamento em livro dos artigos de Saldanha Marinho com o pseudônimo de Ganganelli - *A Igreja e o Estado. Notícias*, Gazeta de Campinas, 22 de janeiro de 1874.

Através de textos com linguagem mais agressiva e ousada, geralmente publicados na seção de *Curiosidades*, os redatores do Diário de Campinas marcaram sua diferença de postura frente aos republicanos da Gazeta. Neste sentido, para tratar das diferenças entre a Monarquia e a República não redigiram um sisudo editorial, mas recorreram a uma anedota cujo próprio título sugeria a diversidade: cortesão e republicano. Nela a imagem de igualdade expressa pela figura do genebrez representante de seus iguais, se contrapôs à do monarquista servil e cortesão de um homem. Mais que um castigo ao orgulho do embaixador de Luis XIV, o texto tinha por objetivo ser um discurso moral aplicável a toda "aristocracia" que no Brasil fazia a corte do Imperador.

A vitória republicana em Paris nas eleições de 1876 foi citada pelos dois jornais de Campinas. Na Gazeta Francisco Quirino apenas comentou que a "*idéia, isto é, a verdade como base do direito e a razão*" havia saltado das urnas exatamente no país que tanto sofreu com as usurpações do princípio inviolável da democracia.<sup>56</sup> Por sua vez, o redator do Diário, com o pseudônimo sugestivo de Desmoulins<sup>57</sup>, também analisou o episódio, enfatizando que, como disse Vitor Hugo, Paris não era simplesmente a capital da França, mas "*o cérebro do pensamento universal*".<sup>58</sup> Os dois redatores consideravam ainda que a vitória republicana nas urnas era uma "*luz*" que começava a iluminar todos os horizontes. Contudo, Desmoulins foi mais longe, e relacionou os fatos ocorridos em Paris com a situação vivenciada no Brasil.

"O nosso país (...) não podera mais encontrar, no arsenal terapêutico do seu governo, um remédio capaz de levá-lo do leito da descrença, do abatimento moral e da vergonhosa posição social em que jaz quase a expirar.

<sup>55</sup> *Cortesão e Republicano* (Curiosidades), Diário de Campinas, 27 de janeiro de 1876.

<sup>56</sup> Francisco Quirino dos Santos, *A França*, Gazeta de Campinas, 25 de fevereiro de 1876. [grifos no original]

<sup>57</sup> Desmoulins foi um dos participantes jacobinos mais importantes da Revolução Francesa e notabilizou-se por seus textos de forte eloquência e defesa da República. Em 1788 anunciou a Revolução no panfleto *A Filosofia do Povo Francês*. Atacou o Antigo Regime e, em 1793, os girondinos, mas no ano seguinte foi acusado de inimigo da Pátria e executado com Danton e os demais companheiros.

<sup>58</sup> Desmoulins, *A França Caminha*, Diário de Campinas, 27 de fevereiro de 1876.

O governo representativo entre nós se não é uma farsa é um sofisma, é uma mentira. O poder concentra-se nas mãos de meia dúzia de cortezãos, cujo maior trabalho é o estudo da aritmética de dividirem, entre si, o suor do povo." <sup>59</sup>

Novamente a expressão "corteção" apropriada do imaginário do Antigo Regime designava a "aristocracia" que concentrava o poder e usurpava o trabalho do *povo*, só que desta vez foi utilizada para destacar a impossibilidade de reformar a monarquia, visto que não haviam mais recursos disponíveis para superar as dificuldades vivenciadas. O caminho a ser trilhado era, portanto, o mesmo que a França - a República. Mas, para os redatores do Diário de Campinas a França não era um referente ideal cuja história deveria ser admirada por todas as suas ocorrências.

Numa série de artigos intitulada *Uma Lição de Democracia* um colaborador do jornal desenvolveu uma extensa análise crítica sobre os republicanos europeus tão valorizados pelos redatores da Gazeta. Iniciou sua "lição" pela figura política de Benjamin Constant, descaracterizando-o enquanto filósofo e republicano:

"um homem que apareceu com fama de filósofo perseguido pelo seu republicanismo, mas que, como muitos, não se importava com princípios, enquanto que a sua sinceridade era acreditada pelo povo." <sup>60</sup>

Para o escritor, Benjamin Constant iludiu o *povo*, inventando um maquinismo governativo que simulava a soberania popular, pois mantinha a população serva como antes e "*punha a cabeça do rei à salvo da sua glória, pela responsabilidade ministerial.*" Além disso, a invenção de Benjamin Constant oferecia outras vantagens ao rei pois, sem diminuir a autoridade real:

"convertia em seus auxiliares os filósofos gritadores que excitavam o povo à revolta. Fazia-os cúmplices do despotismo soberano, repartindo com eles os proveitos soberanos. De adversários, os fez defensores do rei e do novo sistema." <sup>61</sup>

<sup>59</sup> Desmoulins, *A França Caminha*, Diário de Campinas, 27 de fevereiro de 1876.

<sup>60</sup> Colaborador, *Uma Lição de Democracia I*, Diário de Campinas, 18 de maio de 1876.

<sup>61</sup> Colaborador, *Uma Lição de Democracia I*, Diário de Campinas, 18 de maio de 1876.

Denegriu a imagem imaculada de que os filósofos professavam princípios inabaláveis, pois se mostravam suscetíveis à sedução do poder, sendo Benjamim Constant o grande agenciador deste sistema. Na verdade, o colaborador do Diário de Campinas não comentou, mas provavelmente conhecia o fato de que Benjamim Constant fora o inspirador da fundamentação teórica da constituição do Poder Moderador, tão mal visto pelos republicanos em geral. O artigo 98 da Constituição do Império, ao declarar ser o Poder Moderador a "*chave de toda a organização política*", não fazia mais que traduzir literalmente a B. Constant.<sup>62</sup>

É revelador que tal leitura da atuação dos filósofos tenha aparecido nas páginas do Diário de Campinas pois, como já foi comentado, os redatores deste jornal vinham de profissões ligadas ao comércio, e tinham divergências com os bacharéis que redigiam a Gazeta. Mas, continuemos com as *lições de democracia*...

"Não há governo que não seja absoluto, porque manda e o povo obedece."<sup>63</sup>

O "professor" do Diário radicalizou a crítica e recriminou todas as formas de governo existentes. Assim, no "*absolutismo da realeza e da ditadura*", mandavam o rei e o ditador. No governo representativo mandava uma "*oligarquia chamada Assembléia Legislativa*", formada pelo partido triunfante nas eleições. Qual seria, portanto, a forma de governo que o escritor defendia?

"No governo democrático puro, manda o absolutismo do povo."<sup>64</sup>

Esta definição conferia ao *povo* o papel de sujeito no gerenciamento dos negócios públicos e como considerava que todo governo era absoluto, assim também a democracia pura tinha um governante absoluto que deveria ser o próprio *povo*. Esta seria a

<sup>62</sup> Cf. Zacarias de Góis e Vasconcelos, Da Natureza e Limites do Poder Moderador, Brasília: Senado Federal, 1978 (1ª ed. 1860); Braz Florentino Henriques de Souza, Do Poder Moderador, Brasília: Senado Federal, 1978 (1ª ed. 1864).

<sup>63</sup> Colaborador, *Uma Lição de Democracia II*, Diário de Campinas, 01 de junho de 1876.

<sup>64</sup> Colaborador, *Uma Lição de Democracia II*, Diário de Campinas, 01 de junho de 1876.

única forma de governo efetivamente livre pois só vivia em liberdade aquele indivíduo que estivesse sujeito à sua própria vontade. O conceito de absolutismo, usado tantas vezes para designar a monarquia, foi instrumentalizado aqui para explicar uma prática que perpassava qualquer governo. Neste sentido, a diferenciação não se colocava no contraponto entre democracia e absolutismo, mas sim no personagem que desempenhava o papel de soberano absoluto. Havia, contudo, algumas nuances nestes "*absolutismos*" pois o escritor considerou que o governo do rei, hipoteticamente, poderia ser bom se conseguisse reunir condições (impossíveis, frisava o autor) de capacidade, inteligência e conhecimento das necessidades do povo. Mas o governo representativo era o pior de todos eles, pois nele o "*rei não governa nem administra*" e o absolutismo acabava sendo exercido pelos partidos.

"É o pior de todos, porque o seu maquinismo quer encobrir a fraude da empalmação da liberdade popular, além de ser sumamente caro e delapidar os tesouros do povo em proveito dos partidos."<sup>65</sup>

O absolutismo dos partidos, o chamado governo representativo, não era defeito exclusivo das monarquias. Segundo o escritor, este tipo de governo era o mais utilizado em todo o mundo, inclusive pelos republicanos, mas ele não deveria ser confundido com o governo efetivo do povo. Tal sistema era o de Castellar, Gambetta, Thiers e "*todos os farsantes políticos que querem governar o povo em nome do povo.*"

"Gente toda que tem feito mais mal à sua pátria do que os comuneiros franceses e os cantoneiros espanhóis."<sup>66</sup>

Resgatou e justificou, portanto, a participação popular, ainda que esta etivesse marcada pela violência com que se caracterizava a imagem da Comuna de Paris ou dos cantoneiros espanhóis. A festejada experiência republicana na Espanha e o discurso de moderação de Castellar, que a *Gazeta de Campinas* passou longos artigos a defender em 1872/73, tinham agora no *Diário de Campinas*, em 1876, um crítico bem informado. De fato, o governo de Castellar na Espanha, no curto período de setembro de 1873 a janeiro de

<sup>65</sup> Colaborador, *Uma Lição de Democracia II*, *Diário de Campinas*, 01 de junho de 1876.

<sup>66</sup> Colaborador, *Uma Lição de Democracia II*, *Diário de Campinas*, 01 de junho de 1876.

1874, foi caracterizado como drasticamente autoritário, terminando com o exílio do republicano e o retorno do Rei Afonso XII.<sup>67</sup>

O escritor do *Diário* caracterizou Castellar como um "grande demagogo", déspota que "sem consultar a vontade popular", queria dar à Espanha "Constituinte, Constituição e Corte":

"A forma de governo da Rainha Izabel, menos a Rainha Izabel, que ficava por enquanto substituída por ele."<sup>68</sup>

Assim, todo o discurso republicano moderado de Castellar era confrontado com sua atuação efetiva no governo, e seu empenho pelo fim do regime monárquico foi interpretado como desejo de ocupar o trono no lugar de rei. Criticou também a atuação dos republicanos franceses Gambetta e Thiers. O primeiro havia atirado a França na guerra contra a Alemanha, sem consultar o *povo*, que resultou numa grande derrota; o segundo, ignorou a vontade do *povo* de Paris sobre a autonomia comunal. Ambos haviam, portanto, se comportado como déspotas:

"Esta grande calamidade à quem deve a França? - fatuidade de um despota, que se ergue falando em nome do povo, que nunca consultou e que nem lhe deu mandato algum."<sup>69</sup>

O saldo destas experiências nefastas, às quais juntou as repúblicas de Rosas, Lopes ou a francesa do século XVIII, era que o "*povo se espanta ao nome da República*". O escritor, então, procurou ensinar seus leitores como localizar o germe de discórdia nestes regimes republicanos:

"Todas as vezes que uma república faz bancarrota política, procurai nela o elemento despótico e o achareis.  
Ele é o único causador do mal. E o elemento despótico exclui o democrático."<sup>70</sup>

<sup>67</sup> O movimento Cantoneiro surgiu na Espanha com a implantação da República e exigia que o governo declarasse o federalismo. Com a substituição de Pi y Margall (federalista) por Salmerón (unitarista) como chefe do poder executivo, o movimento se alastrou e foi violentamente reprimido pelo governo, especialmente com a ascensão de Castellar que, ao assumir o poder em 6 de setembro de 1873, obteve das Cortes poderes extraordinários de Guerra para conter a revolta popular. Cf. Miguel Artola, *op.cit.*, pp.393-397.

<sup>68</sup> Colaborador, *Uma Lição de Democracia III*, *Diário de Campinas*, 02 de junho de 1876.

<sup>69</sup> Colaborador, *Uma Lição de Democracia II*, *Diário de Campinas*, 01 de junho de 1876.

A proposta do escritor para o governo republicano era de excluir qualquer personagem despótico que colocasse em risco o princípio democrático. Dirigiu-se ao "*povo brasileiro*" aconselhando-o que "*assumissem os seus direitos contra os especuladores do povo*", isto é, "*contra os seus tutores*."<sup>71</sup> O tutelamento surgia neste artigo não apenas como um problema de conduta dos republicanos diante do *povo*, mas como um grave impecilho à efetivação do governo democrático, pois os tutores auferiam vantagens de sua posição, usurpando do *povo* o seu direito de decisão.

"Para o povo brasileiro conquistar a sua liberdade basta que consiga levar a sanção do Plebiscito os projetos de lei de suas assembleias, em vez de levá-los aos chefes do poder executivo, e submeter ao plebiscito também toda proposta de lei, em certas condições apresentadas por qualquer cidadão."<sup>72</sup>

O fundamento básico da proposta de governo republicano democrático presente nestes artigos do Diário situava-se na noção de Plebiscito. Sem tutores, o "*povo brasileiro*" se encarregaria de escolher as suas leis através da sanção popular consignada nos plebiscitos. Além disso, qualquer cidadão seria capaz de propor uma lei para ser votada, excluindo assim a idéia de que somente a Assembleia Legislativa tinha legitimidade e capacidade para decidir sobre a ordenação da sociedade.

Este projeto de república já seria plenamente satisfatório, porém o autor ofereceu mais aos seus leitores. Após "*demolir o edifício defeituoso*", achou que deveria expor um pequeno programa democrático, pois considerava ser preciso apresentar "*à critica popular a planta de um novo edifício*". A primeira parte deste projeto publicado pelo Diário de Campinas enfocou a questão da administração:

"3º Descentralização e fracionamento administrativo até onde ela puder chegar, isto é, até a família e ao indivíduo, sempre com respeito devido aos direitos de terceiros."<sup>73</sup>

<sup>70</sup> Colaborador, *Uma Lição de Democracia III*, Diário de Campinas, 02 de junho de 1876.

<sup>71</sup> Colaborador, *Uma Lição de Democracia VI*, Diário de Campinas, 14 de junho de 1876.

<sup>72</sup> Colaborador, *Uma Lição de Democracia VI*, Diário de Campinas, 14 de junho de 1876.

<sup>73</sup> Colaborador, *Uma Lição de Democracia VI*, Diário de Campinas, 14 de junho de 1876.

Esta descentralização completa que atingia o indivíduo e a família baseava-se, como demonstrava o 1º parágrafo do projeto, na "*autonomia municipal ou comunal*" que deveria ser "*soberana e independente nos negócios puramente municipais*" sem prejuízo dos direitos de terceiros, de outros municípios, da província ou da República. O segundo parágrafo tratava da autonomia provincial, também soberana:

"suposto que fossem necessárias as divisões territoriais por províncias".<sup>74</sup>

Com esta afirmação o escritor deixava em aberto a necessidade de um fracionamento da Nação em regiões ou províncias, pois, como propunha a autonomia municipal, ela em si talvez fosse capaz de atender os negócios públicos, tornando desnecessário que o município estivesse atrelado a outro nível administrativo que não o próprio governo geral da República.

Com relação a este governo o escritor exigiu "*a centralização completa dos negócios de interesse de toda a República*", ou seja, apenas as questões de interesse geral seriam decididas nessa esfera de governo, de forma que uma instância não interferisse em outra. A escolha dos governos - do município, província ou república - se daria pelo sufrágio universal. A amplitude deste conceito, contudo, não foi explicitada pelo escritor e fica-se sem conhecer a extensão desta cidadania, por exemplo, qual a idade mínima para o voto e se analfabetos poderiam votar. Mas, paralelamente, havia a concepção de Plebiscito, que formava a segunda parte de seu projeto.

"O governo propunha a lei e os cidadãos reunidos em plebiscito a sancionavam ou recusavam".<sup>75</sup>

Lei nenhuma poderia entrar em vigor sem passar pela competente sanção popular. Além disso, havia outra forma de elaborar as leis, que não partia necessariamente do governo.

<sup>74</sup> Colaborador, *Uma Lição de Democracia VI*, Diário de Campinas, 14 de junho de 1876.

<sup>75</sup> Colaborador, *Uma Lição de Democracia VI*, Diário de Campinas, 14 de junho de 1876.

"Todo cidadão deve ter o direito de apresentar ao plebiscito a lei que entender ser de utilidade pública, uma vez que a proposta tenha 1/3 dos votos do governo respectivo ou sendo ela assinada por certo número de eleitores."<sup>76</sup>

Não resta dúvida de que este projeto de república tinha um caráter "democrático" de participação de todos os cidadãos nos negócios públicos, ainda que sua efetiva instalação e praticidade seja questionável... O escritor do Diário se desfez de uma concepção importante da política - a representação. Lei alguma seria colocada em vigor sem a aceitação direta da maioria dos cidadãos, não havendo, portanto, a delegação de poderes que a representação conferia à Assembléia Legislativa.

Para viabilizar as leis propostas pelos cidadãos, o escritor reservou ao governo a possibilidade de apresentar *"ao povo uma contra-proposta, ou as observações que entender convenientes a cerca da proposta do cidadão."* Chega-se, assim, à terceira parte deste projeto que seria a questão do governo. Propôs que, para evitar o *"patronato"* ou *"o governo de um só partido"*, os governos fossem numerosos e formassem assembleias permanentes. Haveria ainda um ministério *"para execução dos decretos populares"* que ficaria:

*"sob a vigilância imediata do governo e tanto este como aquele ficarão sob a vigilância imediata de todos os cidadãos."*<sup>77</sup>

Todos os cargos seriam distribuídos pelo próprio *povo*, evitando que os funcionários dispusessem de *"favores"*. Além disso, os partidos não existiriam *"por interesses privados, mas somente por princípios"* e a sentença final para a formação de um partido caberia, novamente, ao Plebiscito.

Se é possível nomear este projeto apresentado pelo Diário o nome mais conveniente é sem dúvida "A República do Plebiscito", já que este era o princípio ordenador de toda a sociedade.

<sup>76</sup> Colaborador, *Uma Lição de Democracia VI*, Diário de Campinas, 14 de junho de 1876.

<sup>77</sup> Colaborador, *Uma Lição de Democracia VI*, Diário de Campinas, 14 de junho de 1876.

"Neste governo o Rei é o povo, o governo nomeado por ele é o seu ministério. O ministério propõe a lei, o povo soberano a sanciona ou cassa. Mas como a soberania do povo-rei não seria completa se ele não pudesse ter a iniciativa na proposta das leis, daí a necessidade de ele conservar também o direito de iniciativa para quando queira usar dele."<sup>78</sup>

Se no início desta série de artigos o autor já havia utilizado a expressão "*absolutismo do povo*", aqui temos o termo correlato "*povo-rei*". Nota-se que conceitos e terminologias, originariamente aplicados aos regimes monárquicos, foram instrumentalizados invertidamente pelo escritor para elaborar seu projeto de República. O papel desempenhado pelo Rei foi transferido para o *povo* e, neste processo, excluíram os intermediários que existiam entre o governo e o *povo*. E o autor ainda indagou: nesta forma de governo o que seriam dos "*advogados e das altas inteligências da Nação*?" A resposta foi direta:

"O povo os aproveitaria no seu governo, nas discussões públicas, para a própria instrução: não haveria de perda uma só capacidade, uma só ideia útil."<sup>79</sup>

Assim, os bacharéis que já haviam sido criticados como "*tutores do povo*", seriam utilizados em proveito da República, porém sem o direito exclusivo de governar. Finalizando suas "*lições*", o escritor afirmou que, ao contrário de tudo o que propunha, no Brasil se assistia a uma "*traficância de partidos*" referendada pelo próprio Rei "*assumindo inconstitucionalmente o poder absoluto*."

Para a completa caracterização de um projeto de República faltava ainda apresentar como se daria a mudança de governo. No último artigo da série, definiu a emergência da República democrática como uma "*contra-revolução*".

"Um povo livre deve poder mudar as suas instituições todos os dias, pela vontade com que amanhece! E se não é livre, deve conquistar a sua liberdade. E o direito de contra-revolução, pois que a revolução está consumada por aqueles que lhe tomaram a sua liberdade e que os mantêm em servidão."<sup>80</sup>

<sup>78</sup> Colaborador, *Uma Lição de Democracia VI*, Diário de Campinas, 14 de junho de 1876. [grifos meus]

<sup>79</sup> Colaborador, *Uma Lição de Democracia VI*, Diário de Campinas, 14 de junho de 1876. [grifos meus]

<sup>80</sup> Colaborador, *Uma Lição de Democracia VII*, Diário de Campinas, 17 de junho de 1876.

Cabia, portanto, ao povo fazer a "contra-revolução", para retomar a liberdade usurpada pela revolução. Esta idéia de "contra-revolução" como um movimento necessário para reatar o que foi interrompido, legitimava até mesmo os meios violentos que estes movimentos pudessem utilizar. O escritor considerou que os cantoneiros da Espanha e os comuneiros de Paris, "fizeram uma contra revolução para a conquista de seus direitos da livre escolha de um governo", confiscados por Castellar e Thiers - "estes, e só estes, foram os revolucionários."<sup>81</sup>

Ainda que procurasse enfatizar a legitimidade do direito de "contra-revolução", o escritor sabia que muitos críticos poderiam considerá-lo um recurso extremo demais, argumentando que a violência poderia ser evitada através de uma "reforma na Constituição". Diante desta consideração retrucou que as Cartas Constitucionais eram "obra da realeza".

"É a ficção de um contrato em que ela [a realeza] figura como parte e que temos de observar e para a qual nunca fomos consultados nem ouvidos (...). Ainda quando tivesse sido assinada por nós, seria nulo porque é uma alienação de nossa liberdade."<sup>82</sup>

Desta forma, o colaborador do Diário negava qualquer possibilidade de instituir um regime democrático através da reforma constitucional. Sendo a Constituição um "contrato fraudulento" não poderia ser obrigatória nenhuma de suas cláusulas, nem mesmo aquelas que prescreviam o modo de reformá-la ou anulá-la. A observância de qualquer cláusula da constituição "importaria o reconhecimento da legalidade." E além disso, contestava não apenas os itens, mas a própria Constituição - "como atentado que é à liberdade dos povos em proveito daqueles que querem governar." Finalizando sua série de artigos reconheceu todas as dificuldades em substituir o Império no Brasil pela república democrática, pois ponderou que:

<sup>81</sup> Colaborador, *Uma Lição de Democracia VII*, Diário de Campinas, 17 de junho de 1876.

<sup>82</sup> Colaborador, *Uma Lição de Democracia VII*, Diário de Campinas, 17 de junho de 1876.

"o povo está envolvido numa rede forte de agentes do despotismo governamental."<sup>83</sup>

Agentes estes que iam desde o Rei até o inspetor de quartelão - cada um era "*um rei em miniatura*". A mudança de governo não deveria ser tentada pela reforma da Constituição, pois o caminho para que o "*povo*" vivenciasse sua "República do Plebiscito" seria somente pela "*contra-revolução*", espelhando-se nos exemplos da comuna de Paris ou dos cantoneiros da Espanha.

### 3. Dissonâncias e Convergências entre os projetos da Gazeta e do Diário:

A Gazeta de Campinas não publicou uma linha sequer sobre estes artigos do Diário, num silêncio talvez revelador de que não estava disposta a acirrar o debate em torno das divergências políticas, e procurando ressaltar apenas os pontos de concordância. Por exemplo, a proposição de autonomia municipal e provincial presente no projeto do Diário não era inovadora; ao contrário, compunha uma das bandeiras mais comuns entre os republicanos, não apenas de São Paulo. Esta idéia também esteve presente, por exemplo, no artigo de Quintino Bocayúva publicado pelo O Globo da Corte (do qual era redator chefe) e transcrito pela Gazeta de Campinas. Nele novamente aparecia o paralelo com os Estados Unidos, utilizado como argumento em defesa da descentralização.

"A vida na república americana é por assim dizer, municipal.(...)  
Pouca ou nenhuma interferência tem o governo da Casa Branca em tudo quanto se prende a melhoramentos materiais. Pertencem estes aos estados e ao município.(...)  
Grande parte do povo americano é inteiramente indiferente às lutas políticas de seu país, mas raro, muito raro, é aquele que não toma parte ativa e real empenho nas que interessam a municipalidade."<sup>84</sup>

Porém, apesar da defesa comum da descentralização presente tanto na Gazeta quanto no projeto do Diário de Campinas, percebe-se que havia uma diferença na maneira de

<sup>83</sup> Colaborador, *Uma Lição de Democracia VII*, Diário de Campinas, 17 de junho de 1876.

<sup>84</sup> Quintino Bocayúva, *Questões Sociais*, (*Transcrição d'O Globo*), Gazeta de Campinas, 09 de julho de 1876.

perceber o poder dos cidadãos nas decisões dos negócios públicos. Enquanto no Diário, o indivíduo participava ativamente das três instâncias administrativas - o município, a província e o governo geral, neste texto da Gazeta, Quintino Bocayiuva enfatizava que o "*povo americano*" só se enredava nas questões municipais, sendo indiferente às lutas políticas mais amplas. Pensando em termos exclusivamente municipais, Bocayiuva deixou de focar uma questão também crucial: quem poderiam ser, pois, os ocupantes da Casa Branca?

Neste mesmo período Saldanha Marinho também apresentou um artigo na Gazeta comparando os Estados Unidos e o Brasil, no qual, ao se referir aos americanos, utilizou a mesma expressão - "*povo-rei*" - presente no texto do Diário. Contudo, recorreu a este procedimento para enfatizar a autonomia estadual, exigindo para o Brasil uma descentralização administrativa que levaria à maior atuação das províncias. Além disso, reputou como de vital importância o estímulo à agricultura, entendida também como um promissor campo de comércio:

"Se estudarmos a constituição dos países antigos ou modernos, (...) havemos de ver que foi sempre a agricultura o seu princípio."<sup>85</sup>

Isto porque a Europa, o "*velho continente*" com terras desgastadas pela produção de milhares de anos, "*precisa recorrer ao novo mundo para daqui levar recursos que principiam a faltar-lhes*". Se o governo brasileiro desse mais autonomia as províncias, estas, especialmente São Paulo, poderiam se organizar e dispendar esforços para estimular a produção agrícola que tinha um mercado consumidor amplo na Europa.

"Para sermos um povo grande e forte e necessário que tiremos os olhos da Europa, e a termos de imitar, imitarmos os Estados Unidos. E ali que encontramos uma nação em tudo semelhante à nossa."<sup>86</sup>

O espelhamento na experiência americana não se devia apenas à similaridade de condições, mas também devido às constantes críticas que países como a França e a

<sup>85</sup> Saldanha Marinho, *A Nossa Agricultura*, Gazeta de Campinas, 22 de setembro de 1876.

<sup>86</sup> Saldanha Marinho, *A Nossa Agricultura*, Gazeta de Campinas, 22 de setembro de 1876.

Espanha, que até então tinham sido exaltados, estavam recebendo. Os Estados Unidos passaram a se destacar, então, como a prática bem sucedida, estável e moderada de um governo republicano.

Ao mesmo tempo em que atuavam na propaganda republicana na imprensa, os redatores da Gazeta de Campinas e da Província de São Paulo também se dedicavam ao PRP, atividades estas profundamente imbricadas. Realizada a reunião do partido na capital paulista em 1876 (com participação de Rangel Pestana e Américo Brasiliense) os dois jornais divulgaram suas deliberações, particularmente o debate sobre a forma de participação do Partido nas disputas eleitorais daquele ano e os candidatos indicados, questões sobre as quais não houve unanimidade nem no Partido nem nos jornais:

"Estas deliberações foram contra os votos dos Srs. Luiz Gama e P. de Albuquerque, que opinam pela abstenção completa como meio de organização do partido."<sup>87</sup>

O Diário de Campinas em sua coluna "*Fatos e Boatos*" também opinava contra as disputas nas eleições:

"Estamos nas proximidades das eleições gerais e municipais. O partido republicano, segundo declarou a Gazeta de Campinas, resolveu ficar na expectativa até ver em que param as modas. Antes assim. Mais vale deixar crescer a ideia, do que arriscá-la em combate perigoso."<sup>88</sup>

Como crítico da atuação e orientação do PRP, dois meses antes, o Diário de Campinas defendia a abstenção, juntamente com Silva Jardim e P. de Albuquerque, enquanto que a Gazeta e os demais políticos do Partido deliberaram que os republicanos deveriam participar das eleições. Na origem das discordâncias estava o princípio de que disputar os mandatos eleitorais implicava na aceitação do esquema político e das instituições do Império. Jorge Miranda, redator da Gazeta, fez um artigo no qual externou confiança na atuação do Partido no interior das Câmaras Temporárias, argumentando que os republicanos

<sup>87</sup> *Reunião Republicana em São Paulo* (Notícia - d'A *Província de São Paulo*), Gazeta de Campinas, 26 de setembro de 1876.

<sup>88</sup> *Fatos e Boatos*, Diário de Campinas, 13 de julho de 1876.

fariam uma importante força de oposição ao governo geral "tão culposos em relação às reformas que todos aspiram". O Partido Republicano:

"constitui tal força numérica que, em rápidos anos, há de indisputavelmente formar no corpo legislativo o único núcleo forte de oposição capaz de conter o governo geral da órbita legal de seus deveres. (...)

Se, pois, querem subordinar o movimento republicano à feição de um moderantismo compatível com a civilização moderna, o remédio é fácil: retorne o partido liberal a sua bandeira conquistada por alguns cometimentos recomendáveis do partido conservador, reconstrua forte e uniforme o seu programa, e cheio de coragem e abnegação solicite o apoio nacional."<sup>89</sup>

Defendeu a idéia de que o Partido Republicano deveria entrar para a política institucional como bandeira de oposição e impulsionador de reformas, apropriando-se portanto da estratégia até então defendida pelos liberais, estratégia que não estava sendo bem implementada por aquele partido. Cabia aos republicanos assumir o papel dos liberais, "a quem incumbe vigiar permanentemente a marcha dos negócios públicos", como por exemplo, vigiar o ultramontanismo a quem a coroa vinha abrindo "crédito ilimitado", ameaçando a liberdade da nação. O redator concluiu considerando que o Partido Republicano não deveria enfrentar os liberais, mas "auxiliá-los (...) fiscalizando a oposição de que o governo carece para viver e o Brasil para ser grande e feliz."

"o partido republicano, assim procedendo, presta ao seu país relevantes serviços "<sup>90</sup>

Desta forma, Jorge Miranda defendia a proposição de que o PRP deveria substituir os liberais enquanto oposição, no que tinha o apoio de Francisco Quirino dos Santos, para quem os liberais queriam apenas "subir" ao poder.<sup>91</sup> Ou seja, defendiam a participação na disputa eleitoral legitimando-a através da conduta liberal e definiam a posição do partido republicano como "a bem do país, fiscal do partido liberal."<sup>92</sup>

<sup>89</sup> Jorge Miranda, *O Partido Republicano*, *Gazeta de Campinas*, 11 de outubro 1876.

<sup>90</sup> Jorge Miranda, *O Partido Republicano*, *Gazeta de Campinas*, 11 de outubro 1876.

<sup>91</sup> Francisco Quirino dos Santos, *O que eles querem*, *Gazeta de Campinas*, 12 de outubro de 1876.

<sup>92</sup> Jorge Miranda, *A questão dos Programas*, *Gazeta de Campinas*, 19 de outubro de 1876.

Todos essas colocações da Gazeta de Campinas demonstram que, ainda em 1876, havia a necessidade de marcar a distinção entre liberais e republicanos, e justificar a dissidência liberal que originou o Partido, de forma a esclarecer a "opinião pública" e conquistar votos de eleitores liberais. Isto porque a candidatura de Américo Brasiliense para a Câmara dos Deputados era alvo de muitas críticas nos jornais liberais, principalmente o Correio Paulistano e a Tribuna Liberal, particularmente nas sessões dos "A Pedido" (sem assinaturas), procedimento este desaprovado tanto pelos redatores da Gazeta quanto pelo próprio Américo Brasiliense:

"pela segunda vez convido os articulistas a virem discutir comigo francamente, sob a responsabilidade da suas assinaturas: deixem as mascaras e apareçam perante o público."<sup>93</sup>

A deliberação de concorrer a uma vaga na Assembleia foi exclusiva do PRP. Nas demais províncias e na Corte a conduta dos republicanos foi de continuar apenas na propaganda. As diferenças no interior das hostes republicanas de todo o Império apareceram com clareza na Gazeta quando reproduziu um artigo do Diário de Santos, jornal que também se tornara defensor da República, tratando dos progressos da propaganda republicana na Província de São Paulo em relação à da Corte. Comentando o desaparecimento do jornal A República publicado no Rio de Janeiro, desaprovou aqueles que defendiam uma centralização do movimento republicano na Corte, e que pelo fim das publicações do jornal no Rio de Janeiro "*julgavam muitos que os adeptos da democracia pura tinham desaparecido*".

"Os homens educados no regime da centralização somente tem confiança em tudo quando parte da capital de seu país, o foco centralizado."<sup>94</sup>

Para o redator de Santos esta leitura estaria equivocada, pois, ainda que um jornal republicano da Corte tivesse encerrado suas publicações, a propaganda republicana na Província de São Paulo caminhava com suas próprias pernas e demonstrava nas urnas o

<sup>93</sup> Américo Brasiliense, *A Minha Candidatura*, Gazeta de Campinas, 27 de outubro de 1876.

<sup>94</sup> A Ideia Caminha, Diário de Santos, 20 de outubro 1876.

desenvolvimento da idéia republicana. Fundamentando-se na vitória de vários republicanos nas eleições municipais (em cidades como Campinas, Rio Claro e Amparo), o redator de Santos defendeu a estratégia paulista e a República, pois elas representavam uma "inovação", mesmo que ainda não se empenhassem na defesa da superação do trabalho escravo.

"Em uma palavra, a existência do elemento servil, incompatível com a idéia republicana, é a objeção mais séria que costumamos apresentar com esta forma de governo no Brasil. Entretanto, os nossos concidadãos do interior da Província, senhores de estabelecimentos importantes da lavoura, os mais interessados, portanto, vieram agora declarar - que uma coisa pode existir sem o prejuízo de outra, não sendo mais a República no Brasil uma utopia."<sup>95</sup>

A vitória de republicanos escravistas nas eleições vinha, portanto, demonstrar ao redator do Diário de Santos que a República não extinguiria necessariamente a escravidão, temor aliás, de muitos outros proprietários. Como os candidatos vitoriosos eram originários de municípios que tinham grande número de escravos, comprovava-se que a República poderia existir sem prejuízo da escravidão. A presença deste texto na Gazeta de Campinas, com palavras de recomendação, sugere que os dois jornais pretendiam desarmar seus leitores com relação à oposição republicanismo/escravidão. A República não significaria necessariamente o fim da escravidão. Para a Gazeta, assim como nos Estados Unidos (tão admirado pelos seus redatores) a República poderia instituir-se com a continuidade do trabalho escravo.

Os artigos que se seguiram na Gazeta até o final do ano de 1876, deram continuidade ao debate com os liberais. Para Campos Salles, o candidato republicano - Américo Brasiliense - recebeu espontaneamente os votos do eleitorado liberal:

"Os liberais de crenças sinceras e de convicções firmes não são estacionários. caminham com o progresso das idéias"<sup>96</sup>

<sup>95</sup> A Idéia Caminha, Diário de Santos, 20 de outubro 1876

<sup>96</sup> Campos Salles, *Os Chefes do Partido Liberal*, Gazeta de Campinas, 9 de novembro de 1876.

Apoiou uma proximidade entre republicanos e liberais sinceros e convictos, e atacou aqueles liberais que se uniram a políticos ultramontanos para concorrer nas eleições.

A mesma denúncia também apareceu no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro:

"Os liberais de São Paulo, não tendo conseguido fazer o terço do eleitorado, tiveram de recorrer ao cavalheiro do *Syllabus* para darem um deputado."<sup>97</sup>

Este "*cavalheiro do Syllabus*" era o deputado ultramontano João Mendes que, segundo os republicanos, recebeu apoio de parte dos liberais, provocando a derrota de Américo Brasiliense nas eleições de 1876. Todavia, para a Gazeta a derrota foi interpretada como uma "vitória" de princípios, e também como um bom início de participação republicana nos pleitos eleitorais do Império. Esta estratégia de atuação política foi, a partir daí, empenhadamente defendida pelo jornal e pelo PRP, órgãos que praticamente se confundiam através de suas lideranças comuns: Campos Salles, Jorge Miranda, Francisco Quirino dos Santos e Francisco Glicério, ao mesmo tempo redatores e membros da Comissão Permanente do PRP. A Gazeta de Campinas, assim, se transformava em veículo de propaganda para as idéias do Partido.<sup>98</sup>

"Incontestavelmente é digna de aplausos a atitude ativa que o Partido Republicano começa a tomar nesta provincia, passando da propaganda à ação e descendo das regiões da teoria ao dominio dos fatos."<sup>99</sup>

A concepção aqui projetada discrimina propaganda e ação política. A simples campanha pela imprensa, os "*domínios da teoria*", não era considerada como ação. A ação efetiva deveria se confundir com a participação política nos processos eleitorais e nas Camaras do Império. Mas, mesmo a Comissão afirmando que o Partido Republicano passava "*da propaganda à ação*", isto não significava que a propaganda deixasse de ser feita. A campanha continuava a projetar, pela imprensa, suas propostas para a sociedade e entre elas estava o ensino obrigatório. A respeito deste tema, Carlos Ferreira, que em 1877 assumiu a

<sup>97</sup> *O Partido Republicano* (Transcrição do *Jornal do Comércio*), Gazeta de Campinas, 24 de novembro de 1876.

<sup>98</sup> *A Comissão Permanente Republicana*, Seção Particular, Gazeta de Campinas, 18 de março de 1877.

<sup>99</sup> Reunião Republicana, Gazeta de Campinas, 07 de abril de 1877.

direção da Gazeta, escreveu um artigo defendendo a idéia de que o Império deveria tornar obrigatória a instrução.

"um povo que não sabe ler não pode ser um povo conhecedor de seus direitos e deveres. O nosso, em grande parte, nem ao menos conhece a sua Carta Constitucional." (...) a grande massa do povo brasileiro dispensa o livro e o jornal, e que daí vem a sua indiferença para os negócios públicos do seu país e para tudo o que diz respeito à política e à economia da Nação."<sup>100</sup>

Propunha a instrução como a melhor maneira de formar a cidadão - aquele que conhecia seus direitos e deveres e dividiu a sociedade brasileira em analfabetos e alfabetizados; destes, só uma *"pequena parte lêem facilmente e por gosto."* Justificou sua proposta citando os exemplos de países mais desenvolvidos - Alemanha, Suíça - e também textos de figuras eminentes como Washington, Vitor Cousin e Jean Morel. Este projeto, contudo, não era novo e tornara-se bandeira de políticos de origens partidárias diversas.

Todavia, a obrigatoriedade de ensino resguardava um problema para os republicanos: de certa forma, negava a liberdade do cidadão. Como conciliar o direito à liberdade com a obrigatoriedade do ensino? O autor astuciosamente justificou-se: o ensino é o alimento do espírito.

"A liberdade do pai de família será tão ilimitada que não se lhe possa impor deveres? Não, sem dúvida: e o primeiro desses deveres é seus filhos e dar-lhes o alimento do espírito e do corpo."<sup>101</sup>

Além disso, a liberdade do cidadão deveria estar condicionada, não apenas aos seus direitos, mas também a seus deveres. Por isso, o Estado teria como obrigação ajudar aqueles pais que não tivessem condição de pagar pela educação de seus filhos. O pai que privava seu filho da instrução, por necessitar de seu trabalho, *"comete um delito moral"*, pois não apenas roubava ao filho os meios de se desenvolver, mas também:

"Roubava ao Estado, privando-o do poder de riqueza, da segurança que torna todos os cidadãos inteligentes e virtuosos."<sup>102</sup>

<sup>100</sup> Carlos Ferreira, *Ainda o Ensino Obrigatório*, Gazeta de Campinas, 21 de maio de 1877.

<sup>101</sup> Carlos Ferreira, *Ainda o Ensino Obrigatório*, Gazeta de Campinas, 21 de maio de 1877.

<sup>102</sup> Carlos Ferreira, *Ainda o Ensino Obrigatório*, Gazeta de Campinas, 21 de maio de 1877.

Carlos Ferreira definiu a liberdade enquanto um direito norteado também pelos interesses do Estado, ou dos outros cidadãos. Da mesma maneira que eram proibidos o assassinato, o roubo, a perversão, assim também deveria ser tratada a ignorância:

"Da simples e amena coação da obrigatoriedade do ensino primário, resulta por conseguinte o conhecimento perfeito do direito e da liberdade nos domínios da razão."<sup>103</sup>

Na interferência do Estado na liberdade do pai em educar seu filho estava a garantia da liberdade do cidadão, pois somente a instrução tornaria o indivíduo ciente de sua condição e do exercício da liberdade. Este projeto de instrução da população foi defendido também por Saldanha Marinho, que o fundamentou nas necessidades cobradas pela evolução das instituições:

"Na atualidade não são os protestos de monarquismo que nos hão de salvar, ninguém se lembra da instituição; o que se quer é manter a nação no seu mais perfeito equilíbrio; o que se quer é que seja o povo ilustrado e compreenda seus direitos e deveres.

Pelo o que pertence a instituições o futuro resolverá, e resolverá com acerto. Remedemos os males presentes.(...)

Organize-se o grande partido nacional, o único e legitimamente político, e do qual depende a salvação nacional." <sup>104</sup>

Estas palavras denotam que Saldanha Marinho também compartilhava a proposição de que o Partido Republicano deixasse a fase do protesto contra a monarquia e encaminhasse uma série de reformas na sociedade. Através destas reformas, as instituições se transformariam ao longo do tempo, argumento este que foi inteiramente acolhido por Carlos Ferreira.

"[Saldanha Marinho] quer dizer que espera o estado republicano. De fato, uma vez em vigor tão urgentes reformas, é fora de dúvida que a instituição capital que hora domina será inteiramente suprimida."<sup>105</sup>

O projeto republicano da Gazeta era, portanto, um projeto de reformas que encaminhariam a constituição da República. Saldanha Marinho elencou os itens desta

<sup>103</sup> Carlos Ferreira, *Ainda o Ensino Obrigatório*, Gazeta de Campinas, 21 de maio de 1877.

<sup>104</sup> Ganganelli (Saldanha Marinho), *A Igreja e o Estado*, Gazeta de Campinas, 26 de Maio de 1877.

<sup>105</sup> Carlos Ferreira, *Opinião Patriótica*, Gazeta de Campinas, 26 de maio de 1877.

proposta: "*organização livre das municipalidades*", "*instrução pública e obrigatória*", "*extinção do cancro político chamado Conselho de Estado*", "*independência dos poderes do estado*" e "*liberdade de comércio, indústria e profissão*." Outros reformulações estavam diretamente relacionados à separação entre Igreja e Estado, visando facilitar a vinda e permanência de imigrantes para o Brasil: "*separação do direito civil e político, do eclesiástico*", naturalização, casamento civil, liberdade de cultos.<sup>106</sup> Após todas estas reformas, o Império não conseguiria mais se sustentar e cairia como fruta madura.

Este "pacífico" projeto de República mereceu dos republicanos do Diário de Campinas um severo comentário crítico:

"A *Gazeta de Campinas* de 26 do corrente (...) teve a bondade de nos dar um programa não sabemos se de um governo monarquico constitucional modelo, se de uma república a seu jeito.

Diga, porem, o futuro o que quizer a respeito da sorte desse pais, os homens da *Gazeta* estão prontos e adestrados nas manobras de ascensão por todas as escadas."<sup>107</sup>

O redator considerou incerto o futuro do país e não visualizou no programa de reformas da Gazeta uma maneira segura para conquistar a República, mas apenas uma manobra cujo objetivo estava na ascensão política. Além disso, afirmou que este programa não era original. "*outros tem ele publicado de mesma lavra*" e o sr. Saldanha Marinho, mentor do projeto, se mostrava "*mais monarquista que republicano*." Rebateu os itens do programa, pois julgava-os pouco abrangentes e originários de premissas falsas. O item destacado foi o referente à liberdade de comércio, indústria e profissão. Para o redator qualquer "*miope*" perceberia que no Brasil existia plena liberdade de indústria e profissão e a própria existência da Gazeta de Campinas o comprovava. Seus proprietários exploravam esta forma de indústria e os seus empregados a profissão tipográfica, "*sem que o governo jamais se lembrasse de os incomodar*", tendo como único encargo o pagamento de imposto. Com

<sup>106</sup> Sobre a questão da Igreja no Brasil veja: Roberto Romano, Brasil: Igreja contra Estado - críticas ao populismo católico, São Paulo: Kairos, 1979.

<sup>107</sup> Y, *As Grialhas da República*, Diário de Campinas, 30 de maio de 1877.

relação à liberdade de comércio, ponderou: "*se o comércio não está isento de imposto, que ora paga, também não está em parte alguma do mundo*", pois tal imposto reverte para o contribuinte para sua própria utilidade e segurança.

O Diário de Campinas criticou o projeto da Gazeta de livre comércio, mostrando que se ressentia de uma análise da conjuntura real e de uma maior explicitação de sua abrangência. Considerou que no Brasil poucas pessoas estavam proibidas de comercializar - os escravos, por exemplo - os quais apareciam no texto das leis do Império apenas como objeto de comércio. Indagava sobre o que queriam dizer Saldanha Marinho e Carlos Ferreira quando pediam plena liberdade de comércio? "*Permitir que o escravo negocie?*" No seu entendimento os "*mestres da ciência*" não passavam de "*escamoteadores*":

"à mercê de palavras capadoçais, de exterioridades ridículas, capazes de fazer morrer de riso a própria seriedade, campeiam na sociedade como mestres da ciência, quando não passam de charlatões mesquinhos e escamoteadores em jogos malabares."<sup>108</sup>

O redator desqualificou o discurso baseado na ciência, acusando-o de meras palavras que escondiam a trapaça e que não enganavam a ninguém, levando mesmo "*ao riso a própria seriedade*". O ataque frontal estabeleceu-se também no campo pessoal. Assim, Carlos Ferreira não foi censurado apenas por seu "nebuloso" programa de reformas, mas também por haver recebido uma mesada do Imperador quando estudava em São Paulo. Diante desta acusação o jornalista da Gazeta teve que se manifestar e admitir que recebera pensão do Imperador por três anos, porém:

"foi ele que teve a bondade de oferecer-me o seu auxílio, quando há doze anos mandando-me chamar ao palácio, em Porto Alegre, onde se achava, disse-me que queria oferecer meios para eu estudar onde quisesse."<sup>109</sup>

<sup>108</sup> Y, *As Gralhas da República*, Diário de Campinas, 30 de maio de 1877.

<sup>109</sup> Carlos Ferreira, *Ao Público*, Gazeta de Campinas, 31 de maio de 1877.

A resposta de Carlos Ferreira acabou se tornando uma peça de defesa de D. Pedro II. Declarou que aceitou a ajuda do Imperador porque ele não se arrogava o direito de dominar o seu pensamento ou suas convicções políticas, conforme poderia ser comprovado pelo conteúdo de seu primeiro livro de versos (oferecido ao Monarca) do qual fazia parte um poema nada lisonjeiro ao seu pai - D. Pedro I. E nem por isso Pedro II deixou de ajudá-lo. Durante 3 anos recebeu a dita mesada, até que foi convidado para trabalhar no Rio de Janeiro para o Correio do Brasil<sup>110</sup>, onde anunciou "*idéias adiantadas*" como já havia feito no Correio Paulistano. Além disso, na noite dedicada à Carlos Gomes no teatro, recitou uma poesia "*altamente democrática*" diante da família imperial, sendo que no dia seguinte foi recebido pelo Imperador no Paço. "*a quem considerava amigo e a quem como tal visitava.*"

Um ano depois, de volta à São Paulo, foi informado que o tesoureiro imperial deveria renovar a mesada caso ele quisesse continuar seus estudos. Carlos Ferreira não aceitou, foi trabalhar no Correio Paulistano como folhetinista até ser convidado para a redação da Gazeta.

"Portanto, o Imperador sabendo que eu não era monarquista e que escrevia em favor das idéias adiantadas, respeitava o meu modo de entender, e nem acometia o mesquinho desejo de pear as minhas convicções com uma simples mesada que me mandava dar."<sup>111</sup>

Concluiu reiterando que acima de qualquer consideração que votasse ao Imperador estava a estima pelo seu próprio país, pois entendia que a República era a forma ideal de governo para o bem de toda a Nação. Assim, a imagem do Imperador traçada por Carlos Ferreira ressaltava a bondade, o espírito democrático e a preocupação com a instrução, dissonante do rei absoluto e tirano que emergia no próprio discurso da Gazeta.

<sup>110</sup> O Correio do Brasil foi um jornal conservador fundado na década de 1850 por Justiniano José Da Rocha. Cf. Nelson Werneck Sodré, op.cit., p.210. Ao que tudo indica, as idéias "*avançadas e democráticas*" de Carlos Ferreira poderiam se aliar aos princípios deste jornal. Seria simplesmente uma questão de emprego, ou Carlos Ferreira era partidário (também!) das propostas conservadoras?

<sup>111</sup> Carlos Ferreira, *Ao Público*, Gazeta de Campinas, 31 de maio de 1877.

Porém, conforme já relatei, as disputas entre a Gazeta e o Diário de Campinas denotavam não apenas questões pessoais, mas principalmente uma distinção de projetos políticos. Enquanto o Diário sustentava a idéia da "República Plebiscitária" da qual todo cidadão participava na elaboração das leis, a Gazeta propunha uma República Representativa como pode-se observar nas palavras de Alberto Salles.

"É bem sabido que onde há interesse coletivo há sem dúvida acordo comum entre os interessados, e quando o interesse é de um povo chama-se ao acordo - governo. Mas não pode haver governo sem representação e, portanto, sem partido; porque é naquele que encerram as delegações e os privilégios da nação e é nos partidos que se personificam as individualidades."<sup>112</sup>

A idéia de representação era o principal divisor de águas dos dois projetos. O Diário pregava a ação direta, na qual os cidadãos decidiam todas as questões da sociedade, desde o município até o governo central, através dos Plebiscitos. Os membros do governo, originários de diversos partidos políticos, tinham como função apenas fazer com que as decisões tomadas pelo Plebiscito fossem encaminhadas, não cabendo-lhes o direito de efetivarem qualquer medida sem a consulta à população. A Gazeta, por sua vez, defendia a necessidade de uma atuação indireta dos cidadãos, via representantes e delegação de poderes ao governo e aos partidos. Os dois projetos, entretanto, aceitavam a existência de partidos políticos que professassem verdadeiros princípios que, nas palavras de Alberto Salles, seriam "*representantes sinceros de uma idéia, de um princípio, de um programa.*"<sup>113</sup> A diferença neste ponto estava na formação dos partidos, pois o projeto do Diário pretendia que eles também passassem pela avaliação dos Plebiscitos, ao passo que Alberto Salles acreditava na livre organização partidária.

Havia ainda outro ponto de distanciamento entre as duas propostas: a questão da reforma da Constituição. Lembro o leitor que o Diário considerava a Constituição um "*contrato fraudulento*" em sua origem e que se negava a aceitar qualquer uma de suas

<sup>112</sup> Alberto Salles, *O Poder Pessoal e os Partidos*, Gazeta de Campinas, 8 de março de 1878.

<sup>113</sup> Alberto Salles, *O Poder Pessoal e os Partidos*, Gazeta de Campinas, 8 de março de 1878.

cláusulas, pois este procedimento implicava na legalização deste contrato. Neste sentido, propunha que o *povo* fizesse uma "contra-revolução" para readquirir sua liberdade tolhida pelo texto constitucional. A Gazeta, por sua vez, tanto no projeto de Carlos Ferreira e Saldanha Marinho, quanto no de Alberto Salles, previa a instalação da República como resultado de uma evolução das instituições. Para isto bastavam reformas profundas no regime monárquico que o invilizariam e, desta forma, a República viria como decorrência natural.

"Reforme-se a Constituição, acabe-se com o poder pessoal e todos os seus privilégios; deixem-se os partidos que se equilibrem por si mesmos e tire-se de uma vez o dedo do monarca da política do país. Então os partidos representarão uma força real na direção dos negócios públicos, porque terão um programa que sustentar."<sup>114</sup>

Tal proposta era condizente com uma política moderada, que os redatores da Gazeta de Campinas afirmavam ser a bandeira do PRP, e que nos discursos dos republicanos europeus - Castellar e Gambeta - era também um argumento em defesa da República. Ao mesmo tempo, o Diário de Campinas que em suas proposições iniciais pretendia uma ruptura completa nas instituições da sociedade, assumia agora, em 1879, uma postura mais comedida, negadora mesmo da República Francesa de orientação jacobina. As palavras de Henrique de Barcellos denotaram estas transformações internas ao jornal:

"Todos os dias estamos a ver os democratas jovens fazerem a apoteose da Republica e levarem seu amor cardiaco por ela ao ponto de dizerem, entre outras coisas, que naquele regime prescrevem-se as faustosas fórmulas aristocráticas, estabelecendo-se a simplicidade como requisito necessários em todo bem cidadão republicano as direitas.

Neste ponto como em muitos outros trazem logo a França para exemplo. E abrem uma grande boca admirada ante os costumes da primeira república, onde todos se tratavam de *tu* e onde ninguém usava de *bigode*!"<sup>115</sup>

Recriminou aqueles que identificavam o regime republicano por sinais meramente exteriores como a simplicidade, o uso do "tu" e a abolição do bigode, negadores dos hábitos aristocráticos. Com tal concepção, dizia o redator, a única coisa que estes jovens democratas conseguiam era "*incutir um terror especial nos negociantes de modas com*

<sup>114</sup> Alberto Salles, *O Poder Pessoal e os Partidos*, Gazeta de Campinas, 8 de março de 1878.

<sup>115</sup> Notas Cotidianas, Diário de Campinas, 8 de março de 1879.

*relação à república.*" E contrapunha a verdadeira república, preocupada com princípios, realizando o bem estar comum, estreitando relações com outros povos e fazendo parte da "comunhão universal".

"O que vos escangalha é a juventude e o entusiasmo. A república fica de pé, que essa todos a queremos, não com exagerações ridículas, não representada por bandos de facinoras, não pedindo sangue para constituir-se. Mas nobre e elevada como o mais nobre e elevado dos princípios, realizando o bem star comum, pacificamente, estreitando relações com outros povos, por meio da simpatia, permutando produtos e idéias, fazendo-nos tomar parte, enfim, na grande comunhão universal."<sup>116</sup>

Negava o referencial da primeira República Francesa como modelo para a propaganda republicana, propondo que os republicanos se afastassem de "exagerações ridículas" que comprometeriam a idéia. Pode-se inferir que o redator se remetia à ameaça jacobina presente na história dos anos posteriores à Revolução Francesa. Transferiu a questão da igualdade entre os indivíduos expressa pela idéia de que "todos se tratavam de Tu e ninguém usava de bigode", para uma concepção de igualdade entre nações.

Henrique de Barcellos também respondeu a um artigo da Tribuna Liberal de São Paulo, que fez menção aos republicanos paulistas. O escritor liberal deste artigo afirmava que os republicanos militantes podiam ser encarados por duas faces - "ou são convictos ou são entusiastas."<sup>117</sup> ou seja, aqueles que professavam princípios definidos ou que apenas defendiam a república num impulso passageiro, e abandonavam a idéia ao primeiro sinal de dificuldade. Henrique de Barcellos concordou com esta diferenciação e aproveitou a constatação para tecer severas restrições aos partidos monárquicos e também aos republicano que se envolviam na disputa política:

"Temos condenado os republicanos que se intrometem nas tricas mesquinhas dos partidos monárquicos. (...)

Deve-se abandonar o campo aos partidos atuais, para que eles patenteiem a sua impotência, para que se esterilizem e para que então, sendo já inúteis a si mesmos e à grande coletividade que representa a nação, se torne necessário o seu desaparecimento."<sup>118</sup>

<sup>116</sup> Notas Cotidianas, Diário de Campinas, 8 de março de 1879.

<sup>117</sup> Notas Cotidianas, Diário de Campinas, 26 de fevereiro de 1880.

<sup>118</sup> Notas Cotidianas, Diário de Campinas, 26 de fevereiro de 1880.

O redator condenava os dirigentes do PRP que haviam deliberado, desde 1876, participar das eleições, o que os fazia entrar em disputa com os partidos monárquicos. Para Henrique de Barcellos os republicanos deveriam trabalhar para levar a instrução primária a todas as camadas da sociedade, preparando-as para receber "*os sólidos princípios positivos*". Citou uma história que um "democrata convicto" havia lhe contado:

"Este cidadão trabalhou com afincio para libertar um escravo, o que conseguiu. Este foi-lhe agradecer o benefício e perguntou como lhe poderia pagar:  
- Vá aprender a ler! respondeu-lhe o mencionado democrata. Ficarei perfeitamente pago quando você souber ler!  
Despedindo-lhe o grilhão da fatalidade que o prendia a ignomia de uma raça escravizada, compreendia que era necessario converter a maquina em homem e este em cidadão, subtraindo-o ao grilhão da ignorância."<sup>119</sup>

Por esta história, podemos compreender a amplitude do discurso moral de Barcellos, que considerava o escravo uma máquina. A liberdade fazia-o homem, mas somente a instrução transformava-o em cidadão. A amplitude do conceito de cidadão aqui apresentado vai além dos direitos políticos, visto que para ser eleitor primário (até a reforma eleitoral de 1881) era preciso apenas ter a renda mínima exigida. O discurso de Barcellos, portanto, que tinha como base a instrução primária de todos os homens, projetava uma imagem de República de cidadãos alfabetizados e sensatos:

"A república que condena os abusos de qualquer especie que sejam, deve ser o governo da sensatez. Tern-se visto que os que mais exaltadamente se pronunciam por uma idéia hoje, abandoná-la amanhã ao primeiro apito com armas e bagagens.. levam tudo menos a honra."<sup>120</sup>

Novamente é importante lembrar que este projeto de instrução primária estava presente em inúmeros discursos republicanos e monarquistas. Todavia, para os monarquistas, a instrução pública era também um forte argumento para comprovar justamente a inviabilidade da República naquele momento, uma vez que a população brasileira era ainda eminentemente analfabeta. Como o regime republicano exigia um *povo* solidamente instruído, a República não podia ainda instalar-se. Respondendo esta objeção, Assis Brazil apresentou

<sup>119</sup> Notas Cotidianas, Diário de Campinas, 26 de fevereiro de 1880.

<sup>120</sup> Notas Cotidianas, Diário de Campinas, 26 de fevereiro de 1880.

uma *Conferência no Club Republicano de São Paulo* que foi transcrita pela *Gazeta de Campinas*, cujo tema era exatamente o *Oportunismo e Revolução*, justificando a instalação imediata da República no país e revelando significativas nuances no discurso deste jornal.

"Dizem que a república não pode ser aplicada ao Brasil porque não é oportuna, mas, cidadãos, provado como deixei e como eles, monarquistas, não contestam, que a república é a única forma racional de governo, a única forma digna da nobreza humana - claro está que versa unicamente sobre saber-se se ela é ou não oportuna. Mas os monarquistas combatem a oportunidade da república dizendo que ela não é oportuna."<sup>121</sup>

Avaliou a contra-argumentação dos monarquistas como um "*grosseiro círculo vicioso*", e instrumentalizou esta fala a seu favor, reiterando a idéia de que ninguém contestava que a forma republicana era a mais racional - até mesmo os monarquistas. Recorreu à história para comprovar a tese de que o regime republicano era o mais compatível com as aspirações democráticas e atribuiu a Tiradentes a "*imagem do primeiro republicano do país*," aquele que primeiro "*se levantou pela liberdade*."

"generoso mártir, que quis deixar uma nódoa do próprio sangue no solo da patria abatida, talvez para que as futuras tiranias recuassem de horror e de remorso, diante daquele sagrado, daquele glorioso despojo."<sup>122</sup>

Que habilidade do orador! Imagine-se o entusiasmo que estas palavras causavam numa plateia repleta de republicanos! Pois Assis Brazil tornou Tiradentes sujeito de sua própria execução, que "*quis deixar*" seu sangue no solo brasileiro. Transformou o martírio do inconfidente, usado como castigo exemplar pela Coroa, em um ato para incutir remorso nos "*futuros tiranos*." E desde a Inconfidência, estaria sendo demonstrado uma "*verdade suprema*":

"acima da vontade nacional nada existe, pelo menos que se conheça: nada ha conhecido acima do homem e, portanto, todos os homens são iguais e livres. As sociedades, pois não encontram diante de si, para dirigir seus passos, poder de qualidade alguma, dirigem-se por si mesmas. A esta suprema faculdade chamou-se *soberania nacional ou soberania do povo*. Traduzindo-se numa forma politica, esta soberania produz o que se chama - república."<sup>123</sup>

<sup>121</sup> Assis Brazil, *Oportunismo e Revolução*, *Gazeta de Campinas*, 14 de agosto de 1880.

<sup>122</sup> Assis Brazil, *Oportunismo e Revolução*, *Gazeta de Campinas*, 13 de agosto de 1880.

O autor desfez-se do Rei que pairava acima da vontade nacional. E também de qualquer entidade sobrenatural que pudesse existir além do homem. Definiu a República como a forma de governo no qual estava consubstanciada a soberania nacional, a capacidade das sociedades de dirigirem a si mesmas. Assim, como contestar que um regime como este não era oportuno ao Brasil? Tinha como projeto a urgência de instituir a República para que a partir da nova forma de governo se encaminhassem reformas sociais.

"A República no Brasil não é oportuna, dizem os seus contrários:

1º Porque a república exige, como governo sábio que é, instrução bastante da parte de seus membros - e o nosso povo não tem instrução;

2º Porque a república é o governo da opinião - e no Brasil não há opinião pública;

3º Porque a república precisa de cidadãos ilustres que a dirijam e desenvolvam - e nós não temos homens em tais condições. (...)

"Ora, combatei o efeito, destruindo a causa, combatei a monarquia, esmagai o trono e a luz há de cair sobre todas as cabeças. (...)

A organização política precede a social!"<sup>124</sup>

Foi no ano seguinte à esta Conferência, 1881, que Assis Brazil publicou um livro para a propaganda das idéias republicanas - *A República Federal*,<sup>125</sup> no qual sistematizou sua proposta. Defendeu a federação como única maneira de manter a unidade, contrapondo-se àqueles que viam nessa prática o desmembramento da Nação.

"A federação reconhece a natureza diversa das necessidades e interesses peculiares que formam a nação - e abre-lhe espaço para a sua plena expansão autonômica. reconhece-se, por outro lado, que há um ponto em que as necessidades e interesses desses vários grupos combinam-se (...) e então ela os reúne e uniformiza debaixo do império da lei (...). É a unidade da variedade, reflexo da grande unidade da natureza."<sup>126</sup>

Com relação à participação no governo, era partidário do sufrágio universal, por considerá-lo, em princípio, intimamente ligado à República e decorrência necessária da liberdade: um não existiria sem o outro. "*Todos os homens são livres, livres no mesmo grau*

<sup>123</sup> Assis Brazil, *Oportunismo e Revolução*, *Gazeta de Campinas*, 13 de agosto de 1880.

<sup>124</sup> Assis Brazil, *Oportunismo e Revolução*, *Gazeta de Campinas*, 14 de agosto de 1880.

<sup>125</sup> Em apenas seis anos o livro conseguiu três edições, sendo que a 3ª foi impressa e distribuída gratuitamente pelo Club Republicano Rio Grandense em comemoração ao 52º aniversário da Revolução sulista de 1835. Assis Brazil *A República Federal* São Paulo: Leroy Bookwalter, 1887, 3ª edição (1ª edição de 1881)

<sup>126</sup> Assis Brazil, *A República Federal*, op.cit., p.209.

*e, por conseguinte, iguais pela liberdade.*" O sufrágio universal, era um direito incontestável de todos os que tivessem preenchido determinadas condições: maioridade e o domínio da razão. A mulher, dizia Assis Brazil, tinha também o direito ao sufrágio, contudo a maioria delas ainda não estaria apta para exercê-lo:

"Se houvesse um critério seguro para o discernimento entre mulheres capazes e incapazes, já muitas poderiam exercer o direito de sufrágio, com muita vantagem sobre grande número de indivíduos do sexo masculino."<sup>127</sup>

O escritor ressaltou, ainda, um ponto de seu projeto: a representação política.

"A representação é o único meio de que pode hoje servir-se o povo para exercer o governo de si próprio. E a eleição é por sua vez o único processo pelo qual ele poderá instituir os seus legítimos representantes."<sup>128</sup>

Diferentemente de outros escritores da Gazeta, considerava a representação como o único meio disponível na atualidade que, porém, deveria ser superado. Isto porque a representação não traduzia o ideal democrático em toda sua pureza - "*o ideal seria a absoluta ausência de qualquer espécie de representação.*" Enquanto o país não era capaz de viver a "*democracia pura*" com o voto resolvendo todos os negócios comuns, a "*representação será legítima*".<sup>129</sup>

Portanto, a proposta que as Lições de Democracia que o Diário de Campinas apresentara em 1876 pressuporia um estado de perfeição da sociedade democrática, que não era negada por Assis Brazil, mas que ainda não fora atingido. A sociedade precisaria "*educar-se*" no regime através da representação e delegação de poderes. Para finalizar ponderou que o sufrágio universal era um mecanismo de defesa das sociedades civilizadas contra as revoluções populares:

"O povo só faz revoluções quando não tem outro modo de manifestar sua vontade.  
(...)"

<sup>127</sup> Assis Brazil afirmava também que pretendia escrever um livro tratando do tema da mulher na política. A República Federal, op.cit., p.257.

<sup>128</sup> Assis Brazil, A República Federal, op.cit., p.251.

<sup>129</sup> Assis Brazil, A República Federal, op.cit., p.252.

O sufrágio universal é a válvula de segurança para este formidável vapor das aspirações populares."<sup>130</sup>

O Diário de Campinas, através de seu redator Heitor Barbosa, comentou o lançamento do livro de Assis Brazil para elogiá-lo. Considerou seu texto "doutrinário" pois, ao afastar-se da terminologia científica, tornava-se um panfleto de propaganda acessível a qualquer tipo de leitor. Este fato, aliado a uma bem elaborada exposição da idéia central, tornavam a leitura agradável e profícua para a campanha republicana.<sup>131</sup>

Em setembro de 1882 a Gazeta transcreveu o artigo d'A República, escrito por A. Pereira de Queiroz, cujo texto rearticulou em nova performance o discurso republicano, aliando sufrágio universal, república unitária e nação federativa:

"A forma republicana é o governo que considera o povo como única fonte donde emana o poder, que concede a todos os cidadãos o direito de, por intermédio dos seus sufrágios, intervir diretamente na administração dos altos negócios do Estado. O nosso entusiasmo pela causa republicana, porém não vai ao ponto de desconhecemos as dificuldades com que lutará a república ao ensaiar os seus primeiros passos...

Há de nos encaminhar a forma unitária. Poderá ser adotada como transição para educar o povo a reger-se e implantar no seu espírito o regime da liberdade.

Mais tarde, quando se houver reformado os nossos costumes, completaremos o nosso *desideratum* proclamando a república federal, única forma que pode satisfazer os espírito adiantado dos povos, e em que incontestavelmente repousara a futura prosperidade e grandeza deste vasto país."<sup>132</sup>

A defesa da República Unitária, como recurso transitório na conformação da Nação Federativa, não negou, contudo, a idéia de que a forma federalista era a que mais poderia trazer benefícios ao país. Novamente o argumento da "educação do povo" - tão recorrente e dotado de plasticidade - que servia tanto para considerar a representação enquanto processo transitório para a democracia pura (conforme propunha Assis Brazil),

<sup>130</sup> Assis Brazil, A República Federal, op.cit., p.302.

<sup>131</sup> Heitor Barbosa, A República Federal, Diário de Campinas, 05 de agosto de 1881. Apesar destas palavras, Heitor Barbosa iniciou um debate com Assis Brazil em torno do *livre arbitrio*, acusando-o de haver se baseado nesta "errônea" teoria. Assis Brazil, por sua vez, respondia que em nenhum momento aceitava tal teoria, prova de que o crítico não havia entendido direito seu texto. Cf. Assis Brazil, A Heitor Barbosa, Diário de Campinas, 17 de agosto de 1881 e Heitor Barbosa, A Assis Brazil, Diário de Campinas, 19 de agosto de 1881.

<sup>132</sup> A. Pereira de Queiroz, Phisionomias Governamentais, (Transcrição d'A República), Gazeta de Campinas, 20 de setembro de 1882.

quanto para sustentar a passagem para a República Federal pela transição da Unitária. Portanto, a educação popular e a transição eram argumentos que serviam a díspares proposições republicanas.

Mas, para além da instrução popular, alguns republicanos se preocuparam também com a formação dos futuros estadistas da República. A Gazeta de Campinas se manifestou neste sentido quando comentou o lançamento do livro de Alberto Salles - *A Política Republicana*.

"Como Assis Brazil é ele um futuro estadista que se caracteriza desde já pela instrução forte, pelo critério e prudência que só deviam distinguir os velhos, ao passo que possui ainda o entusiasmo ardente e fervoroso que é, em geral, a partilha dos moços" <sup>133</sup>

Assis Brazil e Alberto Salles eram duas promessas para o regime republicano. Jovens e talentosos, empenhados na campanha, divulgavam a idéia de República através de seus livros e se mostravam como verdadeiros teóricos da causa republicana. O redator da Gazeta considerou ainda que o livro de Alberto Salles podia "*ser lido por todos os homens tolerantes*" e comparado por sua imparcialidade apenas a Aureliano Tavares Bastos.

"A literatura politica brasileira (...) é a literatura dos panfletos, e estes de ordinário são cievados de grande paixão partidária." <sup>134</sup>

Desde Salles Torres Homem e Ferreira Viana a "*mocidade*" brasileira vinha se caracterizando pela violência da linguagem e "*pelo exagero das opiniões*". Alberto Salles, ao contrário, seria o exemplo da argumentação racional e positiva, que recorria à "*filosofia, a quimica e biologia*" na elaboração de sua *Política Republicana*.

Todavia, as qualidades apontadas pela Gazeta foram desaprovadas pelo Diário de Campinas, cujo redator, embora demonstrasse admiração pela erudição e dedicação de

<sup>133</sup> *Política Republicana*, Gazeta de Campinas, 15 de outubro de 1882.

<sup>134</sup> *Política Republicana*, Gazeta de Campinas, 15 de outubro de 1882.

Alberto Salles à causa republicana, questionou a importância da obra para a propaganda junto às camadas populares:

"O seu livro, pela sua natureza mesma, se com certeza fica bem na estante do político e do literato, não está destinado a descer às camadas populares, exatamente as que mais precisam de instrução política."<sup>135</sup>

Relegada ao pó das estantes de leitores ilustrados, a *Politica Republicana* não cumpriria a missão de divulgar a doutrina republicana junto as "*camadas populares*", porque além de ser uma obra cara, expunha suas idéias de maneira incompreensível para a maioria da população. Neste sentido, o redator do *Diário* defendeu exatamente os panfletos, nos quais se condensavam as idéias "*de maneira clara e precisa*" em "*livrinhos portáteis de fácil e barata compra*."

"São exatamente estas pequenas obrinhas as que mais exercem influência no espírito popular (...) encerra por vezes doutrinas filosóficas e políticas dominantes em uma dada época.

O verdadeiro panfleto não é obra da leviandade e da paixão, ele deve ser a fidelíssima expressão de uma ou de muitas necessidades geralmente sentidos."<sup>136</sup>

A diferença entre o *Diário* e a *Gazeta* apresentava-se com clareza. O contraste de apreciações para a forma do texto político - se panfleto ou livro científico - é revelador das preocupações e princípios de cada um dos jornais. Um estava interessado em atingir um público mais ilustrado, o outro, preocupava-se em colocar a idéia republicana ao alcance de um número maior de leitores nem sempre tão preparados. A *Gazeta* defendia uma ampla propaganda baseada na participação eleitoral e na representatividade. O *Diário* contrapunha a abstenção no presente e participação direta no futuro. E, para muitos republicanos, o partido deveria ater-se à propaganda, e não privilegiar a atuação eleitoral, restrições às quais a *Gazeta* retrucou, considerando que a peleja eleitoral era também uma forma de propaganda e, portanto, parte da missão republicana no preparo do espírito público.

"Mas a luta nos comissões não exclui, antes exige, ativa e vigorosa propaganda.

<sup>135</sup> *Notas do Dia, Diário de Campinas*, 22 de outubro 1882.

<sup>136</sup> *Notas do Dia, Diário de Campinas*, 22 de outubro 1882.

O Partido Republicano não tem, não pode ter, senão a arma da persuasão. O seu candidato não oprime nem avilta a consciência do povo porque, vencedor ou vencido nas urnas, ele não tem senão uma aspiração - preparar o espírito público pela exata compreensão das idéias."<sup>137</sup>

Na esteira da discussão sobre qual deveria ser a estratégia republicana, se esperar pela evolução ou atuar revolucionariamente, Theófilo Braga, escrevendo em 1883 no Diário de Campinas, analisou a questão, tratando da popularidade da monarquia frente à República, e constatou a perda de prestígio do regime monárquico:

"Todas as vezes que um poder se discute, já não tem prestígio, só lhe resta a força material; mas esta é tirada pelo tributo do sangue ao povo, e é esse mesmo povo que já não crê na origem divina da soberania. Portanto, a força material sem o prestígio moral é uma fantasmagoria."<sup>138</sup>

Assim, a legitimidade de um regime se manifestava no seu grau de aceitação junto à população. A própria existência do movimento republicano, ou mesmo de outros discursos de crítica ao Império, eram reveladores da impossibilidade de manter o regime monárquico que, sem prestígio moral, se sustentava apenas pela força material. Diante desta constatação, indagou: como transformar a sociedade naquele momento? Aguardar a evolução ou deflagrar a revolução? A evolução era o princípio *"ativo da harmonia do universo"*, porque havia forças que obedeciam a determinadas leis. O segundo princípio se consubstanciava na revolução, entendida como o *"conflito entre o que se fortalece com a tradição morta e o que é incitado pela urgência da vida."* Depois de considerar o regime monárquico como ilegítimo, ponderou que seria preciso uma *"coisa mais forte"* para enterrar de vez esta tradição moribunda e instituir a democracia. A força motora da revolução vinha do *"desequilíbrio entre os progressos econômicos e o estado político"* e esta palavra - a revolução - já não amedrontava os povos porque *"segundo a filosofia da história dela designa os fatos donde resultaram os maiores benefícios para a humanidade."* Assim, o Diário de Campinas em 1883 optava claramente pela revolução, como o melhor

<sup>137</sup> *Pletto ou Abstenção*, Gazeta de Campinas, 09 de maio de 1883.

<sup>138</sup> Theófilo Braga, *A Aspiração Revolucionária*, Diário de Campinas, 29 de abril de 1883.

encaminhamento nos impasses políticos vivenciados. A urgência de transformações não permitia esperar a evolução das instituições.

#### 4. Desdobramentos dos Discursos Republicanos

Enquanto o Diário de Campinas divulgava o projeto de Revolução de Theófilo Braga, Rangel Pestana, redator político da Provincia de São Paulo, em 1884, numa linha muito mais evolucionista de análise, frizava a importância da disputa eleitoral e do PRP para encaminhar a mudança de regime. Visando uma atuação lúcida dos eleitores, considerou que caberia aos candidatos republicanos expor o programa do partido para informar e convencer o eleitorado. Apoiou aqueles políticos que a seu ver tinham uma grande virtude frente aos seus concorrentes pois foram "*indicados pelos seus correligionários*", considerando-os, assim, como representantes legítimos para a disputa eleitoral. Para ele, o PRP tinha uma importante tarefa pedagógica a realizar:

"O partido republicano corrige os vícios do sistema em decomposição (...) e com o seu exemplo influe sobre a educação política do povo."<sup>139</sup>

Tal concepção tinha como matriz a ideia de representação política que Rangel Pestana defendia, entendida enquanto delegação de poderes no pleito eleitoral:

"A função pública da delegação de poderes traduz a feição característica de uma nação e ao exercê-la o povo revela a sua vitalidade e aptidão para progredir."<sup>140</sup>

Desta forma, a participação republicana no processo eleitoral do Império não era apenas um corretivo aos "*vícios do sistema*", mas particularmente um incentivo ao engajamento do eleitorado, que estaria se "educando" e "progredindo" até o momento em que, na República, exercesse plenamente a delegação de poderes.

<sup>139</sup> Rangel Pestana, *Aluvião de Candidatos*, A Provincia de São Paulo, 07 de novembro de 1884.

<sup>140</sup> Rangel Pestana, *Aluvião de Candidatos*, A Provincia de São Paulo, 07 de novembro de 1884.

Américo de Campos, redator do Diário Popular de São Paulo, também argumentava neste sentido, mas enfatizava o caminho das conferências para realizar a missão de educar o *povo*. Apesar de deliberado pelo próprio PRP que as conferências deveriam ser uma prática entre os seus candidatos:

"este exemplo devia, mas infelizmente, não será imitado, nem mesmo por todos os republicanos."<sup>141</sup>

Por estas palavras o redator deixou antever que haviam diferenças entre os republicanos, inclusive em termos de conduta política. Concebia as conferências como a "*exposição e solene compromisso de opinião e idéias*" e não sendo praticadas por todos os republicanos, não eram "*levadas na devida importância pela sociedade atual*".

Mas a "*educação do povo*" e a formação da "opinião pública" não excluía a defesa da Revolução, antes, podia comportá-la, como também poderia estar ligada à uma concepção de evolução. Estas três propostas - evolução, revolução e educação - foram apresentadas conjuntamente por Aristides Lobo, correspondente do Diário Popular na Corte, que defendia a revolução como a "*expressão fecunda das transformações sociais*" e estratégia para atingir a República. Porém, tratava-se de uma "revolução evolucionista":

"Eu, por mim, digo, sou revolucionário por isso mesmo que sou evolucionário. Quando uma idéia faz a conquista da maioria da opinião, e um crime estacar perante as resistências finas. Neste caso, quem resiste é quem faz a revolução, porque exige, provoca, impõem a violência."<sup>142</sup>

Aristides Lobo acreditava que a conquista da opinião pública a favor do regime republicano, tornava impossível a manutenção do Império. O princípio da evolução das sociedades garantia esta conquista e freá-lo nesta marcha incontornável significaria provocar a revolução. Existiam, portanto, duas concepções de revolução imbricadas no texto de Aristides Lobo - uma positiva, expressão das transformações fecundas e naturais da sociedade, e outra negativa expressão das tentativas de interrupção destas transformações.

<sup>141</sup> Américo de Campos, *Conferências Eleitorais*, Diário Popular, 19 de novembro de 1884.

<sup>142</sup> Aristides Lobo, *Cartas do Rio*, Diário Popular, 15 de dezembro de 1884.

Em outra de suas *Cartas do Rio* o redator expôs mais detalhadamente esta idéia.

"Quem diz evolução, diz revolução - ou por outra, a primeira pode conter a segunda sem desnaturar-se."<sup>143</sup>

Neste texto, respondia a uma afirmação dos liberais que interpretavam a propaganda republicana como uma campanha que propunha uma alteração violenta na forma de governo, descaracterizando-a como reforma. O redator republicano retrucou, afirmando que a fórmula monárquica não era a "*última palavra em matéria de governo*."

"A democracia pura é uma advento inevitável e previsto, o fato que se assinala universalmente de nenhuma mudança de governo se operar sem maior ou menor violência, constitui uma lei histórica, e um aspecto da evolução."<sup>144</sup>

Para ele, evolução e revolução eram facetas de um mesmo processo que levava à transformação de formas gastas de governo para a forma democrática pura. Neste sentido, os governantes tinham um papel fundamental pois:

"Governo não é somente ter a posse do cargo autoritário e a sua responsabilidade imediata; é mais, é concorrer pelo ensino, e pela orientação para a vitória dos bons princípios e para a melhor orientação da vida social."<sup>145</sup>

Aristides Lobo propunha que o partido republicano trabalhasse não somente pela mudança da forma de governo, mas principalmente, pela "*transformação da pátria*". O projeto de República deveria constituir-se num governo que "*educasse*" e incentivasse os bons princípios na vida social. A preocupação constante dos diferentes republicanos em trabalhar pela "*educação popular*" era, provavelmente, a manifestação do princípio político que norteava todas as representações de República: o papel do cidadão. Para o *governo do povo pelo povo* era fundamental definir quem era este *povo* e como transformá-lo no cidadão da República.

<sup>143</sup> Aristides Lobo, *Cartas do Rio*, *Diário Popular*, 17 de dezembro de 1884.

<sup>144</sup> Aristides Lobo, *Cartas do Rio*, *Diário Popular*, 17 de dezembro de 1884.

<sup>145</sup> Aristides Lobo, *Cartas do Rio*, *Diário Popular*, 17 de dezembro de 1884.

Todo este debate em torno dos princípios políticos, do qual resultou o multifacetamento do discurso republicano, tinha uma faceta intrigante quando se tratava de disputas eleitorais. Por exemplo, o sucesso do PRP nas eleições de 1884, quando conseguiu eleger dois deputados para a Assembléia Geral - Campos Salles e Prudente de Moraes. Este episódio deu origem a toda sorte de especulações, desde a existência de um grande e convicto eleitorado republicano espalhado pela província, até o oportunismo dos conservadores que, na falta de candidatos próprios em dois distritos, terminaram por contemplar os republicanos. Segundo J. Junior, redator do Diário Popular, a nova lei eleitoral definia que o partido que estivesse sem candidato em algum distrito poderia escolher entre os dois candidatos adversários:

"Sendo o grupo conservador o que não tinha candidatos, e portanto o que a lei chamava para escolher entre os candidatos republicanos e liberais."<sup>146</sup>

Desta forma, por mais paradoxal que pareça, estabeleceu-se um acordo entre conservadores e republicanos, e tal acordo estaria absolutamente dentro do "*espírito da lei*". O redator indagava: que razões teriam os republicanos para recusá-lo?

"recusar o acordo criado pelos acontecimentos e pela lei seria pura tolice e a mais eloquente prova de nenhuma compreensão do lado prático e real das coisas."<sup>147</sup>

Argumentou, portanto, que o acordo não tinha sido feito pelos interesses eleitorais republicanos, mas criado pelos "*acontecimentos e pela lei*". Desta forma, eximiu os dirigentes republicanos do PRP da responsabilidade de acordarem-se com um partido monárquico que professava princípios atangônicos aos seus.

Após 1881, o sistema eleitoral do Império redividiu as províncias em círculos - os distritos - de um deputado eleito por maioria absoluta. Não sendo conseguida a maioria

<sup>146</sup> J. Junior, *Comentários*, Diário Popular, 31 de dezembro de 1884.

<sup>147</sup> J. Junior, *Comentários*, Diário Popular, 31 de dezembro de 1884.

no primeiro escrutínio, se faria um segundo com os dois deputados mais votados.<sup>148</sup> Foi isto o que aconteceu nas eleições de 1884, quando os dois candidatos republicanos foram para o segundo escrutínio em seus distritos, disputando com o liberais. Os conservadores, então, tinham a opção nestes dois distritos de votar nos candidatos do PRP ou do Partido Liberal. Diante do impasse, foi feito um acordo em que os conservadores votavam nos dois candidatos republicanos e nos distritos em que o PRP não estivesse concorrendo, os republicanos votariam nos candidatos do Partido Conservador. O redator do Diário Popular explicou esta transação política utilizando uma metáfora cambial:

"É simplesmente um saque cambial por meio do qual os republicanos transmitem a sua moeda (o voto) às mãos de seu candidatos de distritos estranhos e onde aquele voto não é moeda corrente. O candidato conservador que recebe o voto republicano é apenas o banqueiro, recebe o voto (...) e o manda pagar em votos conservadores [aos republicanos em outros distritos]."<sup>149</sup>

Tudo muito racional, claro e preciso: a metáfora cambial explicaria a conduta dos republicanos paulistas, visto que o voto, enquanto moeda corrente, poderia ser trocado sem nenhuma implicação moral. Mas isto não faria com que os princípios políticos que simbolizavam o voto na urna, tão propagandeado por vários republicanos, fosse deixado em segundo plano?

Tal postura, que poderia ou não ser lida como contraditória, foi enfaticamente criticada por Julio Ribeiro em suas *Cartas Sertanejas*.<sup>150</sup> O publicista iniciou seu texto comentando que o maior acontecimento do ano da graça de 1885 na Província de São Paulo, fora a eleição dos dois deputados republicanos. Porém, o que diziam os republicanos, e até mesmo a imprensa do país, sobre o caráter de luta e a capacidade dos dois eleitos, não era "*exatamente a expressão do real*." Vasculhando a biografia dos dois deputados, Julio

<sup>148</sup> Cf. Decreto nº 3.029 de 9 de janeiro de 1881; Decreto nº 7.981 de 20 de janeiro de 1881 e Decreto nº 8.213 de 13 de agosto de 1881. Apud. Francisco Belisario Soares de Souza, O Sistema Eleitoral no Império, (Com apêndice contendo a legislação eleitoral no período de 1821-1889) Brasília: Senado Federal, 1979.

<sup>149</sup> J. Junior, *Comentários*, Diário Popular, 31 de dezembro de 1884.

<sup>150</sup> As *Cartas Sertanejas* de Julio Ribeiro foram publicadas pelo Correio de Campinas na Seção dos "A Pedidos" entre 1884 e 1885.

Ribeiro concluiu que ambos eram conhecidos apenas por seus dotes de bons advogados do interior, e por vezes por sua atuação como deputados provinciais: "*fora disto, nada.*" Com relação aos conhecimentos científicos, nada demonstravam, pois não haviam escrito nenhuma obra importante, nem participado ativamente de nenhuma revista de ampla circulação:

"A sua bagagem de escritores limita-se a alguns artigos de foro ou de política, esparsos nos jornais da Província."<sup>151</sup>

Assim, toda a ovação que Campos Salles e Prudente de Moraes recebiam não passava de uma homenagem equivocada, visto que a única coisa que haviam feito até o momento fora "*elegerem-se*".

"De sua honestidade de carácter, alias notória, não há tratar: honestidade não é mérito, é dever."<sup>152</sup>

Assim, como haviam ganho as eleições? A única explicação que Julio Ribeiro encontrou foi a aliança com os conservadores. Para ele, os dois deputados haviam trabalhado ativamente pela eleição de quatro deputados conservadores, pois somente assim poderiam eleger-se.

"A vitória dos candidatos republicanos não é a vitória do partido, porque é a derrota dos princípios."<sup>153</sup>

Julio Ribeiro questionou duramente a estratégia política do partido republicano, que havia sacrificado os princípios pela sedução de eleger dois deputados. Criou um discurso moral que considerava a honestidade um dever, que julgava infundado o alarido pelos dois deputados e que contrapunha a vitória nas urnas à derrota de princípios. Além disso, projetou uma desfigurada e desabonadora imagem da República propagada pelo PRP:

"Então a democracia que nos querem encampar é apenas oligarquia despeitosa e mascarada, e a sua República que de longe se nos afigura uma virgem casta, de olhar inocente e fero, de juba leonina, de dentes alvos, de carnadura sã, não passa da velha

<sup>151</sup> Julio Ribeiro, *Cartas Sertanejas*, Lisboa: Livraria Classica Editora, 1908, 2ª ed. p.22.

<sup>152</sup> Julio Ribeiro, *Cartas Sertanejas*, op.cit., p.21.

<sup>153</sup> Julio Ribeiro, *Cartas Sertanejas*, op.cit., p.37

messalina monárquica, caiada, disfarçada em donzela, escondendo em peruca torpe a alopecia obscena, suspendendo os seios sovados em espartilho de baleia, com as gengivas gretadas de escorbuto, com os ossos carcomidos de sífilis."<sup>154</sup>

Por esta passagem percebemos o escritor naturalista que foi Julio Ribeiro. Projetava uma idealização da República como um regime puro, inocente, fértil e sadio, contraposto à imagem do república do PRP, decrépita, que tentava disfarçar sua verdadeira feição monárquica, doente, estéril, prostituída.

As *Cartas Sertanejas* foram publicadas pelo Correio de Campinas, sendo que o redator chefe, Henrique de Barcellos, admirava a postura de Julio Ribeiro frente ao PRP, além de considerá-lo um *"batalhador ousado que desce à arena na hora precisa em que a civilização, a honra e o futuro da pátria exigem o concurso devotado de seus filhos."*<sup>155</sup> Politicamente, ainda que o jornal se considerasse neutro, seus redatores estavam mais próximos dos críticos do PRP como Julio Ribeiro, que do grupo da Gazeta de Campinas, que projetava as idéias do partido.<sup>156</sup>

Em 1885 um dos redatores do Correio de Campinas, Carlos de Escobar, definiu seu projeto de República enquanto projeção de uma sociedade ideal. Observando as revoltas operárias na Europa noticiadas pelo telégrafo, apresentou uma explicação para o descontentamento das *"massas populares"*, percebido também no Brasil: a divisão desigual da riqueza e a exploração do trabalho:

"O dinheiro não pode servir para a manutenção do luxo quando nem todos tem o necessano.  
Obra de muitos, ele pertence a muitos..  
É mister dar ao operano um salario proporcional as necessidades de um homem."<sup>157</sup>

Por necessidades do homem entendia não apenas aquelas destinadas ao sustento pessoal do trabalhador, mas também de toda sua família, incluindo a educação e

<sup>154</sup> Julio Ribeiro, *Cartas Sertanejas*, op.cit., p.37

<sup>155</sup> Hendebat, *Julio Ribeiro*, Correio de Campinas, 07 de março de 1885.

<sup>156</sup> *Crônica da Semana*, Correio de Campinas, 22 de novembro de 1885

<sup>157</sup> Carlos Escobar, *Um Dedo na Política*, Correio de Campinas, 11 de janeiro de 1887..

alimentação de seus filhos, condições indispensáveis para torná-los capazes de exercer plenamente sua vida adulta. Contudo, tal projeto esbarrava na questão da propriedade individual absoluta, visto que grande parte da sociedade não tinha acesso à ela.

"É viciosa a definição adotada pela maior parte dos juristas modernos que atribuem à propriedade uma individualidade absoluta.

Não há direito de abusar...

Sinceramente é muito justo o problema dos socialistas - a divisão do capital.

Social em sua origem, o capital humano (moral, intelectual e material) deve ter um destino social."<sup>158</sup>

Defensor de princípios socialistas, contrapunha-se à defesa da propriedade privada, por considerá-la um instrumento responsável pelos abusos vivenciados na sociedade. A distribuição imediata da propriedade teria como consequência o "*exterminio da miséria e o anivelamento social de todas as classes*." Seu projeto de igualdade passava, portanto, pelo fim das diferenças de classes. Já com relação à questão política, Carlos Escobar tinha uma postura menos "*socializante*" e colocava em dúvida a "excelência" do sufrágio universal:

"Pregamos aos quatro ventos a excelência do sufrágio universal. Ilusão! As questões sociais, em virtude da sua complexidade natural, não podem estar a deliberação das massas."<sup>159</sup>

Por esta citação apreendemos uma sintomática diferença de projetos. Enquanto outros republicanos defendiam o sufrágio universal, apesar de muitos não definirem a sua amplitude, Carlos Escobar negava às "*massas*" o direito ao voto, pela incapacidade de compreender a complexidade das questões sociais. Argumentava também contra a idéia de delegação de poderes, intimamente ligada ao sufrágio:

"Falta ao eleitor competência para reconhecer a capacidade do seu delegado. Ele arrisca sempre.

Falta aos delegados do povo o essencial para o desempenho do mandato - a unidade de vistas dos diferentes grupos que os elegem."<sup>160</sup>

<sup>158</sup> Carlos Escobar, *Um Dedo na Polítca*, Correio de Campinas, 11 de janeiro de 1887.

<sup>159</sup> Carlos Escobar, *Política*, Correio de Campinas, 18 de janeiro de 1887.

<sup>160</sup> Carlos Escobar, *Política*, Correio de Campinas, 18 de janeiro de 1887.

Se havia o problema concreto da incapacidade dos delegados em exercer seu mandato, excluía-se qualquer possibilidade de eleição. Desta forma, seu projeto de República não previa o sufrágio universal, nem a delegação de poderes. O que restava quando retirava-se de um governo o sistema eleitoral e a representação política?

"O que resta é a ditadura. Força representada por um só homem ou força de uma Assembléia que afinal se resume no homem de sua confiança - isto é, a ditadura pessoal ou ditadura parlamentar."<sup>161</sup>

Para justificar sua defesa da ditadura, argumentava que era infundado o receio dos que pensavam que este tipo de governo adotava medidas contrárias à liberdade. Isto porque:

"Todo governo tem limites de ação (...) o absolutismo é uma monstruosidade que só existe no cérebro dos metafísicos, teológicos ou revolucionários. Todo poder tem limites políticos naturais nos costumes, preconceitos e opiniões das massas, e limites morais na natureza humana."<sup>162</sup>

Em síntese, o projeto de Carlos Escobar propunha um regime ditatorial, cercado por limites morais, sem sufrágio e sem delegação de poderes, vivenciado numa sociedade sem distinção de classes. Concluindo, determinou que o Ditador fosse substituído, quando de sua morte, pela figura mais competente no momento.

Foi pelas páginas das folhas mais "radicais", o Correio de Campinas e o Diário Popular que começaram a circular em 1887 as primeiras idéias de separatismo da Província. Para o redator do Correio, Henrique de Barcellos, os motivos que concorreram para reforçar a proposta de separação foram o sistema de governo fortemente centralizador, a "enorme contribuição" de 20 mil contos que pagava a Província ao Império e a falta de atenção do governo pelas necessidades de São Paulo.

A concretização desta *Pátria Paulista* se faria por intermédio da Assembléia Provincial, no momento em que a opinião geral dos paulistas estivesse convicta da "santidade

<sup>161</sup> Carlos Escobar, *Política*, Correio de Campinas, 18 de janeiro de 1887.

<sup>162</sup> Carlos Escobar, *Política*, Correio de Campinas, 18 de janeiro de 1887.

*da causa*". Este plano foi traçado por um colaborador do Diário Popular que considerava tarefa do PRP o convencimento da população sobre a necessidade do fim do sistema centralizador. A Assembléia Provincial, por sua vez, nomearia uma Comissão executiva:

"a fim de impor ao governo imperial - ou reformas no sentido de um genuíno sistema federativo ou a separação da Província e aludidas zonas anexas, ficando São Paulo responsável por um tanto da dívida geral e continuando aliada do resto do Império ou, caso repelidas estas propostas, a aliança com a República Argentina, pagando a esta a quantia que teria que pagar ao governo imperial."<sup>163</sup>

Este elaborado plano para a instalação da República Paulista demonstrava que se o processo não fosse aceito pelo governo imperial, o novo país - São Paulo - recorreria ao apoio da Argentina, provavelmente para se defender das investidas do Império. Mas este projeto foi encarado com ceticismo pelo redator do Correio de Campinas que lembrou aos seus leitores que tal idéia não era nova, pois havia sido tentada no século XVII quando os paulista quiseram coroar rei Amador Bueno. Contudo, não acreditava que a separação se faria com "*aquela facilidade comercial*" do plano do Diário Popular e necessitava ainda de muita propaganda:

"A proclamação da república paulista é uma utopia do presente que pode vir a ser uma realidade em futuro não muito remoto. Já, é um sonho."<sup>164</sup>

Os redatores do Diário Popular, entretanto, não consideravam a separação um sonho e um articulista com o pseudônimo Nemo apresentou no jornal uma comédia que retratava a separação através do tema do *Casamento de São Paulo*.<sup>165</sup> O enredo era simples. O Império representou o pai, um velho pacato e dominado pela esposa que era a província da Bahia, mãe de uma grande família cujos filhos compunham o conjunto das províncias imperiais mais o Município Neutro. Este personagem era definido como "*bilontra e*

<sup>163</sup> Colaborador, *A Patria Paulista*, Diário Popular, fevereiro de 1887.

<sup>164</sup> *Um Sonho...*, Correio de Campinas, 17 de fevereiro de 1887.

<sup>165</sup> No Capítulo I já foi mencionada esta comédia que era a representação alegórica da situação de (São) Paulo e das demais províncias do Império.

*capoeira*" e, num determinado momento da peça, cantou o Hino da Independência com uma letra muito sugestiva:

"Brava gente brasileira,  
Longe vá, pudor civil,  
Paulo serve de carteira,  
A esse Império do Brasil."<sup>166</sup>

Por este hino já é possível entender a razão do casamento de Paulo: queria se libertar da família para deixar de sustentar seus membros "*vadios*", decadentes ou oportunistas. Assim como os outros filhos a mãe Bahia tinha uma posição muito clara a este respeito: perder Paulo significava perder o crédito.

"Bahia - Que Paulo perdeu o juízo como nós perdemos o crédito é convicção calculada e jurada da família. Quer casar e deixar-nos? ...  
Sergipe (trêmulo) - E quem há de por a mesa do orçamento?  
Império (alisando a barba) - É exato, filho. Dolorosamente é exato. Quem há de por a mesa do orçamento? Homem de juízo, profetiza o mal que nos torturará. O ingrato medita um poema de padecimentos: largar sem dinheiro, na esquina da rua, uma família pobre, numerosa e pacata.  
Sergipe - Por falar em dinheiro... mamãe, tem algum disponível? Há quatro meses não pago os empregados provinciais; estou em uma quebradeira terrível.  
Bahia: Tenho, meu filho! Ali na escrivania de Paulo estão os rendimentos da alfândega de Santos. O melhor é gastá-los; ao menos diminui-se o enxoval dos noivos."<sup>167</sup>

O dinheiro de Paulo era sorrateiramente confiscado em sua ausência, situação contra a qual se rebelava, reivindicando a independência política e econômica da família que há séculos o explorava.

"Paulo - O diabo que os entenda que os ature que os pague. Sou maior de três século e quero ter economia a parte. Se desde 1641, quando a Espanha ofereceu-me franca, eu comerciasse por minha conta e risco, seria hoje um dos homens mais abastados do mundo. Recusei abandonar a família mesmo durante a sova que meu pai injustamente pregou-me em 1842; o que lucrei? A inveja da vadiagem, o carnaval administrativo, a responsabilidade de empréstimos que não contrai e o retardamento do meu bem estar. Ora bolas! Disponho de necessário e mais do que isto para montar casa. Sou acionista de estradas de ferros, sou gerente de bancos; diretor de telégrafos; empresário de navegações; contratante de colonos, fazendeiro e industrial. Nada me falta. Não devo continuar na posição de pupilo..."<sup>168</sup>

<sup>166</sup> *O Casamento do Mano, Comédia Bragantina 2º ato, Diário Popular*, 28 de fevereiro de 1887

<sup>167</sup> *O Casamento do Mano, Comédia Bragantina 2º ato, Diário Popular*, 28 de fevereiro de 1887

<sup>168</sup> *O Casamento do Mano, Comédia Bragantina 2º ato, Diário Popular*, 28 de fevereiro de 1887

Nesta fala, Paulo expôs não apenas os motivos que o levavam a se separar da família, mas também todos os argumentos necessários para comprovar que era capaz de viver de forma autônoma. O protesto paulista, em forma de comédia, pretendeu convencer os leitores que a situação de São Paulo era absurda e imoral, e propôs um outro pacto que previa a aliança com províncias mais progressistas ou que haviam tido um significativo papel na história da Nação: Minas Gerais, Pernambuco, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Com elas poderia manter apenas laços comerciais ou até mesmo territoriais, desde que se dispusessem a acompanhar a atitude de São Paulo. O autor, entretanto, não mencionou nenhum possível acordo entre a província e outro país.

Esta peça, assim como outras manifestações em defesa do separatismo, foram condenadas por Henrique de Barcellos no Correio de Campinas que, surpreendentemente, recriminou a forma como a imprensa divulgava a proposta, especialmente o Diário Popular, "*sem dar ao assunto o tom sério que ele merece.*"

"Os apóstolos da separação sobrenegaram as mais das vezes aos seu escritos os próprios nomes, têm adotado na propaganda a forma alegórica e humorística, menos próprio para agitar o pensamento em uma época como a nossa, em que as coisas devem ser ditas com a franqueza que se impõe ao raciocínio. Aqui, porém, neste teatro da publicidade devem ser outros os processos da propaganda."<sup>169</sup>

O redator se referia exatamente ao *casamento do Mano* e atacava a forma alegórica e humorística com que tratava a questão do separatismo. Considerava-a uma revista da atualidade, que se fosse colocada em cena havia de produzir efeito e "*conquistar muitos aplausos ao seu autor.*" Na verdade, Henrique de Barcellos discordava da idéia de separação imediata da Província, mas não da proposta de autonomia que ela pressupunha. Aceitou publicar em seu jornal cartas de um *cavallheiro da capital* que defendia a *Pátria Paulista*, com a ressalva de que se opunha, naquele momento, à idéia separatista em virtude da situação presente no Império e na Província.<sup>170</sup> O cavallheiro em questão era Martim

<sup>169</sup> Henrique de Barcellos, *Revista do Dia*, Correio de Campinas, 02 de março de 1887.

<sup>170</sup> *Gazetilha*, *A Pátria Paulista*, Correio de Campinas, 01 de março de 1887.

Francisco, político e jornalista republicano da capital paulista, que justificou sua adesão ao separatismo por que este se manifestava na "*seniátez popular*", que recomeçava a "*marcha interrompida durante dois séculos*", desde o episódio de Amador Bueno:

"A propaganda separatista é para mim uma herança e um ato de coerência. (...) Dados oficiais com rápidos comentários agitaram esta intuição popular que não explica mas compreende a sociedade como um contrato modificado pelo tempo, pelo clima, pela raça, pelos limites territoriais, pelas necessidades de momento influenciando na legislação e nos costumes."<sup>171</sup>

Os argumentos em favor do separatismo não se restringiam aos motivos políticos - a centralização e o imposto provincial - mas estendiam-se a questões de ordem física, racial e histórica. Para enfrentar as restrições colocadas por Henrique de Barcellos - particularmente a idéia de que a separação imediata era uma utopia - Martim Francisco exemplificou com as experiências passadas de independências de províncias na história universal, entre as quais, a Suíça, a Grécia, o Uruguai, a Bélgica, os estados danubianos, destacando a especificidade da *Pátria Paulista* frente às outras províncias:

"Quem estuda a história da província de São Paulo fica sabendo que as levas colonizadoras, comandadas por Martim Afonso de Souza eram compostas pelo que Portugal tinha de melhor, de mais puro e de mais nobre na população existente no Reino em 1532.

Deu-se o mesmo em relação ao norte do Brasil? Até a legislação da época responde negativamente.

Pais que se estende de norte a sul, onde a diversidade de zonas modifica os caracteres étnicos; pais que revela diferença de interesses, produção de necessidades, exige governo apropriado a cada uma de suas partes. (...)

Os separatistas dispõem de bastante critério para não confundir a pátria com a certidão de nascimento. Quem se identifica com os interesses de São Paulo é paulista. O Imigrante italiano ... é nosso compatriota."<sup>172</sup>

Aqui o projeto separatista pensado por Martim Francisco envolvia também questões de identidade e nacionalidade. Ainda que a diferença de interesses fosse a razão mais recorrente para defender um governo autônomo para São Paulo, a separação implicava numa redefinição da nacionalidade, pensada em termos étnicos, raciais e principalmente em

<sup>171</sup> Martim Francisco, *Pátria Paulista I (Cartas a Henrique de Barcellos)*, *Correio de Campinas*, 06 de março de 1887.

<sup>172</sup> Martim Francisco, *Pátria Paulista II (Cartas a Henrique de Barcellos)*, *Correio de Campinas*, 08 de março de 1887.

função da tradição histórica: seja na tentativa malograda de coroar Amador Bueno, seja na origem nobre e pura dos colonizadores portugueses.

Esta argumentação também foi utilizada por Ubaldino do Amaral em sua Conferência no *Club Republicano de Campinas*. Mesmo considerando a República Federal o regime mais adequado ao Brasil, concordou com a proposta que São Paulo deveria reivindicar seus "*direitos e tradições, constituindo-se um estado livre e independente.*"<sup>173</sup>

Outro republicano que demonstrou ser um ardente defensor da *Pátria Paulista* foi Júlio Ribeiro. Em seu jornal *A Procellária* o filólogo apoiou o separatismo e recriminou o projeto evolucionista do PRP:

"Não cumpre ao povo, não nos cumpre a nós esperar coisa alguma da monarquia: ela tem interesse em conservar as coisas no pé em que estão, já que não pode pioral-as em seu proveito proprio.  
Não nos cumpre tão pouco esperar coisa alguma dos atuais republicanos.  
Há tempos esquecidos eles nos aturdem com a palavra *evolução* e nós estamos a marcar passo no mesmo terreno, estamos a chapinhar no mesmo paul."<sup>174</sup>

Para ele a República deveria acontecer por meio de uma revolução que também desanexasse a Província de São Paulo do Império.

"Há de haver alguma província que dê o exemplo: sejamos nós.  
Francamente, honestamente, a *evolução* não nos serve: só podemos ter esperança na *Revolução*."<sup>175</sup>

Para comprovar seu projeto, destacou as especificidades históricas e os recursos naturais da Província assim como sua independência com relação ao Império, embora não descartasse uma aproximação com Minas e Paraná: "*gente muito diversa da gente do norte que nos governa.*"

"Temos tradições, temos hábitos, temos costumes - nossos só - desconhecidos, incompreensíveis até ao estrangeiro, ao nortista.

<sup>173</sup> *Gazetilha - Club Republicano, Correio de Campinas*, 15 de março de 1887.

<sup>174</sup> Júlio Ribeiro, *Procellarias* São Paulo: Ed.Cultura Brasileira, 1935. p. 16 (Artigo de 16 de janeiro de 1887)

<sup>175</sup> Júlio Ribeiro, *Procellarias*, p.24. [grifos no original]

Nosso sangue é outro - em nossa máxima parte descendemos da colônia fidalga, que, em circunstâncias especilíssimas, fundou, nesta capitania de São Vicente, martim Afonso de Souza.

Falamos, é verdade, a mesma língua que fala o Norte, mas isso não tira nem põe: o Belga fala francês e não é francês..."<sup>176</sup>

Julio Ribeiro retomou os argumentos de Martim Francisco e de Ubaldino do Amaral, e reiterou a necessidade de marcar a diferença de São Paulo do restante do Império. E acrescentou a justificativa de que era preciso avaliar o futuro da Monarquia, visto como uma situação sem perspectivas. Se o Segundo Reinado estava acabando, o novo reinado se mostrava ainda mais nefasto do que o anterior:

"Vamos ser governados por padres, por um usurário e por uma mulher...

E tempo houve em que nós aclamamos um rei paulista...

Não seremos mais os mesmos? Terá degenerado o sangue dos velhos bandeirantes, que nos corre nas veias?"<sup>177</sup>

Em meio a estas defesas do separatismo, interpôs-se a pena de Henrique de Barcellos a atacar a idéia da separação de São Paulo pois esta significaria uma revolução.

"São as decepções amargas e o anciar da liberdade o que determina estas tumultuárias metamorfoses chamadas: Revoluções. (...)

O Povo, isto que se chama o povo, por ignorância, por falta de estímulo, por uma inércia todos os dias patente, mantém-se indiferente (...).

Historicamente ativo, resoluto, de uma temeridade extraordinária, o paulista de hoje será o paulista do tempo de Amador Bueno?

Não, com erteza."<sup>178</sup>

Não negava o argumento de que os fatos comprovavam uma exploração de São Paulo pelo governo central, e assim, "*muitos espíritos adiantados e dos mais nobres corações*" alimentavam a idéia separatista. Todavia, recusou os vínculos do projeto com a "*instrução popular*" e com a tradição, desfazendo assim as explicações do adversários. O paulista do presente era indiferente às questões políticas e "*diferente*" do paulista do tempo de Amador Bueno. Reiterou a proposta de, no momento, dar continuidade à luta pela federação, bandeira levantada pelo Manifesto de 1870, e o melhor caminho para o país.

<sup>176</sup> Júlio Ribeiro, *Procellarias*, p.97. (Artigo de 01 de maio de 1887).

<sup>177</sup> Júlio Ribeiro, *Procellarias*, p.99.

<sup>178</sup> Henrique de Barcellos, *Breve Resposta ao Dr. Martim Francisco*, *Correio de Campinas*, 16 de março de 1887.

Mas, como os políticos do PRP se posicionaram frente ao separatismo? Um articulista da coluna satírica *Bolinhas de Pão* do Diário de Campinas, conta-nos uma interessante história sobre a discussão do separatismo ocorrida no Congresso republicano de 1887, que acabou não deliberando sobre o assunto.<sup>179</sup> O escritor afirmou que exatamente no dia e na hora em que se encerrava o congresso, passava ele pela porta do Club, quando encontrou um "tropol" de congressistas que iam exatamente para o bar a que ele se dirigia. Assim acompanhou a discussão dos republicanos:

"- Ora já se viu? Deram a palavra àquele cacete do F..., só para deitar retórica e opiniões extravagantes e negaram-na a mim, que tinha estudado a questão por todas as faces?

Dizia o outro (...) que estava descontente porque via que no partido havia *mandachuvas* e por isso não queria saber mais daquelas reuniões."<sup>180</sup>

Concluiu que no seio do partido republicano "*lavrava a discórdia*", onde cada um queria fazer prevalecer a sua idéia, e resultava disso que o partido tinha separatistas e unionistas, ainda que os homens mais calmos tentassem "*estabelecer a unidade de vistas*", ou seja, não havia consenso sobre a questão no interior do partido. Nesse sentido pode-se perceber que a coesão de idéias era tão somente bandeira do PRP, isto porque cada um dos projetos discutidos envolviam uma multiplicidade de interesses, sobre os quais dificilmente poderia haver consenso.

Aristides Lobo, em uma de suas últimas *Cartas do Rio* antes da proclamação da República, testemunhou mais uma vez pelas páginas do Diário Popular os debates que estavam sendo travados em torno do novo regime. Rebatendo as "utopias" positivistas e separatistas, o "*velho Lobo republicano*" considerou:

"Fazer-se a república e fazê-la o quanto antes. (...)

Eu não pertenço de modo algum ao número de sonhadores que pensam ver na

Proclamação da República uma reforma inteira de nossa vida social.

Semelhante trabalho não se faz por decreto de convenções nacionais.

<sup>179</sup> Segundo Maria Emília Zimmermann o PRP durante o Congresso de 1887 não conseguiu expor uma opinião à respeito da questão porque o partido estava completamente dividido. Cf. Maria Emília Zimmermann. *op.cit.*, pp.130-132. Isto é prova de que a propalada coesão não passava de um argumento do próprio PRP...

<sup>180</sup> Pif Paf, *Bolinhas de Pão*, Diário de Campinas, 08 de junho de 1887.

Mais de uma vez disse e repito: a proclamação da República é apenas um começo de existência, mas um começo necessário se queremos caminhar."<sup>181</sup>

Tais palavras são testemunho da lucidez política que o redator demonstrou ao rebater os projetos positivistas como aquele proposto por Carlos Escobar no Correio de Campinas, que pedia a instalação de uma contraditória ditadura democrática. E também expressam a complexidade e diversidade que as falas republicanas haviam atingido. A diversidade chegara a tal ponto que algumas delas defendiam, agora, justamente a prática ditatorial que o *velho Lobo* e outros republicanos históricos tanto censuraram no regime monárquico.

---

<sup>181</sup> Aristides Lobo, *Cartas do Rio*, Diário Popular, 19 de outubro de 1889.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS (OU ALGUNS PONTOS DE REFLEXÃO)**

Quando o "*portugues democrata monarquista*" publicou seu texto na Gazeta de Campinas convidando os redatores para o debate sobre a melhor forma de regime, afirmou que pretendia transportar para as páginas da imprensa a discussão que travara pessoalmente com Campos Salles sobre o tema da Monarquia e da República.<sup>1</sup> Num fim de tarde de março de 1873, se estivéssemos passeando por Campinas, poderíamos encontrar estes dois senhores debatendo a questão no estabelecimento comercial *Casa do Eloy*, local onde se reuniam comerciantes, políticos, estudantes, jornalistas e fazendeiros para jogar bilhar, xadrez e dominó. Este local era um dos pontos de encontro da cidade e por ali passavam conservadores, liberais e republicanos, talvez para tomar "*um trago*" e descansar das funções diárias, mas também, provavelmente, para fazer articulações políticas e discutir os temas mais candentes do momento, desde a construção da nova Igreja Matriz, até os problemas vivenciados pela monarquia.<sup>2</sup>

Este é um dos muitos testemunhos de que as contendas travadas nas páginas da imprensa republicana não se restringiam à relação redator/leitor, mas estavam profundamente ligadas aos encontros que se davam pelas ruas e casas das cidades mais importantes da Província, especialmente Campinas e São Paulo. Em 1876, Campinas contava com mais de 30 mil habitantes, dos quais pouco menos da metade eram escravos. Apesar do grande número de fazendas na região, tinha um centro urbano bem estruturado, com um Teatro Municipal que recebia grandes companhias da Europa e do Rio de Janeiro, como a de Sarah Bernhardt em 1886. Além disso, contava com três linhas distintas da estrada de ferro e com diversos estabelecimentos comerciais que negociavam desde os gêneros de primeira necessidade, até as últimas criações da moda francesa, a exemplo das casas *La Ville de Vienne*, *Au Monde Elegant* e *Notre Dame*. Por outro lado, era uma cidade empenhada na instrução. Em 1869 foi fundado o *Colégio Internacional*, primeira instituição escolar

<sup>1</sup> Gazeta de Campinas, 03 de abril de 1873.

<sup>2</sup> Cf. Almeida Nogueira, A Academia de São Paulo: Tradições e Reminiscências, São Paulo: Saraiva, 1977. (Vol.IV, 3ªedição). pp.284-285.

estabelecida no Brasil pelas missões protestantes norte-americanas, que junto com o Colégio Culto à Ciência (1873) e outros estabelecimentos de ensino (que em 1876 contavam mais de quinze), eram motivo de orgulho para os redatores republicanos campineiros.<sup>3</sup>

A capital da Província, por sua vez, contava em 1876 com cerca de 28 mil habitantes, sendo os estudantes da *Faculdade de Direito do Largo do São Francisco* os mais "ilustres". Tratava-se de rapazes vindos de diversas regiões da província e do país, que tinham condição de se manter na cidade e voltar para suas casas como "jovens doutores", a exemplo dos próprios redatores da *Gazeta de Campinas*. Estes estudantes, com seus jornais, suas festas e seus passeios noturnos, foram responsáveis por grande parte do "movimento" da cidade de São Paulo. Mas a literatura em geral sempre frisou que a cidade era pacata, com um comércio incipiente, e um caráter monótono e modesto.<sup>4</sup>

Paralelamente a esta movimentação da Faculdade, existia no Largo da Matriz o *Gabinete de Leitura*, que reunia "homens novos, indisciplinados" e livros proibidos. Este tipo de sociedade literária esteve presente em diversas cidades da Província de São Paulo, e eram espaços por excelência para a troca de idéias, de livros, para a instrução popular (com aulas diurnas e noturnas de primeiras letras, geralmente gratuitas) e também para o debate político, geralmente vinculado à Maçonaria, que pregava a laicização do ensino e a separação Igreja/Estado.<sup>5</sup>

<sup>3</sup> A melhor caracterização da cidade de Campinas encontra-se nos anúncios de propaganda que saíam na imprensa, e que contam um pouco desta movimentação cultural e comercial. Coleção *Gazeta de Campinas, Diário de Campinas e Correio de Campinas*, Arquivo Edgar Leuenroth, Unicamp. Além disso, *Apontamentos Históricos, geográficos, biográficos e estatísticos da Província de São Paulo*, Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, USP, 1980 (1ªed.1876); Celso Maria de Melo Pupo, *Campinas: Seu Berço e Juventude*, Campinas: Academia Campinense de Letras, 1969.

<sup>4</sup> Sobre a Cidade de São Paulo cf. Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, *Apontamentos Históricos, geográficos, biográficos e estatísticos da Província de São Paulo*, Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, USP, 1980 (1ªed.1876); Raquel Glezer, *Visões de São Paulo, Imagens da Cidade: Séculos XIX e XX*, org. Maria Stella M. Bresciani, São Paulo, Anpuh, Marco Zero, 1993. pp.163-175.

<sup>5</sup> Sobre os Gabinetes de Leitura em São Paulo cf. Ana Luiza Martins *Gabinetes de Leitura da Província de São Paulo: a pluralidade de um espaço esquecido*, Dissertação de Mestrado, Dep. de História FFLCH da USP, São Paulo, 1990; *A Invenção e/ou Eleição dos Símbolos Urbanos: História e Memória da Cidade Paulista, Imagens da Cidade: Séculos XIX e XX*, org. Maria Stella M. Bresciani, São Paulo, Anpuh, Marco Zero, 1993. pp.177-190.

Unindo esta rápida caracterização das duas cidades ao movimento da imprensa republicana é possível perceber que a discussão política que acontecia nos periódicos, tinha continuidade nos encontros nos *Gabinetes de Leitura*, nos estabelecimentos de ensino, nas Confeitarias e bares, ou na *Casa do Eloy* e vice-versa. É importante lembrar também que, diferentemente do que acontece hoje, a maior parte das folhas do século XIX tinha apenas quatro páginas, o que facilitava a leitura de diversos jornais num mesmo dia, fossem eles da própria cidade ou de outras partes do Império. Esta circulação facilitou a troca de matérias entre periódicos, por isso, constantemente, artigos de republicanos de outras regiões do Império, eram transcritos nos jornais de Campinas. Nesse sentido, deparamos com textos de Saldanha Marinho, Quintino Bocayúva e Aristides Lobo (que se concentravam na Corte), ou de Assis Brazil que atuava principalmente no Rio Grande do Sul. Além disso, a transcrição de textos de jornais europeus e americanos era uma prática corriqueira em todos estes periódicos. Assim, podemos inferir que, na prática, o que se verificava era uma constante troca de informações, argumentos, projetos e teorias, de múltiplas procedências, fato que problematiza a constatação de que tenha existido um "republicanismo" exclusivamente "paulista".

Por sua vez, as múltiplas combinações de conceitos, argumentos e proposições deram origem a diferenciadas Repúblicas (que não possuíam territórios de origem específicos) e inúmeros jornais, fatos que permitem o questionamento da coesão do "republicanismo" de São Paulo que a historiografia constantemente projetou. Na verdade, emergiam diferentes discursos que foram se desdobrando à medida que as disputas políticas em torno da Monarquia e as ocorrências internacionais se adensavam com a emergência do movimento operário.

Todavia, as falas republicanas tinham muitos pontos análogos, dentre eles, a crítica ao regime monárquico, a definição da categoria Povo e o conceito de representação. A crítica às instituições imperiais destacou a censura à atuação dos partidos monárquicos,

particularmente ao liberal, em virtude da necessidade de estabelecer as fronteiras entre as propostas republicanas e as liberais, em geral muito próximas, especialmente no tocante às reformas nas instituições, no sistema eleitoral e também na defesa da liberdade religiosa e separação Igreja/Estado.

Além disso, houve uma questão de método que aproximou as representações republicanas sobre o Império, principalmente aquelas da Gazeta, do Diário de Campinas e do Correio: a apresentação da Monarquia, suas instituições e sua memória como uma comédia, e seus personagens como farsantes. Tais imagens do Império foram utilizadas de forma a contrastar com a "seriedade" do movimento republicano, representado como exclusivamente preocupado com os problemas vivenciados pelo país. Trágico ou cômico, o estilo teatral foi uma prática recorrente nos discursos republicanos que tentavam, assim, legitimar suas propostas para a superação do regime monárquico.

Esta questão da teatralização da política foi abordada por José Murilo de Carvalho na conclusão do seu livro Teatro de Sombras. O autor fez uma leitura da política monárquica dos anos finais do Império como uma grande comédia, recorrendo ao conceito proposto por Hayden White:

"A comédia admite o conflito, gira em torno dele, mas permite a reconciliação final, embora parcial, dos homens entre si e com as circunstâncias, reconciliação feita em geral em clima festivo."<sup>6</sup>

Para o caso dos discursos republicanos e também de outros que recriaram o Império como comédia, a exemplo de Ferreira Viana e Salles Torres Homem,<sup>7</sup> esta concepção não permite abranger toda a significação deste recurso. No Dicionário de Antônio de Moraes Silva, um dos mais utilizados durante o século XIX, a comédia apresenta uma outra definição:

<sup>6</sup> CARVALHO, José Murilo de Teatro de Sombras: A Política Imperial São Paulo, Vértice, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1988, p.168

<sup>7</sup> Ferreira Vianna *A Conferência dos Divinos*. Francisco Salles Torres Homem *Libelo do Povo*, in: Raimundo de Magalhães Jr.(org), Três Panfletários do Segundo Reinado, São Paulo: Cia Editora Nacional, 1965.

"Comédia: Fábula dramática, em que se apresenta alguma ação da vida, e pessoas ordinárias, para se corrigir o vício por meio do ridículo."<sup>8</sup>

Existe uma similaridade entre esta definição e a instrumentalização que os republicanos fizeram da comédia. Ela era o recurso ideal para "corrigir os vícios", para exercer uma atuação pedagógica sobre o sistema que muitos julgavam em decomposição. Ao representar alegoricamente o Império como um grande comédia, muitas vezes trágica, os republicanos opunham a racionalidade de suas proposições às contradições e absurdos da Monarquia. Na verdade, transferindo os conhecimentos e recursos aprendidos nos bancos da Faculdade de Direito e na atuação no fórum, teceram mais que uma crítica ao Império, mas um grande julgamento.

Mas a defesa da República também se fez através de conceitos conflitantes, dentre os quais o que mais se destacou foi a categoria *povo*. Enquanto categoria do discurso, os republicanos tinham sobre ela um domínio quase absoluto. Assim, falaram em seu nome e confundiram-se com ele, tecendo, de acordo com as circunstâncias, díspares considerações: apático, empreendedor, indiferente e consciente. Apesar das definições divergentes havia um ponto que as aproximava: a percepção do *povo* como antítese da monarquia. Isto porque ele é a categoria definidora por excelência do próprio regime republicano, apresentado como o *governo do povo pelo povo*. Era fundamental marcar a diferença entre os "sujeitos" da soberania: no Império, o único soberano era o Rei, enquanto na República todo o *povo* seria soberano.

Além disso, vários republicanos se conceberam como tutores do *povo*, visto como um sujeito político a ser formado. Em todos os casos, o que se percebe é que os republicanos disputavam a identidade deste *povo* e o direito de falar em seu nome. Como muitos jornalistas e políticos disputavam este lugar, emergiu um verdadeiro conflito em torno da legitimidade desta posição de porta-voz do *povo*.

---

<sup>8</sup> Antônio Duarte de Moraes Silva Diccionario de Língua Portuguesa, 1813.

As contundentes imagens criadas para o Império e para o *Povo* são significativas de que os republicanos precisavam de eficientes recursos de retórica para, por um lado, atacar as bases do regime que pretendiam superar, e de outro, comprovar a oportunidade da República. O que o leitor pode ter percebido é que o debate sobre a questão escrava não fez parte desta argumentação. Habilmente, os republicanos, do partido ou não, montaram um discurso na imprensa que contornou e prescindiu da discussão sobre a escravidão, justamente o tema que os analistas mais tem privilegiado nos estudos sobre as dissidências internas ao "republicanismo paulista". Enquanto a historiografia sempre analisou o movimento republicano pelo predomínio dos fazendeiros de café, destacando a questão da escravidão, os próprios republicanos deixaram o tema na sombra e privilegiaram outras questões políticas mais prementes para a República, tais como o Império, o povo, a representação política, o sufrágio universal.

Na tessitura das mais variadas combinações sobre estes temas, os projetos republicanos foram se desdobrando, acompanhando não apenas a ampliação do tema da República mas também os acontecimentos internos ao Império e às experiências republicanas internacionais, principalmente da Espanha, França e Estados Unidos. No início da campanha até o fim da década de 1870, foram estes os assuntos que informaram os redatores republicanos. Por um lado, a *Gazeta* defendendo o espelhamento nos ensinamentos de Castellar e Gambetta, e de outro o *Diário de Campinas*, atacando este referencial em virtude do autoritarismo que localizavam na prática política destes republicanos europeus.

Em todos os casos, contudo, o tema central que perpassou o debate foi a questão da violência/anarquia presente em algumas destas repúblicas. Os republicanos tentaram convencer seus leitores de que encaminhavam um movimento pacífico, e quando não era mais possível justificar as cenas de tumulto, argumentaram que elas eram herança da opressão vivenciada nos regimes anteriores. Esta preocupação de muitos republicanos com a moderação, não impediu a emergência de propostas mais contundentes, aparentadas com a

Revolução. Por um lado, havia a proposta de diversos redatores da Gazeta, confiantes nos preceitos da evolução, de encaminhar reformas na monarquia as quais levariam inevitavelmente ao regime republicano. Por outro, havia aqueles que defendiam o movimento revolucionário como única maneira de se atingir a República. Contudo, tal "revolução" não teria o mesmo caráter daquela vivenciada na França em 1789, pois seria "pacífico" e se configuraria como uma retomada de direitos do *povo* usurpados pela Monarquia. Chegou-se até mesmo ao extremo de falar em "revolução evolucionista", numa tentativa explícita de minimizar a imagem de violência que a idéia de revolução projetava.

Fosse pela revolução, fosse pela evolução, os republicanos consideravam a instrução da população imprescindível para a mudança de regime, afinal o cidadão republicano deveria ser, necessariamente, alfabetizado. Compartilhado pelos republicanos de diversos matizes, este projeto de educação acabou, talvez, por justificar um dos "silêncios" mais importantes da imprensa republicana: a Lei Saraiva que, além de muitas reformas no sistema eleitoral instituiu a obrigatoriedade da alfabetização, para os eleitores alistados a partir de 1882. O projeto de instrução popular, portanto, estaria intimamente ligado à uma noção de cidadão alfabetizado, que acabou se efetivando na primeira Constituição Republicana em 1891.

Outro tema que de certa forma perpassou toda a propaganda foi a descentralização, que em muitos casos se confundiu com o federalismo. Tal tema foi, talvez, um dos responsáveis pela emergência da idéia separatista - expressão máxima da completa autonomia pela desanexação de São Paulo do resto do Império. O separatismo, assim como a ditadura republicana ou o sufrágio restrito à poucos, foram se configurando com maior ênfase a partir de meados da década de 1880, talvez devido à maior penetração das idéias positivistas no Brasil e à emergência das doutrinas socialistas na Europa.

Finalizando, podemos considerar que apesar das aproximações, havia um ponto principal que fragmentava os republicanos: o próprio PRP. Os redatores do Diário de Campinas, do Correio e até mesmo do Diário Popular questionaram, por motivos e através de maneiras diversas, o encaminhamento da propaganda e a prática política dos chefes do Partido. Ao contestar o Partido acabaram por fazer do "republicanismo" vivenciado na Província um movimento multifacetado e questionador da legitimidade de uma única matriz para a tão ansiada República.

**BIBLIOGRAFIA E FONTES**

## ***1. BIBLIOGRAFIA***

### **A. LIVROS E TESES**

ADORNO, Sérgio Os Aprendizizes do Poder: O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira  
Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ARTOLA, Miguel La Burguesía Revolucionária (1808-1874), Madrid: Alianza Universidad,  
1987.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de Onda Negra, Medo Branco: O Negro no Imaginário  
das Elites século XIX Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BAUSBAUM, Leôncio História Sincera da República vol.1 Rio de Janeiro: São José,  
1957.

BEIGUELMANN, Paula Formação Política do Brasil São Paulo: Pioneira, 1967.

BOEHERER, George Da Monarquia à República: História do Partido Republicano no Brasil  
Rio de Janeiro: MEC, 1954.

BORGES, Vavy Pacheco A História da República: Um Objeto, alguns temas, alguns  
conceitos Publicação Primeira Versão nº31, IFCH, Unicamp, 1991.

BRESCIANI, Maria Stella Martins Liberalismo: Ideologia e Controle Social - Um Estudo  
sobre São Paulo 1850-1910 2.vol. Tese de Doutorado, FFLCH da USP, 1976 mimeo.

BUARQUE, Felício "Origens Republicanas" São Paulo: Edaglit, 1962 (1.ed. 1894)

CANO, Jefferson Escravidão, Alforrias e Projetos Políticos na Imprensa de Campinas,  
Dissertação de Mestrado, Dep. de História, IFCH, UNICAMP, 1993.

CARVALHO, José Murilo de A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial Brasília:  
Ed.UnB, 1981

CARVALHO, José Murilo de A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil  
São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de Teatro de Sombras: A Política Imperial Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CHALHOUB, Sidney Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão no Brasil São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CONTIER, Arnaldo Daraya Imprensa e Ideologia em São Paulo, 1822-1842: Matizes do Vocabulário Político e Social Campinas: Vozes-Ed.Unicamp, 1979.

COSTA, Emília Viotti da Da Monarquia à República: Momentos Decisivos São Paulo: Grijalbo, 1977.

DEBES, Célio O Partido Republicano na Propaganda São Paulo, 1975.

ECO, Umberto Seis Passeios pelos Bosques da Ficção, São Paulo: Cia das Letras, 1994.

FERREZ, Gilberto A Fotografia no Brasil (1840-1900), Rio de Janeiro: Fund. Nacional de Arte, Fund. Nacional Pró-Memória, 1985.

GRANGEIRO, Candido Domingues As Artes de Um Negócio: A Febre Photográfica São Paulo 1862-1886 Dissertação de Mestrado, Dep. de História, IFCH, UNICAMP, Campinas, 1993.

HOBSBAWM, Eric A Era das Revoluções, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HOLANDA, Sérgio Buarque de História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II, Vol. 5, São Paulo: Dif.Européia do Livro, 1972.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org) História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II, Vol.4, São Paulo: Dif. Européia do Livro, 1971.

LAPA, José Roberto do Amaral Primeiras Notas para uma Bibliografia da História de Campinas Marília:[S.c.p], 1966.

LAPA, José Roberto do Amaral História e Historiografia: Brasil pós-64 Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LAPA, José Roberto do Amaral(org) História Política da República Campinas,SP: Papirus, 1990.

- MAGALHÃES Jr., Raimundo de Três Panfletários do Segundo Reinado São Paulo: Cia Editora Nacional, 1965.
- MARIANO, Julio História da Imprensa em Campinas Campinas: Ind.Graf. Massaioli, 1972.
- MARTINS, Ana Luiza Gabinetes de Leitura da Província de São Paulo: A Pluralidade de um Espaço Esquecido Tese de Mestrado, FFLCH da USP, 1990 mimeo.
- MATOS, Ilmar Rohloff O Tempo de Saquarema São Paulo: HUCITEC, Brasília, 1987.
- MONTÓIA, Ana Edite Ribeiro Espaço Urbano e Política: São Paulo no século XIX Tese de Mestrado, Dep.de História IFCH Unicamp, 1990 mimeo.
- MORAES, Evaristo de "Da Monarquia para a República" Brasília: UnB, 1985 (1.ed. 1936)
- MOTA, Carlos Guilherme Ideologia da Cultura Brasileira: Pontos de Partida para uma revisão histórica São Paulo: Ática, 1977.
- NOBRE, José Freitas História da Imprensa no Império São Paulo: Ed.Leia, 1950.
- NOGUEIRA, Almeida A Academia de São Paulo: Tradições e Reminiscências, São Paulo: Sariva, 1977.
- PRADO JR.,Caio Evolução Política do Brasil 18ª Edição São Paulo: Brasiliense, s.d.
- PUPPO, Celso Maria de Mello Campinas: Seu Berço e Juventude , Campinas: Academia Campinense de Letras, 1969.
- QUEIROZ, Sueli Robles Reis de Os Radicais da República: Jacobinismo: Ideologia e Ação 1893-1897 São Paulo: Brasiliense, 1986.
- RODRIGUES, José Honório História Combatente Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- ROMANO, Roberto Brasil: Igreja contra Estado - críticas ao populismo católico São Paulo: Kairós, 1979.
- SAES, Décio Classe Média e Sistema Político no Brasil São Paulo: T.A.Queirós, 1985.
- SALLES, Iraci Galvão Trabalho, Progresso e Sociedade Civilizada São Paulo: HUCITEC, 1984
- SANTOS, José Maria dos Santos Os Republicanos Paulistas e a Abolição São Paulo: Martins, 1942.

SCHAMA, Simon Cidadãos: Uma Crônica da Revolução Francesa São Paulo: Cia das Letras, 1989.

SCHWARZ, Roberto Ao Vencedor as Batatas, São Paulo: Duas Cidades, 1981.

SERRÃO, Joel Do Sebastianismo ao Socialismo em Portugal Lisboa: Livrops Horizonte, 1969.

SODRÉ, Nelson Werneck História da Imprensa no Brasil Rio de Janeiro: Cív.Brasileira, 1966.

SODRÉ, Nelson Werneck Formação da Sociedade Brasileira, São Paulo: Liv. José Olympio Editora, 1944.

SOUZA, Francisco Belisário Soares de O Sistema Eleitoral no Império (Com apêndice contendo a legislação eleitoral no período de 1821-1889) Brasília: Senado Federal, 1979.

TAUNAY, Afonso de E. O Senado do Império Brasília: Senado Federal, 1978.

URICOECHEA, Fernando O Minotauro Imperial: A Burocratização do Estado Patrimonial Brasileiro no Século XIX Rio de Janeiro: DIFEL, 1978

VIANNA, Oliveira "O Ocaso do Império" São Paulo: Melhoramentos, 1925.

ZIMMERMANN, Maria Emília Marques O PRP e os Fazendeiros de Café Campinas: Ed. Unicamp, 1986.

## B.ARTIGOS

BRESCIANI, Maria Stella Martins *As Voltas de um Parafuso* in: Cadernos de Pesquisa: Tudo é História nº2, AUPHIB: Brasiliense, 1978.

BRESCIANI, Maria Stella Martins *O Cidadão da República: Liberalismo versus Positivismo, Brasil 1870-1900*, Revista USP, n.17, março/abril/maio, 1993.

BRESCIANI, Maria Stella Martins, (org) Imagens da Cidade: Séculos XIX e XX, São Paulo: Anpuh, Marco Zero, 1993.

COSTA, Emília Viotti da *O Movimento Republicano em Itú: Os Fazendeiros do Oeste Paulista e os Pródomos do Movimento Republicano* in: Revista de História da USP nº20 São Paulo:1954.

DORNAS FILHO, João *A Idéia Republicana em São Paulo* in: Revista do Arquivo Municipal, Ano VI, Vol. LXI, São Paulo: set.out, 1939.

EISENBERG, Peter *A Mentalidade dos Fazendeiros no Congresso Agrícola de 1878* in: LAPA, José R. do Amaral(org) Modos de Produção e Realidade Brasileira Petrópolis: Vozes, 1980.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho *As Idéias Estão no Lugar*, in: Cadernos de Debate História do Brasil n. 1, São Paulo: Brasiliense, 1976.

GOMES, Flávio dos Santos *No meio das águas turvas (Racismo e Cidadania no alvorecer da República: A Guarda Negra na Corte - 1888-1889)*, in: Estudos Afro-Asiáticos, (21): 75:96, dezembro de 1991.

LUZ, Nícia Vilela *O Papel das Classes Médias no Movimento Republicano*, Revista de História, vol. XXVIII, n. 57, 1964.

PESSOA, Reynaldo Carneiro *O Primeiro Centenário do Manifesto Republicano de 1870* in: Revista de História vol.XLI nº84, 1970.

STEIN, Stanley *A Historiografia do Brasil 1808-1889* in: Revista de História nº59 (julho-setembro) 1964 vol.XXIX pp.81-131.

### C. OBRAS DE REFERÊNCIA

Dicionário Bibliográfico Sacramento Blake Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos e Estatísticos da Província de São Paulo, Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, USP, 1980 (1.ed. 1876)

Antônio Duarte de Moraes Silva Diccionario de Língua Portuguesa, 1813.

Encyclopedia Britannica, The University of Chicago, 1947.

Enciclopédia Universal Ilustrada Europeo-Americana, Madrid: Espasa-Calpe, s.d.

## **2.FONTES PRIMÁRIAS**

### **A.LIVROS, PANFLETOS E ATAS:**

BRASIL, Joaquim Francisco de Assis A República Federal Rio de Janeiro: G.Leuzinger, 1881.

BRASILIENSE, Américo Os Programas dos Partidos e o II Império São paulo: Typ. Jorge Seckler, 1878.

Chronologia Paulista ou Relação dos Fatos mais importantes ocorridos em São Paulo(...) por José Jacinto Ribeiro I Vol. Coleção Obras Raras, Unicamp.

Manifesto Republicano de 1870 in: ALVES FILHO, Francisco Rodrigues Campos Salles: O Presidente e sua Época São Paulo:1940.

COUTY, Louis O Brasil em 1884 Esboços Sociológicos Brasília: Senado Federal, 1984.

RIBEIRO, Julio Cartas Sertanejas Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1908 (2a. ed.)

Procellárias , São Paulo: Ed. Cultura Brasileira, 1935.

SALLES, Campos Um Panfleto na Propaganda Republicana apresentação e notas Célio Debes in: Anais do Museu Paulista tomo XXVII São Paulo: USP,1976.

SILVA JARDIM, Antônio da Propaganda Republicana 1888-1889 Discursos, opúsculos, manifestos e artigos coligidos, anotados e prefaciados por Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro: MEC, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1978.

SOUZA, Bráz Florentino Henriques de Do Poder Moderador Brasília: Senado Federal, 1978 (1.ed. 1864).

VASCONCELLOS, Zacharias de Góis e Da Natureza e Limites do Poder Moderador Brasília: Senado Federal, 1978 (1.ed. 1860)

**B.JORNAIS**

Coreio de Campinas AEL, Unicamp

Diário de Campinas AEL, Unicamp

Diário Popular (São Paulo) Unicamp

Gazeta de Campinas AEL, Unicamp

Província de S.Paulo AEL, Unicamp